

**O LAZER
E AS RELAÇÕES
SOCIOAMBIENTAIS
EM BELÉM, PARÁ**

MIRLEIDE CHAAR BAHIA




Prêmio
NAEA

**O LAZER E AS RELAÇÕES
SOCIOAMBIENTAIS
EM BELÉM, PARÁ**



Universidade Federal do Pará

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor

Horacio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Durbens Martins Nascimento

Diretor adjunto

Ana Paula Vidal Bastos

Conselho editorial do NAEA

Ana Paula Vidal Bastos

Armin Mathis

Durbens Martins Nascimento

Edna Maria Ramos de Castro

Fábio Carlos da Silva

Luis Eduardo Aragon

Francisco de Assis Costa

Silvio Lima Figueiredo.

Coordenação de Comunicação e Difusão Científica

Silvio Lima Figueiredo

MIRLEIDE CHAAR BAHIA

**O LAZER E AS RELAÇÕES
SOCIOAMBIENTAIS
EM BELÉM, PARÁ**

PRÊMIO NAEA TESES 2013

**Belém
NAEA
2014**

Copyright dos autores

Coordenadoria de Comunicação e Difusão Científica

Ana Lucia Prado

Roseany Caxias Lima

Leila Coroa

Wanderson Cursino

Diagramação

Ione Sena

Capa

Allan Alencar

Revisão

Maria do Socorro Albuquerque

Iraneide Silva

Rosângela Mourão

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Bahia, Mirleide Charar

O Lazer e as relações socioambientais em Belém, Pará / Mirleide Charar Bahia.
– Belém: NAEA, 2014.

339 p.; il.; 21 cm

Originalmente apresentado como Tese do autor (doutorado- Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2012).

Prêmio NAEA Teses 2013.

Inclui bibliografias

ISBN: 978-85-7143-137-9

1. Lazer – Amazônia. 2. Lazer – Aspectos ambientais. 3. Meio Ambiente – Amazônia. Título.

CDD 22. ed. 306.481209811

Naea

Rua Augusto Correa, 1

Campus Universitário do Guamá – Setor Profissional

Cep: 66075-110 • (91) 3201-7231

naea@ufpa.br • editora_naea@ufpa.br

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO LAZER E SUA TRAJETÓRIA CIENTÍFICA	25
2.1	ABORDAGEM SOCIO-HISTÓRICA DO LAZER	28
2.1.1	Trajétória Científica Internacional	28
2.1.2	Trajétória Científica Nacional	37
2.2	O TEMPO LIVRE E O CONSUMO	44
2.3	O LAZER COMO POSSIBILIDADE DE EMANCIPAÇÃO	54
2.4	POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER	59
2.5	A EFETIVIDADE DO DIREITO AO LAZER NO BRASIL	68
3	O LAZER NAS CIDADES: A URBANIZAÇÃO E SUA DINÂMICA EM BELÉM	77
3.1	OPROCESSODEURBANIZAÇÃO:NOTASSOBREBRASIL, A AMAZÔNIA E BELÉM	80
3.2	A DINÂMICA DAS CIDADES: O DIREITO À CIDADE, AO MEIO AMBIENTE E AO LAZER EM BELÉM	104
3.3	OS ESPAÇOS PÚBLICOS, OS EQUIPAMENTOS E O LAZER EM BELÉM	124
4	ÁREAS VERDES PÚBLICAS URBANAS: A NATUREZA NA CIDADE	145
4.1	PRAÇAS E JARDINS	148
4.2	ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS E ÁREAS VERDES PÚBLICAS URBANAS: UM PANORAMA DE BELÉM	164

5	CARACTERIZANDO O <i>LOCUS</i> DA PESQUISA: PARQUE ESTADUAL DO UTINGA, BOSQUE RODRIGUES ALVES JARDIM ZOOBOTÂNICO DA AMAZÔNIA E PRAÇA BATISTA CAMPOS	191
5.1	PARQUE ESTADUAL DO UTINGA – PEUt	191
5.2	BOSQUE RODRIGUES ALVES JARDIM ZOOBOTÂNICO DA AMAZÔNIA	210
5.3	PRAÇA BATISTA CAMPOS	223
6	O CAMPO RELACIONAL DO LAZER EM ÁREAS VERDES PÚBLICAS URBANAS DE BELÉM	233
6.1	AS VIVÊNCIAS DE LAZER NO BOSQUE, NA PRAÇA E NO PARQUE	249
6.2	RELAÇÕES ENTRE VIVÊNCIAS E AÇÕES FACILITADORAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	276
7	CONCLUSÕES	309
	REFERÊNCIAS	317

PREFÁCIO

Compartilhar práticas relativas ao uso do tempo livre das mais diversas formas e com diversas configurações faz parte da composição da vida cotidiana, essa vida que presume um tempo dedicado à vida em comum, no privado e no público. Compreender essa dimensão da vida social faz com que seja possível entender a importância que as práticas ligadas a esse estrato da vida, que na verdade é a própria vida humana, vêm ganhando no mundo acadêmico-pragmático ao longo do tempo, passando de acessório a quase “protagonista” de diversas pesquisas científicas, do planejamento e das políticas públicas que buscam dar forma a uma vida humana mais plenamente satisfeita. Mas o tratamento dado a essas questões não foi uniforme durante a formação e o desenvolvimento das ciências do homem, e, nesses casos, oscilam entre um abandono por completo, como, por exemplo, quando a mercadoria é tratada como fetiche das relações sociais, portanto, a categoria mais importante, ou quando o estado, a dominação e a hegemonia anulam a criatividade, ou ainda quando os fatos sociais reificados são a matéria prima da investigação social. Alguns temas têm muita dificuldade de se tornarem centrais em certos debates, e o lazer, nesse caso, vem aos poucos sendo considerado o grande tema do nosso século, e é por meio dele que as práticas que dão forma e substrato à vida vão se conformando, juntamente com o mundo do trabalho, da produção.

Irrompido no momento em que a concepção moderna de trabalho vai se configurando na sociedade moderna, muito pela própria captura dessa dimensão pelo sistema produtivo, o lazer é hoje característica e necessidade indiscutível. A organização do trabalho capitalista se pauta, mesmo com suas diversas nuances atuais, pela exploração do trabalho assalariado no processo de produção. Por sua vez, essa exploração tomou proporções gigantescas no início do processo produtivo capitalista, no qual a fábrica, símbolo da revolução capitalista inglesa, balisava o ritmo da vida; o trabalho, além de dignificar o homem, concedia o paraíso ao protestante na ideia de Max Weber, e os trabalhadores tinham tempo sequer para o descanso.

A necessidade de repouso entre jornadas foi reivindicação dos trabalhadores, e isso se configura no nascimento do lazer, que então incorporou as lógicas do capital por duas vertentes: Esse tempo para descanso torna do trabalhador disponível, disposto e com energia para novas jornadas, aumentando, portanto, produtividades e compensando horas que, inicialmente, representariam queda na produção da mais-valia. O tempo do não trabalho, o tempo livre, além das atividades sociais, incorpora o descanso/repouso exatamente para que se retorne à produção com mais vigor. Dessa forma, o descanso/repouso é contraparte do trabalho abstrato, espectro sabiamente observado por Paul Lafargue.

Da mesma forma, o tempo livre dedicado ao descanso/repouso pode estar relacionado com o consumo de atividades que representariam, em parte, esse descanso e também com o consumo de atividades relacionadas estritamente ao lazer, ao entretenimento, ao divertimento. A sobra de tempos dos mais variados propicia estratégias de como usá-los e como desfrutar do que é ofertado pela indústria do entretenimento e do turismo, e como o aumento dos serviços de entretenimento e diversão, o tempo de lazer mais uma vez se incorpora no tempo produtivo pois se transforma em tempo de consumo, impulsionando trabalho de outrem, e produtos simbólicos.

De todos os lados, o lazer surge como um fator fundamental de compressão da engrenagem da vida cotidiana e do trabalho, quiçá, às vezes, tanto do profano, da estrutura, quanto do sagrado. Nascido da incoerência da relação trabalho – descanso –, o consumo do entretenimento poderia já ter nascido com aportes dignos, mas até hoje essa dimensão da vida carece de estudos mais profundos, mesmo que venha pouco a pouco ganhando protagonismos. Sendo o conceito de lazer cunhado nesse contexto, ficam então o ócio e o prazer como conceitos e formas elementares do lazer, que, inclusive, se apresenta sem grandes distinções com o trabalho em diversas sociedades e comunidades, e diz respeito então à dimensão prazerosa da vida, da forma dionisíaca e da festa, do mutirão e do prazer sexual, do não fazer nada e do momento sagrado da transformação da vida.

Se é possível pensar no lazer dentro desse campo relacional entre trabalho, descanso, consumo, é possível também estruturar pesquisas acerca do mesmo, perceber atividades, práticas e vivências, e potencializar, de alguma forma, essa experiência por meio da estrutura técnica e política de um corpo de preceitos e estudos, de profissionais formados provindos dos campos da educação física, do turismo e da arte, de técnicas de uso de espaços de lazer, de democratização e acessos e possibilidades de lazer, de entretenimentos de qualidade que produzam reações prazerosas em seus públicos, espectadores e audiências.

A tese de Mirleide Char Bahia aborda cuidadosamente as diversas facetas do conhecimento que formam os estudos sobre o lazer na contemporaneidade, com o objetivo de investigar a relação entre a dimensão urbana e a natureza, mediadas pelo lazer. Mirleide traça a trajetória, os repertórios do lazer com uma ideia central: partindo da premissa de que a ruptura homem natureza se instala com a industrialização e urbanização, a autora se indaga se uma reaproximação é possível no campo das práticas sociais, por meio da presença e dos usos das áreas verdes públicas urbanas, pelas vivências nesses espaços e pela mediação do lazer e de sua estrutura organo-disciplinar. Na verdade, é possível perceber no seu trabalho o esforço ímpar para compreender os conceitos de lazer, que como nos mostra Alain Corbin, tem sua gênese na modernidade. De igual forma, apresenta um cuidadoso debate acerca da relação do lazer com as práticas cotidianas no uso dos espaços públicos verdes, lançando mão da ideia de Áreas Verdes Públicas Urbanas (AVPU). Além disso, apresenta as vivências desses lazeres e de seus saberes em áreas da cidade de Belém, Pará, classificando então os usos, as práticas e seus agentes, dentro de um complexo campo, o campo das vivências de lazer em AVPUs. Nesse sentido, o estudo aponta a necessidade de novas interpretações sobre essa relação, inclusive na compreensão que as políticas públicas podem ter dessas atividades.

Nos debates sobre lazer no seio do doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do grupo de pesquisa Turismo, Cultura e Meio Ambiente, a autora

avança em desafios conceituais e, de forma pioneira, apresenta um importante estudo sobre o tema na Amazônia. A partir desse estudo, e da criação do Grupo de Pesquisas em Lazer, Ambiente e Sociedade – GPLAS, o NAEA começa a se apresentar na Região Norte como um dos principais centros de pesquisa para o debate desse tema, assinalando a importância do mesmo nos dias atuais.

Prof. Dr. Silvio Lima Figueiredo
Setembro, 2014

1 INTRODUÇÃO

O lazer, na configuração conhecida atualmente, surge a partir do processo de industrialização e de urbanização das cidades, haja vista que antes desse período não havia uma divisão que separasse instâncias tão próximas e inter-relacionadas na vida das pessoas, como o lazer, o trabalho e a natureza. Com as mudanças ocorridas na sociedade, o lazer nasce da dicotomia lazer x trabalho, gerando interesses e necessidades da classe trabalhadora em reivindicá-lo e das ciências sociais em estudá-lo.

A vida moderna, ao mesmo tempo em que une os indivíduos para a produção, passa a amontoá-los em fábricas, em grandes empresas e/ou em serviços informais nas ruas (legalizados ou não), onde a funcionalidade imediata constitui a maior preocupação, provocando o distanciamento de si mesmo, do contato com o outro e com a natureza, tendo em sua vida um controle social que os pressiona a estabelecerem como valor ético e moral o “ser produtivo”. Isso também acaba por resultar numa transferência desse valor produtivo para todas as esferas de sua vida como, por exemplo, para o campo do trabalho, o campo econômico, o campo político, o campo ambiental e o campo do lazer.

Muitas vezes, o trabalho passa a exercer certa centralidade na vida das pessoas e, como forma de controle e exploração exercidos por este, subordina o lazer – vivenciado no tempo livre das mesmas – à necessidade de consumir o excesso da produção das indústrias.

Assim, no campo do lazer, as relações de poder entre os sujeitos que fazem sustentar as políticas e as ações na área, muitas vezes são impregnadas pela oferta de “diversões” diretamente vinculadas aos mecanismos de apropriação de bens materiais, como forma de produto cultural e, geralmente, são ofertadas pela denominada “indústria cultural”, representada pela indústria do esporte, do turismo e do entretenimento.

Esses produtos da indústria cultural, de forma geral, acabam por imprimir uma lógica de desenvolvimento desenfreado e de consumo exacerbado, fazendo com que alguns indivíduos adotem e reproduzam os mesmos padrões de comportamento tanto no trabalho, quanto em seus momentos de lazer, apesar de existirem possibilidades de se fazer outras escolhas.

Nas novas configurações das cidades, percebe-se que a partir das transformações urbanas, novas dinâmicas que regem o espaço de cidades como Belém sofrem certos rompimentos das relações ser humano-natureza, desencadeados pelo crescimento urbano e pelo crescente “estrangulamento” de áreas verdes destinadas ao lazer, antes presentes no cotidiano das pessoas e da cidade.

Nesse sentido, as relações socioambientais também passam a sofrer intensas modificações, gerando preocupações quanto ao modelo produtivo que lhes dão sustentação, ocasionando significativos problemas à vida das pessoas no ambiente urbano. Surge, então, a necessidade de se resguardar algumas áreas e institucionalizá-las como áreas protegidas ou como Áreas Verdes Públicas Urbanas.

Daí vem o meu interesse pessoal sobre a temática, haja vista que venho presenciando tais transformações em minha própria vida. Com infância vivida entre as décadas de 1960 e 1970, vivenciei momentos lúdicos, prazerosos e de convivência com quintais das casas de meus avós, de meus pais e de vizinhos que ainda possuíam áreas denominadas de “vacarias”, onde se criavam animais para suas próprias subsistências. Todos esses locais, atualmente, abrigam prédios residenciais e/ou comerciais, tendo sido extintas essas pequenas áreas verdes.

Além disso, a minha formação na área de conhecimento da educação física aproximou-me de práticas pedagógicas no âmbito do lazer, aonde venho atuando há mais de quinze anos, com experiências diversas de intervenções profissionais realizadas em diversos locais, dentre estes, em algumas Áreas Verdes Públicas Urbanas, as quais, na atualidade, caracterizam-se por representar os locais que precisaram ser criados e preservados para suprir

o rompimento ocasionado pela urbanização de Belém. Desta forma, estes dois fatores vêm alimentando, por alguns anos, muitas curiosidades, certos questionamentos e alguns incômodos sobre o objeto desta pesquisa.

Diante desse panorama, ao compreender o lazer como constituinte de uma estrutura complexa da vida social, torna-se relevante para o meio acadêmico e para a sociedade, o desenvolvimento de pesquisas acerca dessa temática, buscando descortinar as nuances relativas ao seu desenvolvimento e às suas vivências, tendo em vista que novos estudos podem oferecer elementos significativos para a compreensão do lazer nas cidades.

O lazer, longe de ser “uma tábua de salvação”, ao assumir um aspecto educativo para além de práticas relacionadas aos padrões de consumo, pode ser um dos elementos capazes de contribuir para uma certa inversão dessa lógica. Mas, para que isso ocorra, é preciso compreendê-lo, não como um instrumento de dominação e de alienação, que impede a visão crítica das pessoas e camufla a realidade e os conflitos sociais existentes na sociedade, e sim como uma perspectiva de outras vivências modificadoras de valores, de atitudes e de exercício de liberdade, podendo suscitar uma *rá is* conectada com relações socioambientais mais qualificadas, podendo funcionar como um “repensar” da vida na cidade e sinalizar elementos para o direito à cidade e à natureza.

Considera-se, portanto, que as vivências de lazer em áreas verdes podem possibilitar comportamentos de contestação do *stat s o*, de mudanças de atitudes cotidianas, de configurações de emancipação humana e de transformação de alguns desses valores, minimizando a ruptura ser humano-natureza nas cidades.

Partindo-se desses pressupostos, este estudo tem como problema de tese analisar “como as vivências de lazer estão intermediando as relações socioambientais em Belém - Pará?”, a partir de uma trajetória balizada pelos seguintes questionamentos: Como se configuram as relações socioambientais entre os agentes do campo do lazer? Como se configura o campo relacional do lazer em áreas verdes, por meio das vivências no Bosque Rodrigues Alves

Jardim Zoobotânico da Amazônia, na Praça Batista Campos e no Parque Estadual do Utinga?; e Quais os programas, projetos e ações de lazer e meio ambiente nas áreas do estudo?

O objetivo principal dessa pesquisa foi analisar as vivências de lazer e sua intermediação nas relações socioambientais em Belém – Pará e, a partir dos marcos de problematização, são levantadas duas hipóteses. A primeira, de que as vivências de lazer do cidadão em áreas verdes, mesmo que ainda pautadas num modelo de sociedade de produção e de consumo, interferem positivamente nas relações socioambientais, podendo funcionar como um “repensar” da vida na cidade e sinalizar elementos para o direito à cidade e à natureza. E a segunda, de que, apesar da ausência de políticas públicas de lazer em áreas verdes, as quais poderiam possibilitar uma educação para vivências críticas e conscientes, há uma pré-disposição dos usuários em ampliar suas experiências, resultando na melhoria das relações socioambientais.

Para responder às indagações desta pesquisa, buscou-se construir um referencial teórico que pudesse dar suporte ao problema de pesquisa e às questões relacionadas a este, a fim de responder satisfatoriamente aos seus objetivos. Foram utilizadas algumas categorias teóricas consideradas fundamentais para o que se propõe essa pesquisa, e que podem dialogar com as observações realizadas.

Como opção teórico-metodológica e forma de compreensão do panorama da realidade encontrada, foram seguidas as orientações propostas por Pierre Bourdieu, explorando seu referencial teórico-metodológico nas investigações do campo relacional do lazer em Áreas Verdes Públicas Urbanas de Belém. Para tanto, foram utilizados os conceitos de campo e de **habitus**.

Para compreender o significado de um campo social, Bourdieu (1983a) o descreve como sendo um espaço estruturado de posições, onde se estabelecem as lutas entre os agentes sociais em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão.

O campo traz contribuições para se perceber, de maneira relacional, o objeto de pesquisa, as dinâmicas e as ações estabelecidas entre os agentes

e as estruturas macro onde ocorrem essas dinâmicas, as quais abrangem, necessariamente, um conjunto de ações dos agentes envolvidos no campo, onde se buscou analisar posturas e as ações de determinados agentes e instituições do campo, com base em um quadro de mudanças sociais processados a partir da relação entre lazer e meio ambiente.

Para entender a dinâmica deste campo de relações, foi tomado como recorte de análise e observação das vivências de lazer em três Áreas Verdes Públicas Urbanas de Belém (Bosque Rodrigues Alves Jardim Zoobotânico da Amazônia, Parque Estadual do Utinga e Praça Batista Campos), por entender que esses espaços representam espaços efetivos de relações e de tensões e, por isso, permite-nos, por meio destes, observar as lutas de força que marcam a existência de visões divergentes sobre as demandas populares, sobre as políticas públicas de lazer, sobre o poder de influência de cada um dos agentes e sua conseqüente posição social no campo de relações. Este recorte delimita o espaço de análise àquelas instituições que atuam com as políticas de lazer e/ ou de meio ambiente, as quais, mesmo não estando ligadas diretamente às vivências em Áreas Verdes Públicas Urbanas, apresentam certa influência sobre o campo e podem ou não interferir neste, caracterizando um certo jogo de poder. Bourdieu (1983a) chama atenção para a indissociabilidade da relação entre o campo e o *abitus*

O *abitus* é um modo de agir aprendido pelo agente na sua inserção em determinado campo, ou seja, é um conjunto de conhecimentos práticos adquiridos ao longo de sua vida, os quais permitem que possa perceber e agir num determinado universo social. Portanto, as “estruturas” (os jogos, as nuances, as disputas) desse campo em que está inserido são importantes na formação de seu *abitus*, porém, a ação dos agentes não é completamente determinada por tais estruturas.

A pesquisa também está alicerçada nas teorias do lazer, utilizando-se estudos de pesquisadores de áreas das ciências sociais que buscam entendê-lo sob as perspectivas relacionadas às novas dinâmicas de tempo-espaço, e as vivências deste na sociedade moderna das cidades. Como aporte teórico,

foram utilizados estudos de Paul Lafargue, Wright Mills, Bertrand Russel, Witold Rybczynski, David Riesman, Thorstein Veblen, Nelson Marcellino, Christianne Gomes, Victor Melo, Leila Mirtes Pinto, Helder Isayama, dentre muitos outros.

Para tratar sobre a temática relacionada às questões da indústria cultural, do consumo e do lazer consumista, buscou-se apoio teórico em Theodor Adorno e Max Horkheimer, Jean Baudrillard, Herbert Marcuse, Bárbara Freitag, Fernando Mascarenhas, Valquíria Padilha, dentre outros.

Sobre urbano, urbanização e cidades, de forma geral, alguns estudos ajudaram a adentrar num universo totalmente novo para esta pesquisadora e serviram para esclarecer e permitir uma compreensão geral sobre o assunto, como os estudos de Henri Lefèbvre, Lewis Mumford, Jane Jacobs, Gwendolyn Leick, Milton Santos, Marcelo Lopes de Souza, Roberto Monte-Mór, Ermínia Maricato, Raquel Rolnik, dentre outros importantes pesquisadores da área em questão.

Em se tratando de urbanização da Amazônia e de Belém, bem como das trajetórias históricas importantes da cidade, os estudos que contribuíram para percorrer esse caminho foram de Edna Castro, Saint-Clair Trindade Junior.; Maria de Nazaré Sarges, Augusto Meira Filho, Ernesto Cruz, Carlos Rocque, Leandro Tocantins, os relatórios de Antônio Lemos, dentre outras obras de extrema relevância.

Também sobre o enfoque relacionado à natureza, às áreas verdes, aos espaços públicos e o lazer na natureza, foram utilizadas obras de vários pesquisadores que discutem tais aspectos, como, por exemplo, Keith Thomas, Hugo Segawa, Robert Manning, Leide Takahashi, Ângelo Serpa, Eugênio Queiroga, Fabio Robba e Silvio Macedo; Carlos Loboda e Bruno De Angelis, Ricardo Uvinha, Vera Costa, dentre outras importantes referências a essas temáticas.

A pesquisa se alicerça numa perspectiva qualitativa, haja vista que trata de abordagens com significados simbólicos e estes não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas, pois respondem a noções muito particulares, devendo-se considerar os seguintes fatores:

- a) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento.
- b) Os dados coletados são predominantemente descritivos.
- c) A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto.
- d) O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador.
- e) A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. Os pesquisadores não se preocupam em buscar evidências que comprovem hipóteses definidas antes do início dos estudos (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 11-13).

Esta pesquisa foi realizada com base em estudos exploratórios, por meio da combinação entre pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo (SEVERINO, 2000) e seguiu uma série de procedimentos, dentre estes, pode-se citar:

O levantamento bibliográfico do estado da arte referente ao tema, o qual levou em conta o estabelecimento de um marco teórico e teve como objetivo principal realizar uma busca nas fontes bibliográficas relevantes da área em questão (livros, revistas, artigos, teses, dissertações, anais de seminários/congressos, sites de acesso a pesquisas acadêmicas disponíveis na *internet*, entre outros), que foi realizado na Biblioteca do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA); Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará (UFPA); Biblioteca da Universidade do Estado do Pará (UEPA); Biblioteca Arthur Vianna do Centro Cultural Tancredo Neves (CENTUR), bem como em bibliotecas que disponibilizam seu acervo por meio eletrônico e outros locais onde foi possível o acesso aos dados bibliográficos necessários. O levantamento bibliográfico inicial utilizou como temas-chave: lazer, meio ambiente, espaços públicos, áreas verdes, urbanização, políticas públicas e teve como base as técnicas de análises textuais, interpretativas e críticas, de Severino (2000).

O levantamento e a análise documental teve como pressuposto básico a exploração de materiais como os documentos oficiais das secretarias, tais

como programas, relatórios de atividades, propostas, projetos, planos de ação e outros documentos jurídicos, como leis e decretos. Esta fase teve como objetivo analisar a documentação existente em órgãos do governo (estadual e municipal), os quais têm como competência a elaboração de políticas públicas para a área de lazer e para a área de meio ambiente.

A análise dos textos documentais se deu a partir da análise de conteúdo, nos parâmetros apresentados por Bardin (2006), que afirma tratar-se de uma técnica que permite exames metódicos, sistemáticos e objetivos do conteúdo de certos textos, a fim de classificar e de interpretar os elementos constitutivos que não estão totalmente acessíveis em uma leitura superficial. Seria a construção de uma aproximação, tão rigorosa quanto possível, do conteúdo de diversas formas de comunicação verbal, esforçando-se para revelar tendências, essencialmente por atividades de categorização e de classificação, a partir de uma interpretação argumentada.

A Pesquisa de Campo teve como objetivo a realização de observação simples e de entrevistas não diretivas, esclarecendo-se que a observação simples é caracterizada como uma observação:

[...] dirigida ao conhecimento de fatos ou situações que tenham certo caráter público, ou que pelo menos não se situem estreitamente no âmbito das condutas privadas [...] condutas mais manifestas das pessoas na vida social, tais como: hábitos de compra, de vestuário, de conveniência social, de frequência a lugares públicos etc. (GIL, 1994, p. 112).

Nesta fase, o objetivo foi de observar a frequência das pessoas nas três áreas escolhidas para este estudo, caracterizando-se por serem locais onde há interações com áreas naturais, como meio de verificar como estas vivenciavam o lazer nos referidos lugares, como forma de confrontar tais dados aos pressupostos bibliográficos, aos dados documentais e às entrevistas.

As entrevistas foram do tipo “não diretivas”, com as perguntas sendo respondidas por meio de uma conversação informal.

[...] a entrevista não-diretiva, contrariamente à entrevista dirigida, não propõe ao entrevistado uma completa estruturação do campo de investigação: “é o entrevistado que detém a atitude de exploração”. A partir da instrução (consigne) transmitida pelo pesquisador, por exemplo: “Pode me dizer o que a política e os partidos políticos representam para você?”, o entrevistado define como quiser o “campo a explorar” sem se submeter a uma estruturação pré-determinada. G. Michelat enfatiza que a entrevista não-diretiva favorece a captação de uma informação mais “profunda” ou menos “censurada” do que no caso de outros procedimentos (THIOLLENT, 1987, p. 85).

A escolha pela realização desse tipo de entrevista se deu pelo fato de que a profundidade alcançada pela não diretividade está ligada à sua capacidade de facilitar a produção de significações carregadas de afetividade, mesmo quando se apresentam como estereótipos. “O que nós procuramos pôr à luz, de fato, é a lógica subjacente às associações que, a partir da instrução inicial, irão levar o entrevistado a abordar tal ou qual tema, a voltar atrás ou progredir para outros temas” (THIOLLENT, 1987, p. 85). O autor apresenta a proposta de G. Michelat, de se seguir três fases nas entrevistas não diretivas:

- 1) escolha de um pequeno número de pessoas diversificadas representativas do assunto estudado. Não se trata de amostragem, mas sim de seleção dos indivíduos em função dos critérios do investigador. A seleção deve incluir representantes das posições as mais diversas; por exemplo, para estudar o fenômeno religioso, serão selecionadas pessoas religiosas e atéias; para problemas raciais, seriam escolhidas racistas e anti-racistas.
- 2) Gravação de entrevistas conduzidas sem imposição de problemática. O ponto de partida é dado pela instrução do pesquisador. No decorrer da entrevista, o entrevistador permanece numa situação de “atenção flutuante” que, permite estimular o entrevistado a explorar o seu universo cultural sem questionamento forçado.
- 3) A análise do conjunto das entrevistas selecionadas (corpus) levanta as verbalizações assim como as hesitações, os silêncios, os risos, os lapsos, etc., que são considerados reveladores de significação latente (THIOLLENT, 1987, p. 86).

Tudo deve ser analisado com referência aos dados básicos das pessoas: idade, sexo, profissão, nível de instrução, entre outros fatores. O *corpus* não é um texto único, pois cada entrevista deve ser analisada com base na tentativa de se encontrar os sintomas relativos ao “sistema de representações, de valorizações afetivas, de regras sociais, de códigos simbólicos interiorizados pelo indivíduo, no decorrer de sua socialização e sua relação, eventualmente conflitiva, com as diversas dimensões de uma experiência atual que ele partilha com muitos outros” (THIOLLENT, 1987, p. 86).

Na entrevista não diretiva deve-se estimular a liberdade, a fim de permitir ao entrevistado a emissão do maior conjunto de sinais possíveis. O pesquisador poderá se encontrar em condições mais satisfatórias para atribuir uma significação ao discurso captado nas entrevistas e, após várias leituras, “dar uma satisfatória categorização de seus diversos elementos. Isto corresponde ao retardamento da categorização que sempre é relativo” (THIOLLENT, 1987, p. 96).

Desta forma, é necessário que o entrevistador mantenha-se atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa, direcionando perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo, assim, um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados.

Bourdieu (1987) aconselha, na medida do possível, falar numa mesma linguagem do pesquisado, para que seja entendido e o diálogo não seja prejudicado, ou seja, o pesquisador deve descer de seu “pedestal cultural” e deixar de lado momentaneamente seu capital cultural para que ambos, pesquisador e pesquisado, possam se entender, diminuindo assim a violência simbólica que é exercida por ele mesmo. Também aponta algumas sugestões para a realização da transcrição das entrevistas, alertando para que o pesquisador acrescente em sua escrita os silêncios, os gestos, os risos, a

entonação de voz do informante durante a entrevista. Esses “sentimentos”, que não passam pela fita do gravador, são muito importantes na hora da análise, pois eles mostram muita coisa do informante. O pesquisador tem o dever de ter fidelidade quando transcrever tudo o que o pesquisado falou e sentiu durante a entrevista. Ao realizar o relatório da pesquisa, é dever do pesquisador se esforçar, ao máximo, para situar o leitor de que lugar o entrevistado fala, qual o seu espaço social, sua condição social e quais os condicionamentos dos quais o pesquisado é produto. Tem que ficar claro para o leitor a tomada de posição do pesquisado.

A seleção de indivíduos foi do tipo não probabilística, por acessibilidade ou por conveniência. Este tipo de seleção se caracteriza pelo fato do pesquisador selecionar “os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo” (GIL, 1994, p. 104).

As entrevistas foram realizadas com os usuários que vivenciavam o lazer no Bosque Rodrigues Alves Jardim Zoobotânico da Amazônia, no Parque Estadual do Utinga (PEUt) e na Praça Batista Campos, tendo sido entrevistados 41 usuários, sendo 12 frequentadores do Bosque; 16 do PEUt e 13 da Praça.

Também foram realizadas entrevistas com os gestores de órgãos públicos e privados, num total de 12 gestores, sendo três com atuação no Parque Estadual do Utinga (PEUt), entre estes, dois vinculados ao Batalhão de Polícia Ambiental (BPA) e um à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA); dois com atuação no Bosque Rodrigues Alves Jardim Zoobotânico da Amazônia, vinculados à Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA); um com atuação na Praça Batista Campos, vinculado à SEMMA; três com atuação na Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (SEEL) e três com atuação na Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer (SEJEL).

Além disso, foram realizadas entrevistas com os especialistas na área (animadores socioculturais), que exercem suas funções nas áreas estudadas, onde 14 concederam entrevistas, sendo quatro com atuação no Bosque, três vinculados à Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e um

autônomo; dez com atuação no PEUt, destes, quatro vinculados ao Batalhão de Polícia Ambiental (BPA), quatro à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), um autônomo e um do setor privado. No período da pesquisa não foram encontrados animadores socioculturais atuando na Praça.

Do Setor Privado foram entrevistados dois representantes que atuam no PEUt (um que desenvolve atividades de turismo de aventura e uma academia de múltiplas práticas corporais). No período da pesquisa, não foram encontrados representantes do setor privado desenvolvendo programas, projetos ou ações de lazer no Bosque e na Praça.

E por fim, do Terceiro Setor foi entrevistado um representante de uma Associação que atua na Praça. Em relação ao PEUt e ao Bosque, não foi possível localizar representantes que tenham atuação direta nessas áreas.

O processo de levantamento bibliográfico perdurou por todo o período da construção da tese, que foi de quatro anos. O levantamento documental, as observações e a realização das entrevistas aconteceram durante o período dos três anos finais.

Em termos gerais, apesar de uma disponibilidade bastante positiva em relação à coleta de todos os dados da pesquisa, houve alguns entraves, especialmente em relação à falta de disponibilidade de informações e de concessão de entrevista por parte do gerente atual do Parque Estadual do Utinga (Secretaria de Estado de Meio Ambiente). Mesmo tendo sido cumpridas todas as exigências burocráticas para este acesso, com o envio de ofício e de e-mails solicitando as informações necessárias a esta pesquisa que, em âmbito legal, devem ser públicas e transparentes, até o fechamento da tese não houve um retorno às solicitações.

Todas as informações, entrevistas, documentos, relatórios, fotos e mapas referentes ao PEUt foram obtidos com a gestora e os técnicos da gestão passada do parque, que findou no início de 2011, e com os gestores e policiais do Batalhão de Polícia Ambiental (BPA).

A trajetória da tese segue numa organização por capítulos, comentados brevemente a seguir.

O primeiro capítulo discorre sobre a construção social do lazer e seu campo científico, com pesquisas que trouxeram contribuições valiosas para o entendimento da trajetória histórica do lazer e para as reflexões sobre o atual modo de vida humano no macrocampo das Ciências Sociais; em seguida discute-se sobre o tempo livre e o consumo, por meio de influências da indústria cultural; também é abordada a possibilidade de emancipação e de liberdade, por meio do lazer; e a necessidade de incorporação do seu direito, por meio de políticas públicas. Fechando o capítulo, discute-se a efetividade do direito ao lazer no Brasil.

A partir da constatação de que atualmente a manifestação do lazer é uma característica fundamental na vida cotidiana urbana, o segundo capítulo descreve o lazer nas cidades, os processos de urbanização e sua dinâmica, traçando um breve caminho sobre a urbanização do Brasil, da Amazônia e de Belém e suas consequências para a vivência de lazer na cidade. Além disso, procura discutir a questão do direito à cidade, ao meio ambiente e ao lazer em Belém, que na configuração atual se caracteriza por necessitar de espaços públicos e de equipamentos para se concretizar.

Dentre os espaços públicos e equipamentos necessários para a concretização do lazer urbano atual, as áreas verdes são o foco deste estudo. Portanto, o terceiro capítulo traça uma trajetória das relações ser humano-natureza, a partir de uma abordagem sobre a constituição das praças, dos jardins, das áreas naturais protegidas e das Áreas Verdes Públicas Urbanas, finalizando com um panorama de como estas áreas estão formatadas na realidade atual de Belém.

A caracterização do *locus* da pesquisa é abordada no quarto capítulo, onde são descritas as estruturas físicas, os aparatos legais de institucionalização e os projetos existentes nas três áreas escolhidas para serem observadas, que são: o Parque Estadual do Utinga, o Bosque Rodrigues Alves Jardim Zoobotânico da Amazônia e a Praça Batista Campos.

No quinto capítulo, a abordagem gira em torno do campo relacional do lazer em Áreas Verdes Públicas Urbanas de Belém, buscando entender como

as relações que se estabelecem nesse campo vêm acontecendo; como cada agente assume seu papel na sociedade; e se estes fatores vêm influenciando ou não o **habitus** dos indivíduos, que se configuram como suas relações socioambientais, em uma cidade como Belém. São descritas as vivências dos visitantes de lazer das três áreas do estudo, e as relações entre essas vivências e as ações facilitadoras das políticas públicas de lazer e/ou de meio ambiente.

2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO LAZER E SUA TRAJETÓRIA CIENTÍFICA

Situar o lazer no mundo contemporâneo significa tentar compreendê-lo no contexto histórico, político, econômico, social e cultural da sociedade, identificando mudanças, reconhecendo diversidades e desvelando desigualdades.

Desta forma, a compreensão do lazer deve expressar a síntese das múltiplas configurações de sociedades, instituídas pela dinâmica da economia, da política e da cultura, entendendo-o como um fenômeno em permanente transformação. Para isso, é preciso buscá-lo na história e contextualizá-lo, submetendo teorias advindas de outros momentos socio-históricos, aos fatos e momentos do presente.

O campo científico do lazer é bastante vasto e se construiu, historicamente, sobre bases complexas de relações objetivas e subjetivas entre seus agentes sociais. Alguns estudos descrevem e demonstram esses fatos, como por exemplo, o estudo de Werneck (2000a, p. 77-78), intitulado: “A constituição do lazer como um campo de estudos científicos no Brasil: implicações do discurso sobre a cientificidade e autonomia deste campo”.

Ressalta-se, que não é objetivo da presente pesquisa discorrer acerca de todas as obras produzidas sobre a temática, tanto em nível internacional, quanto nacional e, muito menos, pretender realizar um aprofundamento analítico sobre as obras, os conceitos e os autores aqui citados, pois existem diversos estudos já realizados com esse objetivo (PINTO, 1996; WERNECK, 2000b; PEIXOTO, 2007).

A intenção deste levantamento é de considerar que o momento histórico de cada obra e suas representações sobre a realidade social da época – em que pese seus limites sociopolíticos e/ou teórico-metodológicos refletidos em algumas concepções superadas atualmente – trouxeram contribuições valiosas

para a trajetória da construção social do lazer e para as reflexões sobre o atual modo de vida humano, no que se refere à exploração do ser humano, à expropriação do tempo de não trabalho (tempo livre, ócio), ao trabalho alienado, ao consumismo, à necessidade de uma contraposição ao modo de produção capitalista e à possibilidade de transformação, emancipação e liberdade por meio do lazer. Nesse sentido, esse debate contribuirá nas reflexões sobre a temática do lazer e nas análises sobre as vivências de lazer em Belém.

Alguns autores do cenário internacional iniciaram estudos que trataram de temáticas interligadas à problemática do lazer (como o tempo livre e o ócio) desde as décadas de 1920 e 1930, principalmente nos Estados Unidos, Inglaterra e na França, quando se inicia um movimento mais concreto em direção aos estudos da intitulada “sociologia do lazer”.

De acordo com Werneck (2000b), a sociologia do lazer surgiu nos Estados Unidos na década de 1920, principalmente pela necessidade de se ter um controle social sobre as horas de tempo livre dos trabalhadores nos países industrializados¹.

O jogo de forças sociais e o caráter contraditório do lazer fazem com que este estudo tenha como grande desafio a intenção de procurar compreender tal dinâmica, percebendo-o como um fenômeno que envolve não só a alegria do lúdico, a fruição², a fantasia, a festa, o encontro, o prazer estético, a experiência criativa, a liberdade, a possibilidade de formação de redes de sociabilidade que orientem determinadas territorialidades, mas também a outra “face da moeda” caracterizada pela satisfação imediata, pela utilidade prática, pelo lucro, pela alienação, pela influência da indústria cultural, pelo campo político e econômico determinando a qualidade e a quantidade das políticas sociais.

¹ De acordo com os argumentos de Parker (1978) – um dos primeiros autores a realizar estudos na perspectiva da “sociologia do lazer” –, esse campo é parte do desenvolvimento da sociologia em seu conjunto, cujas abordagens teóricas e métodos de investigação não eram totalmente peculiares ao lazer (WERNECK, 2000b).

² Conforme Marcuse (1997), a fruição pode ser compreendida como uma atitude possível nas relações do homem com as coisas e com outros homens.

Se em outro momento histórico, as ressalvas e interferências dirigidas ao tempo livre pelo modo de vida no capitalismo se mostraram bastante incisivas, considerando-se que a percepção deste tempo baseava-se na ideia de “tempo perdido”, condenado tanto por critérios morais como produtivos; na atualidade, o lazer – tido como parte constitutiva do tempo livre – em algumas políticas, muitas vezes, ainda se apresenta hegemonicamente como uma espécie de “tábua de salvação” para a resolução dos problemas, desde os referentes ao trabalho, até aqueles referentes à saúde.

Para Mascarenhas (2000), frente aos interesses econômicos mercadológicos, o fomento às práticas de lazer torna-se evidente, e sua potencialidade/capacidade temporal de consumo constitui-se, então, como um poderoso instrumento para a reprodução do capital. Nesse contexto, os resíduos de tempo em que ocorre o lazer e a maneira como as pessoas se apropriam dele, caracterizam-se pelo modo ou posição que o sujeito ou determinado grupo ocupa na sociedade de classes. Desta maneira, é com referência no poder de compra e/ou consumo que, muitas vezes, são verificadas as diversas formas de práticas do lazer.

Como alerta Cunha (1987), tendo em vista que o consumo se materializa como um dos momentos indispensáveis para a economia – outros seriam: a produção, a distribuição e a troca –, o tempo livre converte-se em um tempo imprescindível à produção. Portanto, o lazer se insere como uma categoria interna da economia política, sendo que sua manifestação não ocorre, senão, como uma emanção da própria economia capitalista. Em consequência disso, quanto maiores e mais agudas as diferenciações de classe no interior de uma dada sociedade, maiores serão as distinções do tempo e das práticas de lazer entre os grupamentos sociais.

Neste capítulo, procura-se discorrer sobre a trajetória socio-histórica do lazer³, para se compreender como as transformações da sociedade, em vários

³ Existem vários estudos brasileiros aprofundados sobre abordagens socio-históricas do tempo livre, da recreação e do lazer. Ver Marcellino (1987); Melo (1999); Werneck (2003); Gomes (2003); Pinto (2004); Peixoto (2007).

momentos, influenciaram o modo de vida das pessoas. Os agentes do campo científico que discutem tais questões tanto em nível internacional quanto em nível nacional, procuram delinear em suas reflexões tais transformações e seus reflexos na apropriação e no uso do “tempo livre”. Cabe ressaltar que aqui se opta por uma trajetória histórica não linear e não cronológica.

2.1 ABORDAGEM SOCIO-HISTÓRICA DO LAZER

Como resultado da situação sociohistórica vivida a partir da Revolução Industrial (século XVIII), o lazer surge como uma possibilidade de vivência de momentos de descanso, reivindicada pelos grupos sociais daquela época, por isso, ainda hoje, de uma forma geral, incorpora uma visão limitada e funcionalista⁴ tanto pelo poder público quanto pela sociedade, em considerá-lo apenas como a compensação de horas de trabalho extenuante e para a recuperação da força produtiva, por meio de horas de descanso. Por outro lado, também existem as concepções que o posicionam como um tempo meramente dedicado ao consumo e à subserviência mercadológica. Em contrapartida, alguns autores também têm defendido a perspectiva de transformação da realidade, considerando o processo histórico de lutas pelo tempo de não trabalho e reconhecendo o lazer como possibilidade de emancipação e de liberdade.

A atual noção de tempo livre e o próprio entendimento de lazer não surgem com a Revolução Industrial, mas em outro cenário, quando as lutas sociais conseguem impor poucas, porém significativas transformações ao capitalismo.

2.1.1 Trajetória Científica Internacional

Enquanto muitos defendiam o direito ao trabalho, foi Paul Lafargue, já em 1881, o primeiro a defender o direito à “preguiça”. Destaca-se que o autor

⁴ O lazer, sob esta ótica, configura-se como aquele que é utilizado como recurso para a manutenção da “ordem social estabelecida” e serve como instrumento para mascarar as contradições presentes na vida social. Pode se apresentar em quatro diferentes vertentes: romântica, moralista, compensatória ou utilitarista (MARCELLINO, 1987)

reivindica o direito à preguiça não como apologia ao fim do trabalho, mas como crítica radical à forma alienada de trabalho decorrente do que denomina “religião do trabalho”, verdadeiro “credo da burguesia” (LAFARGUE, 1999). Mas se foi ele um dos arautos desta discussão, na prática, a redução da jornada de trabalho e o conseqüente aumento do tempo livre foram conquistas dos trabalhadores.

Na mesma lógica de defesa à demanda dos trabalhadores, Russell (1977), em obra originalmente publicada em 1932, denominada “Elogio do Lazer”, defende a redução da jornada de trabalho para quatro horas diárias, a fim de que o trabalhador possa usufruir momentos de lazer, na perspectiva de que esta seria uma possibilidade de diminuição do desemprego e de uma melhor organização da sociedade.

Atualmente, com o crescimento contingencial do desemprego e/ou do trabalho precarizado, a redução da jornada e o direito ao trabalho voltam ao cenário como principal bandeira social e, com isso, o aumento do tempo livre do trabalhador, infelizmente, tem significado, cada vez mais, perdas e achatamentos salariais. O conflito sobre o tempo, tanto de forma quantitativa, quanto qualitativa, tem-se materializado como uma das grandes tensões geradas pela sociedade capitalista. A questão do tempo de trabalho e sua conseqüente redução, historicamente, sempre estiveram presentes como uma das reivindicações centrais na luta dos trabalhadores por sua emancipação.

Assim como a realização das atividades associadas ao trabalho permite constatar a existência de um tempo de trabalho, o conjunto das outras tarefas, obrigações, atividades, ou ainda, atitudes, presentes no cotidiano, que não se relacionam diretamente ao trabalho, permite verificar a ocorrência de um tempo livre.

Cabe ressaltar, que o lazer, enquanto cultura vivenciada no tempo livre, tempo disponível ou tempo de não trabalho⁵, não se encontraria em

⁵ Alguns autores diferenciam suas abordagens quanto aos termos utilizados. Para maior aprofundamento, consultar Adorno (2002), Marcellino (1987; 1996a), Mascarenhas (2000). Marcellino (1987, p. 29), por exemplo, esclarece que “tempo algum pode ser considerado livre de coações ou normas de conduta social” e adota o termo “tempo disponível”. Compactuamos com tal pensamento e este será o termo utilizado no

contraposição ao trabalho e às demais esferas da vida humana, mas também como um instrumento de mudança social, que pode ser capaz de superar a visão funcionalista e trazer valores revolucionários capazes de educar os indivíduos a vivenciarem de forma crítica, criativa, autônoma e emancipatória seus momentos no tempo de lazer e no tempo de trabalho, adotando formas de relacionamentos sociais mais espontâneas e uma convivência mais sustentável “com” a natureza, ao invés do domínio “sobre” esta.

O processo de trabalho é tido como uma “condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 1988, p. 70). A natureza, entendida como aquela “que não é em si mesma o corpo humano, é o corpo não orgânico do homem” (MARX, 1998, p. 156), é a realidade objetiva com que nos deparamos todos os dias.

O trabalho, para Marx, configura-se como categoria de sociabilidade humana, apresentando-se enquanto condição para a vida e sendo universal a todos os homens. É uma atividade fundamental, da qual se originam todos os outros processos de interação enquanto formas mais complexas da práxis social.

O trabalho, nas diferentes formas que o capitalismo lhe tem conferido, vem sendo reduzido à mera atividade vital, cuja única e exclusiva orientação ainda é a subsistência garantida sob a forma de salário. Deste modo, “[...] o trabalho deturpa de tal maneira as coisas, que o homem por ser um ser consciente, não utiliza precisamente, sua atividade vital, sua essência, senão como instrumento de sua existência” (MARX, 1998, p. 157). O trabalho, em sua forma alienada, não mais permite a possibilidade de afirmação pessoal, mas mantém o indivíduo atrelado ao impulso vital das necessidades imediatas⁶.

decorrer da tese. No entanto, em alguns momentos os outros termos serão citados, respeitando o termo original utilizado por cada autor em suas obras.

⁶ No entanto, existem exceções, como, por exemplo, em alguns casos, o trabalho artístico, docente, político, científico etc.

Na verdade, há uma certa carga de responsabilidade lançada sobre o lazer, em função das insatisfações, frustrações e desintegrações do trabalho, tornando-o objeto de fácil manipulação do poder público e do próprio mercado, no sentido de direcionar a sociedade moderna em busca de compensações que a aliene e que comprovem que tanto no trabalho, quanto no lazer, a vivência social é dialética e, portanto, a alienação de um gera a evasão e processos compensatórios no outro.

[...] o lazer em si não é capaz de salvar o trabalho, mas fracassa juntamente com ele, e só poderá ser significativo para a maioria dos homens se o trabalho o for, de maneira que as próprias qualidades por nós procuradas no lazer terão maior probabilidade de se tornarem realidade se a ação política e social travar a batalha, em duas frentes, do trabalho-e-lazer (RIESMAN, 1971, p. 60).

Riesman (1971), em sua obra denominada “A Multidão Solitária”, considera a alienação a partir de análises sobre os aspectos da vida sociocultural de três modelos de sociedade: a tradicional, a de produção e a de consumo. Assim, classifica o caráter social predominante das pessoas nessas sociedades, do ponto de vista histórico em: tradicionais-dirigidos, introdirigidos e alterdirigidos, os quais exercem papéis que lhes são impostos desde a infância (comportamento, atitudes e ideais).

Na relação trabalho-lazer, o referido autor discorre sobre a diferença entre cada categoria citada, explicitando que na sociedade “tradicional-dirigida”, a transmissão dos valores realizada pelas instituições sociais (família, trabalho, escola, lazer) se dá por via das tradições orais, mitos e lendas; na sociedade “introdirigida”, tal transmissão é feita pela via da educação formal; e na sociedade “alterdirigida”, o que fica centralizado são as relações interpessoais, na propaganda, nos meios de comunicação e no padrão de consumo vigente.

Riesman (1971), ainda que visualizando o lazer numa perspectiva utilitária, considera que com o advento da Revolução Industrial, o modo de vida moderno e as relações trabalho-lazer tomaram novos rumos, estabelecendo ritmos de vida baseados no consumo.

Nesse período, o tempo estava longe de ser “regido” pelas estações do ano, já que o modo de produção, estipulado em horas de trabalho dentro de indústrias, estabelecia-se por meio do tempo mecânico, do relógio de ponto. O tempo, que antes seguia um ritmo baseado nas mudanças ocorridas na natureza (tempo circular e biológico), agora passava a seguir uma lógica padronizada (tempo linear e mecânico).

A partir do século XIX, segundo Rybczynski (2000), em sua obra “Esperando o Fim de Semana”, a forma de vivenciar o lazer tomava novos contornos e adquiria características bem diferentes das que existiam antes. Agora havia um tempo especial para dedicar-se ao lazer, além de um lugar especial para desfrutá-lo.

Não era o lazer misturado ao trabalho nem vice-versa. O lazer da classe média, que foi surgindo e influenciou toda a sociedade, tinha algo de novo: um limite de hora e lugar bem marcados, separando diversão e trabalho. Mais do que qualquer outra coisa, esse limite – do qual o fim de semana é exemplo – veio caracterizar o lazer moderno (RYBCZYNSKI, 2000, p. 113).

O surgimento desse novo comportamento em relação ao lazer, manifestava-se, a partir de então, inclusive como uma maneira de exibir **status**, e algumas atividades começavam a ganhar adeptos, estando muitas delas intimamente relacionadas a uma mudança de comportamento perante o meio ambiente e alguns entretenimentos faziam bastante sucesso, como, por exemplo, a caça às raposas, que por lei e por costume era uma prática inacessível ao povo e o iatismo, que era uma prática muito popular das elites, por ser uma atividade ideal para ser vista.

O referido autor expressa a questão do **status** buscado, por meio das práticas de atividades vividas no tempo livre do século XIX, e o uso do fim de semana para a ostentação de roupas, acessórios e equipamentos utilizados em suas práticas de atividades e uma nítida transferência de valores vividos em seus dias de semana na cidade para as suas horas de lazer.

Às vezes tenho a impressão que eu teria de acompanhar esses velejadores, alpinistas e amazonas de fim de semana em seus passeios e excursões para conhecê-los direito – vê-los em seu hábitat natural, digamos assim. Mas será que eu veria alguém diferente, ou a mesma pessoa obedecendo a outras convenções de comportamento, roupas e acessórios? [...] Gosto muito de ver fotos antigas de esquiadores, grupos de pessoas que parecem estar com suas roupas normais e simples tábuas de madeira curva amarradas em suas botas firmes. Esses homens e mulheres têm uma aparência agradável e relaxada. Hoje, todo iniciante usa uma parafernália de esqui que o faz parecer um competidor das Olimpíadas e até o esqui da modalidade “cross – country”, um passatempo tão simples, adquiriu a preocupação com a roupa adequada, a terminologia certa e o equipamento mais novo. Isso mostra uma preocupação com o *stat s* e o consumo, além de uma forma diferente de encarar o lazer que havia no passado (RYBCZYNSKI, 2000, p. 24).

Este fator de busca de *stat s* também remete à análise de Veblen (1965) sobre a tese defendida na sua obra “A Teoria da Classe Ociosa”, na qual expõe a característica consumista e ostentatória do tempo livre, traduzindo-a como “consumo conspícuo”, que era um meio de aquisição, manutenção e/ou exibição de *stat s* social dentro de uma “classe pecuniária superior” (classe economicamente mais abastada).

Formava-se uma classe, denominada por Veblen (1965), de “classe ociosa” (*leis re class*), a qual não realizava nenhum trabalho produtivo e se caracterizava por ser composta de um seletivo grupo de pessoas que podiam gozar do poder, do prestígio e da riqueza exibidos pelo consumo conspícuo e pela vida de esbanjamento e façanhas levada na sociedade dos Estados Unidos do século XIX, às custas da escravização de outros indivíduos.

O autor em questão, ao caracterizar o “ócio conspícuo” (uso do tempo livre em busca de *stat s*), como forma de atividade manifestada por tal classe social, consegue “flagrar” o consumismo eminentemente característico de sua época, porém, ainda bastante presente nos tempos modernos. Os hábitos de consumo da *leis re class* não estavam associados ao lazer – no sentido contemporâneo – e sim a rituais de aquisição e de consumo conspícuo para exibição na sociedade, como forma de competição e *stat s* social.

Adorno (2002), em seus estudos sobre o tempo livre, reflete sobre a divisão do tempo em duas partes – o “tempo de trabalho” e o “tempo livre do trabalho”. O autor demonstra traços essenciais sobre a questão do tempo livre, os quais estão diretamente vinculados à lógica capitalista, fazendo com que esse tempo (dito livre), na verdade esteja a serviço da função restauradora da força de trabalho, fato este que faria com que os indivíduos continuassem determinados pela lógica do trabalho, mantendo-se acorrentados a essa lógica, sem liberdade em tempo algum.

O tempo livre é acorrentado ao seu oposto. Esta posição, a relação em que ela se apresenta, imprime-lhe traços essenciais. Além do mais, muito mais fundamentalmente, o tempo livre dependerá da situação geral da sociedade. Mas esta, agora como antes, mantém as pessoas sob um fascínio. Nem em seu trabalho, nem em sua consciência dispõem de si mesmas com real liberdade (ADORNO, 2002, p. 103).

O francês Joffe Dumazedier, reconhecido intelectual do campo do lazer, que influenciou significativamente a formação do campo teórico do lazer no Brasil, publicou em 1988 o livro “Revolução Cultural do Tempo Livre”. Em que pese algumas superações da análise feita naquele momento histórico, tal obra apresenta uma instigante discussão a respeito das transformações que aconteceram na França, a partir do final dos anos 1960 até os anos 1980. Nessa obra, o autor traz reflexões sobre como, entre a tradição e a modernidade, a explosão do lazer na sociedade francesa funda novas práticas culturais, forjando um novo sistema de valores que opera uma revolução silenciosa no seio da antiga sociedade, levando sua população a um novo modo de vida. Logo na primeira referência à situação desse fenômeno, no final dos anos 1980, na França, o autor alerta que, muitas vezes, o lazer tem se reduzido a um novo campo de consumo, impondo-se como um poderoso mercado.

Em outra obra denominada “Valores e Conteúdos Culturais do Lazer”, publicada na década de 1980, o autor traz contribuições que são referenciadas até hoje sobre os valores embutidos nas práticas do lazer e estabelece “dimensões de gênero”, as quais se apresentam como perspectiva

do tipo de envolvimento das pessoas nas práticas de lazer, que são: o prático, o conhecimento e a fruição ou assistência (propiciada pelo consumo de um espetáculo), estando estes interligados ao “nível de envolvimento na atividade” em questão, podendo estar caracterizados como: nível elementar (conformismo), nível médio (críticidade) e nível superior (criatividade).

Dumazedier (1988) apresenta também as funções do lazer, denominadas como: divertimento, descanso e desenvolvimento pessoal e social. E distingue os conteúdos culturais vivenciados no lazer, como aqueles pautados nos diversos interesses – que significa o conhecimento enraizado na sensibilidade, na cultura vivida –, com a preponderância de um destes. Estes são classificados como: conteúdos físico-esportivos; conteúdos manuais; conteúdos artísticos; conteúdos intelectuais; conteúdos sociais; conteúdos turísticos (este último acrescentado posteriormente em obra de CAMARGO, 1986).

Parker (1978), em seu livro intitulado “A Sociologia do Lazer”, a partir de estudos realizados na Inglaterra, já descreve os antecedentes de transição para o capitalismo pós-crise dos anos 1970, quando havia nesses países uma retração do setor industrial em detrimento de uma forte expansão do setor de serviços privados. Especialmente naquela nação era perceptível uma tendência à expansão da mercantilização do lazer, como reflexo às mudanças socioeconômicas.

Parker traz, ainda, em sua obra, algumas indicações sobre a necessidade do campo do lazer ter mais autonomia e passar a fazer parte das reflexões sociológicas da época, haja vista que este era um dos importantes aspectos da vida social e necessitava de aprofundamento em seus estudos.

Preocupado com as mudanças no modo de vida da população dos Estados Unidos, Mills (1969), refere-se a uma classe de trabalhadores como uma categoria definida como “colarinho branco” *ite ollar*, mesmo nome de seu livro), que seria a nova classe média, uma classe situada entre o proletariado e a burguesia.

⁷ Essas características se refletem tipicamente em seu aspecto exterior, pois o que os distingue e uniformiza é o colarinho branco (MILLS, 1969).

O aspecto distintivo desta categoria de trabalhadores não estaria em sua função, mas em outros fatores como o prestígio, **status** social, nível de renda e consumo. O empregado passou a ser avaliado mais por sua personalidade do que por sua competência e seu prestígio se fundamenta no consumo em seu tempo livre.

A autoalienação desse trabalhador é referida por Mills (1969) como o fato de o trabalhador vender não apenas a sua força de trabalho, mas também a sua personalidade, pois agora ele precisa lidar não apenas com a venda de objetos, mas também com pessoas e símbolos. Este mercado foi denominado pelo autor como “mercado da personalidade”, no qual “aspectos pessoais ou mesmo íntimos do empregado são trazidos à esfera de negociação” (MILLS, 1969, p. 182).

Baudrillard (1995), em sua obra “A Sociedade de Consumo”, analisa e descreve os comportamentos adotados pelas sociedades no período da segunda metade do século XX, as quais buscam desejos inconscientes de significação, transformando os objetos em signos de consumo e de *status*.

Nesse sentido, o lazer também se transforma em objeto de consumo e é refletido numa lógica de “impossibilidade de se perder tempo”, já que nessa sociedade de consumo, o tempo significa valor de troca.

A lei do tempo como valor de troca e como força produtiva não se imobiliza no limiar do lazer, como se este escapasse miraculosamente a todos os constrangimentos que regulam o tempo de trabalho. As leis do sistema (de produção) nunca entram em férias. Reproduzem incessantemente e por toda parte: nas estradas, nas praias, nos clubes, o tempo como força produtiva. O aparente desdobramento do tempo de trabalho e tempo de lazer – inaugurando este a esfera transcendente da liberdade – constitui um mito (BAUDRILLARD, 1995, p. 163).

As produções do lazer no campo científico internacional trazem grande influência para os estudos da área no Brasil, portanto, torna-se importante percorrer essa trajetória para se conhecer alguns agentes desse campo em nível nacional.

2.1.2 Trajetória Científica Nacional

No Brasil, algumas experiências institucionais vividas em Porto Alegre, no ano de 1926, demonstram que a educação física e o esporte, seguindo a política social e urbana daquele período, influenciaram diretamente a construção dos significados de recreação⁸.

Além disso, a recreação, tendo como matriz de pensamento principalmente a educação física, foi entendida como sinônimo de atividades físicas e culturais diversas. Essas atividades integravam, na visão das lideranças, um “programa completo de educação física”. Neste trajeto, a recreação também foi vista como uma metodologia de trabalho diferenciada para a educação física, fosse ela desenvolvida no âmbito do ensino formal, ou da educação extra-escolar (WERNECK, 2003, p. 290).

Conforme estudos de Melo (1999), já na década de 1930, existiam “Centros de Recreio”, os quais foram criados com o propósito de desenvolvimento de atividades como a música, o teatro, a dança, os jogos etc., e que, ainda que de maneira dispersa, faziam parte do currículo da época, sob a roupagem de fórmulas e modelos aplicados, mas com ideologias submersas no objetivo de estabelecimento de uma nova sociedade, a urbano-industrial, e com uma nova compreensão sobre o tempo⁹.

Neste contexto, o projeto de disciplinarização dos corpos – baseados em princípios higiênicos e eugênicos –, tanto para o estabelecimento de uma nova ordem cívica e moral da sociedade urbano-industrial em desenvolvimento, quanto para a preparação da força de trabalho, que

⁸ Nesse período, era utilizado no Brasil o termo recreação, por influência do novo movimento desencadeado nos Estados Unidos. “Recreação e lazer tiveram significados distintos no período 1926-1964. Os sentidos de ambos, apesar de preservarem suas distinções em diferentes momentos e circunstâncias, ao longo dos anos foram se entrelaçando, notadamente no âmbito das políticas públicas de intervenção” (WERNECK, 2003, p. 295).

⁹ Assim, a sociedade passa a construir uma nova noção de tempo, como explica Werneck (2001, p. 16), “a noção de tempo não é um objeto natural, mas uma construção histórico-social [...] e não existe em si só”. Foi-se instituindo, historicamente, na sociedade e passou a apresentar características resultantes “de um longo processo de aprendizagem, coerção e autodisciplina”.

se manifestou inicialmente no modelo ginástico e, posteriormente, na esportivização da educação física, apresenta-se como um importante indicador para a compreensão dos papéis que cumpriram juntos, educação física, esporte e lazer em sua complexa trajetória (MASCARENHAS, 2005, p. 20-21).

A recreação, que teve sua matriz na educação física, era tratada como sinônimo de atividades desenvolvidas nos Jardins de Recreio. De acordo com Werneck (2003, p. 28), “em São Paulo (1935-1947) predominou a ideia de recreação como conjunto de ‘atividades-meio’, cuja matriz fundamentou-se no pensamento escolanovista”.

É a partir da década de 1970¹⁰ que os estudos do lazer se desenvolveram e se consolidaram academicamente, com o aprofundamento em pesquisas, a criação de cursos específicos e universitários, a realização de congressos científicos, entre outros, com o objetivo de descrever e compreender o fenômeno do lazer e a organização dos usos do tempo livre.

A partir de então, o lazer passa a ser visto como fonte de valores e contradições, constituindo-se como agente difusor de conteúdos vivos e indissociáveis da realidade que os produzem.

No Brasil é possível observar, já nas primeiras décadas do século XX, a publicação de algumas obras sobre a recreação. Como exemplo, cito o trabalho elaborado por Campos, Gouvêa e Cunha (1934), que relaciona a recreação com a educação. A discussão das autoras focaliza, sobretudo, o valor pedagógico do jogo e de outras práticas culturais para as crianças [...] a obra *Lazer Operário*, de Acácio Ferreira, foi publicada no ano de 1959 e é considerada, por vários autores, como o primeiro livro brasileiro sobre o lazer. As discussões empreendidas por Acácio Ferreira destacam a necessidade de conhecer as atividades recreativas vivenciadas, pela população operária baiana, nas suas “horas de lazer” (WERNECK, 2003, p. 28-29).

¹⁰ “Por um lado há um consenso, entre os estudiosos do lazer, de que foi apenas a partir da década de 1950 que as primeiras obras brasileiras específicas sobre este tema foram publicadas no Brasil, sendo esta produção intensificada após 1970. Por outro lado, há uma polêmica sobre os significados e as relações historicamente constituídas entre a recreação e o lazer em nossa realidade. Neste âmbito, é possível identificar diversas interpretações: recreação e lazer possuem significados distintos; recreação e lazer compartilham o mesmo significado; a recreação é considerada como uma função do lazer” (WERNECK, 2003, p. 28).

O primeiro Centro de Estudos de Lazer e Recreação surgiu em 1973, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), sendo constituído por membros desta universidade e do poder público municipal. E em 1974, esta mesma Universidade realizou o primeiro Curso de Especialização em Lazer. Neste mesmo ano, aconteceu o primeiro Seminário Nacional do Lazer, em Curitiba, e no ano seguinte, no Rio de Janeiro, foi realizado o primeiro Encontro Nacional de Lazer. Depois disso, foi realizado o primeiro evento internacional, em 1976, organizado pela Fundação *an lé*, com o objetivo principal de estimular estudos científicos e humanizar o lazer, com a participação de representantes de quarenta e dois países, inclusive do Brasil, conforme Werneck (2000a) pôde verificar em estudos históricos nas obras de Sant’anna (1994).

Com a vinda de Dumazedier ao Brasil, na década de 1970, e com os diversos cursos ministrados e diversas obras traduzidas e publicadas pelo autor em nosso país (DUMAZEDIER, 1973; 1975; 1979), estes fatos foram fatores essenciais para o desenvolvimento de estudos do lazer no país. No final de 1970, surgiu um grupo de estudos e de pesquisas empíricas no Centro de Estudos do Lazer (CELAZER), orientado por Dumazedier, com a participação de profissionais do Serviço Social do Comércio (SESC) de São Paulo¹¹.

O sociólogo francês Dumazedier (1973; 1975; 1979) representa uma grande contribuição para a constituição do lazer, enquanto um sistematizado campo de estudos no Brasil, uma vez que sua produção (fundamentada na “sociologia do lazer” norte-americana) teve grande aceitação e influência em nosso País ao longo da década de 1970¹² (WERNECK, 2000a, p. 80 - 81).

¹¹ “Alguns dos primeiros estudiosos brasileiros que se dedicaram às reflexões sobre o lazer foram o sociólogo REQUIXA (1977; 1980), a psicóloga MEDEIROS (1975) e a professora de educação física GAELZER (1979), entre outros, colaborando com o incremento da nossa produção teórica sobre o tema. Ressalta-se que alguns dos aspectos levantados por esses e outros autores privilegiam a discussão da recreação, contribuindo assim para a instalação de uma certa ambivalência, em termos de significados, da recreação com o lazer” (WERNECK, 2000a, p. 80-81).

¹² “Embora Ferreira tenha, em 1959, publicado um livro dedicado à problemática do lazer no Brasil, foi a produção de Dumazedier, bem como o conceito por ele elaborado, que serviram de base teórica para os primeiros trabalhos de pesquisa e de intervenção relacionados ao lazer a partir de 1970” (WERNECK, 2000a, p. 80-81).

Na década de 1970, Renato Requixa publicou algumas obras pelo Sesc, como “O Lazer no Brasil” (1977), “Sugestão de Diretrizes para uma Política Nacional de Lazer” (1980), dentre outras, trazendo importantes contribuições para uma sociologia do lazer no Brasil, apontando as influências da industrialização, da urbanização e seus reflexos no lazer. Em suas obras, Requixa deixa apontamentos importantes para se pensar os espaços urbanos e as políticas públicas de lazer na sociedade urbanizada.

A partir da década de 1980, vários autores iniciaram um movimento de aprofundamento nos estudos e publicação de obras sobre o assunto, como por exemplo, o sociólogo Nelson Carvalho Marcellino que, segundo pesquisas de Werneck (2000a, p. 81) acerca do campo científico do lazer, “é considerado, na atualidade, a mais expressiva referência sobre os estudos do lazer, sendo o autor mais citado nas pesquisas sobre o tema” e tendo publicado várias obras significativas, com destaque para “Lazer e Humanização” (1983); “Lazer e Educação” (1987) e “Pedagogia da Animação” (1990), além de uma significativa quantidade de artigos publicados e livros organizados pelo autor.

Vale destacar, também, outros autores de referência e de grande contribuição para a área, como, por exemplo: Luiz Octávio de Lima Camargo (1986, 1998); Antonio Carlos Bramante (1998); Heloísa Turini Bruhns (1997); Tereza França (1997); Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto (1996, 1998); Victor Andrade de Melo (1999); Helder Ferreira Isayama e Edmur Stoppa (1999); Christianne Luce Gomes Werneck (2000a, 2000b, 2003); Fernando Mascarenhas (2000, 2005); Ricardo Uvinha (2001, 2003), dentre muitos outros autores e obras¹³.

Esses autores vêm contribuindo de forma significativa para a construção de um arcabouço teórico que fundamenta o campo de estudos na área do lazer no Brasil, na medida em que estes vêm desenvolvendo reflexões expressivas sobre a apropriação do tempo disponível; sobre a alienação causada pela influência do capitalismo na sociedade como um todo e nas práticas de lazer; na

¹³ Como alguns desses estudos servirão de referência para esta pesquisa e serão citados no decorrer do trabalho, não cabe, neste momento, pontuar nominalmente suas obras e suas contribuições específicas.

necessidade de emancipação e de liberdade para viver o lazer. Também trazem perspectivas animadoras sobre as possibilidades de educação “para” e “pelas” vivências de lazer no meio urbano e no meio natural e sobre a necessidade de se pensar as políticas públicas de lazer em direção à sua democratização.

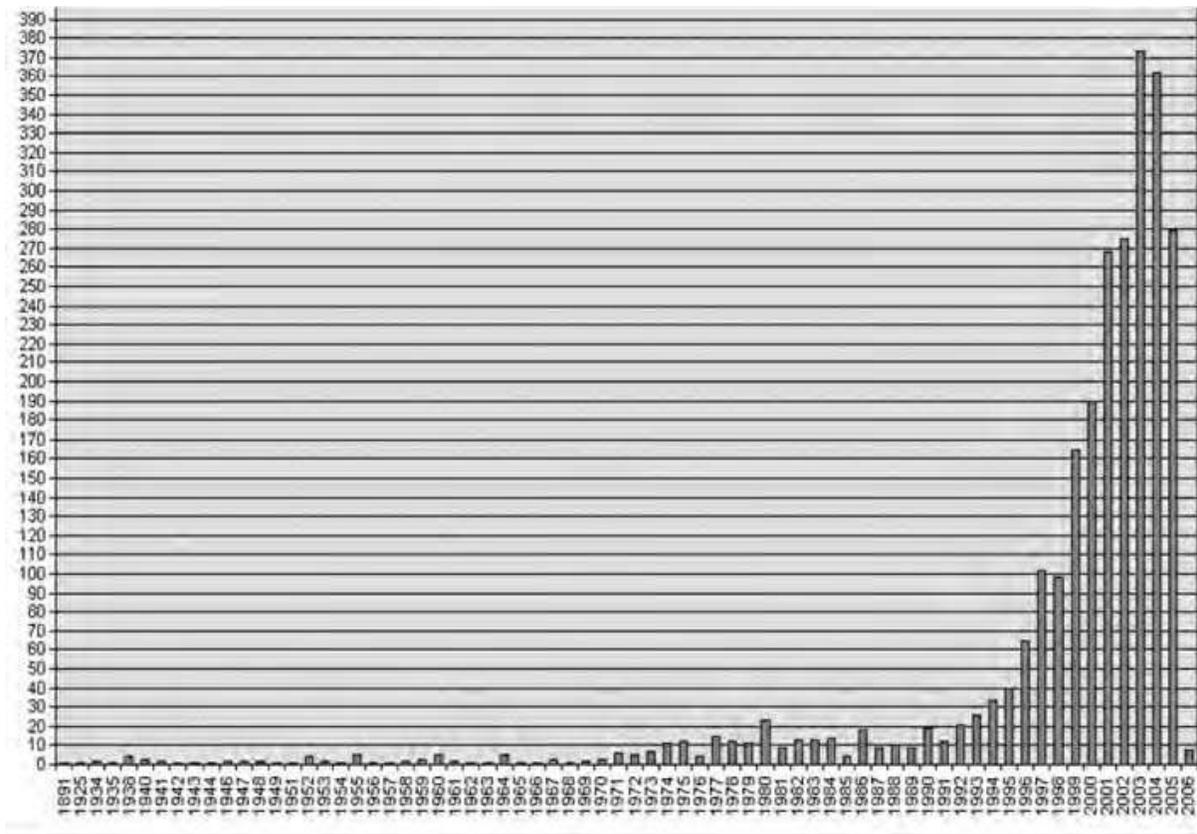
Em estudos recentes, Peixoto (2007) realizou um levantamento do estado da arte nos estudos do lazer do Brasil nos séculos XX e XXI e demonstrou, conforme o Figura 1, o fluxo da produção do conhecimento referente aos estudos do lazer no Brasil. Na mesma pesquisa, a autora catalogou estudos advindos de diversas áreas do conhecimento.

No que toca às áreas do conhecimento, a produção regular catalogada até este instante é oriunda da sociologia (do lazer e do trabalho), do direito do trabalho – referindo-se ao repouso semanal, em feriados e anual –, e também da filosofia, etimologia, história, geografia, administração, economia, arquitetura e urbanismo, matemática, enfermagem, turismo e hotelaria, educação física (recreação e lazer), antropologia cultural, pedagogia (educação lúdica, educação para e pelo lazer) e psicologia (PEIXOTO, 2007, p. 565-566).

No decorrer da trajetória de consolidação do campo científico do lazer –entendido como um campo multidisciplinar –, pesquisadores de várias áreas têm se dedicado a essa temática, como das áreas de Sociologia, de Antropologia, de Educação Física, de Turismo, de Economia, de Psicologia, de Geografia, dentre outras. Além disso, muitas ações vêm sendo concretizadas em busca de legitimação científica a esse campo, principalmente em Faculdades de Educação Física do país (WERNECK, 2000a). Algumas dessas ações:

a) A partir das décadas de 1980/1990, a Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) criou um departamento específico dedicado aos estudos do lazer (DEL/FEF); formou diversos agentes atuantes na área; realizou inúmeras pesquisas e publicações sobre o tema; criou o curso de graduação em Educação Física (1988), com bacharelado em Recreação e Lazer; em 1988, iniciou também a pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado em Educação Física), com área de concentração denominada “Estudos do lazer”, contendo três linhas de pesquisa;

Figura 1 - Fluxo da Produção do Conhecimento referente aos Estudos do Lazer no Brasil.



Fonte: Peixoto (2007, p. 575).

b) A partir da Resolução Nacional 03/1987 garante-se que nos cursos de graduação em Educação Física sejam ofertadas disciplinas de aprofundamento em Lazer;

c) Criação de novos cursos de graduação sobre a temática em Universidades e Faculdades do país, como o de “Gestão de Lazer e Eventos”, em 1998, na Universidade de Vale do Itajaí/SC e o de “Lazer e Indústria do Entretenimento”, em 1998, na Faculdade Anhembí-Morumbi, em São Paulo/SP;

d) Criação de Cursos de Especialização em Lazer – Pós-graduação **lato sensu** em algumas Universidades Públicas do país, como na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); na Universidade Estadual de Londrina (UEL); na Universidade do Estado do Pará (UEPA), dentre outros;

e) Realização de diversos eventos científicos que objetivam discutir os avanços no campo científico do lazer como, por exemplo, o Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL) (desde 1989); o Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer (desde 2001); o Congresso Mundial de Lazer – *World Leisure* e o Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, o qual possui um Grupo de Trabalhos Temáticos sobre Educação Física/Esporte e Recreação/Lazer, dentre outros;

f) Constituição de diversos Grupos de Pesquisa, Centros, Núcleos e Grupos de Estudos interdisciplinares sobre o Lazer, em todo o país, como por exemplo: o Centro de Estudos do Lazer (CELAZER), vinculado ao Serviço Social do Comércio (SESC), de São Paulo (desde a década de 1970); o Centro de Estudos de Lazer e Recreação (CELAR), vinculado ao Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (desde 1990); o Grupo de Pesquisa em Lazer (GPL) (desde 2001), inicialmente vinculado, inicialmente, a FEF/UNICAMP e atualmente à Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP); Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Lazer, vinculado à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), dentre muitos outros;

g) Em 1998, criação de periódico específico sobre o lazer, a Revista *icere*, vinculado ao CELAR/ UFMG;

h) Constituição da Associação Mundial e da Associação latino-americana de Lazer;

Estes dados demonstram a diversidade de estudos e ações na área e a necessidade premente de se observar criticamente os estudos do lazer, como um dos campos do conhecimento capaz de analisar algumas das fronteiras necessárias para a compreensão da sociedade e do avanço do capital sobre as diversas esferas da vida, incluindo-se o lazer.

O capital ultrapassa cada vez mais as fronteiras, rompe todos os limites e adentra todos os mercados. Nesta busca por novos mercados, a diversificação é incrementada em todas as esferas da vida, seja diretamente sobre os bens

de consumo concretos (materiais) ou sobre os abstratos (simbólicos), como é o caso da cultura e, de forma mais específica, o lazer. Por essa razão, é necessário aprofundar estudos na área, a fim de compreender essa lógica e tentar se contrapor a ela.

Os avanços tecnológicos são conquistados e o mercado oferece ao indivíduo uma ampla variedade de produtos culturais, que os seduzem e enfeitiçam, fetichizando certas práticas e levando-os ao consumo exagerado que, aliado ao excesso de informações, sem a devida análise crítica, os tornam consumidores passivos de uma chamada “indústria cultural”.

No lazer, vivenciado no tempo disponível das pessoas, esse panorama se revela em quaisquer das possibilidades de vivências dos diversos conteúdos culturais do lazer e suas manifestações (esporte, arte, turismo, literatura, entre outros). Na verdade, analisando-se com profundidade, a indústria cultural não subtrai ou deforma o lazer, mas o constitui, em relação ao trabalho, como a outra face da moeda da dominação social.

Cabe entender, que a indústria cultural não se caracteriza como uma indústria com estrutura física própria, mas é uma expressão utilizada por Adorno e Horkheimer (1985), fazendo referência àquilo que é produzido culturalmente e ofertado como mercadoria para as pessoas. Possui a capacidade de produzir o produto e, ao mesmo tempo, criar sua necessidade de uso. Não se trata de produzir uma mercadoria qualquer, mas uma mercadoria com determinado valor simbólico, produzida em grande escala, com baixo custo e de forma padronizada.

2.2 O TEMPO LIVRE E O CONSUMO

A Teoria Crítica desenvolvida pela Escola de Frankfurt defendia um posicionamento contundente frente aos avanços da ciência e apontava a racionalidade como responsável pela instrumentalização do conhecimento técnico-científico, rejeitando o positivismo e a epistemologia objetivista, a qual acreditava ser o conhecimento absoluto e imutável, independentemente

do contexto cultural ao qual está inserido. Tal teoria trata da dominação da natureza e do homem, pelo próprio homem.

O saber que é poder não conhece nenhuma barreira, nem na escravização da criatura, nem na complacência face aos senhores do mundo. Do mesmo modo que está a serviço de todos os fins da economia burguesa na fábrica e no campo de batalha, assim também está à disposição dos empresários, não importa sua origem (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 20).

Para os autores da Escola, os avanços e práticas científicas deveriam ter como base a reflexão, procurando minimizar a tendência hegemônica da racionalidade matemático-cartesiana, a qual suprime a consciência e a liberdade humana. E essa lógica de funcionamento das práticas científicas se propaga por toda a cultura e, para Freitag (1987), com o advento da revolução tecnológica, onde se definiram as condições de produção e reprodução da cultura, qualquer conteúdo artístico ou cultural entra na lógica da produção e reprodução para o mercado, passando a ser mercadoria.

A cultura contemporânea a tudo confere um ar de semelhança. Filmes, rádio e semanários constituem um sistema. Cada setor se harmoniza em si e todos entre si. As manifestações estéticas, mesmo a dos antagonistas políticos, celebram da mesma forma o elogio do ritmo do aço (ADORNO; HORKHEIMER, 2002, p. 7).

Todas as relações sociais são reduzidas a relações mediatizadas pela mercadoria (em seu caráter fetichista), transformando o valor de uso da cultura em valor de troca, caracterizando uma relação capitalista de produção cultural, a qual alguns autores da Escola de Frankfurt chamaram de “Indústria Cultural”.

A expressão “Indústria Cultural” foi empregada na década de 1940, por Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, na obra “Dialética do Esclarecimento em capítulo intitulado “A Indústria Cultural: o esclarecimento como mistificação das massas”, buscando compreender as condições de produção e reprodução social na mercadorização da cultura, sua banalização e reificação,

gerando um consumo que interferiria diretamente nas questões relacionadas ao “tempo livre” da sociedade.

Para os autores, a indústria cultural destruía a capacidade crítica e a autonomia dos indivíduos de entenderem uma obra de arte, por exemplo, o que causava uma dominação inconsciente – e por isso mesmo, aceita sem resistência – efetuada por meio da disseminação de produtos culturais produzidos como mercadoria padronizada, destinados ao consumo das massas, criando uma diversão alienada, padronizando também os indivíduos, na adoção desse comportamento acrítico. Isso resultaria num controle dos instintos emancipatórios, críticos e revolucionários das massas, promovendo, assim, a manutenção do sistema.

A atrofia da imaginação e da espontaneidade do consumidor cultural de hoje não tem necessidade de ser explicada em termos psicológicos. Os próprios produtos, desde o mais típico, o filme sonoro, paralisam aquelas capacidades pela sua própria constituição objetiva. Eles são feitos de modo que a sua apreensão adequada exige, por um lado, rapidez de percepção, capacidade de observação e competência específica, e por outro é feita de modo a vetar, de fato, a atividade mental do espectador, se ele não quiser perder os fatos que rapidamente se desenrolam à sua frente. É uma tensão tão automática que não há sequer necessidade de ser atualizado a cada caso para que reprima a imaginação (ADORNO; HORKHEIMER, 2002, p. 16).

A indústria cultural faz com que os níveis de exigência intelectuais de seus bens sejam nivelados por baixo, facilitando o acesso de todos à sua lógica e estrutura, integrando a grande massa com conteúdos e imagens de baixa complexidade, que geram processos cerebrais mais imediatos e pobres.

O espectador não deve ter necessidade de nenhum pensamento próprio, o produto prescreve toda reação: não por sua estrutura temática – que desmorona na medida em que exige o pensamento – mas através de sinais. Toda ligação lógica que pressuponha um esforço intelectual é escrupulosamente evitada. Os desenvolvimentos devem resultar tanto quanto possível da situação imediatamente anterior, e não da idéia do todo (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 128-129).

Os produtos da indústria cultural acabam por fazer com que as pessoas adotem e reproduzam os mesmos padrões de comportamento, tanto no trabalho, quanto em seus momentos de tempo livre. Isso resultaria num lazer alienado, sem reflexão, que o tornaria uma extensão da dominação.

Adorno e Horkheimer (1985) passaram a se preocupar não apenas com a nova forma de produção, mas também com seus “clientes” nos quais há necessidade de se desenvolver uma disposição e, como descreve Vaz (2006, p. 16), uma “[...] urgência psicofisiológica para o consumo, essencialmente no seu tempo disponível do trabalho – o conhecido ‘tempo livre’ –, para que a lógica da exploração e do esgotamento se solidifique também extramuros do escritório, da fábrica, da sala de aula”.

O pouco tempo livre que resta ao trabalhador, apesar de todo um quadro de pauperização, converte-se também em ganho para o capital. Sob a mesma lógica da “fábrica da pobreza”, os políticos e empresários preferem um modelo de lazer que atenda às demandas da “indústria do turismo e entretenimento”, do que a construção de um projeto político para o país onde figurem esforços para o bem estar e melhoria da qualidade de vida da população. E como diz Chauí, em introdução ao livro “Direito a Preguiça” de Paul Lafargue:

Além de controlar o corpo e a mente dos trabalhadores [...], a sociedade administrada também controla as conquistas proletárias sobre o tempo de descanso [...] A indústria cultural, a indústria da moda e do turismo, a indústria do esporte e do lazer estão estruturadas em conformidade com as exigências do mercado capitalista [...] (CHAUÍ, 1999, p. 48).

Para Adorno (2002), esse tempo, intitulado como “livre”, também é apropriado pelo “negócio do tempo livre”, pela indústria cultural e pela ideologia do lucro, que funcionaliza e comercializa a própria necessidade de liberdade do indivíduo, sem lhe deixar autônomo para suas escolhas em seu tempo livre, renunciando, assim, à fantasia e à capacidade criativa.

O autor exemplifica situações de apropriação pelo mercado dessa necessidade de liberdade dos indivíduos, já que o tédio, o sempre-igual, a vida em função do trabalho, fazem-nos utilizar o tempo livre como válvula de escape e fuga da realidade de suas vidas.

No **camping** – no antigo movimento juvenil, gostava-se de acampar – havia protesto contra o tédio e o convencionalismo burgueses. O que os jovens queriam era sair, no duplo sentido da palavra. Passar-a-noite-a-céu-aberto equivalia e escapar da casa, da família. Essa necessidade, depois da morte do movimento juvenil, foi aproveitada e institucionalizada pela indústria do *cam in*. Ela não poderia obrigar as pessoas a comprar barracas e *motor homes*, além de inúmeros utensílios auxiliares, se algo nas pessoas não ansiasse por isso: mas, a própria necessidade de liberdade é funcionalizada e reproduzida pelo comércio; o que elas querem lhes é mais uma vez imposto (ADORNO, 2002, p. 107-108).

Também se questiona a necessidade de se lançar olhares mais profundos sobre o esporte e o espectador esportivo, bem como da indústria do *fitness*, os quais estão diretamente articulados ao mercado e ao lucro. Camuflada nas transmissões televisivas dos espetáculos esportivos e na proliferação de academias, equipamentos, acessórios, roupas e produtos ligados ao *fitness*, a indústria cultural dita suas regras.

Na verdade, é como se houvesse um verdadeiro bombardeio de estímulos direcionados pela publicidade e pela mídia que se voltam cada vez mais para a corrupção de gostos, de desejos, de prazeres e de alegrias, exaltando as mudanças no invólucro e na aparência das mercadorias, fazendo com que o seu poder fetichizante de sedução seja aumentado, criando uma nova imagem e, por conseguinte, uma nova moda, uma nova necessidade, um novo desejo.

O esporte-espetáculo e sua exposição na mídia, carregada de discursos ideológicos, anúncio de produtos e a padronização do gosto estético, transformando pessoas em simples espectadores e consumidores e não em praticantes.

[...] seria preciso estudar também a função do esporte, que ainda não foi devidamente reconhecida por uma psicologia social crítica. O esporte é ambíguo: por um lado, ele pode ter um efeito contrário à barbárie e ao sadismo, por intermédio do *air la*, do cavalheirismo e do respeito pelo mais fraco. Por outro, em algumas de suas modalidades e procedimentos, ele pode promover a agressão, a brutalidade e o

sadismo, principalmente no caso de espectadores, que pessoalmente não estão submetidos ao esforço e à disciplina do esporte; são aqueles que costumam gritar nos campos esportivos (ADORNO, 1995, p. 127).

A padronização e a homogeneização dos bens culturais – neste caso específico, do esporte –, criadas principalmente pela televisão (veículo operacional da indústria cultural), permite que tudo se reproduza, se repita e seja consumido indefinidamente, sendo desconsideradas as individualidades enquanto recepção das informações esportivas, dificultando assim o processo de autonomia, de criticidade e de esclarecimento do indivíduo, tanto no esporte praticado (experiência corporal), como no esporte assistido na televisão (experiência estética) (MEZZARROBA, 2009).

Analisando-se em âmbito mais geral, percebe-se que a principal forma de organização socioespacial de hoje é a cidade e, no que se refere à configuração de seus espaços, não há mais neutralidade no espaço público, sendo a cidade também um produto a ser vendido para o desenvolvimento de atividades lucrativas.

As cidades representam formas múltiplas de exercício de poder, de ocupação do espaço e de apropriação de seus recursos e, por isso, *loci* de tensão, de competitividade e de diferenciações que afetam a organização social no seu conjunto.

Gomes (2003) entende o espaço urbano enquanto espaço de poder e de trabalho, porém, considera a necessidade de que este seja, além disso, oportunidade de troca, de interação entre o público e o privado, pois a fragmentação do espaço e do tempo tem consequências drásticas para o lazer, como, por exemplo, a concentração dos espaços e equipamentos de lazer (públicos e privados), que acaba por favorecer grupos sociais específicos.

Segundo Bahia et al. (2008), as classes sociais, média e alta, vêm atribuindo à cidade a função exclusiva de circulação, uma vez que podem desfrutar de lazer em seus espaços privatizados, em seus condomínios fechados, em suas áreas de segunda residência. Porém, para as classes mais pobres, as quais não possuem muitas opções, a cidade continua com a função social de viver e ter direito ao lazer, ao trabalho, a moradia e à circulação.

Os espaços e equipamentos de lazer urbanos, quando projetados, em sua maioria são assumidos pela iniciativa privada, sendo construídos na perspectiva de mercadoria, e, como tal, direcionados a um público – o consumidor, com o objetivo da lógica capitalista, o lucro.

As cidades foram crescendo, e seus espaços foram cada vez mais sendo utilizados para o consumo. Assim como o lazer é colocado pela sociedade capitalista como um momento de consumo (questão da alienação), o espaço para o lazer também é colocado como um espaço para consumo. A constituição dos núcleos é primordialmente assentada em interesses econômicos. Foram e são concebidos como locais de produção, ou de consumo (MARCELLINO, 2007, p. 7-8).

Padilha (2000) afirma que, nas últimas décadas, são intensos os investimentos privados na “indústria do lazer”, principalmente no que se refere à criação de espaços e equipamentos destinados a este fim, como parques, *s o in s centers*, bares e casas noturnas, tudo para o estímulo ao consumo do lazer.

Em seu livro “Passagens”, Benjamin (2007), ao explicar o tecido social de uma metrópole como Paris, em meados do século XIX, expõe algumas “fantasmagorias¹⁴” criadas por um grupo de indivíduos da classe burguesa, as quais já anunciam a substituição do cidadão pelo consumidor. Uma dessas fantasmagorias são “As Passagens”, que o autor explica serem os *ma asins e no ea té*¹⁵, caracterizadas como grandes galerias de compras, criadas para o desenvolvimento do comércio têxtil da época e que podem se caracterizar como as precursoras dos *s o in s centers*

¹⁴ Elaboração mental de tipos de imagens que um grupo de indivíduos da classe burguesa tem necessidade de criar. São fantasmagorias: 1- As Passagens; 2 - O Reclame; 3 - A Morada da Burguesia; 4 - As Ruas; e 5 - As Barricadas (BENJAMIN, 2007).

¹⁵ Grandes lojas que ofereciam uma seleção completa de mercadorias em várias especialidades. Divididas em setores específicos, se estendiam por vários andares, ocupando um grande número de empregados. O primeiro *ma asin e no ea té*, *P malion*, foi inaugurado em Paris, em 1793 (BENJAMIN, 2007, p. 39).

Desde então, os espaços privatizados, como os *s o in s centers*, passam a assumir um papel, além de espaços de consumo, de serem grandes centros de oferta de serviços, dentre eles os de lazer. Padilha (2006) defende a ideia de que os *s o in s*, os quais denominou de “A Catedral das Mercadorias”, são ícones de uma coletividade que aprecia o espetáculo do consumo de bens materiais e de lazer-mercadoria, no qual afirma que:

Dentre as mercadorias presentes no *s o in center* está o lazer: as salas de cinema, os jogos eletrônicos, a praça de alimentação, os ocasionais e padronizados eventos artísticos, os brinquedos etc. Os diversos equipamentos de lazer disponíveis em *s o in centers* levam as pessoas a encontrarem diversão em torno da celebração do objeto, de modo que, mesmo no lazer, o ser permanece subjugado ao ter (PADILHA 2008, p. 6).

Neste sentido, percebe-se o *s o in center* como uma organização privatizadora do lazer, cujos espaços tendem a segregar social e economicamente a utilização dos serviços de lazer, uma vez que a frequência e o consumo dependem do poder aquisitivo. Estes fatos refletem a carência de políticas públicas que pautem o lazer enquanto direito social e acabam por favorecer a privatização do lazer, firmando-se numa lógica de felicidade e prazer, atrelada a um mundo artificializado, criado pelo mercado.

Nem sempre a ida ao *s o in center* tem como objetivo principal realizar compras. Por muitas vezes, a ida a esse espaço significa uma busca por felicidade, por desejo e prazer. Como explica Padilha (2008, p. 14, grifo da autora), os seus frequentadores “sentem, aparentemente, mais prazer no mundo artificial **de dentro**, que no mundo real **de fora**. Esta é uma dimensão onírica do *s o in center*, do prazer ilusório, efêmero e individualizado. Logo, pode ser visto como o espaço focalizado pelo sonho coletivo da abundância”.

Nas cidades capitalistas, criam-se os “mundos de dentro” – como, por exemplo, os *s o in s centers*, os quais são planejados artificialmente como “ilhas” de prazer e segurança, em contraposição ao “mundo de fora”, que quase sempre é negligenciado pelo poder público. Tal situação acaba por

“empurrar” o indivíduo para os “mundos de dentro”, como única opção de sentimento de felicidade e de completude.

O **mundo de fora** é a cidade real, as ruas, as praças públicas, os espaços de livre circulação e sujeitos a intempéries, a movimentos, a manifestações sociais, ao acaso. O **mundo de dentro** é o espaço privado, protegido, criado e planejado artificialmente para propiciar segurança, conforto, limpeza, praticidade, modernidade, lazer e beleza, como um *s o in center* – denominado por Rybczynski de **novo centro** (RYBCZYNSKI, 1996). No **mundo de dentro** não deve haver acaso, imprevisto, pois tudo é estrategicamente previsto, calculado, planejado (CARNEIRO; PADILHA, 2005, p. 72 - 73, grifo das autoras).

Tanto quanto os *s o in s centers*, considerados os grandes templos de consumo da atualidade, surgem outros espaços que funcionam como “mundos de dentro”, como as academias de ginástica e de musculação, espaços carregados de fetichismo e que, para Vaz (2006), por representarem um emaranhado de relações simbólicas concretas com uma feição mágica, esses lugares do *fitness* possuem rituais próprios, com regras e disciplinas próprias, que incluem gestos, vocabulário, roupa, sons, gostos, olhares e odores específicos e próprios daquele espaço de relações.

[...] territórios de consumo de corpos em seus rituais de sacrifício (HANSEN; VAZ, 2004) e afirmação de gênero (SABINO, 2000). Não por acaso, muitas academias instalam-se justamente nos shoppings centers, fazendo mesclar o próprio corpo com outras mercadorias, colocando à venda um conjunto de técnicas e outros produtos que prometem fazer alcançar um corpo idealizado, mas, por certo, muito dificilmente alcançado, como é necessário que seja nos esquemas da indústria cultural (VAZ, 2006, p. 21).

A expansão de *s o in s* e parques temáticos segue a lógica da globalização e da mercantilização de muitas coisas, dos centros dinâmicos internacionalizando-se para a periferia, seguindo as premissas do desenvolvimento desigual do capitalismo. Para Mascarenhas (2005), esses equipamentos são exemplos da forma mais desenvolvida de “equipamentos

de mercolazer , demonstrando claramente o progresso de estruturas que ressignificam as práticas do tempo livre das pessoas, fato que acaba por confirmar a configuração de uma sociedade de consumo.

Em grande parte, as práticas de lazer vêm sendo ressignificadas, incorporadas e metamorfoseadas pela sociedade administrada, utilizando-se a concepção de Marcuse (1967), na qual os comportamentos, também no lazer, convergem para valores como o formalismo, o anonimato, a impessoalidade e o individualismo. Na sociedade administrada unidimensional ou industrial, a produção de diversões traz consigo atitudes e hábitos prescritos, os chamados “estilos de vida”. Surge, assim, uma padronização de pensamentos e comportamentos constantemente redefinidos pelo sistema metabólico, estruturado pelo capital.

[...] sociedade administrada, que passou a ter o controle tecnológico de todas as classes sociais, como se fosse a própria personificação da Razão para o bem de todos os grupos e interesses pessoais – a tal ponto que toda contradição parece irracional e toda ação contrária parece impossível. Não é, portanto, de admirar que [...] os controles sociais tenham sido introjetados a ponto de até o protesto individual ser afetado em suas raízes (MARCUSE, 1967, p. 47-48).

Esse tipo de sociedade – onde são ditadas regras para o uso do tempo livre dedicado ao lazer –, e que, devido às condições de insegurança nas cidades, a falta de oportunidade para vivenciar o lazer numa lógica contrária à do consumo e a falta de políticas públicas específicas de lazer, resulta no sentimento dos indivíduos – principalmente os de menor poder aquisitivo – de se encontrarem obrigados a viver esse tempo dentro de suas casas, consumindo os produtos da mídia televisiva.

Dentro de nossos lares a televisão se torna um equipamento quase obrigatório (configurando-se naquilo que Martin-Barbero, 2006, denominou de *omestici a e tele isi a* – pela sua ampla inserção no ambiente doméstico este veículo midiático tem uma grande capacidade de produzir significados através de suas mensagens, imagens e sons) e sua utilização faz com que o lazer seja uma forma de “restauração em

dobro” da força de trabalho, ou seja, se o lazer serve como recuperação psicossociológica, não fazer nada (nem praticar esporte como forma de diversão e prazer), apenas assistir qualquer programa que seja (inclusive esportivos), seria uma forma mais poderosa ainda de recuperação para o trabalho. Isso sem contar o baixo esforço intelectual, pois a *indústria cultural* não permite uma abertura para mediar nada, já que tudo é imediato (MEZZARROBA, 2009, p. 7-8).

Percebe-se, portanto, que vários são os reflexos que a vida em grandes centros urbanos capitalistas vêm causando ao indivíduo e em suas relações sociais, fazendo com que estes estabeleçam relações fugazes, baseadas no individualismo e na competitividade, fruto de um sistema de valores criados nas sociedades urbano-industriais.

Apenas é dada importância ao que é produtivo e gerador de “bens de consumo” ou mercadorias, não se questionando em que medida essa “produtividade” – valor supremo – anula a expressão do ser humano, resultando, como analisa Marcellino (1983), numa sociedade pautada em valores imediatistas e utilitaristas.

Na renovada sociedade do consumo, isto é, na sociedade involucral ou a própria sociedade do desperdício (MÉSZÁROS, 2002), passa-se a consumir artificialmente, e em enorme velocidade, uma grande quantidade de mercadorias, muitas das quais anteriormente tidas como bens duráveis, agora são enviadas prematuramente, e em grande quantidade, muito antes do término de sua vida útil, à indústria do lixo e da reciclagem.

Não obstante ao prejuízo e ação degradante que causam, com implicações irreversíveis para a sustentabilidade das relações ser humano-natureza, o desperdício e o consumo exacerbado revelam-se, hoje, como necessidade imperativa para a reprodução ampliada do capital.

2.3 O LAZER COMO POSSIBILIDADE DE EMANCIPAÇÃO

Apesar de alguns aspectos negativos apontados pelos autores supracitados, no que se refere à análise do lazer-consumo, o controle sobre a

consciência dos indivíduos em seu tempo livre e a mercantilização do lazer, muitos autores vislumbram possibilidades positivas acerca do tempo livre e/ou do lazer – dependendo da concepção adotada por cada um destes – e acreditam na perspectiva de emancipação e de liberdade pela via do lazer (ADORNO, 1995, 2002; MARCELLINO, 1983, 1987, 1990; CUNHA, 1987; PINTO, 1998; MELO, 1999; MASCARENHAS, 2000, 2005; WERNECK, 2000b).

Adorno (2002) acredita haver uma possibilidade de que as pessoas tenham certas reservas, e possuam uma consciência que denominou de “consciência duplicada”. Para o autor, as pessoas aceitam e consomem o que a indústria cultural lhes oferece para o tempo livre, mas com um tipo de reserva, de forma semelhante à maneira como não consideram reais os episódios oferecidos pelo teatro e pelo cinema, e afirma que “é evidente que ainda não se alcançou inteiramente a integração da consciência e do tempo livre. Os interesses reais do indivíduo ainda são suficientemente fortes para, dentro de certos limites, resistirem à apreensão total” (ADORNO, 1995, p. 80-81).

O referido autor acredita, portanto, numa possibilidade de resistência, que em suas palavras significa “uma chance de emancipação que poderia, enfim, contribuir algum dia com a sua parte para que o tempo livre [*reizeit* se transforme em liberdade [*rei eir*]” (ADORNO, 1995, p. 82).

Adorno (2002), em seus últimos estudos relacionados à Indústria Cultural e ao Tempo Livre, acredita na possibilidade de emancipação humana e de liberdade na consciência dos indivíduos. O autor defende um tempo verdadeiramente livre, como possibilidade de liberdade das massas, as quais não devem se deixar “aprisionar” pela indústria cultural.

O lazer – como cultura vivenciada no tempo disponível da vida humana –, pode criar situações e possibilidades de contestação, de mudança de atitudes, de transformação dos olhares, que, expresso através de ações culturais, pode possibilitar um redimensionamento no estilo de vida das pessoas, haja vista se inter-relacionar com as demais dimensões sociais (política, trabalho, economia, educação, família, entre outras).

[...] situações de lazer geradoras dos valores que sustentam a Revolução Cultural do Lazer. São reivindicadas novas formas de relacionamento social mais espontâneas, a afirmação da individualidade e a contemplação da Natureza. Observam-se mudanças nas relações afetivas, nas considerações sobre o próprio corpo, no contato com o belo, em síntese, na busca do prazer (MARCELLINO, 1983, p. 15).

Para a concretização de tais transformações é preciso compreendê-lo – não como um instrumento de dominação e de alienação, que impede a visão crítica das pessoas e camufla a realidade e os conflitos sociais existentes na sociedade – e sim como uma perspectiva de outras vivências modificadoras de valores, de atitudes, de exercício de liberdade e de sensibilidades, podendo emergir “de modo dialético¹⁶, valores questionadores da sociedade no seu conjunto, e sobre ele também sendo exercidas influências da estrutura social vigente” (MARCELLINO, 2001, p. 47).

Além do comprometimento pela construção de novos valores – firmados em bases sólidas de uma sociedade democrática –, o lazer pode contribuir também para um processo mais amplo de educação estética, ou seja, de educação das sensibilidades (MELO, 2002), a qual pode desenvolver nos indivíduos a capacidade de julgamento e de criticidade, a partir do estabelecimento de novos olhares (mais tolerantes e multirreferenciais) acerca da vida e da realidade.

Vale sempre ressaltar, logo, que a experiência estética não se esgota e nem está somente ligada à sensibilidade, ao sentimento, à emoção, estando também ligada ao conhecimento, ao intelecto, à razão. Uma posição de equilíbrio é fundamental para pensar o processo de animação cultural: *rata se, sobret o, e roc rar a armonia entre a sensibili a e, a ai o e a raz o, e conciliar o alismo n amental o omem constit o e nat reza e c lt ra* (MELO, 2002, p. 4, grifo do autor).

¹⁶ “A relação que se estabelece entre lazer e sociedade é dialética, ou seja, a mesma sociedade que o gerou e que exerce influências sobre o seu desenvolvimento também pode ser por ele questionada, na vivência de seus valores” (MARCELLINO, 2001, p. 47).

A vivência do lazer deve estar pautada numa reflexão que vá para além de uma lógica de compensação, de alienação ou de exploração do mercado ao qual este é submetido. E, como afirma Pinto (2002), este pode ser um espaço e um tempo privilegiado para a vivência do prazer como experiência da liberdade, por meio de formas de cultura lúdica como o jogo, a brincadeira e a festa.

Para Werneck (2000a), o lazer pode ser compreendido em duas perspectivas:

[...] *como m ireito social*, em princípio proveniente das conquistas dos trabalhadores por um tempo legalmente regulamentado; e *como ma ossibili a e e ro ç o e c lt ra*, por meio da vivência lúdica de diferentes conteúdos. Essa vivência é mobilizada pelo desejo e permeada pelos sentidos de liberdade, autonomia, criatividade e prazer, os quais são coletivamente construídos (WERNECK, 2000a, p. 78, grifo da autora).

As políticas públicas precisam assegurar o direito social ao lazer, não o resumindo ao acesso a bens de consumo da indústria cultural. Não é possível concordar com a compreensão de produção cultural apenas como a disponibilização de eventos esporádicos e de conteúdos acríticos. Na verdade, trata-se de duas questões primordiais que precisam estar conectadas para, efetivamente, haver uma mudança nesse panorama: a educação da sociedade e o compromisso político.

O lazer apresenta um conteúdo educativo muito importante e é necessário utilizá-lo enquanto objeto e veículo de educação, como afirma Marcellino (1987). No entanto, é preciso questionar sua utilização abusiva como elemento amortecedor das contradições sociais e, principalmente, moralizador das condições individuais de existência.

O reconhecimento deste duplo aspecto educativo está baseado em duas constatações:

[...] a primeira, que o lazer é um veículo privilegiado da educação; a segunda, que para a prática das atividades de lazer é necessário o

aprendizado, o estímulo, a iniciação aos conteúdos culturais, que possibilitem a passagem de níveis menos elaborados, simples, para níveis mais elaborados, complexos, procurando superar o conformismo, pela criticidade e pela criatividade (MARCELLINO, 1996a, p. 50).

Infelizmente, o lazer ainda é tratado pelo poder público como uma recompensa pelas horas destinadas ao trabalho desgastante ou como uma recuperação para a melhoria da produtividade. De acordo com Mascarenhas (2005), considerado desta forma, o lazer adquire uma conotação funcionalista, ou seja, o tempo de lazer, na maioria das vezes, é caracterizado como um momento para a recuperação das forças necessárias para a realização do trabalho, traduzindo uma aceitação incontestada do modelo de produção capitalista, e não como um direito social estabelecido constitucionalmente.

No contexto atual, o que se verifica, de acordo com Antunes (1997; 2002), Ianni (2000) e Pochmann (2002), é a valorização crescente da utilização do lazer enquanto veículo de aprimoramento dos sujeitos, para a realização de suas atividades laborais. O lazer torna-se uma extensão da formação continuada para o próprio trabalho, significando uma orientação ideológica, no sentido da manutenção do *status quo*.

Um grande problema desta tendência é que as pessoas acabam impossibilitadas de vivenciar outras esferas de lazer, em detrimento da segurança no seu trabalho. Com isso, mesmo que as pessoas tenham prazer em atividades estreitamente ligadas às suas atividades laborais, desenvolve-se uma relação de afunilamento das suas experiências e saberes. A exemplo disso, grandes empresas estabelecem alguns programas de atividades físicas no decorrer do expediente, muitas vezes camuflados como programas de melhoria da qualidade de vida dos funcionários, mas que se traduzem, concretamente, em direcionamento para o aumento da produtividade na continuidade do expediente de trabalho.

[...] o lazer é uma das dimensões da cultura historicamente constituída a partir das *ações* (o que não exclui o ócio), do *tempo*, do *espaço* *lazer* e dos *conteúdos culturais* vivenciados, ludicamente, pelos

sujeitos. Construído conforme as peculiaridades do contexto no qual é desenvolvido, o lazer implica em “produção” de cultura – no sentido da reprodução, construção e transformação de diversos conteúdos culturais usufruídos por parte de pessoas, grupos e instituições (WERNECK, 2003). Essas ações são construídas em um tempo/espaço de produção humana, dialogam e sofrem interferências das demais esferas da vida em sociedade e nos permitem ressignificar, continuamente, a cultura (GOMES, 2003, p. 7, grifo da autora).

Para os segmentos da população mais desfavorecidos economicamente, ocorre uma crescente improvisação de espaços e atividades de lazer. Nos bairros de periferia é possível verificar grupos de crianças e adolescentes de uma “invasão/assentamento” que se organizam para limpar um terreno e construir um campo de futebol ou uma quadra de voleibol. Mesmo que este fato seja positivo, no sentido de demonstrar autonomia e desenvolver organização e criatividade, tornam-se latentes as injustiças e o descaso com que esses segmentos da sociedade são tratados, no que se refere à concretização de ações que lhes garantam seus direitos. A situação demonstra falta de condições de acesso a espaços e atividades de lazer, associada à falta de compromisso e responsabilidade do poder público.

Há que se investir em um projeto político contínuo e prolongado que procure despertar, em cada indivíduo, a compreensão de que mais do que consumidor de cultura, este é também produtor de cultura. As Políticas Públicas de Lazer devem criar condições para que as pessoas tenham acesso a vários conteúdos de lazer e, sobretudo, o direito de escolha consciente, de liberdade e de felicidade.

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER

As mudanças no mundo do trabalho, como expressão do processo de reorganização do capital e como resposta à crise desencadeada a partir dos anos 1970, trazem desdobramentos para as políticas públicas, principalmente no que se refere às necessidades específicas das populações e das chamadas Políticas de Bem Estar Social (*el are tate*).

No Brasil, esta realidade se reflete causando preocupações quanto à existência e efetividade de políticas que tratem da saúde, da educação, do saneamento e, especificamente, **do lazer**, ocasionando sérios problemas à preservação da vida democrática e à qualidade de vida das pessoas, pela impossibilidade ou possibilidade restrita da população vivenciar tais direitos.

Vive-se, portanto, numa lógica de desigualdades e de dependência de decisões políticas e econômicas que afetam toda a população, como aponta Chauí (1999):

[...] lógica de desigualdades imposta por um modo de produção em que quase um terço da população mundial sobrevive em condições de extrema pobreza [...] E para piorar, tal situação agrava-se ainda mais frente aos sucessivos cortes no orçamento público destinado ao financiamento de políticas sociais básicas [...] No momento, esses organismos (Banco Mundial, FMI etc.) privados internacionais exigem que os governos “eliminem o déficit público”, isto é, destruam ou não criem políticas sociais que sirvam de paliativo à barbárie econômica (CHAUÍ, 1999, p. 53).

Após a Segunda Guerra Mundial (1945), a política do *el are tate*, ou seja, a política de Bem Estar Social, surgida nos países centrais do capitalismo, na Europa e nos Estados Unidos, estabeleceu um padrão de universalização de determinadas políticas sociais básicas, as quais se concretizaram satisfatoriamente em função do padrão *or ista e nesiano* de organização do trabalho.

Porém, com a crise deflagrada na década de 1970, desencadeiam-se mudanças no mundo do trabalho, na reestruturação produtiva, trazendo significativas implicações e o surgimento de um novo modelo de desenvolvimento, o modelo neoliberal, implicando na modificação do padrão das políticas públicas, as quais adotaram a redução de investimentos nas áreas sociais (educação, saúde, entre outras).

Juntamente com tais mudanças, na década de 1980 entra em cena a mundialização da economia, a qual se pode denominar de globalização, surgindo os primeiros Estados neoliberais: Estados Unidos, sob o comando de Ronald Reagan e Inglaterra, sob o comando de Margareth Thatcher.

A coesão social na ordem econômica globalizada é a tarefa de construção histórica que define a razão de ser dos Estados contemporâneos. Se no passado recente, sob a forma do Estado de Bem Estar Social, tal função pode ser partilhada com as forças socialmente integradoras do mercado, atualmente parecem ter sido transferidas decisivamente para o Estado as possibilidades de contrarrestar as tendências de exclusão e fragmentação sociais, protegendo a ordem coletiva dos seus efeitos desagregadores e garantindo às sociedades nacionais os padrões mínimos de integração social exigidos tanto para a preservação da vida democrática quanto para a sua participação na dinâmica econômica internacional (DRAIBE, 1996, p. 1).

O reflexo desse período vem acontecer de forma semelhante no Brasil apenas na década de 1990, com a mudança das políticas públicas e o estabelecimento de políticas sociais mais seletivas.

Para Draibe (1996), os limites das políticas sociais são concretos, porém, não são totalmente absolutos, haja vista que apenas o individualismo exacerbado poderia suprimir as possibilidades positivas. Estes podem ser potencializados pela vontade política dos governos e das organizações da sociedade, interessados na restauração e renovação da solidariedade.

O ponto de partida é o reconhecimento dos novos significados que hoje integram a noção de equidade, quando referida às atuais tendências de reestruturação das economias, de um lado, e o problema da pobreza, de outro (DRAIBE, 1996, p. 7).

O discurso de elaboração de políticas públicas que possibilitem a concretização dos direitos sociais, na maioria das vezes se dá de forma equivocada, pois nem sempre estabelece mecanismos reais de democratização de algumas políticas, já que a sociedade deveria ser chamada para discutir suas demandas e, muitas vezes, isso não acontece, resultando na falta de conhecimento de seus direitos e conseqüente falta de cobrança da garantia destes.

[...] a democracia, entendida como a construção de regras e de princípios fundados no reconhecimento de igual condição das partes para decidir o

que é acordado entre elas, realizasse de forma travada. Os parceiros do diálogo não desfrutaram iguais condições de argumentação. Um sempre leva vantagem com relação a outro. Do lado da classe trabalhadora, sua desvantagem é tanto maior quanto mais crítico é o momento econômico (TEIXEIRA, 2010, p. 12).

Constatam-se sérias deficiências no que se refere à compreensão da realidade social, fato que Mathis (2001) explica, referindo-se tanto às ciências, quanto às políticas, dando-se principalmente em relação à capacidade de interpretar e entender essa realidade social, bem como em relação à falta de capacidade do Estado de guiar os processos sociais em direção a algo que, em geral, é definido como uma sociedade mais justa.

No momento em que a percepção individual de um mundo cada vez mais complexo requer modelos explicativos para poder entender o que está acontecendo ao seu redor, a política elabora e apresenta ideologias para justificar a sua desistência frente a realidade social, que tanto requer uma mão visível, e a ciência que em geral limita-se em tentar teorizar o evidente: a incompetência do Estado, se restringe a descrições do mundo através de pesquisas empíricas ou se recusa a ver o mundo que há muito tempo já não cabe dentro dos seus modelos teóricos. São poucas as tentativas de enfrentar os desafios que o mundo moderno atual na sua complexidade coloca para a ciência (MATHIS, 2001, p. 121).

Falar de políticas públicas requer compreender algumas construções teóricas realizadas sobre a temática, e Souza (2006) traz algumas reflexões, considerando que a área das políticas públicas contou com quatro grandes fundadores (H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton).

A autora descreve as linhas de discussão dos referidos autores e inicia sua descrição explicando que Laswell foi quem introduziu a expressão **policy analysis** (análise de política pública), como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos, e também como possibilidade de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

Segundo Souza (2006), Simon introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*oligarchs*), argumentando, no entanto, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Para Simon, a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por problemas, tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, autointeresse dos decisores, etc., mas a racionalidade pode ser maximizada até um ponto satisfatório, pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos atores e modele esse comportamento na direção de resultados desejados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses próprios.

A mesma autora descreve o questionamento de Lindblom acerca da ênfase ao racionalismo de Laswell e Simon, e explica que este estabeleceu outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, bem como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório, o que não teria necessariamente um fim ou um início. Assim, as políticas públicas precisariam incorporar outros elementos à sua formulação e à sua análise, além das questões de racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse.

Finalmente, Souza (2006) descreve que Easton contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo sua teoria, as políticas públicas recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam diretamente seus resultados e efeitos.

Vários autores que discutem as políticas públicas procuram estabelecer uma definição, mas não existe uma única, nem uma melhor definição sobre o que seja política pública. Souza (2006, p. 24) traz algumas contribuições e faz uma síntese de alguns autores reconhecidamente estudiosos da área.

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a

soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como o que o governo escolhe fazer ou não fazer. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Para Souza (2006), apesar das abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes; e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores.

Sendo que, do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública, em geral, e a política social, em particular, são campos multidisciplinares, e seus focos estão nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos.

Por essa razão, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, resultando, portanto, no fato de que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade.

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

São vários os autores que procuram descrever os tipos de políticas públicas, mas talvez a tipologia mais conhecida, de acordo com Souza (2006), seja a que Theodor Lowi desenvolveu, a qual foi elaborada a partir de uma máxima: “A Política Pública faz a Política”. Com essa máxima, Lowi procura

explicar que cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição e que as disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas. Assim, a política pública pode assumir quatro formatos.

O primeiro é o das políticas distributivas, decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. O segundo é o das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente (SOUZA, 2006, p. 28).

Para se exigir mudanças e se verificar a realidade atual das políticas públicas em âmbito geral, e de lazer em âmbito específico, é preciso discutir elementos de análise e de avaliação das mesmas. De acordo com Marinho e Façanha (2001, p. 4), “a avaliação, além de cumprir tarefas descritivas e características de mecanismos de controle, deve contemplar também avaliações analíticas, constituindo atividade e *mecanismo e a aliação e e monitoramento* .

O entendimento dos processos de participação da sociedade civil e sua presença nas discussões e nas elaborações de políticas públicas podem conduzir ao entendimento do processo de democratização da sociedade brasileira. O resgate dos processos de participação pode levar às lutas da sociedade por acesso aos direitos sociais e à cidadania. Portanto, nesse sentido, a participação é também um instrumento de luta por condições melhores de vida e pelos benefícios da civilização.

[...] podemos ter três formas de participação política: a presencial – forma menos intensa e marginal, com comportamentos receptivos ou passivos; a ativação – na qual um indivíduo desenvolve uma série de atividades a ele delegadas de forma permanente; participação (propriamente dita) – termo reservado para situações em que o indivíduo contribui direta ou indiretamente para uma decisão política (GOHN, 2003, p. 26).

Um dos aspectos de grande relevância nas políticas públicas é o de que a participação política deve ser um elemento de fundamental importância para a fiscalização e a cobrança sobre a garantia dos direitos da população. Além dos instrumentos de avaliação utilizados por técnicos específicos, a própria população deve estar atenta à efetividade, à eficiência e a eficácia de tais políticas. Para se entender um pouco mais sobre esses conceitos, Marinho e Façanha (2001, p. 2) trazem algumas reflexões:

No uso corrente, a efetividade diz respeito à capacidade de se promover resultados pretendidos; a eficiência denotaria competência para se produzir resultados com dispêndio mínimo de recursos e esforços; e a eficácia, por sua vez, remete a **condições controladas** e a resultados desejados de experimentos, critérios que, deve-se reconhecer, não se aplicam automaticamente às características e realidade dos programas sociais.

Para os referidos autores, a **efetividade** do programa social diria respeito, portanto, à implementação e ao aprimoramento de objetivos, independentemente das orientações insuficientes e das falhas de especificação rigorosa dos objetivos iniciais declarados do programa.

Por sua vez, a dimensão da *eficiência* remete à avaliação para considerações de benefício e custo dos programas sociais, e há notórias complexidades a respeito que devem e serão levadas em conta. Marinho e Façanha (2001) explicam que esta seria equivalente à **efetividade organizacional**, pois ela somente estaria sendo alcançada na medida em que as organizações e programas se mostrassem efetivos, e suas regras de conduta dotadas de reputação e confiabilidade.

Finalmente, para os autores, programas sociais regem-se, também, por objetivos de *eficácia*, uma vez que é desejo de todos que os investimentos que mobilizam devem produzir os efeitos desejados. Resumindo, os programas sociais só serão eficazes se forem antes efetivos e eficientes, e os objetivos pretendidos dos programas também são estruturados pela condução e objetivos efetivos. Os problemas e as políticas sociais necessitam de avaliações permanentes, contínuas e de forma aprofundada, não estando apenas focadas em questões de natureza econômica.

Programas sociais de governo, talvez, mobilizem avaliações mais acaloradas e comprometidas. Mas, não raramente, observa-se alternância do foco das discussões: a) de preocupações exclusivas com os *res lta os e im actos sociais* desejados de políticas, em um extremo, para b) considerações de *restrições e rec rsos*, no outro, o que se dá por questões legítimas, mas tende a limitar entendimentos, assim como esclarecimentos úteis e indispensáveis, acerca dos complexos problemas de gerenciamento envolvidos no caso. Em particular, esses problemas merecem ser devidamente prestigiados e superados, para que se assegure o sucesso de investimentos que se pretende potencializar e tornar permanentes (MARINHO; FAÇANHA, 2001, p. 1).

Nessas primeiras aproximações com a discussão sobre políticas públicas, a partir de um contexto histórico traçado, cabe compreender que o Lazer é um direito social inalienável do ser humano (firmado na Declaração dos Direitos Humanos, nos artigos 24 e 27), devendo sair dos discursos políticos falaciosos e das políticas públicas voltadas à alienação da população ou do papel de “redentor dos problemas sociais”, em direção à participação popular efetiva na construção de políticas que reflitam os anseios da população e que concretizem práticas democratizadoras de lazer e políticas abrangentes, possibilitando oportunidades iguais para todos.

Esse debate conceitual sobre política pública é importante para se entender como as Políticas Públicas de Lazer são formuladas e como elas ganham importância nas sociedades e, especificamente, no Brasil.

2.5 A EFETIVIDADE DO DIREITO AO LAZER NO BRASIL

A partir do conhecimento sobre algumas particularidades das políticas públicas, percebe-se que a elaboração das mesmas ainda carece de elementos necessários para atender a sociedade e suas necessidades específicas. Dessa forma, é preciso conhecer algumas dessas necessidades, as quais, mesmo garantidas legalmente, muitas vezes são negligenciadas.

A promulgação do Decreto-lei n. 5.452, em 1943, que dispôs sobre a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), foi recebida como um avanço nas relações sociais brasileiras e um passo decisivo para o desenvolvimento econômico, social e humano da classe trabalhadora. Segundo Pinto (2009), a CLT dispôs sobre um período mínimo de descanso para os trabalhadores (art. 66); intervalo para repouso/alimentação no trabalho (art. 71); remuneração para repouso semanal (do art. 67 ao 69), feriados (art. 70) e férias (do art. 129 ao 153).

Nesse momento histórico, como resultado de uma longa batalha social, a conquista de direitos representou o reconhecimento do indivíduo como cidadão. Ao lado dos direitos civis e políticos, os direitos econômicos, sociais e culturais passam a constar na agenda internacional, sendo considerados como uma prerrogativa essencial de respeito à vida e à dignidade humanas.

Mascarenhas (2005) e Pinto (2009) ressaltam em seus estudos que, figurando na Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada em 1948, pela Resolução da III Sessão Ordinária da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), da qual o Brasil é signatário, o **lazer**, assim como a saúde, a educação, a habitação etc., passam a adquirir o **status** de direitos sociais básicos. Declaração que, atualmente, refere-se aos direitos humanos e, segundo a qual, todo indivíduo tem direito ao lazer, tratado diferentemente do tempo de repouso.

Curiosamente, até fins do século XX, a CLT não sofreu alterações significativas nos itens destinados ao direito ao “tempo de não trabalho”, o que pode ser explicado pelo fato do direito a esse “tempo”, no Brasil, ter

sido criado e sustentado num contexto histórico no qual o capitalismo, para se sedimentar no País, precisava dos aparatos legais e da formação de valores básicos ao novo modo de produção.

O que se verifica é que a CLT, embora constituída e normatizada pelo Estado e o mercado sem (na sua gênese) a participação dos trabalhadores, foi usada para disciplinar os corpos, os trabalhos e os tempos cotidianos da classe trabalhadora. Para Pinto (2009), mesmo revestida de caráter de doação, representando uma forma de adaptação ao sistema socioeconômico e político requerido pelo capitalismo, a CLT inaugurou um fato “novo” – ou seja, o reconhecimento legal de um “tempo social” que abriu espaço para experiências que foram sendo ressignificadas como lazer, à medida que, historicamente, foi sendo reconhecido que o essencial da vida dos atores sociais se desenrola para além do tempo dedicado ao trabalho remunerado.

A implementação da CLT gerou a elaboração e a execução de “políticas de atividades recreativas” de caráter assistencialista e corporativista, privilegiando apenas um grupo social mais organizado, com vistas a ocupar o “tempo de não-trabalho” regulamentado. Isso contribuiu para acentuar as desigualdades sociais relativas ao direito ao tempo de lazer, uma vez que a legalização/institucionalização desse “tempo” como direito ficou, por um bom tempo, restrito aos trabalhadores assalariados urbanos.

Os estudos de Pinto (2004) demonstram que as “políticas de atividades”, de caráter nacional, promovidas pelo Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC), criados em 1946, aparentemente tratavam dos problemas relacionados à organização de vivências em um tempo social de “não trabalho”. Este modelo encontra-se baseado em princípios funcionalistas que tinham como objetivo explícito a promoção da recreação como distração, descanso e recomposição da força de trabalho, mantendo diferenças na posse da vida cultural a ser vivida nesse “tempo” pelos indivíduos das diferentes camadas sociais.

Nos anos de 1980, o setor público continuou a viver os problemas sociais que, desde anos anteriores, vinham desafiando governos e sociedade,

como o crescimento econômico irregular no país, a pobreza, as desigualdades sociais, a insegurança pessoal. No início desta década, o lazer não era incluído nos dilemas sociais. A apropriação cultural consumista promovia vivências acríticas de lazer. E esse período foi também marcado pelo aumento da participação dos atores sociais nos processos de democratização, gestando um ambiente propício às mudanças políticas, que posteriormente influíram nas políticas de lazer. As grandes mobilizações democráticas marcam um “novo” momento histórico – como a campanha pelas “diretas já” e o nascer de formas de participação dos cidadãos na formulação e gestão das políticas implementadas a partir da Constituição Federal de 1988.

Assim, depois de longo período de privação de liberdades democráticas, a década de 1980 culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, avançando-se quanto à ampliação/extensão dos direitos sociais e afirmação da cidadania, neles incluído o direito ao lazer.

A Constituição Brasileira (BRASIL, 2012), aborda a questão do lazer em diferentes enfoques. No capítulo II – Dos Direitos Sociais, no artigo 6º, ao tratar Dos Direitos e Garantias Fundamentais, inclui o lazer como um desses direitos, juntamente com a saúde, o trabalho, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Também no artigo 7º, ao tratar dos direitos sociais, há referência aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, no parágrafo IV, sendo que o lazer aparece como uma das necessidades básicas que o salário mínimo deve atender.

No título VIII da Constituição, quando trata da Ordem Social, no capítulo II – Da Educação, Da Cultura e Do Desporto, na seção III do Desporto (art. 217- parágrafo 3º) o incentivo do poder público ao lazer é incluído como forma de promoção social (BRASIL, 2012).

No entanto, a inclusão do lazer nesta Carta Magna, apesar de representar algum avanço, no que se refere ao reconhecimento do lazer no conjunto dos direitos sociais, manteve-se, nessa legislação, com uma conotação estigmatizante e questionada por muitos. Sobre isso, Marcellino (2001) analisa

a inclusão do lazer no Título VIII, Capítulo III, seção III, Do Desporto, art. 217, § 3º e último parágrafo do item IV, que diz: “o Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social” (BRASIL, 1988, não paginado). Para o autor, a expressão “promoção social” é carregada de vícios assistencialistas, compreendendo o lazer como uma “utilidade”, e não como um dos fatores para o desenvolvimento social e humano.

Numa nova fase de avanços, foram aprovados o Regulamento Geral da Conferência Nacional do Esporte e as normas básicas de sua primeira reunião (BRASIL, 2008), estes embasados pelo art. 87 (parágrafo único, incisos II e IV) da Constituição e no Decreto de 21 de janeiro de 2004.

A Conferência Nacional do Esporte apresenta como finalidade a democratização e a proposição de princípios e diretrizes para a elaboração da Política Nacional do Esporte e do Lazer, criando assim o Sistema Nacional de Esporte e Lazer (SNDEL), tendo por base o regime de colaboração entre a União, os Estados e Municípios, com ênfase na municipalização do esporte recreativo e do lazer.

[...] consolidando o esporte e o lazer como direitos sociais e guiando-se pelos princípios da democratização e inclusão social, articula, integra, promove e estabelece relações éticas de parcerias entre as entidades da sociedade civil, instituições públicas e privadas, em torno do esporte educacional, de participação e de rendimento, valorizando a acessibilidade, descentralização, intersetorialidade e multidisciplinaridade das ações esportivas e de lazer (BRASIL, 2008, não paginado).

O Sistema Nacional de Esporte e Lazer surge com o objetivo de consolidar a Política Nacional do Esporte, bem como de criar mecanismos que garantam a execução e acessibilidade da mesma em todas as esferas da federação, além de definir os papéis das entidades dirigentes do esporte e do lazer.

Nas diretrizes do Ministério do Esporte (BRASIL, 2008), que é o responsável pela elaboração das Políticas Públicas de Lazer em nível Federal, há previsão de criação de pastas específicas de Esporte e Lazer nas

esferas estaduais e municipais (Secretarias, Fundações, Autarquias), com autonomia administrativa e orçamentária, conselhos específicos e planos de desenvolvimento, para a implementação e a continuidade de políticas de esporte e lazer em todas as dimensões, visando à inclusão social, e definindo prazo máximo para essa criação.

Percebe-se, portanto, que o acesso ao lazer – compreendido como direito social básico, ao lado do trabalho, da educação, da saúde, da habitação etc. – pode ser entendido como pressuposto de cidadania e qualidade de vida; e é dever do poder público garantir a execução de políticas que, efetivamente, consigam cumprir com este papel. É necessário que seja priorizado o acesso às Políticas Públicas de Lazer, ou seja, a participação do cidadão em programas, projetos e ações de lazer, no exercício de seus direitos, garantidos pela Constituição de 1988. Para Pinto (2009, p. 36, grifo da autora), “[...] na perspectiva da ‘acessibilidade’, o lazer é tempo/espço/oportunidade de liberdade de escolha, com vistas à vivência diversificada de práticas culturais”.

A questão da acessibilidade às Políticas Públicas de Lazer, portanto, depende de políticas que considerem, como prioridade, o cumprimento dos direitos sociais e o atendimento à inclusão com equidade.

As desigualdades produzem profundas segregações, abalando as bases estratégicas de vida dos excluídos. Por isso, uma política de “inclusão com equidade” nos coloca diante do reconhecimento e da valorização das necessidades das pessoas e seu desenvolvimento social e humano, fruto de ações em um conjunto de condições objetivas e subjetivas que proporcionam a qualidade de vida (PINTO, 2009, p. 29).

Mas, o que se percebe é que não há clareza de como o poder público assegurará o cumprimento desses direitos sociais. Até mesmo a população, em meio à rotina extenuante de trabalho, não percebe a importância que o lazer tem em suas vidas e não o relaciona a um direito básico de felicidade, de prazer e de realização. Esse fato fica registrado no livro “Festa no Pedaco”, escrito por Magnani (2003), no qual o autor esclarece que a “ressonância social” do lazer é bastante diferente daquela que trata os outros aspectos da vida cotidiana,

ditos como mais sérios e urgentes, como o saneamento, o asfaltamento da rua, a saúde, entre outros.

Em estudo anterior (BAHIA, 2005), foi verificado que isto pode caracterizar dois aspectos interessantes a serem analisados: um, a discriminação ainda latente sobre o tema lazer; e o outro, é que as pessoas vivenciam o lazer, e este possui importância em suas vidas, mas, muitas vezes, estas não identificam o que fazem como uma prática de lazer, efetivamente.

De fato, a observação da prática do lazer na sociedade moderna é marcada por fortes componentes de produtividade. Valoriza-se a “performance”, o produto e não o processo de vivência que lhe dá origem; estimula-se a prática compulsória de atividades denotadoras de moda ou “status”. Além disso, o caráter social¹⁷ requerido pela produtividade, confina e adia o prazer para depois do expediente, fins de semana, períodos de férias, ou, mais drasticamente, para a aposentadoria (MARCELLINO, 1987, p. 28).

A possibilidade de vivência do lazer nem sempre faz parte da vida das pessoas, pois algumas barreiras socioculturais, que podem existir entre as diversas classes sociais (interclasses) ou dentro das próprias classes sociais (intraclasses), mostram-se como fatores limitantes a esse acesso.

De acordo com Marcellino (1996b), além das barreiras supracitadas, outras também impedem o acesso amplo e irrestrito das pessoas ao lazer, como o gênero – as mulheres com sua jornada dupla usufruem menos do lazer – e a faixa etária – as crianças e idosos são esquecidos nas formulações de políticas públicas de lazer.

Nem todos têm, por exemplo, a possibilidade de acesso ao lazer, propriamente dito, aos espaços públicos e aos equipamentos de lazer das cidades, seja por falta de condições econômicas, que limitam o próprio deslocamento para ter acesso a estes, seja por falta de políticas públicas de lazer, ou ainda, por deficiência no planejamento de uma política de animação sociocultural para os espaços, e de uma democratização cultural.

¹⁷ O caráter social é entendido como a parte do caráter que é compartilhada por grupos significativos e que, como a maioria dos cientistas sociais contemporâneos o define, é o produto da experiência destes grupos (RIESMAN, 1971).

A Animação sociocultural se refere à atuação de profissionais, oriundos de áreas multidisciplinares com formação específica, que possibilite, pela via da educação “para e pelo lazer”, uma compreensão das pessoas em relação a si próprias, ao outro e ao meio ambiente, buscando incentivar a participação coletiva em busca de soluções para os problemas econômicos, sociais e ambientais de sua cidade (ISAYAMA, 2002). Deve estar pautada no compromisso pedagógico de aprofundamento teórico-prático; de engajamento político na sociedade; de sensibilidade para valorizar e respeitar os diferentes olhares sobre a realidade; de compreensão mínima das diversas manifestações/ linguagens culturais como estratégia e objetivo de intervenção, entre outros compromissos.

Nesse sentido, é preciso reconhecer que há diferenças socioculturais e econômicas, e limites de acessibilidade ao lazer de certos indivíduos e grupos sociais, cabendo ao poder público minimizar tais diferenças e barreiras com o estabelecimento de políticas de lazer capazes de ampliar e diversificar as oportunidades, buscando a democratização do acesso à vivência cultural do lazer.

[...] a “democratização” (direitos sociais ao alcance de todos) implica “inclusão” que requer “equidade”. Essas, por sua vez, implicam “acessibilidade” (vivência concreta das oportunidades disponíveis) dos sujeitos e grupos às oportunidades de lazer (PINTO, 2009, p. 32).

No entanto, geralmente há uma verdadeira metamorfose no entendimento da noção de direito, com o direito de propriedade contraditando com os direitos sociais, com o direito do consumidor sobrepondo-se aos chamados direitos de cidadania. E, nessa lógica, o lazer se configura como um tipo específico de propriedade, o qual apenas uma minoria pode ter acesso.

Somente de posse deste “direito”, adquirido numa relação de compra e venda, efetuada no mercado nem sempre de modo direto, que o **cidadão-consumidor**, como proprietário, pode valer-se do direito ao consumo, usufruindo, desfrutando, fruindo ou gozando de um determinado complexo de experiências lúdicas proporcionadas por aquilo que doravante

convencionaremos chamar por *mercolazer*, forma contemporânea e tendencial de manifestação do lazer como mercadoria (MASCARENHAS, 2005, p. 105-106, grifo do autor).

A cidade contemporânea tem sido lugar de contradições e lutas simbólicas, alicerçadas pelo capitalismo. Nesse cenário, tanto a cidade quanto o lazer acabam virando mercadorias.

Atualmente, a manifestação do lazer é uma característica fundamental na vida urbana, no cotidiano das pessoas e no seu tempo disponível nas cidades. Isso significa dizer que para se falar de um lazer vivenciado nas cidades, é preciso compreender os processos de urbanização e a dinâmica das cidades, assunto a ser tratado no próximo capítulo.

3 O LAZER NAS CIDADES: A URBANIZAÇÃO E SUA DINÂMICA EM BELÉM

As cidades representam a intervenção humana mais significativa e profunda sobre o ambiente e, conforme Moreno (2002), desde o período neolítico, antes de se pensar numa forma urbana de se residir, já se apresentavam condições iniciais para o surgimento das cidades, com a fixação do homem na terra, em função do desenvolvimento da agricultura e da criação dos animais.

Na verdade, antes mesmo de existir o formato que atualmente se reconhece como cidade, como afirma Mumford (1965), havia o agrupamento humano na caverna, no esconderijo, no acampamento, na aldeia e no pequeno povoado, com funções e finalidades diferentes, que foi se modificando a partir do momento em que o homem passou de nômade a caçador e agricultor, caracterizando uma forma fixa de moradia.

De acordo com Leick (2003), a Mesopotâmia, nome dado pelos antigos gregos a uma terra que corresponde aproximadamente ao Iraque atual, com o significado de ‘entre os rios’ (rios Tigre e Eufrates), abrigou um conjunto de núcleos que foram se constituindo a partir do IV milênio a. C, na planície banhada pelos dois rios, com dezenas de cidades, que cada uma delas, controlava a sua própria irrigação e seu território rural e pastoril. Seriam as mais antigas matrizes das cidades construídas pelo homem.

O processo de transformação do povoado ou da cidade-vila em cidade como um centro urbano-econômico, para Souza (2003), demonstra a essência da cidade que foi, prioritariamente, um local de trocas, onde existia um espaço central de intercâmbio de mercadorias, característica presente no surgimento da maioria das cidades.

Pode-se dizer que com o surgimento de grandes centros comerciais e da nova classe burguesa, as cidades passam a assumir um papel essencial na transição das sociedades feudais para as sociedades capitalistas, com diferentes

estruturas e funções, as quais nascem e se multiplicam nas rotas comerciais, no início às margens de rios e oceano e depois, ao longo de caminhos que unem esses centros mercantis.

A cidade, na visão histórica dominante na economia política, constitui o resultado do aprofundamento da divisão socioespacial do trabalho em uma comunidade. Esse aprofundamento resulta de estímulos provocados pelo contato externo e da abertura para outras comunidades, envolvendo processos regulares de troca, baseados na cooperação e na competição. Implica, assim, de um lado, um sedentarismo e uma hierarquia socioespacial interna à comunidade e, de outro, movimentos regulares de bens e pessoas entre comunidades. Localmente, exige uma estrutura de poder sustentada pela extração de um excedente regular da produção situada no campo. Assim, a cidade faz emergir uma classe dominante que extrai e controla esse excedente coletivo mediante processos ideológicos, acompanhados, certamente, do uso da força (MONTE-MÓR, 2006, p. 11).

De acordo com o referido autor, alguns conceitos centrais contemporâneos derivam da cidade, tanto em sua forma espacial quanto em sua organização social. O conceito de política, por exemplo, advém da ideia grega de **polis**; o conceito de cidade, de civilização, de cidadania e de cidadão vem do latim **civis** e **civitas**.

O sentido de urbano também se origina do latim e possui duas conotações. Quando se refere à povoação, origina-se de **urbanum** (arado), “a forma física da ocupação do espaço de vida delimitado pelo sulco do arado dos bois sagrados que marcava o território da produção e de vida dos romanos”. No uso da sua simplificação semântica, originaram-se os termos **urbe** e **urbs**, sendo que este último se refere a Roma, uma cidade-império, considerada o centro do mundo. Segundo Monte-Mór (2006), o termo “urbano” desapareceu até o surgimento das grandes cidades da era moderna¹⁸.

¹⁸ “O termo **urbano** foi resgatado apenas no século XVI em português, segundo Houaiss, Villar e Franco (2001), para se referir à cidade-império, e particularmente no século XVII à cidade-sede do Império Britânico em construção, segundo o **Webster's Lexicon** (LEXICON, 1987), sendo que mesmo a palavra **city** (vinda do francês **cité** e do latim **civitas**) se impôs na língua inglesa a partir do centro financeiro

O novo modelo socioeconômico, surgido a partir da Revolução Industrial, provocou mudanças significativas nos lugares sociais das cidades, num processo contínuo de transformação e degradação ambiental, resultado da urbanização desordenada e do desenvolvimento industrial, da produtividade de bens materiais e do crescimento demográfico, trazendo, a reboque, consequências ambientais graves, desrespeitando os elementos naturais e a dinâmica do meio ambiente urbano.

Enquanto esses aspectos do processo de industrialização e de urbanização continuam em andamento, as grandes cidades crescem e explodem, dando lugar à segregação de grande parte da população e ao aparecimento de subúrbios, de favelas, de conjuntos residenciais ou complexos industriais e de pequenos aglomerados satélites.

Nas metrópoles, em sua grande maioria, as Políticas Públicas Urbanas são incapazes de garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e do “direito à cidade” (LEFÈBVRE, 2001), com a plena garantia do bem-estar dos cidadãos e da vivência de direitos básicos como educação, saúde, saneamento, moradia, lazer e de condições socioambientais adequadas, mesmo estes direitos estando garantidos pela Constituição Federal de 1988.

Atualmente, o processo de produção dos espaços se caracteriza por uma concentração de bens e serviços públicos urbanos básicos nas regiões centrais das cidades. E a população mais pobre, por falta de condições de se estabelecer no centro das cidades, vê-se obrigada a buscar modos de moradias em áreas mais distantes que, em sua maioria, são desprovidas de tais serviços, acabando por arcar com os maiores custos para transporte e para acesso aos mesmos.

As ações do poder público, por meio da falta ou inadequação do planejamento urbano à realidade da sociedade e/ou pela falta do cumprimento de legislação existente, acabam por atender a uma parcela minoritária da

de Londres, generalizando-se no período vitoriano em contraposição ao campo. Raymond Williams (1973; 1983) mostra que a palavra *cit* apareceu no século XIII de forma paradigmática referindo-se a cidades ideais ou bíblicas (em lugar de *boro* ou *to n*) e qualificando representações do poder: cidade provincial, cidade catedral etc. [...]” (MONTE-MÓR, 2006, p. 10-11).

população, justamente aquela que pode atender às exigências de um mercado imobiliário cada vez mais voraz.

3.1 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O BRASIL, A AMAZÔNIA E BELÉM

A urbanização brasileira se inicia a partir do século XVIII, quando o homem do campo começa a migrar para a cidade, estabelecendo nesta a sua residência principal. Para Santos (2009), a urbanização atingiu a maturidade no século XIX, mas adquiriu as características atuais e se generalizou a partir das três últimas décadas do século XX, avolumando-se de tal forma que, atualmente, há mais do que uma separação tradicional entre um Brasil urbano e um Brasil rural, tendo-se uma verdadeira distinção entre um Brasil urbano (incluindo-se as áreas agrícolas) e um Brasil agrícola (incluindo-se as áreas urbanas).

Nesse processo inicial, muitos costumes do homem rural são trazidos para as cidades, gerando preocupações com a higiene e a proliferação de doenças na população das mesmas. Castellani Filho (1994) e Costa (1983) descrevem que também há uma forte ação do governo para a adoção de hábitos de higiene na população, tendo assim influenciado o fortalecimento de áreas como a medicina e a educação física. Os higienistas passam a assumir posição de destaque, utilizando sua competência médica no sentido de educar os indivíduos para o cultivo da saúde e do vigor dos corpos.

No final do século XIX e início do século XX, a sociedade brasileira passa a presenciar a transformação do espaço público e do modo de vida das pessoas, além da propagação de uma nova moral e a montagem de uma nova estrutura urbana, que exerce um mecanismo de controle das classes pobres e do aburguesamento da classe rica. A inserção do Brasil na era da modernidade tem como elementos básicos desse processo, representados como indicadores de “progresso”, a industrialização, a urbanização, a divisão técnica do trabalho e a formação de uma elite nacional.

Muitos são os fatores que contribuíram para o processo de concentração da população nos núcleos urbanos. Conforme Bassul (2002), um dos fatores foi a crise mundial de 1929, atingindo a economia do café e fazendo com que um grande contingente de desempregados se deslocasse para as cidades, na sequência, o outro fator foram os efeitos da 2ª Guerra Mundial sobre a produção fabril, e no final da década de 1970, já no século XX, com o Estado investindo nas grandes obras de infraestrutura de transportes e comunicações.

Nos períodos mais recentes, o processo de urbanização brasileira se associa muito à pobreza nas grandes cidades, pois os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos, já que são repelidos das áreas rurais.

A maioria dos habitantes das *ruas* brasileiras fica à margem da própria legalidade urbanística e ambiental, vivendo em setores periféricos da cidade, cada vez mais distantes do centro urbano, sem infraestrutura básica e adequada (educação, saneamento, saúde, lazer etc.) e, muitas vezes, praticando a ocupação e a utilização de áreas socioambientais insalubres e não destinadas à função residencial no território urbano.

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial (SANTOS, 2009, p. 10).

A partir desse abismo estabelecido nos espaços das cidades, que para Maricato (1997) estabelece um divisor de classes ricas e pobres, nasce o Movimento pela Reforma Urbana Brasileira, nos fins dos anos 1970, com sua primeira reunião acontecendo no Rio de Janeiro, sob o comando da igreja católica, coordenadora da Comissão Pastoral da Terra (CPT) a qual, inicialmente, apenas tratava de lutas relacionadas ao trabalhador do campo e que, a partir desse momento, passa também a se envolver nos movimentos urbanos.

A partir das lutas empreendidas pelas entidades e associações que se empenharam nos movimentos pela reforma urbana, em 10 de julho de 2001, após doze anos de tramitação¹⁹, foi sancionada a Lei nº 10.257, denominada “Estatuto da Cidade²⁰”, considerada como a primeira norma federal brasileira de diretrizes para a política urbana, na qual estabelece “normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (BRASIL, 2001), legitimando um conjunto de instrumentos que possam materializar, dentre outros aspectos, a função social da cidade²¹, o “direito à cidade” (LEFÈBVRE, 2001) – que na lei é agregado ao termo “sustentáveis”, sendo incluído nesse conceito o direito ao lazer – além da gestão democrática. Essas orientações podem ser verificadas no Art. 2º, com destaque para os incisos I e II.

Art. 2º - A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I - **garantia do direito a cidades sustentáveis**, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e **ao lazer**, para as presentes e futuras gerações;

II - **gestão democrática** por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (BRASIL, 2001, não paginado, grifo nosso).

¹⁹ O Projeto de lei nº 181/1989, de autoria do Senador Pompeu de Sousa, que viria a ser promulgado posteriormente como o Estatuto da Cidade, estava tramitando no Congresso Nacional desde 1989.

²⁰ Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (BRASIL, 2001).

²¹ “Embora presente em todas as constituições brasileiras desde a de 1934, o princípio da ‘função social’, especialmente no tocante à propriedade urbana, somente encontrou uma definição consistente na Constituição de 1988, que, no art. 182, § 2º, estabeleceu: ‘A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor’” (BASSUL, 2002, p. 135).

Para cumprir com o objetivo da política urbana, estabelecido no Estatuto da Cidade, que é o de desenvolver as funções sociais da cidade, Bassul (2002) aponta o estabelecimento de quatro grupos de propósitos principais, que são: a promoção da gestão democrática das cidades; o oferecimento de mecanismos para a regularização fundiária; o combate à especulação imobiliária; e a garantia da sustentabilidade ambiental, social e econômica dos núcleos urbanos.

Dentre os principais instrumentos citados na lei, destaca-se o Plano Diretor, o qual se caracteriza por ser um instrumento que deve ser elaborado como parte integrante do processo de planejamento municipal de cidades com mais de 20.000 habitantes, tendo validade de 10 anos, e que deve refletir, por via de diretrizes, normas e leis, o atendimento das necessidades dos cidadãos de cada município, buscando a efetivação da função social da cidade e o desenvolvimento de forma sustentável, garantindo a todos o acesso a serviços de habitação, de transporte, de educação, de saúde, de saneamento, de segurança, de emprego e de lazer. No Estatuto da Cidade, o Plano Diretor é definido como:

[...] um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano. O Plano diretor parte de uma leitura da cidade real, envolvendo temas e questões relativos aos aspectos urbanos, sociais econômicos e ambientais, que embasa a formulação de hipóteses realistas sobre opções de desenvolvimento e modelos de territorialização. O objetivo do Plano Diretor não é resolver todos os problemas da cidade, mas sim ser um instrumento para a definição de uma estratégia para intervenção imediata, estabelecendo poucos e claros princípios de ação para o conjunto dos agentes envolvidos na construção da cidade, servindo também de base para a gestão pactuada da cidade (BRASIL, 2001, p. 40).

O Estatuto da Cidade, e o próprio Plano Diretor, sem dúvida, representam certo avanço na luta por um território mais justo e mais democrático, porém, ainda existe uma lacuna muito grande entre a promulgação da lei e a efetiva aplicação de seus princípios no planejamento das cidades em todas as regiões do Brasil, fato que se verifica nas cidades amazônicas. Como aponta Bassul

(2002), junto com a promulgação da lei, são igualmente importantes a organização popular e a conduta política da gestão municipal.

Como as formas de apropriação da cidade expressam o modo das relações de produção, desenvolvimento desigual, concentração, exclusão etc., tudo isso está presente também no modo de vida urbano. Nesse sentido, não é possível que o poder do dinheiro e da especulação trace o desenho das cidades.

Por isso, há necessidade de estabelecimento de políticas urbanas, voltadas à questão da função social das cidades. Dentre estas, a questão da manutenção de espaços verdes urbanos para a possibilidade de vivência do lazer, procurando, de um lado, acabar com o movimento especulativo em torno dos novos empreendimentos mercadológicos e, de outro, ampliar as possibilidades de lazer acessíveis para o conjunto da população.

O Estatuto da Cidade atingirá sua plenitude quando alcançar a integração das políticas municipais como as de transporte, habitação, planejamento urbano, meio ambiente, saúde, educação, saneamento, patrimônio histórico e arquitetônico, essenciais à efetivação da gestão democrática. Para que um projeto de gestão seja bem sucedido é fundamental o conhecimento das condições de vida da população e do meio físico, pensar de forma integrada os problemas setoriais da cidade na perspectiva de conhecê-la interpretá-la na sua totalidade (SILVA, 2003, p. 33-34).

Enfatiza-se a importância da compreensão das novas dinâmicas que regem o espaço urbano amazônico (crescimento urbano, “estrangulamento” das áreas verdes e das áreas de lazer), destacando-se tais aspectos como de grande importância para a construção de ações articuladas entre os vários setores.

Para se entender como vêm se dando os processos de urbanização na Amazônia e em Belém, cabe visitar alguns estudos que tratam da temática (SANTOS, 2009; TRINDADE JUNIOR, 1998; SARGES, 2010; CASTRO, 2006), os quais descrevem tais processos e consideram que estes estão diretamente interligados e condicionados ao modelo político-econômico de exploração dos recursos naturais, desde a exploração das drogas do sertão,

tendo como momento crucial a exploração da borracha, até a exploração da madeira e de minérios, em períodos mais recentes.

Até as primeiras décadas do século XIX, a economia regional pautou-se na exploração das “drogas do sertão” (canela, cravo, frutas, plantas medicinais etc.), experimentando um ligeiro crescimento com a cultura de exportação do cacau, seguida da cultura de açúcar, algodão, tabaco, arroz e café, cujos principais portos consumidores eram Gênova, Hamburgo, Veneza, França e Holanda. Concomitantemente, desenvolveu-se uma manufatura artesanal, com curtumes, engenhos, produção de farinha, sabão, entre outros (SARGES, 2010, p. 91).

Para Trindade Junior (1998), a urbanização amazônica, a exemplo do resto do país, também reflete o processo de industrialização, tendo como fronteira econômica a necessidade de se buscar recursos que atendam à dinâmica econômica mundial, mas que também para os interesses de industrialização interna; ainda que, no caso de Belém, esta não represente o elemento propulsor direto da metropolização.

O Crescimento das cidades amazônicas, especialmente de Belém e de Manaus, teve seu grande impulso a partir da economia extrativista da borracha, em fins do século XIX e início do século XX, mais exatamente no período entre 1840 e 1920. Este panorama é apresentado por Sarges (2010), demonstrando que em função da nova economia que se instala nessas cidades, chegam novos contingentes, resultando numa ampliação e modificação na paisagem do urbano das mesmas.

Em Belém, o processo de modernização aconteceu a partir da segunda metade do século XIX, em função do enriquecimento de certos setores sociais da região com a produção da borracha, a partir de 1840, como parte do processo de inserção da Amazônia na economia mundial, transformando a paisagem urbana aos moldes de cidades europeias. Sarges (2010, p. 20) demonstra várias modificações na paisagem da cidade com o “calçamento de ruas com paralelepípedos de granito importados da Europa, construção de prédios públicos, casarões em azulejos, monumentos, praças etc”.

O capitalismo e a modernidade se refletiam na estrutura urbana de Belém, seguindo o modelo de urbanismo moderno da Europa, com destaque para o período da administração do Intendente Antônio José de Lemos, de 1897 a 1910.

Após se eleger como vereador, em novembro de 1889, e tendo sido o candidato mais votado, Lemos sagrou-se presidente da Câmara Municipal de Belém, e em 1897, assumiu o cargo de Intendente Municipal de Belém (cargo de Prefeito, na atualidade)²².

Nascido no Maranhão, viera ao Pará como burocrata da Marinha; não possuía grandes dotes oratórios nem tampouco muita cultura. Seu maior triunfo era ser redator de “A Província do Pará”, e uma das proeminentes figuras do “Grupo Assis” (facção política chefiada pelo Dr. Joaquim José de Assis, um dos chefes do Partido Liberal) [...] Lemos dominou o Pará durante quase 15 anos em decorrência dos poderes que os políticos interioranos lhe outorgaram [...]” (ROCQUE, 1996, p. 15-16).

Antônio Lemos desenvolveu uma rigorosa política sanitaria na cidade, sendo tudo controlado por um código de posturas, baseado em ideais liberais, criado para disciplinar os hábitos da população e voltado à higienização da cidade, tomando como referência as ideias que referendavam a reforma urbana de Paris, no século XIX, comandada pelo administrador e político Georges Eugène Haussmann.

De acordo com Freitag (2010), as ideias de Haussmann para a remodelagem de Paris recebiam forte influência de Napoleão III, com princípios para uma cidade de “circulação”, com a construção de amplas avenidas – próprias para o fluxo de mercadorias e de pessoas, que também serviam para impedir as barricadas dos movimentos revolucionários populares –, de canais subterrâneos de água e esgoto, de instalação de luz e gás, de mercados e de parques urbanos.

²² Segundo Rocque (1996, p. 137), conforme a constituição de 1891, “o cargo de Intendente Municipal era autônomo: seu titular, eleito em pleito direto, tornava-se uma espécie de fiel da balança”.

Seguindo fielmente os princípios da obra de Haussmann, Antônio Lemos procurou imprimir em Belém ares de uma cidade moderna, com características de uma época conhecida como *Belle époque*, materializados em construções de *bolears*, de praças, de jardins, de bosques e a abertura de longas e largas avenidas. Mas, esse “progresso” era visivelmente direcionado apenas à área central da cidade, onde geralmente quem habitava era a elite local e parte da classe média em crescimento.

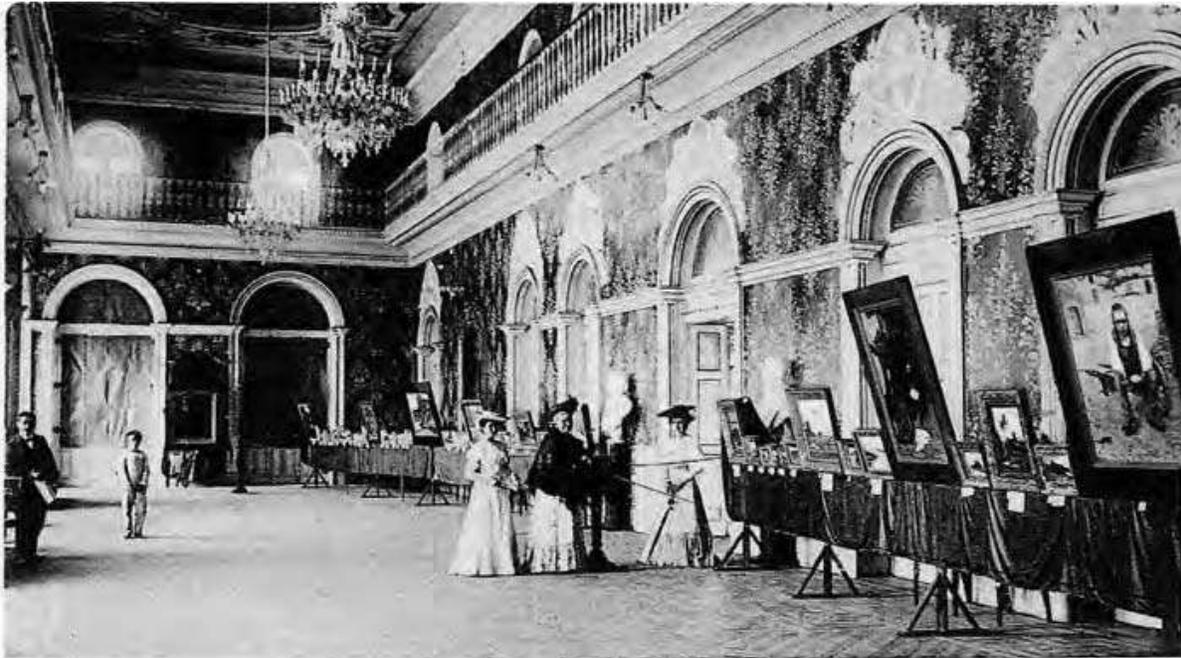
Lemos transformou a cidade num centro de consumo de produtos importados, com destaque para a abertura de vários comércios que traziam seus produtos da Europa, como as citadas por Sarges (2010): Paris N’América, Bon Marché, *aison rançaise*, Mme. Russo, além de algumas lojas ambulantes que vendiam fazendas francesas, inglesas e outras miudezas.

O cenário central da cidade vai se transformando em “espaço elegante e chique”, por onde deveria desfilarem a burguesia exibindo seu poder, luxo e riqueza. O resultado dessa modelação da cidade é a elitização do espaço urbano, com a erradicação dos setores populares para as áreas mais distantes do centro (SARGES, 2010, p. 200).

Foram construídos ou re-estruturados e reinaugurados alguns dos principais espaços e equipamentos de lazer da cidade, como: cafés; casas de espetáculos; o Theatro da Paz (Fotografia 1); o cinema Olympia (Fotografia 2); várias praças, como a Praça da República e a Praça Batista Campos, assim como o Bosque Rodrigues Alves, inicialmente denominado de Bosque Municipal.

Com o objetivo de proporcionar o entretenimento da classe burguesa paraense, Lemos mandava buscar grandes companhias artísticas da França, de Portugal e do Rio de Janeiro, para se apresentarem no Theatro da Paz. Segundo Sarges (2010), é possível que de fevereiro a dezembro de 1878 tenham sido apresentados, aproximadamente, 126 espetáculos no referido Teatro.

Fotografia 1 - Salão Nobre do Theatro da Paz.



Pará — Theatro da Paz — Exposição, AZEVEDO

Editor — E. F. Oliveira Junior — Pará



Pará — Theatro da Paz — Exposição Parreiras

28/1/1907.
Editor — E. F. Oliveira Junior — Pará

Fonte: Belém (1998).

Fotografia 2 - Sala de espera do Cinema Olympia em 1912.



Fonte: Cinema (2010).

As praças não eram lugares públicos de lazer criados para a frequência do povo, mas espaços para se demonstrar o *stat s* burguês e como relata Sarges (2010), serviam para ver e ser visto, sendo este o novo *obb* da elite. A praça se transformou num lugar onde, por meio da observação do vestuário de seus visitantes, era possível se identificar a que classe cada um pertencia, distinguindo gente do povo e burgueses.

Pensando num lazer mais saudável para a classe burguesa paraense, proporcionando-lhe uma maior convivência com a natureza, o Intendente reformou o Bosque Municipal, aumentou sua área de extensão e realizou sua reinauguração em 15 de agosto de 1903. Em 11 de novembro do mesmo ano, o Conselho Municipal, o denominou de Bosque Rodrigues Alves.

[...] O bosque do Marco da Legua reclama melhoramentos, não só sob o ponto de vista de sua conservação, como igualmente no instituto de collocar-o em melhores condições. Com effeito, causára-me tristeza a visita official por mim feita áquelle proprio municipal, que, todavia, por sua simples belleza natural, é objecto de encanto ao viajante acostumado a admirar obras d'arte nos grandes bosques europeus (BELÉM, 1902, p. 193-194).

Havia uma intensa dedicação de Antônio Lemos com a arborização da cidade, no intuito de se ter qualidade de vida, em função de uma vida ligada à natureza, tanto no que se refere à preocupação com a higienização da cidade e a purificação do ar para uma vida saudável, quanto pelo embelezamento da cidade e a melhoria de aspectos climáticos de uma capital tropical.

De acordo com Sarges (2010), em 1900 foi criado o Código de Posturas da cidade, tendo como uma de suas finalidades proteger as árvores de agressões, onde se proibia o corte e o apedrejamento das mesmas, principalmente algumas espécies como, por exemplo, as andirobeiras, as seringueiras e as castanheiras.

Nem sempre foram as praças de Belém o que são hoje. A 15 de novembro de 1897, achavam-se ajardinadas apenas as praças da República, Sant'Anna e Visconde do Rio Branco e parcialmente as de Baptista Campos e Independência. Todas, entretanto, necessitavam de grandes serviços de conservação e ampliação, no sentido de seu melhoramento esthetic. Outras praças e logradouros públicos, não ajardinados nem arborizados, apresentavam aspecto que nada tinha de agradável. Mandei proceder á limpessa, aterro e nivelamento d'estes últimos sítios, providenciando para que o serviço referente ás praças ajardinadas tivesse deveras a necessária importância, de accordo com os direitos da população flagellada pela agrura do clima. Nossos jardins urbanos tornaram-se desde logo objecto dos mais attentos cuidados. Em virtude do plano administrativo por mim adoptado, estes jardins serão, d'aqui a poucos annos, magníficos parques, prestando aos habitantes da cidade um grato refrigerio, mesmo nas horas mais duras do dia (BELÉM, 1902, p. 178).

Em algumas passagens do primeiro relatório de Antônio Lemos percebe-se sua dedicação às áreas verdes da cidade, quando este se refere aos jardins, parques e praças de Belém. Nesse período, o intendente reaparelhou o Horto Municipal, para suprir as demandas de fornecimento de mudas para serem utilizadas na arborização das ruas, dos parques, das praças, dos jardins, principalmente em função de seus planos de saneamento da cidade.

Fotografia 3 - Arborização da Praça da República.



Panorama da Praça da República - Largo da Polvora - Lado Posterior do Theatro da Paz.

Fonte: Belém (1998).

Excellent foi a idéa da criação do Horto municipal, estabelecido á rua Mundurucus, esquina Dr. Moraes, n'um terreno de exíguas dimensões. Dei-lhe os necessários elementos de desafogo, de modo a ficar habilitado a supprir o grande numero de arvores de que carecem as ruas, avenidas e praças da capital [...] Por seu lado, o serviço de arborisação merece os maiores cuidados do poder municipal. Não esqueço o concurso prestado ao saneamento urbano pela arborisação em larga escala. Porisso, tenho ampliado este serviço com escrupulosa atenção, desde o primeiro dia de meu governo. Não são somente os jardins e praças que se transformaram em parques. Também as ruas de maior largura receberam o benefício da arborisação (BELÉM, 1902, p. 199).

A política de urbanização de Lemos redefiniu o espaço urbano de Belém e caracterizou a segmentação da cidade, tendo o seu centro desodorizado e higienizado, como a área destinada aos segmentos burgueses e a sua periferia alagada e malcheirosa, como área para a população pobre, com a implantação

de ideais de civilização e mudança radical dos hábitos e costumes da população paraense, gerando profundas tensões sociais.

Após a era Lemos, com a queda da comercialização da borracha, em função de vários fatores – “grande rentabilidade da heveicultura do Oriente; a falta de uma classe política local que brigasse pelos interesses da região; o descaso do Poder Central e as vultuosas remessas de lucro para o exterior” (SARGES, 2010, p. 133), há uma transformação na configuração da região amazônica e suas principais metrópoles, Belém e Manaus, vêem seu crescimento econômico e sua importância decrescerem no cenário nacional e internacional.

Nesse período, entre 1920 e 1960 há uma estagnação econômica, mantendo-se pouco contato comercial com o exterior e, com a queda do destaque para a borracha, a produção econômica fica restrita à produção de juta e castanha-do-pará. De acordo com Trindade Junior (1998), em consequência disso, também se verifica uma estagnação urbana, tendo-se um crescimento urbano limitado às cidades do Médio Amazonas.

Ainda há uma tentativa de retomada da comercialização da borracha, com a denominada “Batalha da Borracha”, entre 1939 e 1945, durante a segunda guerra mundial, porém, não se obtêm grandes êxitos.

No Álbum do Pará, escrito em 1939, há referências de que, mesmo com a decadência econômica de Belém vivida nesse período, a cidade ainda era considerada como um centro capaz de atrair viajantes e servir ao turismo.

As avenidas largas, sombreadas, tipicamente originaes, as praças e aos arredores de nossa capital, a sua situação geographica, os costumes e habitos locaes, a opulencia da natureza amazonica e os attractivos de nossa civilisação caracteristica, tornam Belem um centro de preferencia ao turismo, sendo bastante significativo o numero de viajantes, de todas as partes do mundo, que nos visitam, annualmente. Os logradouros públicos belemenses, como o Bosque Rodrigues Alves e o Museu Paraense, cheios de originalidade e de graça, as nossas casas de diversões, a Bibliotheca Publica e outros logares de recreio espiritual, facultam aos habitantes da cidade e aos que visitam agradaveis refugios ás asperesas da vida quotidiana (PARÁ, 1939, p. 176).

Pesquisas realizadas por Castro (2006), a qual possui diversos estudos sobre o urbano na Amazônia, destacam que até 1960 a região amazônica se apresentava com um “padrão espacial predominantemente dendrítico²³ da rede urbana”, com fortes enraizamentos culturais nas cidades ribeirinhas, tendo Belém como principal metrópole regional e existindo estreita relação com os rios da região, onde se misturam diversas atividades em portos e trapiches da cidade, que além de assumirem uma função econômica, também estabelecem diversas relações de sociabilidade, por meio da circulação de famílias, que por diversas gerações, circularam entre Belém e suas cidades de origem localizadas nos municípios do interior do Estado.

Trindade Junior (2010, p. 118, grifo nosso) também aborda os enraizamentos socioeconômicos e culturais das cidades ribeirinhas com os rios, mantendo uma estreita ligação, não apenas em decorrência da localização à beira do rio, mas principalmente por apresentarem uma interação funcional com os mesmos. “São exemplos disso a circulação fluvial, de subsistência material (fonte de recursos alimentares, uso doméstico etc.), **a utilização lúdica (uso do rio para o lazer)** e simbólica (a importância do rio no imaginário sociocultural)”.

A partir da passagem do século XIX e início do século XX, com o período inicial de urbanização de Belém, até por volta da década de 1960, o *modus vivendi* da população das cidades ribeirinhas continua a ter forte vínculo com as águas. O lazer e as brincadeiras de muitas crianças geralmente aconteciam nos rios e igarapés ainda existentes no meio da cidade, que se inscreviam na história delas, assumindo um dos principais espaços de expressão de sua ludicidade e de criação de vínculos afetivos com a natureza.

No livro “Belém – Estudo de Geografia Urbana”, de Penteado (1968), são citadas passagens sobre a configuração topográfica da cidade e a presença de igarapés em bairros da periferia. O autor ilustra sua obra com uma foto de crianças tomando banho no igarapé, num pequeno afluente do rio Guamá, localizado no bairro da Condor (Fotografia 4).

²³ Referente ao regime hidrográfico fluvial, caracterizado por uma grande quantidade de afluentes e subafluentes, como ramificação de árvores.

Fotografia 4 - Crianças tomando banho em um igarapé.



Fonte: Penteado (1968, p. 59).

Em outra passagem da obra do referido autor, citando a questão climática de Belém, faz referências sobre o costume da população em frequentar as margens dos rios em busca de se refrescar com a brisa e de utilizar o rio para pescar.

[...] pelas noites afora, é comum soprar um verdadeiro “terral”, na fachada ocidental da cidade, amenizando o clima desta porção de área urbana densamente edificada, transformando o Boulevard Castilhos França, junto à baía de Guajará, em um local acolhedor e refrescante, onde muitas pessoas procuram, através de linhadas, pescar alguns peixes, recostadas ao peitoril recentemente construído pela Prefeitura de Belém (PENTEADO, 1968, p. 80, grifo do autor).

Algumas casas e sítios de Belém, por algum tempo, localizavam-se na beira do rio Guamá, onde crianças e adultos de certa parcela da população

tinham como quintal de suas casas o próprio rio para realizar suas brincadeiras, para pescar, para tomar banho (Fotografia 5).

Fotografia 5 - Sítio na beira do Rio Guamá.



■ Paisagem ribeirinha do Guamá, onde se observa a arquitetura vernacular característica da região. (PCF)

Fonte: Belém (1998).

O banho de igarapé²⁴ era uma tradição em Belém, uma herança indígena, mas que era uma experiência vivenciada, geralmente, mais pela população pobre, pelo povo, haja vista que as classes mais altas, as elites da cidade, preferiam realizar seus passeios de lazer nas praças e nos bosques, locais mais propícios a ser demonstrado seu *status*, “a ver e ser visto”.

Tocantins (1987, p. 366) faz uma leitura de práticas da cidade e reproduz em sua obra – uma espécie de guia de Belém, com alguns aspectos literários e uma certa visão romântica da cidade – algumas cenas que descrevem como

²⁴ “Palavra Tupi que se traduz por caminho de canoa” (TOCANTINS, 1987, p. 366).

os banhos de igarapés representavam experiências cheias de significados para as pessoas: “O banho gostoso, refrescante, lúdico, pisando-se em areia pura, nadando-se nos ‘poços’, embebendo-se de ar que tem perfume de mato amassado. Água fria, cristalina, que é uma beleza!”.

Na obra de Meira Filho (1976), há relatos de que desde o século XVIII, no período de expansão da cidade para além dos limites onde esta surgiu, começam a ser erguidas moradias denominadas de “rocinhas”, onde há uma integração entre a casa e seus arredores arborizados.

Nos sítios existentes em torno do campo da pólvora, nas sombras virgens e férteis da campina e de seus arredores, a população ainda reduzida da cidade do Grão-Pará começava a erguer suas rocinhas, suas vivendas, seus pomares. A preferência pelos lugares ermos do povoado se acentuava dia a dia, proporcionando, assim, a expansão urbana no verdadeiro sentido de seu povoamento (MEIRA FILHO, 1976, p. 550).

As rocinhas também são citadas por Penteado (1968), demonstrando sua expansão a partir do largo da Pólvora (atual praça da República) por caminhos ainda situados dentro da mata em direção a um sítio suburbano, denominado de “sítio de Nazaré”. Deste seguiam vários caminhos em direção à Pedreira, ao Guamá, junto ao Tucunduba e ao igarapé do Una.

Eram estes os subúrbios imediatos de Belém, cuja função residencial ou recreativa é bem caracterizada pela presença das “rocinhas”; como se nota, é muito reduzida ainda a expansão da cidade, pois os caminhos percorriam zonas de mata virgem contíguas ao aglomerado urbano de então (PENTEADO, 1968, p. 119).

Havia o costume de se andar pelas estradas de asfalto que ligavam o centro da cidade à estrada do Tapanã, de Icoaraci, de Ananindeua, e se enveredar pelas estradinhas de terra batida em direção aos sítios, onde os igarapés eram conservados pelos donos destes em seu estado natural. Como cita Tocantins (1987, p. 368), “o cinturão de mata vizinha a Belém está cheio de pequenos sítios, granjas, retiros, com pomar, casa de residência (que imita as antigas rocinhas), pedaço de floresta, e igarapé”.

A relação com as áreas verdes era cotidiana, principalmente nas casas mais populares, localizadas na periferia da cidade em bairros como, por exemplo, da Pedreira e do Marco. A maioria destas casas ainda possuía seus quintais com várias árvores frutíferas, com pequenos bosques, que representavam interessantes momentos de relação diária com a natureza, de alegria e de espontaneidade lúdica, tanto de crianças com suas brincadeiras, quanto de adultos com reuniões de família em encontros e festas realizadas em seus quintais.

De acordo com Amaral e Guarim Neto (2008, p. 329), os quintais podem ser reconhecidos como uma das mais antigas formas de manejo de terra, possuindo longa tradição nos países tropicais e se caracterizando por serem “uma combinação de árvores, arbustos, trepadeiras, herbáceas, algumas vezes em associação com animais domésticos, crescendo adjacentes à residência”, com a associação de diversos benefícios às famílias que ali residem.

No Brasil, esse termo é utilizado para caracterizar a área situada ao redor da casa e que, na maioria das vezes, é de acesso fácil e cômodo, na qual se cultivam ou se mantêm múltiplas espécies que fornecem parte das necessidades nutricionais da família, bem como outros produtos, como lenha e plantas medicinais.

Em estudos de Sousa e Costa (2006), os quintais também ganham relevância. As pessoas entrevistadas na referida pesquisa geralmente eram “do interior” e citam que realizavam a manutenção e limpeza dessas áreas por meio de “capinas e varridas”, juntando e queimando o “lixo” (matos e folhas), o qual era colocado, posteriormente, nos “pés das plantas” ou para o plantio de mudas de árvores frutíferas.

Dada a importância do quintal no interior, há um sentimento saudosista entre os entrevistados, pois era um espaço relevante sob os aspectos econômico, social e ambiental. No econômico e social, devido o fornecimento de alimentos com proteínas de origem animal e vegetal para o autoconsumo da família e venda do excedente se fosse o caso. Sob o aspecto social e ambiental, o quintal é importante do ponto de vista do bem estar da família, pois segundo uma entrevistada o quintal

“garantia a sombra, que permitia a reunião da família durante a tarde”, além de ser muito utilizado pelas crianças para desenvolverem atividade de lazer. Situação retratada por NODA (1997) onde demonstra que o quintal também compõe o espaço de socialização do grupo familiar, abrigando momentos de lazer, servindo também para a iniciação às atividades agrícolas das crianças, para a realização de atividades como fabricação e conserto de apetrechos de pesca e de instrumentos agrícolas, beneficiamento de produtos agrícolas e embalagem da produção para a comercialização (SOUSA; COSTA, 2006, p. 11).

Sobre os quintais existentes nas casas de Belém, Tocantins (1987, p. 322), também faz interessantes relatos, considerando que “onde se sente melhor a integração de Belém à natureza é no quintal, ponto de confluência entre o sítio (ontem, a rocinha) e a casa urbana”.

O autor relata ainda que este talvez seja um indicador de que a população da cidade “não quis se desligar, de todo, daquele ambiente de pomar, ou simplesmente de mato, das antigas propriedades rurais” (TOCANTINS, 1987p. 322). E de que, para a população de Belém, os quintais possuem um sentido mais humano, mais de utilidade caseira, do que de paisagem estética.

Existem muitos quintais em Belém. Grandes e pequenos. Não há fundo de casa fim-de-século que se respeite sem deixar de exibir o seu quintal, onde a família costuma fruir os recantos de sombra, em reunião com amigos (TOCANTINS, 1987, p. 323).

Com a expansão urbana para o bairro da Campina, as rocinhas da Estrada de Nazaré foram absorvidas, mas mesmo assim a população continuava dando importância às plantas e às árvores frutíferas plantadas em seus quintais e, essencialmente, ao fato de poder conviver, no seu cotidiano, próximo à natureza.

Não há menino belemense, de passado relativamente recente, que vivesse os seus dias infenso²⁵ aos atrativos do quintal. Mesmo os meninos de agora, apesar das novas modalidades de habitação introduzidas pelo

²⁵ Infenso. (latim *infensus*, -a, -um) adj. 1. Que se opõe a. (DICIONÁRIO ..., 2010b, não paginado).

arranha-céu. E como é agradável a gente ainda poder ver as mangueiras, os abieiros, os sapotizeiros, as limeiras, as laranjeiras, as bananeiras, as caneleiras, os coqueiros, as caramboleiras, os cajueiros, transpirando seiva e odores, oferecendo flores, frutos, expondo seus passarinhos coloridos e cantantes! (TOCANTINS, 1987, p. 325).

Nos quintais de sua própria casa, as crianças viviam sua aventura lúdica ao subir nas árvores, sem precisar procurar, em lugar distante, uma relação com a natureza “perdida” da cidade, como nos dias atuais.

A vida assim corre mais amena e mais sadia. As crianças ganham espaço e inúmeras sugestões para os seus divertimentos: é o bate-bola, é a brincadeira de roda, é o jogo da “macaca”, além das traquinagens²⁶ no galho das árvores. Colhendo frutos, espiando²⁷ o vizinho, judiando²⁸ com a criação (TOCANTINS, 1987, p. 324).

Cabe aqui um breve parêntese, a fim de se ressaltar que na atualidade, mesmo que escassa, ainda sobrevive um pouco dessa relação com o rio e com a floresta, e essa dinâmica ainda se faz presente em comunidades ribeirinhas localizadas em algumas das 39 ilhas que fazem parte geograficamente da região metropolitana de Belém, e que ainda não foram atingidas pelo processo acelerado de urbanização.

Carvalho (2006, p. 229-246), ao estudar a ludicidade de crianças ribeirinhas em comunidades de Castanhal do Mari-Mari e Caruaru, na ilha do Mosqueiro, revela cenas de total integração das crianças com a natureza, ainda bastante presente em suas brincadeiras e em seus cotidianos e destaca que o brincar na mata, principalmente subindo nas árvores é uma aventura lúdica, onde a liberdade e o companheirismo estão bastante presentes, pois o “vencer” a natureza não faz parte do imaginário das crianças, muito pelo contrário, elas possuem uma relação de intimidade, de harmonia, de integração e de

²⁶ Traquinagem. s.f. Bras. Ação de traquinas, travessura de criança (DICIONÁRIO ..., 2010a, não paginado).

²⁷ **Espiar.** v.t. Observar secretamente, atentamente: espiar os movimentos de alguém (DICIONÁRIO ..., 2010a, não paginado).

²⁸ Judiar. (*io ar*). Fazer diabruras; cometer judiarias (DICIONÁRIO ..., 2010b, não paginado).

acolhimento com as árvores. “No brincar das crianças na árvore, se estabelece, ao mesmo tempo, um processo simbiótico e mimético. Simbiótico, na medida em que elas se confundem com a árvore, e mimético, ao imitarem os animais ou outros elementos presentes na mata” (CARVALHO, 2006, p. 246).

A relação com o rio também se faz presente na realidade cotidiana dessas crianças ribeirinhas, por meio de diversas brincadeiras realizadas na água. Para Carvalho (2006, p. 246), as crianças criam vínculos afetivos com a água, em decorrência de sua convivência diária, passando a amá-la e respeitá-la como um elemento fundamental para a sua vida cotidiana e porque “também está imbricada no seu eu, são águas que as alimentam tanto materialmente, como espiritualmente”.

Nas metrópoles amazônicas, entretanto, essa realidade e esse cenário se modificaram a partir da década de 1960, e a relação com o rio e com a natureza começou a possuir novos significados, e se distanciar, principalmente após a abertura das rodovias na região, fato que alterou a estrutura espacial das cidades e o modo de viver da população.

Pesquisas de Castro (2006) apontam que a intervenção estatal ocorrida nesta década, por meio de um projeto político de integração, interferiu diretamente na urbanização da Amazônia e no desenvolvimento de sua fronteira urbana, por meio de políticas de incentivo e financiamento da migração para a região e da construção de grandes empreendimentos e o estabelecimento de uma nova dinâmica espacial.

[...] os programas de colonização e a construção de grandes projetos e, sobretudo, a abertura de estradas, hidrovias e ferrovias apenas constituíram uma parte, importante sem dúvida, de um processo de modernização que subjaz ainda nos planos governamentais e no projeto político de integração da Amazônia ao resto do território nacional e ao mercado internacional (CASTRO, 2006, p. 14).

A partir dessas transformações, há um crescimento e um dinamismo centrado em cidades situadas às margens das rodovias – e não mais voltado às cidades ribeirinhas, resultando numa urbanização concentrada nas capitais estaduais.

Castro (2006) e Trindade Junior (1998) relatam que a partir da inauguração da Rodovia Belém-Brasília, na década de 1960, e da Transamazônica, na década de 1970, adotou-se uma série de medidas que se caracterizaram como estratégias de integração da região com a economia do Centro-Sul, repercutindo significativamente na configuração dos espaços intraurbanos da Amazônia, contribuindo para o aumento populacional da região e para o processo de metropolização da cidade de Belém.

A partir das décadas de 1970 e 1980, essa nova dinâmica da fronteira na Amazônia Oriental passa a ter sua expansão mais acentuada no interior, com o crescimento de pequenas e médias cidades. Nesse período, Belém começa a apresentar uma queda no grau de concentração de população, com a capital representando 30% da população do Pará, e algumas características de transformação da urbanização amazônica.

Há uma valorização de cidades localizadas às margens de rodovias, a reprodução de pequenos núcleos urbanos dispersos, decorrentes da mobilidade ao trabalho em grandes projetos e a retração do crescimento em antigos núcleos urbanos, caracterizando as *com an to ns* ou cidades-empresa.

Para Castro (2006) e Trindade Junior (2010), que se dedicam aos estudos sobre as cidades amazônicas, as *com an to ns*²⁹ ou cidades-empresa foram e continuam sendo criadas com o objetivo de atender aos grandes projetos ou ‘grandes objetos’ econômicos implantados na Amazônia a partir da segunda metade do século XX.

Segundo Cruz, Castro e Sá (2011, p. 8-9), nos anos 1980 e 1990, houve uma nova intensificação do crescimento demográfico na região amazônica,

²⁹ Vinculadas à exploração de recursos com alta tecnologia. São relativamente autônomas em relação à vida regional e local visto que estabelecem ligações diretas com o exterior. Abrigam instalações da empresa, pessoal técnico e trabalhadores permanentes. São exemplos: Vila Amazonas e Serra do Navio (AP), ligadas à Indústria e Comércio de Minérios S. A (Icomi); Vila Cachoeirinha (RO), ligada à Mineração Oriente S. A; Vila de Pitinga (AM), ligada à Empresa de Mineração Taboca, do grupo Paranapanema; Vila Balbina Amazonas, das Centrais Elétricas Norte do Brasil S. A; Monte Dourado (PA), ligada à Jarí Celulose S. A; Núcleo Urbano de Carajás (PA), pertencente à Companhia Vale do Rio Doce; Vila de Tucuruí (PA), ligada às Centrais Elétricas Norte do Brasil S. A; Porto Trombetas (PA), ligada à Mineração Rio do Norte S. A e Vila dos Cabanos (PA), ligada à Albras/Alunorte (TRINDADE JUNIOR, 2005, p. 7).

em função dos grandes projetos minerais e energéticos estabelecidos na Amazônia Oriental, transformando Belém em uma cidade com característica de “entrepasto de serviços e de concentração de população de baixa renda, sem condições de participar das novas formas impostas pelo capital internacional na região”.

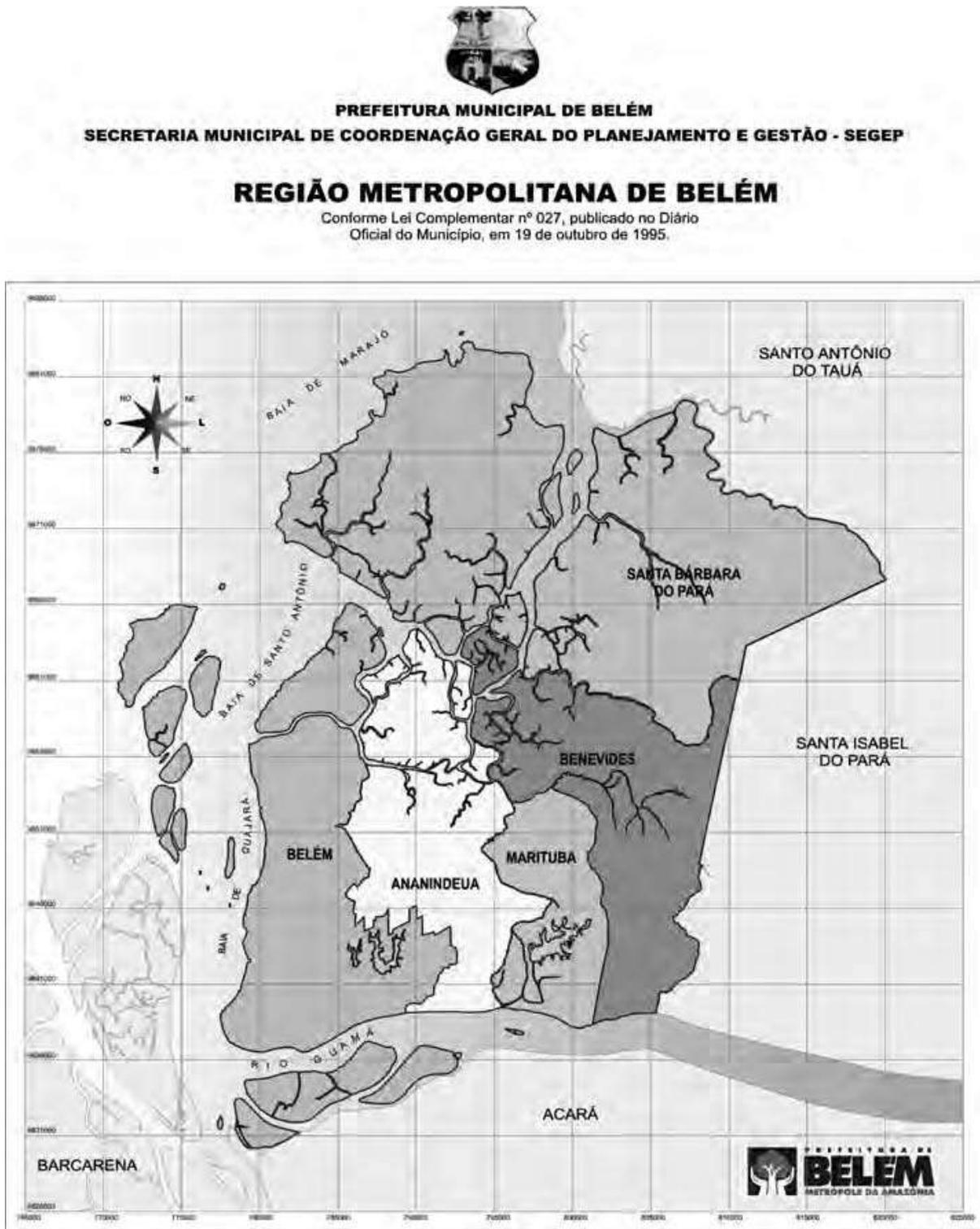
Como reflexo disso, a região (Amazônia oriental) cresce mais que o aglomerado metropolitano de Belém (RMB). Essa dinâmica se deve, em grande parte, aos grandes projetos que, para Trindade Junior. (2010, p. 120-121), acabam por pulverizar tanto a mão de obra e os investimentos, quanto os capitais e as redes técnicas por todo o interior dessa região, “atendendo às estratégias de povoamento, de exploração de recursos e de integração econômica e territorial estabelecidas pelo Estado brasileiro, a partir da segunda metade do século XX”.

Cabe ressaltar que essa denominação das Regiões Metropolitanas – bem como os municípios que delas fariam parte –, foram institucionalizadas pelo governo brasileiro no artigo 164 da Constituição Brasileira, efetivando-se por meio da Lei Complementar n. 14, de 08 de junho de 1973. Segundo Roméro e Bruna (2010), ficaram estabelecidas como regiões metropolitanas: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Fortaleza e Belém. O Rio de Janeiro viria se juntar a essas apenas após a fusão do Estado do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara, transformando-se em Região Metropolitana, por meio da Lei Complementar n. 20, de 1º de julho de 1974.

Atualmente, a Região Metropolitana de Belém abrange seis municípios, que são: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará e Santa Isabel do Pará (recentemente incluído).

Conforme pode ser visto no mapa cedido pela Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (SEGEP) (Figura 2), no período de coleta de dados, este ainda não apresentava a inclusão do município de Santa Isabel do Pará, por não ter sido atualizado na referida Secretaria. Esta é a razão deste ainda listar apenas cinco municípios como componentes da RMB.

Figura 2 - Mapa da Região Metropolitana de Belém (RMB) e seus municípios.



Fonte: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão - SEGEP
Baseado na Cartografia digital de 1998, da Companhia de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Belém - CODEM
Escala: 1:250.000

Fonte: SEGEP (2010).

3.2 A DINÂMICA DAS CIDADES: O DIREITO À CIDADE, AO MEIO AMBIENTE E AO LAZER EM BELÉM

Para Lefèbvre (2001), a cidade, caracterizada como um “tecido urbano” apresenta-se como o alicerce das relações socioambientais e dos modos de viver estabelecidos pela “sociedade urbana³⁰”, com níveis e sistemas de valores diferenciados da vida social e cultural que se vivia no campo, influenciando-o com essa nova dinâmica. É no cotidiano da cidade e dessa realidade urbana, que a reprodução das relações capitalistas acontece, subordinando e transformando o espaço, o lazer, a cultura em mercadorias, em valor de troca.

Na base econômica do “tecido urbano” aparecem fenômenos de uma outra ordem, num outro nível, o da vida social e “cultural”. Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos. Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistemas de valores. Entre os elementos do sistema de valores, indicamos **os lazers** ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida adoção das modas que vêm da cidade. E também as preocupações com a segurança, as exigências de uma previsão referente ao futuro, em suma, uma racionalidade divulgada pela cidade (LEFÈBVRE, 2001, p. 19, grifo nosso).

Percebe-se que com o surgimento das novas cidades (cidades urbano-industriais), cria-se um sentido inverso que, paradoxalmente, via planejamentos urbanísticos elaborados por agentes do setor público, tentam democratizar o uso dos espaços e amenizar as segregações causadas pelo capitalismo.

A busca pela melhoria da vida nesses centros urbanos, por meio de uma racionalidade ligada à sua eficiência, cria a necessidade de que os cidadãos

³⁰ “[...] frequentemente se designa por essas palavras, ‘sociedade urbana’, qualquer cidade ou *citè*: a *citè* grega, a cidade oriental ou medieval, a cidade comercial ou industrial, a pequena cidade ou a megalópolis. Numa extrema confusão, esquece-se ou se coloca, entre parênteses, as relações sociais (as relações de produção) das quais cada tipo urbano é solidário. Compara-se entre si “sociedades urbanas” que nada têm de comparáveis. Isso favorece as ideologias subjacentes: o **organicismo** (cada “sociedade urbana”, em si mesma, seria um “todo” orgânico), o **continuismo** (haveria continuidade histórica ou permanência da “sociedade urbana”), o evolucionismo (os períodos, as transformações das relações sociais, esfumando-se ou desaparecendo)” (LEFÈBVRE, 1999, p. 13).

precisem buscar a natureza, criando na própria cidade, a natureza perdida e/ou afastada dos grandes centros.

Para Sachs (1994, p. 41), apesar das cidades se configurarem como ecossistemas, representando significativas fontes de recursos como, por exemplo, um solo urbano apropriado para o cultivo e o aproveitamento de resíduos recicláveis, além de “potencial para a economia de energia, de recursos financeiros e de água através de melhor manutenção dos equipamentos, da infra-estrutura e das moradias”, muitas vezes, esses recursos são sub ou mal utilizados, resultando numa deterioração do solo, no desperdício de energia e água, na acumulação de lixo, na degradação socioambiental, na “periferização” das moradias da população mais pobre, sem o atendimento às necessidades básicas.

Muitas áreas que possuem ambientes frágeis como, por exemplo, encostas, beiras de rios, mangues, mananciais, áreas alagáveis e outras, são protegidas legalmente e, portanto, não podem ser objeto de especulação do mercado imobiliário. Justamente por essa razão, como relata Maricato (2009), são as áreas que “sobram” para a moradia de grande parte da população que é segregada dos centros urbanos, resultando em consequências drásticas como enchentes e desmoronamento de encostas, resultando em muitas mortes, a poluição dos recursos hídricos e de mananciais, epidemias etc.

Para Santos (2009), as grandes cidades, mais do que antes, são lugares com mais força e capacidade de atrair e manter gente pobre, ainda que muitas vezes em condições subumanas, tornando-se o lugar de todos os capitais e de todos os trabalhos, com numerosas atividades “marginais” do ponto de vista tecnológico, organizacional, financeiro, previdenciário e fiscal, com divisões sociais refletidas na configuração do espaço urbano e rural.

[...] a cidade não é uniforme na sua expansão, bem ao contrário, ela reproduz divisões sociais na conformação de seus espaços, na consolidação de bairros antigos e no aparecimento de novos. O uso do espaço urbano-rural e as formas de sua apropriação mostram ainda processos em curso que são diversos, múltiplos, dispersos e inseparáveis das diferenciações de classe, de etnias ou de lugares

sociais, visualizando as diversas formas de apropriação do território e de disputas pelo lugar na cidade (CASTRO, 2006, p. 10).

Algumas características da cidade podem contribuir para o entendimento de suas funções, as quais são descritas por Lefèbvre (2008, p. 82) como sendo “um objeto espacial, ocupando um sítio e uma situação que é preciso estudar, enquanto objeto, com diferentes técnicas e métodos: econômicos, políticos, demográficos etc.”, sendo diferenciada do espaço rural e tendo sua relação dependente das relações de produção (do modo de produção e da divisão do trabalho na sociedade).

Lefèbvre (2008) descreve a existência de uma ordem próxima e uma ordem distante³¹, nas quais a cidade se apresenta como uma mediação entre as duas, configurando-se como o local onde as contradições da sociedade se manifestam, principalmente entre o poder político e os diversos grupos sobre os quais esse poder se estabelece.

A cidade é resultado de vários tipos de processos socioespaciais gerados pela complexa interação entre agentes modeladores do espaço, interesses diversos, significações e fatores estruturais. Como afirma Souza (2006, p. 166), o Estado é apenas um dos agentes que fazem parte desse jogo e que, mesmo possuindo significativa força para suas intervenções e a instituição de marcos legais para se respaldar “nas modernas sociedades capitalistas (inclusive nas cidades de países semiperiféricos, nas quais, apesar de muita coisa escapar ao controle do Estado), não se está diante de meros **quasi-states**”.

As relações contraditórias são vistas na sociedade contemporânea, com uma disputa de poder por cada espaço das cidades, caracterizado como espaço de grande atrativo para o poder econômico, para a venda da cidade-mercado. De um lado, o Estado e os poderes do capitalismo; de outro, a população que se vê desrespeitada em seus direitos básicos. Existe uma nova contradição, ou seja, por um lado, estabelece-se nas sociedades urbanas uma fragmentação

³¹ “A ordem próxima é aquela do campo circundante que a cidade domina, organiza, explora extorquindo-lhe sobre trabalho. A ordem distante é a da sociedade no seu conjunto (escravista, feudal, capitalista etc.)” (LEFÈBVRE, 2008, p. 82).

do espaço (para a venda e a troca) e, por outro, fortalece-se mundialmente a capacidade técnica e científica da produção do espaço social.

Para Souza (2006, p. 168), o planejamento e a gestão urbana não devem pertencer apenas ao domínio do político, na concepção de poder do Estado e de seus técnicos, mas devem pertencer igualmente à política, “ou seja, da discussão transparente e livre, vale dizer, verdadeiramente democrática, sobre os negócios de interesse coletivo” e devem ser exercidos como prática social a ser debatida e deliberada livremente pelos cidadãos. E esse momento de discussão e de tomada de decisão pelos mesmos, é preciso ser compreendido como uma arena em que todos são iguais, por direito, nos moldes que aconteciam as assembleias da antiga Grécia, reunidos na *á ora* ou no *e lesiasterion*

[...] o planejamento, seja lá do que for (de uma guerra, da cidade...) pertence – como, de resto, a política em geral – ao domínio do confronto livre de opiniões [...] Ou seja, o planejamento urbano, no momento do processo efetivamente decisório e, portanto, político, pertence ao domínio da *oía* (que significa opinião, conjectura, suposição; deriva do verbo *oío*, que possui, entre outras acepções, as de “escolher, decidir, deliberar e julgar segundo os dados oferecidos pela situação e segundo a regra ou norma estabelecida pelo grupo” [CHAUI, 2002a: 498-9]). Por essa via, o planejamento mostra-se e faz-se práxis, na qualidade de prática humana claramente política e que, ainda por cima – de um ponto de vista autonomista, mas também no contexto da *polis* radicalmente democrática da Antiguidade –, visa, explicitamente, contribuir para a autonomia dos homens e mulheres, por meio de uma melhor qualidade de vida e uma maior justiça social na cidade (SOUZA, 2006, p. 168 -169).

A “questão urbana”, expressão utilizada pela primeira vez em 1972, por Castells (1983), é uma questão complexa e envolve elementos de tensão entre grupos com interesses diversos, relacionados à segregação socioespacial na sociedade capitalista. Souza (2000) relaciona cinco elementos para o agravamento dos problemas: a) o tráfico de drogas e a criminalidade violenta; b) os problemas socioespaciais e a degradação ambiental dos centros urbanos;

c) a crise dos movimentos sociais urbanos; d) a fragmentação do tecido sócio-político-espacial; e) a situação de falta de governabilidade urbana.

O espaço urbano, para ter qualidade, necessita de uma essência, firmada por meio da existência de uma centralidade da cidade, ou seja, não existe realidade urbana sem um centro, seja este um centro comercial (com produtos e coisas), ou um centro simbólico (que reúne significações e as torna simultâneas), ou um centro de informações e de decisões.

Não existem lugares de **lazer**, de festa, de saber, de transmissão oral ou escrita, de invenção, de criação, sem centralidade. Mas na medida em que algumas relações de produção e de propriedade não sejam transformadas, a centralidade sucumbirá ao golpe dos que utilizam tais relações em seu proveito (LEFÈBVRE, 1999, p. 91, grifo nosso).

No Brasil, de forma geral, e em Belém, de forma específica, o que se tem visto é que a construção de novas centralidades demonstra que o poder público entende esse movimento como o de transferir recursos para os grandes investidores do mercado imobiliário de alto padrão, utilizando-se de áreas pouco ocupadas para a construção de grandes complexos imobiliários (condomínios fechados) ou de serviços (*so in s centers* e outros centros), deixando a maior parte da população assentada em algumas áreas “esquecidas”, sofrendo com necessidades básicas não atendidas.

De acordo com Maricato (2009), essa dinâmica tem sido uma constante em algumas cidades como no Rio de Janeiro, com a Barra da Tijuca; em São Paulo, com a Avenida Águas Espraiadas; em Fortaleza, com a região do *Beac Par* ; e em São Luís, com a exploração litorânea.

Em Belém, a expansão vem se dando na exploração imobiliária das áreas localizadas na rodovia Augusto Montenegro e na avenida Independência, as quais eram consideradas áreas de periferias e, atualmente, são áreas disputadas pelo mercado imobiliário.

Na lógica do estabelecimento das novas cidades, são instituídos centros de decisão, onde se concentram o poder, a riqueza e a informação. Os outros elementos da sociedade, ou seja, o restante da cidade sofre com a segregação,

a exclusão, a separação uns dos outros no espaço, resultando numa dissolução das relações sociais.

Em estudos anteriores, Bahia e Figueiredo (2008) citam que o urbano se configura como uma representação de formas múltiplas de exercício de poder, de ocupação dos espaços e de apropriação dos recursos das cidades e, por isso, um *locus* permanente de tensão, de competitividade e de diferenciações que afetam a organização social no seu conjunto.

Nessa perspectiva da problemática urbana, as cidades se apresentam fragmentadas, sendo possível verificar duas realidades paradoxais: a “cidade legal”, ordenada e garantida apenas nos aparatos legais – Constituição Federal, Estatuto das Cidades, Plano Diretor – e a “cidade real”, com deficiências, falta de cumprimento dos preceitos legais instituídos, falta de participação popular nas decisões sobre o planejamento e as necessidades socioespaciais dos diversos grupos. Há um processo de “enclausuramento” e de estabelecimento de fronteiras entre grupos sociais, fragmentando ainda mais as cidades.

Mesmo que ainda existam muitos fluxos entre o centro e a periferia (e vice versa), temos que reconhecer que as cidades estão cada vez mais divididas, notadamente as metrópoles. No caso do Rio de Janeiro, para explicitar tal situação, Zuenir Ventura cunhou um termo bastante utilizado: “cidade partida”. Preferimos considerar que existe, na verdade, um processo confuso de circularidade e influência. Talvez seja mais adequado falarmos em uma “cidade interrompida” (MELO; PERES, 2004, p. 4).

Na lógica dessa fragmentação e das transformações do cotidiano urbano, o lugar acaba por se tornar mercadoria, transformando o espaço, indispensável para a vida cotidiana, num produto que se vende e se compra, na transmutação do valor de uso, em valor de troca, para cada pedaço da cidade. Para Lefèbvre (2008, p. 83), “tudo o que constituiu a vitalidade da cidade como obra desapareceu frente à generalização do produto”.

Em Belém, a exemplo de outras capitais, atualmente o processo de ocupação acirra a segregação e as disputas, pois “empurra” as classes mais

pobres para a periferia da cidade, sem mínimas condições de infraestrutura, já que, historicamente, constituiu-se num processo de ocupação e uso do solo, onde, conforme Cruz, Castro e Sá (2011), as melhores áreas da cidade foram ocupadas pelas elites ou é onde estão instaladas algumas instituições públicas federais e estaduais, as quais fazem parte do cinturão definidor dos limites do município de Belém.

De acordo com dados do IBGE (2010), mesmo com certa desaceleração no crescimento populacional, atualmente a população da cidade de Belém se apresenta com uma taxa de 99,2% de concentração urbana, conforme se verifica no Quadro 1.

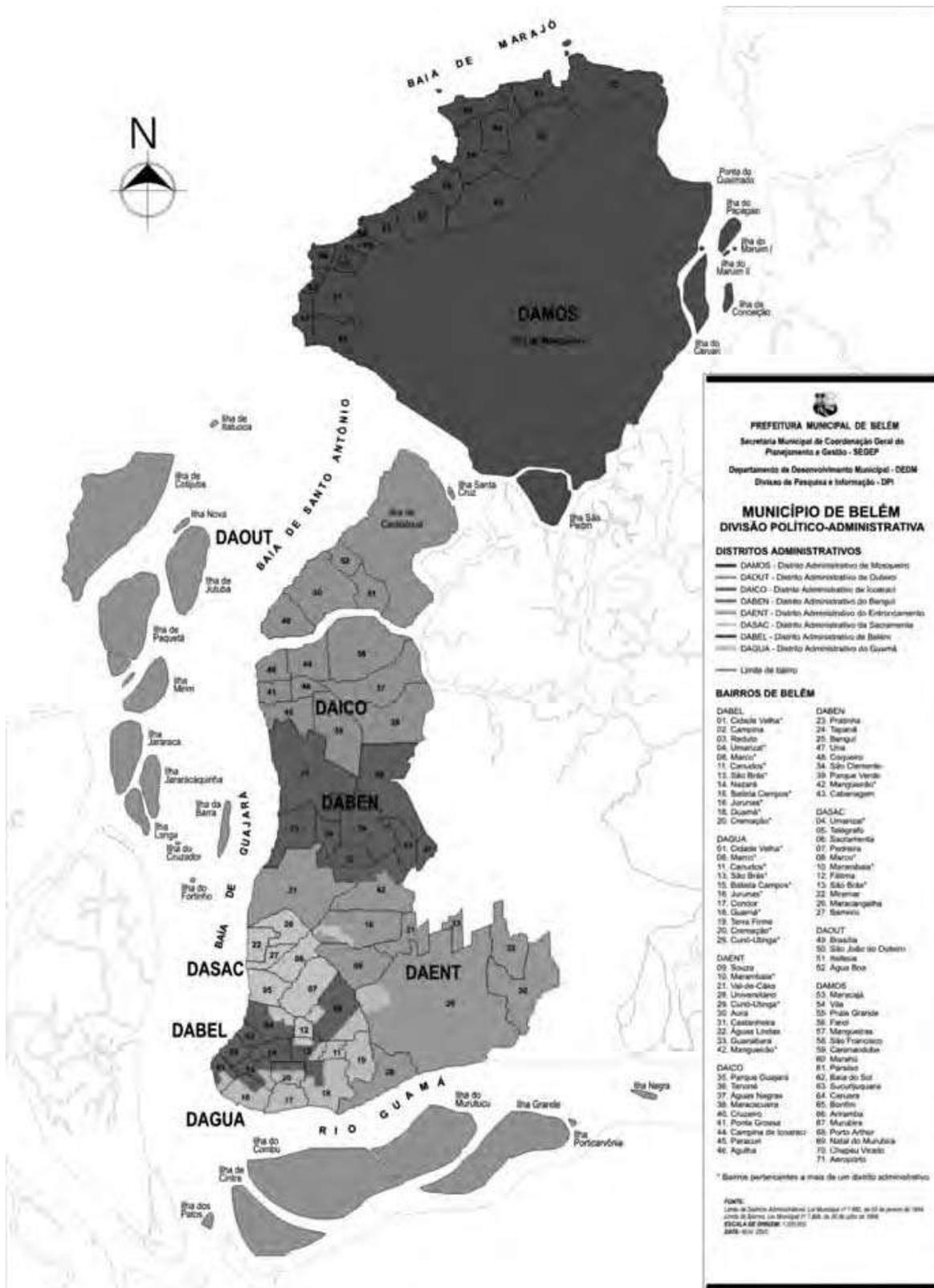
Quadro 1 - População da Cidade de Belém em 2010.

CIDADE	URBANA	%	RURAL	%	TOTAL
Belém	1.380.836	99,2	11.195	0,8	1.392.031

Fonte: IBGE (2010).

Conforme dados compilados do Anuário Estatístico do Município de Belém (SEGEP, 2010), atualmente, Belém possui 71 bairros e se configura com uma divisão administrativa caracterizada por oito distritos administrativos, definidos conforme a Lei nº 7.682, publicada no Diário Oficial do Município, em 12 de janeiro de 1994, a citar: Distrito Administrativo de Belém (DABEL); Distrito Administrativo do Guamá (DAGUA); Distrito Administrativo da Sacramenta (DASAC); Distrito Administrativo do Entroncamento (DAENT); Distrito Administrativo do Benguí (DABEN); Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO); Distrito Administrativo de Outeiro (DAOUT); e Distrito Administrativo de Mosqueiro (DAMOS), conforme Figura 3.

Figura 3 - Mapa dos Distritos Administrativos de Belém.



Fonte: SEGEP (2010).

Em Belém, além da falta de ordenação na ocupação e uso do solo e da existência da especulação imobiliária, há um agravante geográfico, conforme alerta Trindade Junior (1998), pois as áreas inundáveis obstruíram a continuidade da expansão urbana e forçaram a ocupação das áreas de “baixadas”, sem o mínimo de salubridade, sem áreas verdes, sem possibilidade de viver “o direito à cidade”, ao meio ambiente e ao lazer.

As faixas de terra firme acabam por fazer com que a especulação imobiliária super dimensiona os valores dos terrenos, privilegiando apenas os mais ricos, fragmentando cada vez mais a cidade e construindo pequenos “oásis”, com áreas privatizadas de lazer e de áreas verde, transformando o espaço urbano em mercadoria.

Para Lefèbvre (2001, p. 22-23), a vida urbana pressupõe a existência de alguns elementos essenciais, que se traduzem nos “encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na cidade”.

Nesse sentido, o espaço urbano não pode ser visto como uma mercadoria ou **locus** de fragmentação, pois é o lugar da reprodução das relações sociais, incluindo-se nessa lógica o espaço urbano, os espaços de lazer, os espaços educativos, os espaços da vida cotidiana de uma sociedade.

Existe a **fala** da cidade: aquilo que acontece na rua, nas praças, nos vazios, aquilo que aí se diz. Existe a **língua** da cidade: as particularidades próprias a uma tal cidade e que são expressas nas conversas, nos gestos, nas roupas, nas palavras e nos empregos das palavras pelos habitantes. Existe a **linguagem urbana**, que se pode considerar como linguagem de conotações, sistema secundário e derivado no interior do sistema denotativo (empregando aqui a terminologia de Hjemslev e de Greimas). Finalmente, existe a **escrita da cidade**: aquilo que se inscreve e se prescreve em seus muros, na disposição dos lugares e no seu encadeamento, em suma, o **emprego do tempo** na cidade pelos habitantes dessa cidade (LEFÈBVRE, 2001, p. 70).

A fragmentação do espaço se contrapõe à lógica da reunião de tudo o que se encontra separado, fragmentado, disperso. Para tanto, o autor supracitado propõe uma nova concepção de cidade, caracterizada pela possibilidade do encontro, do simultâneo, de viver a centralidade da cidade, do “direito à cidade”, que se refere ao direito dos cidadãos e dos grupos de todas as classes sociais a ter possibilidade de participar de todas as redes e circuitos de comunicação, de informações, de trocas, de decisões.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Urbanos, realizada em Istambul, em junho de 1996, o “direito à cidade” se encontra embasado como um direito fundamental, estabelecido como princípios de cidadania e de dignidade da pessoa humana, a qual, conforme Saule Júnior (1999, p. 23), deve ter direito de “exercitar plenamente a cidadania, de ampliar os direitos fundamentais (individuais, econômicos, sociais, políticos e ambientais), de participar da gestão da cidade, de viver num meio ambiente ecologicamente equilibrado e sustentável”

Em relação ao direito ao meio ambiente, a própria Constituição Federal de 1988, no *caput* do art. 225, defende que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado [...] impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de preservá-lo e defendê-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2012, não paginado), o que implica em dizer que a sustentabilidade das cidades deve ser um dos elementos a serem resguardados nas ações efetivadas pelas políticas públicas.

A realização do direito a cidades sustentáveis é um dos fundamentos da Política de Desenvolvimento Urbano, prevista nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, e no artigo 2.º, inciso I, da Lei n.º 10.257/01 (Estatuto da Cidade)³². Tanto a Constituição quanto o Estatuto expressam textualmente que o desenvolvimento urbano deve fazer realizar diretriz a ser observada na implementação da política urbana (MAQUINÉ, 2006, p. 47- 48).

³² Art. 2º - A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: I - garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.

Os Planos Diretores elaborados para a cidade de Belém precisam contemplar o direito à cidade, ao meio ambiente e ao lazer. Mas, como será que estes aspectos vêm sendo tratados nesses documentos no decorrer dos anos?

O Plano Diretor de Belém foi instituído por meio da Lei nº 7.603, de 13 de janeiro de 1993, tendo sido realizados, no período de 2000 a 2004, estudos técnicos e fóruns de debates com a sociedade civil, no intuito de realizar a sua revisão, resultando na Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008, em vigor atualmente.

Um aspecto geral importante a ser destacado no novo Plano diretor de 2008 é referente às políticas sociais, as quais receberam tratamento diferenciado, tendo sido elaborado um capítulo específico para delinear os objetivos e as diretrizes voltadas à educação, à saúde, à assistência social, ao desporto e lazer, ao patrimônio cultural e ao meio ambiente.

Outro ponto a ser observado é que as questões relativas ao meio ambiente se distribuem em vários momentos do Plano, como uma questão transversal e de grande importância ao planejamento urbano da cidade e ao cumprimento da diretriz traçada pelo Estatuto da Cidade, a qual se refere à garantia de se estabelecer cidades sustentáveis.

Com base no novo Plano Diretor de Belém, lei 8.655 (BELÉM, 2008) e em pesquisa realizada sobre o lazer nos Planos Diretores das Metrópoles Amazônicas (SANTOS, 2010), no Quadro 2 são descritos alguns aspectos relacionados à Política Municipal de Esporte e Lazer e à Política de Meio Ambiente, compilando o que diz a lei e tecendo-se algumas observações gerais sobre o assunto no referido plano.

Quadro 2 - Política Municipal de Esporte e Lazer e de Meio Ambiente no Plano Diretor de Belém.

POLÍTICA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
O QUE DIZ A LEI	<p>Seção V</p> <p>Da Política de Esporte e Lazer</p> <p>Art. 23 A Política Municipal de Esporte e Lazer, entendida como direito social básico à garantia da cidadania e de inclusão social, tem como objetivos:</p> <p>I - atender as crescentes necessidades e demandas da população por esporte e lazer;</p> <p>II - consolidar e implementar o esporte e o lazer como direitos sociais e dever do Estado, promovendo o bem-estar e melhoria das condições de vida;</p> <p>III - viabilizar acordos de cooperação e intercâmbio institucionais;</p> <p>IV - promover, planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades desportivas e de lazer;</p> <p>V - manter em funcionamento pleno as áreas livres municipais destinadas ao esporte e ao lazer;</p> <p>VI - apoiar e fomentar as iniciativas populares voltadas ao esporte e lazer.</p> <p>Art. 24 São diretrizes da Política Municipal de Esporte e Lazer:</p> <p>I - integrar a Política Municipal de Esporte e Lazer às demais políticas setoriais;</p> <p>II - elaborar programas e projetos para promover a melhoria da política de desporto e lazer;</p> <p>III - garantir acesso das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida a todos os equipamentos esportivos municipais;</p> <p>IV - assegurar a valorização da memória do esporte;</p> <p>V - promover atividades de lazer que proporcionem oportunidades de integração e equilíbrio à criança, aos jovens e aos adultos;</p> <p>VI - proporcionar atividades de esporte e lazer àqueles que se encontram em situação de risco social, prioritariamente os envolvidos com a criminalidade;</p> <p>VII - incentivar a participação e a cooperação das associações de bairros integrando-as às atividades de esporte e lazer promovidas pelo Poder Público.</p>

	<p>Art. 25 O Poder Público Municipal deverá elaborar e encaminhar à Câmara Municipal de Belém, no prazo de até doze meses a contar da publicação desta Lei, projeto de lei instituindo o Plano Municipal do Desporto e Lazer, que deverá contemplar:</p> <p>I - a implantação e recuperação de equipamentos de esportes, adequados à realização de eventos e espetáculos esportivos;</p> <p>II - a implantação de um sistema regionalizado de administração dos equipamentos das atividades de esporte e lazer;</p> <p>III - a realização de levantamentos e a manutenção atualizada do registro das áreas com potencialidades para a prática de lazer;</p> <p>IV - o acompanhamento e a orientação quanto à utilização de espaços públicos e particulares, que possibilitem a realização de programações de caráter cívico, social e esportivo, planejadas pela comunidade;</p> <p>V - assegurar a implantação de equipamentos de esportes, adequados as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.</p>
<p>OBSER- VAÇÕES GERAIS</p>	<p>- Sobre a gestão democrática, não há referências sobre o assunto no Plano. Percebe-se que se estabelece uma política centralizada nas mãos do Poder Executivo, que de acordo com a Lei, definirá todas as estratégias de manutenção, planejamento e execução da política de esporte e lazer no município.</p> <p>- O Plano restringe a participação popular apenas no desenvolvimento de atividades oferecidas pelo Poder Público, não garantindo a sua participação na proposição e definição destas políticas (Ver no Art. 24, inciso VII e no inciso II das Diretrizes da Política de Esporte e Lazer);</p> <p>- Este não faz qualquer referência a algum instrumento de controle social na área e o Conselho Municipal de Esporte e Lazer não é citado e não está reconhecido no Plano como uma instância legal de participação social, mesmo já existindo enquanto lei e já tendo funcionado na gestão municipal anterior, encontrando-se desativado atualmente.</p> <p>- Sobre a concepção de lazer, no inciso relacionado à função social da cidade, os termos educação, saúde e lazer desaparecem do texto (estes constavam no plano anterior), ficando no lugar termos como “serviços públicos” e “espaços públicos”;</p>

	<p>- A expressão lazer aparece em vários momentos da formulação do Plano e em cada área assume dimensões diferenciadas como: benefício público, lazer como produto mercadológico (turismo explorado economicamente), lazer funcionalista como solução imediata de mazelas sociais (projetos para pessoas em situação de risco social);</p> <p>- A política de esporte e lazer não informa claramente a construção e criação de novos espaços públicos de lazer, ambientalmente equilibrados, de maneira descentralizada na cidade, para que assim seja possível ampliar os serviços e Programas pela cidade. Apenas referenda ao Poder público municipal que faça levantamento de dados sobre espaços de práticas de lazer, ou seja, identifique onde existem atividades de lazer na cidade para fins de cadastro desses espaços;</p> <p>- Em outros pontos do Plano, os espaços de lazer têm destacada importância na política de planejamento sustentável da cidade, a exemplo das Políticas do Patrimônio Cultural e do Ordenamento Territorial do Município.</p> <p>- Quanto às diretrizes da Política de Patrimônio Cultural, estas orientam a criação de novos espaços de lazer na cidade prevendo: “garantir a criação e a ampliação da oferta de equipamentos e espaços culturais no território municipal”; identificar e delimitar novas áreas de interesse à preservação; e “fomentar o desenvolvimento de atividades culturais a partir de organizações populares”;</p>
<p>O QUE DIZ A LEI</p>	<p style="text-align: center;">POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE</p> <p>Seção IV Do Meio Ambiente Art. 52 A Política Municipal de Meio Ambiente se fundamenta no art. 225 da Constituição Federal, na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Política Nacional de Meio Ambiente), na Lei nº 5.887, de 09 de maio de 1995 (Política Estadual de Meio Ambiente), na Lei Municipal nº 8.489, de 29 de dezembro de 2005 (Política e Sistema de Meio Ambiente do Município de Belém), e demais normas dos órgãos federados gestores da questão ambiental e seus respectivos conselhos. Art. 53 A Política Municipal de Meio Ambiente tem como objetivo garantir o direito da coletividade ao meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, promovendo a sustentabilidade ambiental do uso do solo urbano e rural, de modo a compatibilizar a sua ocupação com as condições exigidas para a conservação, preservação e recuperação dos recursos naturais e a melhoria da condição de vida da população.</p>

	<p>Art. 54 A Política Municipal de Meio Ambiente articula-se às diversas políticas públicas e suas diretrizes serão estabelecidas no Plano de Gestão Ambiental Integrado.</p> <p>Parágrafo único. O Plano de Gestão Ambiental Integrado conterá metas gerais de atuação e será consolidado a partir dos planos setoriais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, gerenciamento de resíduos sólidos, uso e ocupação do solo urbano e rural, transportes e de proteção ambiental, visando estabelecer prioridades de atuação articuladas, qualificando soluções e reduzindo custos operacionais no âmbito das bacias hidrográficas.</p> <p>Art. 55 Deverá ser promovida a educação ambiental como instrumento para a sustentação das políticas públicas ambientais, em todos os níveis de ensino, inclusive quanto a educação informal da comunidade.</p> <p>Art. 56 São diretrizes do Plano Municipal de Gestão Ambiental Integrado:</p> <p>I - organizar e utilizar, de forma adequada, o solo municipal com vistas a compatibilizar sua ocupação com as condições exigidas à conservação e melhoria da qualidade ambiental da cidade;</p> <p>II - viabilizar atividades socioeconômicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável, valorizando a paisagem e a proteção do meio físico, como elemento fundamental da paisagem urbana;</p> <p>III - recuperar áreas degradadas, livres ou ocupadas, potencializando as suas qualidades materiais e imateriais para que possam ser incorporadas a unidades de paisagem;</p> <p>IV - promover o manejo da vegetação urbana de forma a garantir a proteção das áreas de interesse ambiental e a diversidade biológica natural;</p> <p>V - considerar a paisagem urbana e os elementos naturais como referências para a estruturação do território;</p> <p>VI - implementar o Sistema Municipal de Áreas Verdes e de Lazer;</p> <p>VII - criar mecanismos de incentivo à manutenção de áreas particulares de patrimônio natural preservadas.</p>
<p>OBSERVAÇÕES GERAIS</p>	<p>- Sobre a gestão democrática o Plano cumpre as exigências do Estatuto da Cidade e apresenta proposições voltadas a algumas políticas sociais, dentre elas a de meio ambiente;</p> <p>- Faz referência à participação popular, tanto nos espaços de avaliação, de debates e de proposições de políticas, garantindo a instalação de instâncias decisórias (conselhos, fóruns, conferências, dentre outros), quanto na gestão urbana de benefícios públicos e recursos comuns com a possibilidade de co-gestão desses bens;</p>

	<p>- No Capítulo I - Dos Princípios Fundamentais para a Política Urbana destaca a função social da cidade, que entre outros atributos, compreende “o direito aos espaços públicos e ao patrimônio ambiental e cultural do Município. No inciso II, elenca a função social da propriedade urbana ao abranger a: “utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; d) preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental do Município”</p> <p>- o turismo de natureza e o esporte de aventura são utilizados como produtos turísticos no uso dos recursos naturais comuns, valorizando-os e favorecendo sua exploração econômica;</p> <p>- O incentivo às práticas de lazer e turismo está presente na definição das políticas de utilização das Macrozonas do Ambiente Natural (MZAN). Já, a Macrozona do Ambiente Urbano (MZAU) registra o lazer e a contemplação como formas de utilização destas áreas;</p> <p>- Diretrizes das Macrozonas do Ambiente Natural (MZAN), VII - incentivar o turismo nas ilhas, por meio de programas que evidenciem o meio ambiente, a diversidade cultural, a paisagem e as características locais típicas das ilhas fluviais do Município de Belém. [...] Art. 85. Na Macrozona do Ambiente Natural (MZAN) somente poderão ser desenvolvidas atividades ligadas a: III - pesca e criação de espécies aquáticas, respeitadas todas as premissas legais; IV - turismo ecológico, cultural e de aventura; V - esportes náuticos, desde que não coloquem em risco os ecossistemas aquáticos; VI - lazer e contemplação;</p> <p>- Na Política de Drenagem Urbana, está indicada como uma das ações para o manejo das águas pluviais “definir mecanismos de fomento para usos do solo compatíveis com áreas de interesse para drenagem, como parques, áreas de lazer, hortas comunitárias e manutenção de vegetação nativa”;</p> <p>- Na Política Municipal de Meio Ambiente, tem-se definida a criação do Sistema Municipal de Áreas Verdes e de Lazer, que neste Plano Diretor possui como elementos constituintes:</p> <p>I - áreas verdes públicas ou privadas significativas, parques e unidades de conservação;</p> <p>II - Áreas de Preservação Permanente (APP), assim definidas no artigo 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal Brasileiro e suas alterações, e que integram as bacias hidrográficas do Município de Belém;</p> <p>III - áreas públicas ou privadas, em situação de degradação ambiental;</p>
--	---

	<p>IV - áreas naturais preservadas em função da existência de populações tradicionais.</p> <p>- Criação do Sistema Municipal de Áreas Verdes e de Lazer: possibilita a articulação de mecanismos necessários à ampliação do lazer como benefício público em Belém. Os quais já foram previstos com os objetivos de: “ampliar os espaços de lazer ativo e contemplativo, criando parques lineares ao longo dos cursos d’água não urbanizados” e “ampliar e articular os espaços de uso público, em particular os arborizados e destinados à circulação e bem estar dos pedestres”;</p> <p>- O Sistema também orienta para o uso racional deste recurso comum a todos, quando define, no Art. 58, inciso II, “adotar critérios justos e equitativos de provisão e distribuição das áreas verdes e de lazer no âmbito municipal”; e, nas diretrizes “o disciplinamento do uso, nas praças, nos parques e demais áreas verdes, das atividades culturais e esportivas, bem como dos usos de interesse turístico”;</p> <p>- A política de rede hídrica e de corredores de integração ecológica mapeia os Parques lineares integrados ao Sistema Municipal de Áreas Verdes e de Lazer como necessários para melhorar a qualidade ambiental do Município. Outro objetivo desta política recomenda a ampliação de espaços de lazer ativo e contemplativo, de forma que progressivamente possam ser criados parques lineares;</p> <p>- Na Política de Drenagem Urbana, está indicada como uma das ações para o manejo das águas pluviais “definir mecanismos de fomento para usos do solo compatíveis com áreas de interesse para drenagem, como parques, áreas de lazer, hortas comunitárias e manutenção de vegetação nativa”. Tal perspectiva pode ser um estímulo aos agentes públicos e privados na hora de investir na criação de espaços urbanos destinados ao lazer;</p> <p>- O Macrozoneamento de Belém dividiu o território em dois ambientes: Macrozona do Ambiente Urbano (MZAU) e Macrozona do Ambiente Natural (MZAN). Na primeira, existe uma subdivisão em sete zonas que correspondem à parte urbanizada do território. Ela abrange a parte continental e a parte das ilhas de Caratateua, Mosqueiro e Cotijuba. Já a segunda está representada pelas áreas de paisagem natural “não urbanizadas das ilhas de Caratateua, Mosqueiro e Cotijuba e as demais ilhas do Município em sua totalidade e a Área de Proteção Ambiental dos Mananciais de Abastecimento de Água de Belém (APABelém).”</p>
--	---

- Zonas Especiais e Interesse Social (ZEIS): têm como característica marcante a ocupação por pessoas de baixo poder aquisitivo e serviços públicos precários, bem como a inexistência de equipamentos públicos na área. Em geral, os domicílios/loteamentos são irregulares e a situação diagnóstica na leitura dessas áreas comprova a “V - inexistência ou *déficit* de equipamentos comunitários de saúde, educação, esporte e lazer”. O plano identifica ainda a falta de equipamentos de lazer nas ZEIS, mas não se mostra propositivo na formulação de objetivos e diretrizes que remetam à discussão de um plano de habitação ou ainda de diretrizes para o lazer nessas áreas.
- Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ZEIA) representam: I - áreas verdes públicas ou privadas, praças, parques e unidades de conservação, situadas na Macrozona do Ambiente Urbano ou na Macrozona do Ambiente Natural, cujas funções são proteger as características ambientais existentes e oferecer espaços adequados e qualificados ao lazer da população; IV - áreas públicas ou privadas, em situação de degradação ambiental, que devem ser recuperadas e destinadas, preferencialmente, ao lazer da população, de forma a contribuir com o equilíbrio ambiental (Art. 104).
- Constituem-se ZEIA da Macrozona do Ambiente Urbano:
 - I - Parque Ecológico do Município de Belém;
 - II - Parque Guajará;
 - III - Parque Ariri;
 - IV - área da Marinha;
 - V - orla do rio Maguari;
 - VI - orla continental do rio Guamá e baía do Guajará;
 - VII - orla das ilhas de Mosqueiro, Caratateua e Cotijuba;
 - VIII - Jardim Zoológico Emílio Goeldi (Resolução CONAMA nº 339, de 25 de setembro de 2003);
 - IX - Jardim Botânico Bosque Rodrigues Alves (Resolução CONAMA Nº 339, de 25 de setembro de 2003);
 - X - Escola Bosque Prof. Eidorfe Moreira;
 - XI - bacia do rio Tamanduaquara;
 - XII - bacia do rio Murubira;
 - XIII - bacia do rio Cajueiro;
 - XIV - bacia do rio Carananduba;

	<p>XV - bacia do rio Sucurijuquara; XVI - bacia do rio Jacarequara;</p> <p>- Constituem-se Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ZEIA), da Macrozona do Ambiente Natural:</p> <p>I - Parque Ambiental de Belém (Parque Estadual do Utinga); II - APA Combú; III - Parque Ecológico da Ilha do Mosqueiro; IV - Floresta do Redentor (ilha de Caratateua); V - área norte da ilha de Caratateua; VI - região dos lagos da ilha de Cotijuba; VII - área entre os rios Pratiçara e Mari-Mari (ilha de Mosqueiro); VIII - área do igarapé do Santana e furo da Bacabeira (leste de Mosqueiro); IX - arquipélago do Furo das Marinhas; X - orla da ilha de Cotijuba; XI - ilhas a oeste do Município de Belém; XII - ilhas ao sul do Município de Belém; XIII - área do furo Pirajuçara e igarapé Pindauateua (ilha de Mosqueiro); XIV - ilha de São Pedro (sul da ilha de Mosqueiro); XV - Área de Proteção Ambiental dos Mananciais de Abastecimento de Água de Belém - APA Belém; XVI - orla da ilha de Caratateua.</p> <p>- Zonas Especiais de Interesse do Patrimônio Histórico e Cultural (ZEIP): de acordo com o Art. 113 são áreas formadas por sítios e conjuntos arquitetônicos de valor e significância cultural, de relevante expressão artística, histórica, arqueológica e paisagística:</p> <p>- Constituem-se ZEIP da Macrozona do Ambiente Urbano:</p> <p>I - Centro Histórico (definido pela Lei Municipal nº 7.709, de 18 de maio de 1994); II - Praça Batista Campos, Cemitério da Soledade e Horto Municipal e seus entornos; III - Complexo de São Brás;</p>
--	--

	<p>IV - área do Forte da Barra; V - área do Sítio Penacova; VI - Vila do Distrito de Mosqueiro e seu entorno; VII - Educandário Nogueira de Farias e seu entorno (ilha de Cotijuba); VIII - orla das ilhas de Mosqueiro e Cotijuba.</p> <p>- Constituem-se ZEIP da Macrozona do Ambiente Natural: I - área tombada da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e entorno; II - ruínas do Engenho Murutucu; III - ilhas de São Pedro e Tatuoca.</p>
<p>Fonte: Autoria própria, com base em Belém (2008) e Santos (2010).</p>	

3.3 OS ESPAÇOS PÚBLICOS, OS EQUIPAMENTOS E O LAZER EM BELÉM

Atualmente, o lazer faz parte do cotidiano das pessoas, como um direito social e como uma necessidade cultural, social, biológica, psicológica. Nas cidades, a sua importância vem aumentando nas últimas décadas, principalmente, no que se refere à necessidade de melhorias da qualidade de vida da população no espaço urbano.

[...] o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado: cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável. Estas relações manifestam-se empiricamente através de fluxos de veículos e de pessoas associados às operações de carga e descarga de mercadorias, aos deslocamentos quotidianos entre as áreas residenciais e os diversos locais de trabalho, aos deslocamentos menos frequentes para compras no centro da cidade ou nas lojas do bairro, às visitas aos parentes e amigos, e às idas ao cinema, culto religioso, praia e parques (CORRÊA, 1993, p. 7).

Em determinadas interpretações sobre a cidade, que ressaltam o seu aspecto funcional, estas podem assumir quatro funções essenciais: de lazer, de moradia, de trabalho e de circulação. Mas, o que se observa, no cotidiano, é que há uma apropriação das três primeiras funções pela dimensão privada, tendo-se como dimensão pública apenas a função de circulação (ROLNIK, 2000). Atualmente, as classes sociais médias e altas, vêm atribuindo à cidade a função exclusiva de circulação, uma vez que podem desfrutar de lazer em seus espaços privatizados, em seus condomínios fechados, em áreas de segunda residência. Entretanto, para as classes mais pobres, as quais não possuem muitas opções, a cidade continua tendo a função de lazer, de morar, de trabalho e de circulação.

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais

concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem (CORRÊA, 1993, p. 11).

Apesar das pessoas encontrarem formas diversas de experimentar o lazer, não necessariamente dependendo de um espaço específico como suporte, com a urbanização das cidades, o espaço público e os equipamentos públicos de lazer precisam existir e precisam ser potencializados, pois a realidade contemporânea vem demonstrando um estrangulamento de áreas livres e o desaparecimento dos mesmos.

Alguns pesquisadores como Bacal (2003), Bonalume (2002) e Rodrigues (2002), têm detectado em seus estudos que, cada vez mais, os espaços públicos de convivência social vêm sendo privatizados, o que favorece somente o usufruto da classe social de maior poder aquisitivo. A rua, por exemplo, que antes assumia um papel essencial como ponto de encontro entre as pessoas, atualmente vem assumindo somente a função de circulação de pedestres e de veículos ou uma função exclusivamente comercial, materializada, muitas vezes, pela substituição do comércio de rua pelos *so in s centers* o bairro passa a ser substituído pelos condomínios fechados; as praias do litoral brasileiro passam a ser ocupadas, de forma ilegal, por serem áreas públicas de marinha, por enormes *resorts*.

Para Melo e Peres (2004, p. 7), algumas opções são criadas para uma parcela da população que dispõe de condições financeiras para usufruir uma prometida urbanidade e segurança “supostamente mantendo os ricos longe dos problemas sociais, a não ser quando deixam seus ‘mundos de sonhos’ por algum motivo (trabalho, outra forma de lazer etc.)”.

Esses locais, protegidos por muros e tecnologias, chamados por Caldeira de “enclaves fortificados”, são ocupados por aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional, o que acaba por transformar a dinâmica da vida em sociedade. Caldeira destaca que os princípios do espaço público moderno (como a acessibilidade, a

abertura e a livre circulação, que possibilitam o encontro e a interação dos “diferentes” e das “diferenças”, que deveria ser caracterizado como âmbito privilegiado da liberdade, no qual se expressa à vontade e o agir coletivo, fruto do debate público, democrático e da reunião de diversos atores), estariam desaparecendo e sendo desvalorizados (mesmo que, façamos uma ressalva, nunca tenham se realizado completamente) (MELO; PERES, 2004, p. 7).

Nesta pesquisa, compreende-se espaço público como aquele onde ocorre uma ação política ou, pelo menos, onde há a possibilidade de uma ação política. É um espaço que não se caracteriza unicamente pelo local físico-geográfico, pois não é só o **locus** ou só o “palco” onde as coisas acontecem, este é, sobretudo, um espaço socialmente produzido, contendo um significado simbólico para as pessoas.

Caracteriza-se por ser um produto das relações das pessoas com o local, por ser simbólico, por ser um local de reprodução de diferentes ideias de cultura, “da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos” (SERPA, 2009, p. 9).

Outra compreensão significativa é quanto ao uso dos termos “espaço” e “equipamento de lazer”, que frequentemente se confundem. Alguns autores utilizam os dois termos como sinônimos, e outros autores os distinguem como termos diferentes entre si.

Para Santini (1993), o espaço é entendido como um local produzido socialmente, onde são inseridos os equipamentos. E os equipamentos são compreendidos como os objetos que organizam esse espaço, no que se refere às atividades realizadas nestes. Nesse entendimento, a cidade se caracteriza como um espaço que comporta vários equipamentos: praças, bosques, parques urbanos, unidades de conservação, centros culturais, ginásios esportivos, cinemas, teatros, dentre outros. Este é o entendimento a ser adotado por este trabalho de pesquisa³³.

³³ Alguns autores citados utilizam os termos espaço e equipamento como sinônimo. Para preservar a fidedignidade de suas citações, serão deixados os termos originais adotados pelos mesmos.

No Quadro 3 é possível verificar os tipos, a descrição e a classificação dos equipamentos de lazer, a partir de estudos de Requixa (1980); Santini (1993); Marcellino (1996a) e Camargo (1998).

Quadro 3 - Tipos de Equipamentos de Lazer.

TIPOS DE EQUIPAMENTOS	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Equipamentos Específicos (públicos ou privados)	Equipamentos especialmente concebidos para a prática das várias atividades de lazer	Micro Equipamentos	Praças; Museus; Teatros; Cinemas etc.
		Equipamentos Médios de Polivalência Dirigida	Centros comunitários; centros culturais; centros esportivos e recreativos etc.
		Macro Equipamentos Polivalentes (espaços grandes com construções variadas)	Parques urbanos; unidades de conservação; jardins botânicos; bosques; <i>cam in s</i> etc.
Equipamentos Não Específicos (públicos ou privados)	Equipamentos não concebidos, especificamente, para essa função, mas que podem ser utilizados para tal.	Ruas; residências; bares; cafés; <i>s o in s centers</i> escolas etc.	

Fonte: Autoria própria, com base em Requixa (1980); Santini (1993); Marcellino (1996a) e Camargo (1998).

A acessibilidade ao espaço público, ou seja, à própria cidade e aos equipamentos públicos componentes da mesma –, não é somente física, pois possui subjetividades e nuances “que ultrapassam o *esi n* físico de ruas, praças, parques, largos, *s o in s centers* e prédios públicos” (SERPA, 2009, p. 16). Essa acessibilidade não se reduz à questão material, mas pressupõe, igualmente, representações sociais e é carregada de simbolismos, com algumas interdições (barreiras físicas, paisagísticas, imagéticas etc.) que dificultam a acessibilidade dos indivíduos ao espaço.

As ruas e calçadas das cidades, por exemplo, principais locais públicos de uma cidade, para além de comportar apenas o fluxo de veículos e de pedestres, como representação de passagem e circulação, possuem outros fins e, como defende Jacobs (2000, p. 29), “são seus órgão mais vitais”. Esses espaços públicos estão carregados de significados, enquanto lugares de vivências e experiências cotidianas das pessoas.

Para a autora, existe uma vida social nas ruas e calçadas, exatamente por serem públicas, já que estas reúnem pessoas que não se conhecem, no entanto, “aparentemente despreziosos, despropositados e aleatórios, os contatos nas ruas constituem a pequena mudança a partir da qual pode florescer a vida pública exuberante da cidade” (JACOBS, 2000, p. 78).

Os espaços públicos, entendidos também como áreas de sociabilidade e lazer, são indispensáveis ao cotidiano das cidades, e também podem ser percebidos com dupla função, pois, de acordo com Figueiredo (2008), ao mesmo tempo em que proporcionam lazer aos moradores, podem ser vistos como uma pequena amostra cultural do que determinada sociedade possui, atraindo os visitantes que querem conhecer o que pode ser classificado como típico do lugar.

Uma das realidades é que nem todos têm a possibilidade de ter acessibilidade aos espaços e equipamentos de lazer, seja por falta de condições econômicas, as quais limitam o próprio deslocamento para ter acesso a estes, seja por falta de políticas públicas de lazer, ou ainda, por deficiência no planejamento de uma cidade, por inexistência de uma política de animação sociocultural para os espaços e de uma democratização cultural.

Mas, outra realidade também se apresenta como uma variável importante de ser analisada. Levando-se em consideração as reflexões de Serpa (2009), percebe-se que existe uma distância mais social do que física na questão da garantia à acessibilidade, já que nem sempre o acesso ao espaço físico desses lugares representa uma verdadeira apropriação dos mesmos pelas classes populares.

É preciso analisar se tais espaços são verdadeiramente públicos e democráticos ou se são implementados para apenas um tipo específico de

público, já que “o problema da democratização do acesso não se resume a uma repartição espacial equitativa dos equipamentos que permitiria, em tese, chances de utilização equivalentes a todas as categorias sociais” (SERPA, 2009, p. 39).

Além disso, o espaço público, cada vez mais, vem perdendo o seu uso múltiplo/multifuncional, deixando de ser local de encontro, de prazer, de lazer, de festa, de circo, de espetáculo. Para Marcellino (2006), esse fato contribui para o “enclausuramento” das pessoas, que por não terem opções de lazer nos logradouros públicos, em espaços e em equipamentos destinados a esta prática, acabam gastando seu tempo disponível em ambiente doméstico.

Mas, esse processo de “enclausuramento” não se reduz apenas à falta de espaços públicos para o lazer, a dificuldade de acesso a essas áreas, a falta de políticas de lazer para os espaços e equipamentos, a falta de divulgação desses espaços, a violência das cidades. Tudo isto também contribui para que a população tenha espaços restritos de lazer. Na verdade, como afirma Melo e Peres (2004, p. 4), “[...] há uma construção simbólica que transforma o enclausuramento em algo valorizado. Elaborar-se, assim, uma nova maneira de estabelecer fronteiras entre grupos sociais. [...]”.

Há uma tendência à privatização das vivências cotidianas, onde é possível perceber que as pessoas ficam cada vez mais limitadas ao seu espaço doméstico, utilizando os equipamentos tecnológicos (televisão, DVD, internet) como mediadores de seu contato com a realidade, com a cidade, o que significa reduzir sensivelmente as expressões humanas e afetivas, o contato com seus pares, o contato com a cidade, a experiência em áreas verdes urbanas.

Para se considerar realmente público, como afirma Serpa (2009, p. 16), deve-se considerar uma acessibilidade generalizada e irrestrita a um espaço, o qual deve significar muito mais do que “o simples acesso físico a espaços ‘abertos’ de uso coletivo”.

A acessibilidade se caracteriza, principalmente, por ter um caráter simbólico, muitas vezes, estando relacionada à demarcação de territórios urbanos, ao “capital cultural herdado da família”, ao “capital social

educacional” (BOURDIEU, 2007), aos modos de consumo, aos estilos de vida e às dimensões de classe (BOURDIEU, 2008), os quais se caracterizam por se configurarem como os elementos determinantes das identidades sociais.

O conceito de **habitus** é, sem dúvida, a melhor ferramenta disponível para perceber como a dimensão de classe age sobre cada indivíduo na esfera cultural. A identidade social se define e se afirma a partir de uma alteridade que expressa também uma dimensão de classe, uma alteridade ao mesmo tempo “desigual” e “diferente”. Desse modo, a acessibilidade ao espaço público da/na cidade contemporânea é, em última instância, “hierárquica” (SERPA, 2009, p. 20).

Como produtos do **habitus** de classe de cada um, e a partir das relações sociais estabelecidas, surgem os estilos de vida, que se transformam em sistemas de signos qualificados socialmente. Trata-se de um “capital simbólico”, indutor de propriedades distintivas, um capital pouco conhecido na sua verdade objetiva. Segundo Bourdieu (2008), o gosto, a propensão e aptidão à apropriação – material e/ou simbólica – de objetos e práticas, constituem-se num princípio gerador de estilos de vida distintos, num conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem uma intenção “expressiva”.

Parece haver uma tendência à privatização do espaço público, isto é, os equipamentos públicos de lazer, inclusive as áreas verdes e o lazer propriamente dito, tornaram-se produtos do mercado. Como bem explicita Santos (1987, p. 48), “Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens que deveriam ser públicos porque são essenciais”.

Para Serpa (2009), muitas vezes a incorporação do espaço público se dá como mercadoria para o consumo de poucos, numa lógica de produção e reprodução do sistema capitalista em escala mundial, o que significa dizer que, ainda que seja público, e teoricamente comum a toda a população, apenas poucos se beneficiam do mesmo.

A privatização de ruas e acessos restringe o movimento de passantes, canaliza percursos e provoca a desertificação de muitas áreas públicas

nas periferias urbanas. Com o confinamento dos moradores nos prédios dos conjuntos habitacionais populares (onde eles existem), agrava-se a questão da drogas e aumenta a violência urbana; decreta-se (muitas vezes de modo irreversível) a morte dos espaços públicos. Nas ruas das áreas centrais, os pedestres cedem seu lugar nas calçadas aos automóveis e camelôs (SERPA, 2009, p. 32).

Muitas vezes, agentes do poder público adotam uma lógica de planejamento dos espaços públicos, prioritariamente voltados para o olhar externo, objetivando a visibilidade da cidade numa perspectiva de *mar etin* turístico e venda de sua imagem para o mundo, sem atender os anseios e as necessidades socioculturais internas da população local.

Nas grandes cidades do Brasil e do mundo ocidental, a palavra de ordem é, portanto, investir em espaços públicos “visíveis”, sobretudo os espaços centrais e turísticos, graças às parcerias entre os poderes públicos e as empresas privadas. Esses projetos sugerem uma ligação clara entre “visibilidade” e espaço público. Eles comprovam também o gosto pelo gigantismo e pelo “grande espetáculo” em matéria de arquitetura e urbanismo (SERPA, 2009, p. 26).

Algumas ruas, calçadas, parques e praças ainda são lugares públicos com apropriação de populações pobres e que muitas vezes o são ou por representarem relações simbólicas significativas ou por serem os únicos lugares que essa população tem acesso, em função da proximidade de suas moradias.

No entanto, o que se percebe na atualidade, é que muitos espaços públicos são projetados e implantados pelo Estado com intenções características de um estilo de vida de classes médias, que torna homogêneas as diferenças culturais, na defesa de modos de consumo globais.

Como relata Serpa (2009, p. 26), são novos parques públicos projetados mais para um o “mundo urbano exterior”, do que para a sua própria população, com fins de uma completa visibilidade e *mar etin* de cidade, por meio do mercado da paisagem e do paisagismo, atualmente bastante em moda. “Projetados e implantados por arquitetos e paisagistas ligados às diferentes

instâncias do poder local – verdadeiras ‘grifes’ do mercado imobiliário –, os novos parques tornam-se importante instrumento de valorização fundiária”.

Em Belém, desde a época da administração de Antonio Lemos, no período da **Belle Époque**, a criação e manutenção de equipamentos públicos urbanos ajardinados voltados para o lazer da população burguesa e para os visitantes estrangeiros tiveram estas características de visibilidade e de grandiosidade.

Antônio Lemos somente gostava de coisas grandiosas. Não apenas no campo urbano. Até nas diversões populares concedia largos vãos ao seu espírito criativo [...] para uma simples regata, engalanava a baía de Guajará com galhardetes de cinquenta navios, transportava para estes a cidade, e encantava-a, soberbo, com a sua desregrada munificência [...] não havia, nesses dias, quem não fosse atingido pelas ‘radiações de sua grandeza’: as senhoras voltavam cumuladas de brindes, as crianças eram carregadas de brinquedos, a população em peso dançava, comia, bebia “e tombava desarmada para a revolta diante da gloriosa magnanimidade de tirano” (ROCQUE, 1996, p. 37, grifo do autor).

Atualmente, essa lógica continua e se percebe uma nítida preocupação com a ocupação dos espaços e equipamentos públicos e a intervenção do Estado, na tentativa de estabelecer ou “restaurar” as relações de acesso ao rio à que a população tem direito, porém, com uma perspectiva de “urbanismo espetáculo”.

Muitos autores têm desenvolvido estudos sobre intervenções arquitetônicas e urbanísticas desse porte em orlas de todo o Brasil; e alguns, mais especificamente, na orla de Belém; como, por exemplo, Trindade Junior; Amaral e Santos (2006); Castro e Santos (2006), Figueiredo (2008), dentre outros.

Como explica Castro e Santos (2006), o uso da orla de Belém, por exemplo, define-se por meio de interesses diversos, com Estado e empresários estabelecendo as prioridades de investimentos, que vão dos usos para o turismo e o embelezamento, até aqueles que têm como objetivo atender à estrutura de produção em curso.

Algumas obras com essas intervenções arquitetônicas e urbanísticas foram realizadas na orla, com o objetivo de transmitir uma nova imagem para a cidade, como é o caso da “Estação das Docas”, “Feliz Lusitânia” e “Mangal das Garças”.

Através do “urbanismo espetáculo” são criados e/ou reforçados valores culturais e representações sociais que formatam comportamentos e definem a utilização de espaços públicos com verdadeiras subtrações do direito à cidade, no melhor estilo daquilo que podemos chamar de “não-lugar” (TRINDADE JUNIOR; AMARAL; SANTOS, 2006, p. 70).

A “Estação das Docas” (Fotografia 6), inaugurada em 13 de maio de 2000, corresponde ao projeto de revitalização da área portuária, onde foram utilizados três grandes galpões pertencentes ao antigo Porto de Belém, do início do século XX e que fora construído para atender às necessidades portuárias decorrentes da produção e exportação da borracha na Amazônia. O complexo abrange uma área de 32.000m², oferecendo serviços de bar-café, restaurantes, lojas, agências de turismo, bancos, auditório e dois memoriais: o Memorial do Porto e o Memorial da Fortaleza de São Pedro Nolasco. Possui também uma estação fluvial e uma extensa área externa com vistas para a baía do Guajará.

O complexo “Feliz Lusitânia” (Fotografia 7), está localizado na primeira légua patrimonial da cidade, numa área às margens da baía do Guajará e inclui vários outros projetos como: o de revitalização do Forte do Castelo – marco de fundação da cidade em 1616 – e o Museu do Encontro, com algumas áreas de lazer, lojas de artesanato, lanchonetes etc.; o de revitalização do antigo arcebispado e da Igreja de Santo Alexandre, transformando-os em espaços culturais e Museu de Arte Sacra; o de revitalização de prédios coloniais do entorno, atribuindo-lhes novas funcionalidades como, sorveterias, lojas de artesanatos, museu etc.; e o de revitalização da Casa das Onze Janelas, antigo prédio de valor histórico e arquitetônico, transformado em espaço cultural, com salas de exposição, bar e museu, além do embelezamento paisagístico do entorno.

Fotografia 6 - Estação das Docas.



Fonte: Autoria própria (2010).

Fotografia 7 - Complexo “Feliz Lusitânia”.



Fonte: Autoria própria (2010).

O “Mangal das Garças” (Fotografia 8) é um projeto de revitalização de uma área de cerca de 40.000 metros quadrados, às margens do Rio Guamá, no entorno do centro histórico de Belém. Transformado em Parque Naturalístico Mangal das Garças, foi criado pelo Governo do Pará em 2005, com vistas a recuperar uma área alagada com extenso aningal e representar as diferentes macrorregiões florísticas do Pará: as matas de terra firme, as matas de várzea e os campos, com sua fauna. Possui várias áreas destinadas à visitação, à observação e ao consumo (restaurante), como o Borboletário José Márcio Ayres, o Farol de Belém, o Viveiro das Aningas, o Memorial Amazônico da Navegação, o Restaurante Manjar das Garças, o Mirante do Rio, o Armazém do Tempo, a Fonte de Caruanas, o Lago Cavername e o Lago da Ponta.

Fotografia 8 - Mangal das Garças.



Fonte: Mangal (2010).

Conforme Trindade Junior; Amaral e Santos (2006), essa concepção de projetos de revitalização adotada em Belém se enquadra perfeitamente nas concepções do urbanismo de **waterfront**, à semelhança de práticas já realizadas em outras cidades do mundo, em que as intervenções buscam normalmente a revitalização de áreas degradadas, com a incorporação de elementos naturais presentes no espaço, reafirmando a relação cidade-água, a exemplo do que se verificou em **Boston Waterfront** (Boston/Estados Unidos), **South Street Seaport** (Nova York/Estados Unidos), **Inner Harbor** (Baltimore/Estados Unidos) Parque de Bercy (Paris/França), Parque André-Citroën (Paris/França), Parque **La Villette** (Paris/França), **Puerto Madero** (Buenos Aires/Argentina), **Rom Rijnmond** (Rotterdam/Holanda), **Docklands** (Londres/Inglaterra), Parques da orla de Guarapiranga (São Paulo/Brasil), Parques da orla da baía de Guanabara (Rio de Janeiro/Brasil), Parque Costa Azul (Salvador/Brasil), Jardim dos Namorados (Salvador/Brasil), dentre outros.

No mundo ocidental, o lazer e o consumo das novas classes médias são “motores” de complexas transformações urbanas, modificando áreas industriais, residenciais e comerciais decadentes, recuperando e “integrando” **waterfronts**, desenvolvendo novas atividades de comércio e de lazer “festivo”. Isso é particularmente evidente nos Estados Unidos, onde as experimentações se multiplicam, antes de se “exportar” para o resto do mundo (SERPA, 2009, p. 21, grifo do autor).

Figueiredo (2008, p. 86) analisa que esses espaços têm como característica a configuração de se ter um resumo da cidade, uma síntese composta por diversos elementos como, por exemplo, a sua culinária, as suas manifestações culturais e o seu artesanato, com intenções de assumir assim uma dupla função: “para os moradores, a reafirmação dos símbolos identitários; para os visitantes, a demonstração da vida da cidade e de seus moradores, considerando-a como exclusiva e diferente”.

O autor chama a atenção para o fato de que esse tipo de intervenção reforça a crítica sobre o processo de turistificação de espaços públicos, com uma mudança da paisagem e do ordenamento espacial, com o objetivo de

adequação à atividade turística. Essa adequação acontece com a modificação da paisagem e de seus elementos: “os elementos musealizados, expostos, indicados e sinalizados, direcionados, ordenados em função da estética e da representação” (FIGUEIREDO, 2008, p. 86).

Percebe-se, nesses espaços, que sua configuração não facilita o seu uso funcional para a cultura e para o acesso público em sua essência, como um lugar que se possa usufruir plenamente. Apenas para exemplificar, em um desses espaços, o Mangal das Garças, praticamente o uso só é permitido com objetivo de contemplação e circulação em algumas áreas pré-determinadas pelas normas do setor de administração do espaço.

As áreas verdes são utilizadas a partir de um controle absoluto dos comportamentos, pois nos gramados dessas áreas não é permitido sentar ou andar, se diferenciando dos modelos dos parques parisienses e da própria cidade de Curitiba. O cuidado excessivo se relaciona da mesma forma com os materiais utilizados nas reformas desses espaços, muitos materiais importados de valor superdimensionado, dificultando e encarecendo os reparos e a conservação (FIGUEIREDO, 2008, p. 87).

Existe também um outro tipo de intervenção urbanística de áreas da beira-rio, a qual utiliza elementos amazônicos e que possui a intenção de reconstituir a relação da população com o rio, numa perspectiva de contemplação e interação, sem a característica de “urbanismo espetáculo” ou de *ater ront*.

Um exemplo desse tipo de intervenção é o Complexo “Ver-o-Rio” (Fotografia 9), realizado pelo poder municipal. Esse projeto abrange uma área à beira da baía do Guajará, que tem como objetivo valorizar a fisionomia da cidade, proporcionando a observação de seus elementos peculiares, dando possibilidades à vivência do lazer contemplativo, à prática de esportes náuticos e outras práticas físico-esportivas, ao turismo cultural, à geração de renda, com quiosques para venda de comidas e bebidas, dentre outras possibilidades.

Ainda que nesse caso os elementos da paisagem tragam também uma carga de informação sobre a cultura regional para o próprio habitante

da cidade, muitas vezes por ele desconhecida, nesse tipo de proposta de intervenção urbana, a cidade voltada para o turismo não está descartada e acaba por assumir um determinado peso enquanto projeto de “revitalização” urbana; razão pela qual os conteúdos que preenchem essas paisagens e essas formas paisagísticas e arquitetônicas estão carregados de apelos turísticos e de marketing sobre a própria cidade (TRINDADE JUNIOR; AMARAL; SANTOS, 2006, p. 74).

Fotografia 9 - Complexo Ver-o-Rio.



Fonte: A autoria própria (2010).

Essa apropriação da orla fluvial de Belém reflete os conflitos do uso dessa área, os processos socioespaciais e as estratégias de agentes principais de produção desse espaço, sendo que cada agente define os usos e as formas de apropriação da orla de forma particular e relação bastante estreita com o rio, tanto pela questão funcional, quanto por aspectos simbólicos. Esses agentes principais podem ser identificados da seguinte maneira:

a) o Estado – através de uma ação direta (abertura de “janelas para o rio”, uso da orla por instituições públicas etc.) ou indireta (incentivo à instalação de empresas, definindo leis de controle e uso da orla, etc.); b) os proprietários dos meios de produção, comércio e serviço; c) os grupos sociais excluídos, no processo de ocupação de terrenos e produção de moradias; d) os proprietários fundiários, que mantêm terrenos sem usos definidos para fins especulativos; e) os agentes do circuito inferior da economia urbana, identificados na pesquisa como todos aqueles que desempenham pequenas atividades, em geral não modernas e com pouco investimento de capital, incluindo as atividades não formais³⁴; f) os proprietários rentistas, identificados como aqueles que possuem como seu o imóvel na orla, mas alugam a terceiros objetivando obter rendas; g) os proprietários usuários da moradia, que possuem a propriedade do imóvel e que os utilizam para fins residenciais (TRINDADE JUNIOR, 2005, não paginado).

Em várias áreas de Belém é possível perceber como tem se dado a forma de planejamento urbano, com a centralização de uso do espaço da cidade e a deficiência na gestão do espaço público e dos equipamentos inerentes a este.

Em pesquisa anterior (BAHIA et al., 2008), foi possível verificar a existência de uma concentração de equipamentos específicos e não específicos de lazer no centro urbano de Belém e nos bairros mais centrais da cidade; uma visível falta de divulgação à população de alguns equipamentos e de programações culturais existentes nesses; as praças se caracterizam como o equipamento em maior quantidade na cidade e com uma distribuição mais igualitária nos bairros; e os cinemas, em sua maioria, encontram-se localizados dentro de *so in centers* (Quadro 4, Figura 4).

³⁴ Este tipo de agente não referenciado teoricamente, mas encontrado quando de nosso levantamento empírico, assume importante papel na orla; razão pela qual resolvemos incluí-lo no rol de agentes (TRINDADE JUNIOR, 2005, não paginado).

Quadro 4 - Distribuição dos equipamentos de Lazer em Belém.

Bairro	Pra	Mus	Tea	Cin	Par	Mer	For	Igr	Bib	Memo/ Comp Cult-Esport.	Shop
Barreiro	01	-----	---	---	----	----	----	----	----	----	----
Batista Campos	04	-----	01	05	----	----	----	----	01	----	01
Bengui	07	-----	---	---	----	----	----	----	----	----	----
Campina	21	02	03	01	-----	03	----	02	01	01	----
Canudos	02	-----	---	---	----	----	----	----	----	----	----
Atalaia	----	-----	---	09	----	----	----	----	----	----	01
Cidade Velha	11	06	---	---	-----	----	01	03	-----	02	-----
Condor	01	-----	---	---	----	----	----	----	----	----	----
Coqueiro	20	-----	---	---	----	----	----	----	----	----	----
Cremação	02	-----	-----	----	-----	----	----	----	----	----	----
Curio-Utinga	04	-----	---	---	01	----	01	----	----	----	----
DAICO	09	-----	---	---	----	----	----	----	01	01	----
DAMOS	16	-----	---	---	----	----	----	----	----	01	----
DAOUT	03	-----	---	---	----	----	----	----	----	01	----
Fátima	07	-----	---	---	----	----	----	----	----	----	----
Guamá	04	-----	---	---	----	----	----	----	----	----	----
Jurunas	09	02	---	---	01	01	----	----	----	----	----
Mangueirão	03	-----	---	---	----	----	----	----	----	01	----
Maracangalha	04	-----	-----	----	-----	----	----	----	----	----	----
Marambaia	36	-----	---	---	----	----	----	----	----	01	----
Marco	05	-----	01	---	----	----	----	----	----	02	----
Miramar	01	-----	---	---	----	----	----	----	----	----	----
Montese	04	-----	---	---	----	----	----	----	----	----	----

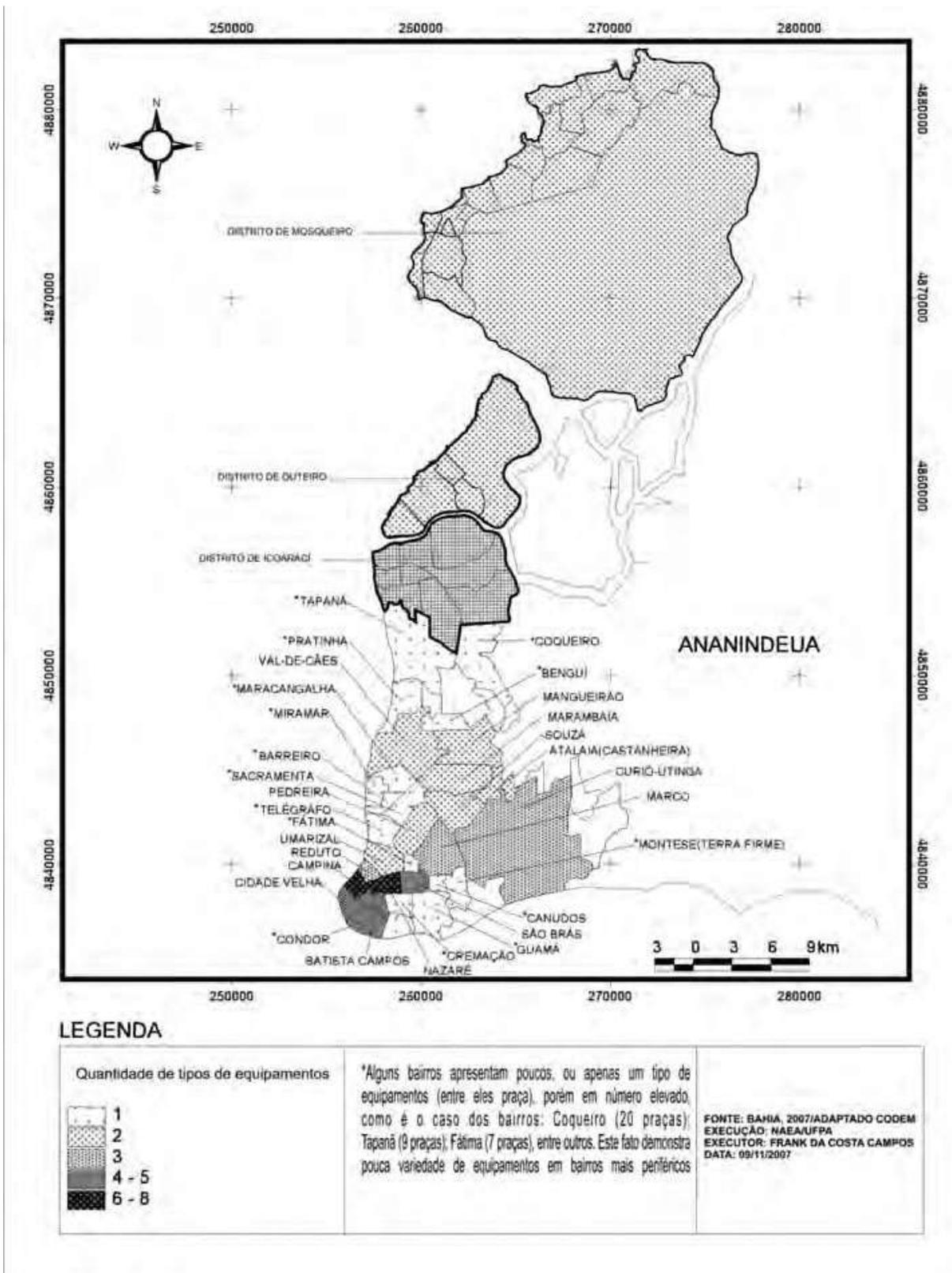
Nazaré	02	05	01	04	-----	-----	-----	03	03	-----
Pedreira	04	-----	---	---	-----	-----	-----	01	01	-----
Pratinha	01	-----	---	---	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Reduto	04	-----	---	01	-----	-----	-----	01	01	-----
Sacramento	05	-----	---	---	-----	-----	-----	-----	-----	-----
São Brás	07	-----	---	01	01	-----	-----	01	01	-----
Souza	10	01	---	---	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Tapanã	09	-----	---	---	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Telégrafo	03	-----	---	---	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Umarizal	04	01	---	---	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Val-de-Cans	06	01	---	---	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Lista de Siglas

Praças - Pra.	Bibliotecas – Bib.
Museus – Mus.	Memorial/Complexo Cultural-Esportivo -
Teatros – Tea.	Memo/Comp. Cult. Esport
Cinemas – Cin.	Shopping – Shop.
Parques – Par.	DAICO - Distrito de Icoaraci
Mercados – Mer.	DAMOS - Distrito de Mosqueiro
Fortes – For.	DAOUT= Distrito de Outeiro
Igrejas – Igr.	

Fonte: Bahia et al. (2008, p. 71-72).

Figura 4 - Mapa de distribuição dos equipamentos de lazer em Belém.



Fonte: Bahia et al. (2008, p. 77).

Na cidade cada vez mais urbanizada, tanto a criação e manutenção de espaços públicos e de equipamentos de lazer, quanto a viabilização de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, muitas vezes têm assumido um papel de suporte potencializador do uso da cidade e das possibilidades de vivências de lazer. Portanto, cabe a verificação de como tem se dado a efetividade do lazer em Belém, no que se refere às Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

A partir de amplo projeto denominado “Diagnóstico do Esporte e Lazer na Região Norte Brasileira: o existente e o necessário”, subsidiado pelo Ministério do Esporte e realizado no período de 2007 a 2010, por um grupo de pesquisadores do Amazonas, de Rondônia e do Pará (incluindo esta autora), foi possível mapear a realidade sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer de uma parte da Região Norte do país.

Da pesquisa mais ampla, faz-se um recorte para visualizar a realidade de Belém. Foram listados todos os programas, projetos e ações desenvolvidos no período supracitado pelas diversas Secretarias (Estaduais e Municipais), as quais desenvolvem projetos na cidade, considerando-se o acesso aos diversos conteúdos culturais, construídos historicamente pelo ser humano (ver Apêndice A).

A partir da análise de alguns dos resultados encontrados, foi possível verificar que: a) alguns projetos e ações não acontecem continuamente, mas de forma sazonal, em períodos específicos do ano e em locais específicos; b) existe necessidade de maiores investimentos em infraestrutura para o esporte e o lazer e a democratização em todos os bairros da cidade; c) as condições geográficas e a paisagem natural do Pará (rios, florestas e campos) são pouco aproveitadas nas políticas de esporte e lazer; d) o acesso às vivências de lazer ainda não se encontra democratizado para as classes mais pobres, nas periferias da cidade, e para alguns grupos sociais específicos (quilombolas, indígenas); e) há necessidade de maior participação popular, com vistas à garantia de intervenção da comunidade e da sociedade civil organizada em todos os processos de planejamento, execução e avaliação das Políticas de Esporte e Lazer em Belém; f) as Secretarias de Turismo e de Meio Ambiente

Estaduais e Municipais consultadas, não listaram nenhum programa, projeto ou ação como sendo de lazer, talvez por não identificarem alguns de seus projetos como tal (LIMA et al., 2011).

Percebe-se que a forma como o poder público tem conduzido suas ações, no que se refere ao acesso ao espaço público, aos equipamentos de lazer e aos programas, projetos e ações de Esporte e Lazer desenvolvidos em Belém indica que, mesmo que este venha implementando, muitas vezes de forma pontual, alguns projetos em áreas periféricas da cidade, estas ações não dão conta de ampliar significativamente as possibilidades de apropriação igualitária da cidade pelos seus habitantes.

Ainda se percebe uma segregação latente imposta na própria estruturação da cidade, com uma concentração de melhor infraestrutura urbana e de equipamentos de lazer mais diversificados nos bairros centrais, enquanto nos bairros mais periféricos a realidade é de grande deficiência da maioria dos serviços públicos essenciais, refletindo as contradições de desigualdade no âmbito social, econômico, político e ambiental.

No próprio Plano Diretor de Belém, quando este se refere à Política de Esporte e Lazer, não há indicativos explícitos de que serão criados novos equipamentos públicos de lazer, como forma de descentralizar e democratizar o acesso aos mesmos e possibilitar a implantação de programas de lazer em bairros periféricos da cidade. Para Santos (2010, p. 126), o referido Plano “apenas referenda ao poder público municipal que faça levantamento de dados sobre espaços de práticas de lazer, ou seja, identifique onde existem atividades de lazer na cidade para fins de cadastro desses espaços”.

4 ÁREAS VERDES PÚBLICAS URBANAS: A NATUREZA NA CIDADE

A relação ser humano-natureza vem sofrendo, ao longo do tempo, diversas transformações, na maneira pela qual os indivíduos de todos os níveis sociais percebem e classificam o mundo natural.

O domínio do homem sobre o mundo natural se firmou como uma pré-condição básica da história humana, principalmente através de uma relação por meio da produção. A natureza representava o corpo não orgânico do homem, o qual tinha como condição essencial de existência a sua transformação, tendo o trabalho como mediação (MARX, 1998).

A maneira de racionalizar e questionar esse predomínio sempre instigou estudos de filósofos, teólogos e outros pensadores. Diversas correntes de pensamento tinham a ideia de que a natureza, desde que conhecida, deveria ser dominada, gerida e utilizada a serviço da vida humana, procurando sempre demonstrar uma polaridade entre as categorias “homem”, “animal”, “vegetal”, com a centralidade girando em torno do ser humano, de sua sobrevivência, da transformação e exploração dos recursos naturais para sua produção.

Segundo Thomas (1988), os impulsos da natureza que mais os seres humanos temiam, em si mesmos, eram atribuídos aos animais – a ferocidade, a gula, a sexualidade – ainda que fossem estes, e não os animais, os responsáveis por promover guerras com a sua própria espécie; alimentarem-se além de suas necessidades básicas; e estarem sexualmente ativos durante todo o ano.

Ainda conforme este autor, mesmo que alguns teólogos e cientistas continuassem pregando uma rígida separação entre o ser humano e a natureza, essa rigidez não era uma prática usual na Inglaterra dos primeiros tempos modernos. A postura popular frente à natureza pressupunha que indivíduos, plantas e animais estivessem inextricavelmente interligados em uma grande comunidade. Do mesmo modo, as relações destes com os animais domésticos

demonstravam uma ligação mais íntima do que pretendia a religião oficial. Apesar dos esforços das autoridades municipais em adotar medidas para evitar os animais em toda a cidade, estes estavam por toda a parte, pois os habitantes soltavam porcos e ordenhavam vacas em plena rua.

É, portanto, perfeitamente verdadeiro, como afirmava desdenhosamente um observador do final do século XVII, que “os agricultores e as pessoas pobres” faziam “muito pouca distinção entre si próprios e os animais”. Eles saíam com estes para os campos a cada manhã, trabalhavam lado a lado, de sol a sol, e retornavam juntos ao fim do dia. Sua própria linguagem exprimia o senso de afinidade entre eles e seus animais, por muitos termos descritivos aplicados indistintamente a uns e outros (THOMAS, 1988, p. 118).

A partir do século XVII, começam a ser extintos muitos esportes que tinham como prática a caça e as crueldades contra os animais, tendo à frente os movimentos reformistas, que iniciam a luta para a abolição dos esportes cruéis.

De acordo com o autor, surgia, portanto, no ocidente, um novo sentimento expresso, quer por cidadãos bem situados, que não participavam do processo agrícola e propensos a terem os animais como bichos de estimação, quer por cidadãos rurais educados, cujas sensibilidades eram diferentes das dos homens rústicos desse meio.

[...] nos séculos XVII e XVIII muito das pressões para eliminar os esportes cruéis provinha de um anseio por disciplinar a nova classe trabalhadora segundo padrões mais elevados de ordem pública e hábitos mais industriais. Costuma-se dizer (e já na própria época) que os esportes mais populares entre os proletários foram postos fora da lei – arremesso de paus em galos, açulamento de touros, e rinhas –, enquanto a caça à raposa, praticada por fidalgos, bem como a pesca e a caça com fuzil sobreviveram incólumes (THOMAS, 1988, p. 221).

No que diz respeito à floresta, considerada selvagem e hostil, as relações também eram conflituosas, pois, matas improdutivas e não cultivadas eram consideradas um obstáculo para o progresso da humanidade, ainda que os pomares e bosques domésticos tivessem a simpatia da população.

Há, então, no mundo ocidental, uma ruptura entre homem e natureza, um deslocamento das pessoas que viviam em áreas naturais, com a migração para a cidade.

Nos séculos XVI e XVII, o que se verificava era que, no imaginário da população, para se obter o progresso, era necessário dominar as florestas, já que como “Refúgio de seres selvagens e perigosos, a mata representava um obstáculo ao desenvolvimento humano” (SEGAWA, 1996, p. 23).

Nesse período, as florestas reais representaram uma tentativa de preservar algumas áreas para uso recreativo, ainda que para poucos privilegiados. De acordo com Segawa (1996, p. 29), os parques já existentes na Inglaterra, a partir do século X, e que “originalmente eram bosques cercados para a formação de reservas de caça”, tiveram um significativo aumento no século XVI, fato diretamente interligado ao aumento dos novos palácios rurais. O parque paisagístico segue os padrões estéticos que a burguesia inglesa desejava e passava a valorizar para o seu usufruto.

Percebe-se que, no decorrer da história, inicialmente houve uma necessidade de dominação da natureza, resultando numa ruptura entre ser humano-natureza e em um afastamento de áreas naturais. Posteriormente, houve uma reaproximação, um reencontro com esta e a realização de viagens às praias, aos bosques, aos parques, aos jardins botânicos, às montanhas e às ilhas. Como explica Diegues (2000, p. 24), “no início do século XIX, as ilhas são procuradas como locais naturais onde se manifestam os fenômenos da natureza, onde se procura isolamento e contemplação”.

Entretanto, este não foi apenas um reencontro físico, foi também o surgimento de uma concepção de um novo ideário, onde se localiza o cerne do debate sobre o início do movimento ambientalista, caracterizando a ideia de preservação de áreas naturais, com as visões ecocêntrica (o homem inserido no mundo como qualquer ser vivo) e antropocêntrica (onde há dicotomia entre homem e natureza, com o primeiro se considerando com direito e posse sobre a segunda), e também o início do debate sobre sustentabilidade (DIEGUES, 2000).

A partir do final do século XIX, nos Estados Unidos da América, passa-se a defender uma concepção de áreas naturais selvagens, a noção de **wilderness** (vida natural/selvagem). Conforme Diegues (2000, p. 28-29), nesse período havia duas visões sobre a manutenção do “mundo natural” nesse país: uma baseada na conservação dos recursos, que deveria basear-se em três princípios: “o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício; e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos”, tendo suas ideias como precursoras centrais dos debates ocorridos na Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano (1972), assim como na Eco-92 e em publicações importantes, resultando nas primeiras elaborações teóricas sobre “desenvolvimento sustentável”; e, a outra, baseada no modelo preservacionista e no princípio de “reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (**wilderness**)”.

Segundo Diegues (2000), muitas críticas surgiram sobre a exportação do modelo de áreas naturais protegidas norte-americanas para o resto do mundo, e a década de 1960 foi marcada por um novo ecologismo e pelo aparecimento de diversas correntes ambientalistas/escolas de pensamento ecológico, como, por exemplo, a ecologia profunda (**Deep Ecology**), a Ecologia Social e o Eco-socialismo/Marxismo³⁵.

4.1 PRAÇAS E JARDINS

Foi na Grécia que os espaços livres passaram a assumir a função pública, sendo estes destinados ao passeio, à conversa e ao lazer da comunidade, e onde os jardins privados de propriedade da nobreza são convertidos em espaços livres, abertos ao uso da comunidade.

De acordo com Loboda e De Angelis (2005), os atuais espaços livres públicos receberam significativa influência da **Ágora** grega e do **Fórum** romano, com a abertura de seus limites para o uso da população. Mais tarde, surgem os jardins franceses, geralmente com grandes extensões, os quais buscam a concepção cenográfica em grande escala.

³⁵ Para maior aprofundamento do assunto, ver Diegues (2000).

A *ora* ateniense era o lugar onde não só era possível se realizar reuniões, mas também onde cada um podia emitir suas próprias opiniões; e o *forum* romano era o símbolo do poder, local de comércio e de política popular.

Entre os gregos, a praça seria o espaço de reunião dos cidadãos, no exercício da cidadania, inerente à polis. Na Idade Média, o espaço do mercado acabará sendo o local de referência para as trocas de mercadorias, como para o encontro e a festa, legando à contemporaneidade um imaginário no qual a praça, independentemente do espaço físico assim denominado, “pode estar onde quer que haja divertimento, convergência de curiosos, consumo cultural diversificado³⁶” (GASTAL, 2006, p. 93).

As praças públicas, no fim da Idade Média e do Renascimento, possuíam configurações diversas, como: de mercado; de entrada da cidade; como centro da cidade; adro de igreja; agrupadas (praças distintas, que se relacionavam na trama urbana). Para Segawa (1996, p. 33), estas assumiam características de espaço popular, de liberdade, de franqueza e de familiaridade, onde se convergiam todas as ações não oficiais e a população “de certa forma gozava de um direito de ‘extraterritorialidade’ no mundo da ordem e da ideologia oficiais, e o povo aí tinha sempre a última palavra”.

As *iazzas* italianas congregavam rituais populares diversos (casamentos, funerais, comemorações, execuções, corridas, encenações teatrais etc.); a *Plaza maior*, na Espanha, era onde poderia se ter o comércio dos moradores locais com os de cidades vizinhas, feiras, festas públicas e tribunais. O referido autor explica ainda que “a vida na praça pública era permeada pelo universo do riso, do escárnio, da festa, numa dinâmica distinta da cultura religiosa ou aristocrática [...]” (SEGAWA, 1996, p. 33).

No Renascimento, as muitas crenças filosóficas, teológicas e sociológicas, em busca de “cidades ideais”, com uma unidade formal, transformaram as praças num lugar popular disciplinado, onde as praças europeias demonstravam tal unidade em forma de um espaço fechado, para festas controladas e ritualizadas. O modelo de *Plaza maior* medieval,

³⁶ Em seu grifo, Gastal (2006, p. 93) utiliza uma citação de Le Goff (1992, p. 207).

centrífuga e aberta, foi convertido num lugar centrípeto, “[...] um espaço reduzido à maneira de um grande teatro ou ‘curral’, em um lugar provido de solenidade [...]” (SEGAWA, 1996, p. 33). As **places royales** francesas também são exemplos desse modelo de praça, com arquitetura homogênea e espaço destinado às elites parisienses, com construções de alto padrão e destinada a festas reais.

Um desses espaços, a praça, configura-se como um espaço ancestral “que se confunde com a própria origem do conceito ocidental de urbano” (SEGAWA, 1996, p. 31), mas não era comum o plantio de árvores em praças na Idade Média e no Renascimento. A natureza materializada em forma de jardins e parques começa a surgir a partir do século XVI, porém, como espaços privados. Já os jardins e parques públicos, só têm sua materialização como espaços públicos urbanos a partir do século XVII.

As áreas da periferia se caracterizam por estar numa interface do urbano-rural, ainda com características rurais, e que ainda possuem a presença de árvores, de verde. A natureza ainda faz parte do cotidiano das pessoas que ali vivem.

Essa necessidade premente de criação de áreas específicas de preservação do verde se caracteriza, prioritariamente, por um movimento vindo das elites, que se deslocam para a cidade e que sentem falta dessa relação mais próxima com a natureza, pelo movimento de afastamento e de ruptura que se deu.

Em fins do século XVI e início do XVII, o mercado de uso lucrativo da terra fez com que várias reservas fossem desativadas, mas algumas destas resistiram e se tornaram em um motivo de **status** para seus proprietários, transformando-as em espaços para exibição de sua riqueza, na reordenação da paisagem e na conversão de bom solo arável em terreno de prazer provido de árvores.

A natureza como espetáculo, a natureza como espaço do devaneio íntimo: no século 17, a prática da vilegiatura³⁷ era introduzida como

³⁷ Vilegiatura (italiano **villegiatura**) s. f. Temporada que se passa fora da terra, a banhos, no campo ou viajando, para descansar dos trabalhos habituais (DICIONÁRIO ..., 2010b, não paginado).

um hábito cotidiano na Europa. Uma relação positiva com a natureza, contudo, impunha uma capacidade de percepção de uma de suas dimensões específicas mais evidentes e apreciadas nessas incursões pelo campo e pela beira-mar: a paisagem. A pintura vai servir como um dos instrumentos fundamentais para a habilitação dos sentidos (SEGAWA, 1996, p. 24).

As árvores e as matas eram cada vez mais domesticadas, adquirindo *status* com as motivações para o cultivo aristocrático, e se firmavam numa complexa mistura de afirmação social, senso estético, patriotismo e busca de lucro em longo prazo.

À medida que as áreas de mata selvagem diminuía, gradativamente passavam a não atemorizar mais, e se transformavam numa valiosa fonte de prazer e inspiração para a burguesia, o que para Segawa (1996, p. 28) quer dizer que, “ao mesmo tempo, o cultivo de árvores satisfazia aos interesses econômicos e atendia aos anseios estéticos da mitificação da vida do campo”.

Os jardins e os parques públicos, a partir da urbanização europeia, ganham popularidade entre os ricos e adquirem uma dimensão e um envolvimento estético, mitológico e espiritual com a natureza. De acordo com Thomas (1988, p. 281), seria uma concepção de “Paraíso” enraizada na tradição grega, romana e oriental, como “um belo trecho de terra, enfeitado com água, flores e árvores [...], lugar de devaneio espiritual, lembrança ao mesmo tempo do Éden e da agonia de Cristo em *Getsêmane*”.

A história dessas áreas foi uma história burguesa, com o surgimento de um novo “gosto” pela natureza selvagem, surgindo principalmente com o advento dos melhoramentos na estrutura que dava suporte a essas atividades (comunicação, transporte, infraestrutura de estradas, turismo, dentre outras), como Thomas (1988, p. 310) retrata em algumas passagens de seu estudo: “tornaram as montanhas mais acessíveis aos moradores das cidades e um pouco menos perigosas de escalar [...] subia o número de estradas de pedágio. Melhores vias, melhores cavalos, mais mapas e postes de sinalização tanto explicam quanto refletem o crescimento do turismo”.

A apreciação pelos jardins – estes concebidos como “paraísos” –, poderia se caracterizar como “um gosto de classe”, das classes burguesas, se observada à luz dos estudos de Bourdieu (2008), pois seduzia muito mais os abastados do que os pobres. E, como relata Segawa (1996, p. 29), “um gosto por paisagens ou vistas difundiu-se desde o final do século 17 mediante pinturas ou gravuras consumidas também pelas classes médias inglesas. A natureza incorporava-se gradativamente ao cotidiano”.

Essa concepção de gosto pela natureza era algo sofisticado, que se firmava num capital cultural, considerado apenas acessível às classes mais ricas, que tinham uma formação intelectual capaz de lhes fazer construir um **habitus** (BOURDIEU, 2007), pois dependia de um conhecimento prévio de educação estética.

Nesse período, as classes baixas urbanas não eram reconhecidas como “preparadas” a ter acesso e apreciar a natureza, sendo, inclusive, indicado a estas que tivessem um “curso preparatório” de educação estética, a partir de contatos iniciais apenas reservados a excursões dominicais aos campos das vizinhanças.

A nova inclinação pela natureza selvagem não era, portanto, uma vitória da intuição. Tal como a apreciação do jardim paisagístico inglês do século XVIII requeria uma educação clássica e algum conhecimento de história e literatura, necessários para se captar todas as referências a Horácio e Virgílio ou as alusões a **Poussin** e **Claude Lorrain**, também a atração pela natureza sem a mão humana surgiu como algo sofisticado, refletindo a aspiração altamente literária e intelectual presente nas novas sensibilidades (THOMAS, 1988, p. 314).

Houve o aproveitamento de terrenos ruins e afastados, de Londres, para a institucionalização de passeios. Os parques e jardins públicos passaram a ter uma função de **status**, onde se passeava para se exhibir, mostrar suas roupas, ver e ser visto, como uma espécie de salão ao ar livre.

No jardim público, havia normas de condutas, e cada um que o adentrasse sabia que estava aceitando tais normas e a imposição de sociabilidades só válidas dentro daquele espaço.

Reunir-se: fazer-se público de sua presença, exhibir pompa, ver homens e mulheres bem-vestidos e bonitos, contar e ouvir as novidades, assistir a apresentações musicais, mostrar filhas na busca de maridos, homens finos admirando e fazendo a corte a cortesãs. Os jogos sociais e sexuais – com a tácita concordância entre seus praticantes – o *laisir e la romena e*, tinha um palco magnífico nos jardins públicos (SEGAWA, 1996, p. 46).

Cabe ressaltar, que com a institucionalização dessas áreas verdes, fica nítida uma diferenciação na forma de concebê-las, com a criação de normas e regras de condutas antes não existentes. Quando tais áreas não eram institucionalizadas, tinham outros significados para a população; eram conhecidas como matas, matagais e quintais, onde se podia caçar, pescar e usufruir do espaço, sem a adoção de regras de condutas e sem os jogos sociais das elites.

A partir do século XIX, com o intuito de se fugir do crescimento das cidades e da poluição das fábricas, a população passou a buscar os cenários selvagens, fundamentando as primeiras ideias de se preservar algumas áreas nos limites das cidades. Também, como forma de colocar um limite à expansão demográfica, surgiu a necessidade de se preservar pelo menos algumas áreas, para que a população pudesse ficar a sós, ato considerado indispensável à satisfação humana.

É essa necessidade recorrente que sentem os moradores urbanos de voltar à terra selvagem em busca de regeneração espiritual, que condicionará mais tarde os movimentos de preservação das montanhas e terras incultas e pantanosas, antes de serem, todas, tragadas pelo progresso humano. As reservas de cenário – montanhoso ou inculto –, pensava o norte-americano Charles Eliot em 1896, tinham-se tornado “as catedrais do mundo moderno” (THOMAS, 1988, p. 318).

As sensibilidades acerca da preservação de animais e plantas se afluaram ainda mais nesse período da história natural e, em fins do século XIX e em todo o século XX, resultaram no estabelecimento de legislação para a preservação da natureza e proteção de espécies selvagens, Ainda segundo

Thomas (1988, p. 358), “em 1969, as Nações Unidas e a União Internacional pela Preservação da Natureza definiam ‘preservação’ como o ‘uso racional do meio ambiente a fim de alcançar a mais elevada qualidade de vida para a humanidade’”.

Percebe-se que a trajetória histórico-social demonstra que o surgimento dos primeiros jardins está vinculado às elites e a grandes extensões de áreas vegetadas de caráter privado, como palácios, mosteiros, conventos e grandes propriedades rurais. De acordo com Carneiro, Silva e Girão (2003), alguns exemplos são: o jardim do Palácio de Alhambra, na Espanha (1492), o Taj Mahal, na Índia (1632), o Parque de Friburgo, no Recife (1642) e o Jardim de Versalhes, na França (1661).

Com a expansão das cidades, surgem os jardins botânicos, os jardins públicos e os passeios públicos, assim como permanecem os jardins privados, nos casarões e nas residências. Estes são criados (os públicos) ou se mantêm (os privados), em sua maioria, para atender às necessidades da população urbana, geralmente, direcionados ao uso das elites. Nas periferias, onde a população pobre se concentra, ainda eram encontradas áreas naturais que ainda não tinham sido atingidas pela expansão da urbanização, e nem tinham seu espaço institucionalizado.

No Brasil, desde os primeiros séculos da colonização, há a presença de praças, largos, hortos, jardins e passeios públicos. A configuração das cidades se firmava em núcleos iniciados a partir de estruturas religiosas, e as praças exerciam funções polivalentes, com o desenvolvimento de atividades diversas, caracterizando-se como um verdadeiro “palco de muitas manifestações dos costumes e hábitos da população, lugar de articulação entre os diversos estratos da sociedade colonial” (ROBBA; MACEDO, 2003, p. 22). Os largos e praças assumiam funções religiosas, civis e militares, com a presença de igrejas, fortes e palácios em seus espaços e arredores, sendo nelas realizados diversos eventos públicos, desde festividades, até os enforcamentos públicos.

As praças das cidades brasileiras colonizadas pelos portugueses são definidas por prédios que as circundam. Nos séculos XVII e XVIII,

a praça ou largo colonial brasileiro era um lugar de reunião religiosa, civil ou de acontecimentos militares, onde muitas vezes se fazia justiça pública no pelourinho. Somente no século XIX, por volta de 1800 surgem os passeios públicos ajardinados, de influência francesa ou italiana, ornamentados com chafarizes, grutas, cascatas, postes, coretos, etc (ANDRADE, 2004, p. 39).

O primeiro passeio público brasileiro, caracterizado por Segawa (1996, p. 16) como “um espaço insubordinado na hierarquia colonial, monumento à vegetação, à natureza, monumento a si mesmo”, foi o Passeio Público do Rio de Janeiro, criado no final do século XVIII, em 1779, que simbolizava os “valores do imaginário europeu” implantados na capital da colônia de Portugal.

A partir do final do século XIX e início do XX, recebendo influências culturais advindas da Europa, de um ideal de modernização, de embelezamento e de salubridade das cidades, as praças brasileiras se modificaram, sendo transformadas em jardins ou em praça ajardinada, tendo suas funções modificadas.

Onde antes se congregavam diversas classes sociais e diversas atividades distintas, passa a existir um código de normas de conduta em seu uso, que apesar de propiciar o lazer e a contemplação, privilegia a classe burguesa e adquire funções de *status* e demonstração de poder, funcionando como uma passarela para desfiles de suas melhores indumentárias, geralmente advindas da Europa.

A partir da década de 1950, a praça apresentou novas formas, funções e usos, com a implementação de um planejamento baseado no modernismo, transformando sua função cênica e contemplativa vivida nas cidades coloniais em novas funções. O “espaço urbano moderno devia ser planejado funcionalmente, suprimindo as necessidades da cidade, relativas à habitação, lazer e circulação” (ROBBA; MACEDO, 2003, p. 35). Com o urbanismo, o lazer passa a ter importante significado na vida da população, e as praças são planejadas com a inserção de novos elementos para práticas de lazer

esportivo, **playgrounds** com brinquedos para crianças, palcos e anfiteatros para apresentações de shows e apresentações artísticas ao ar livre.

As praças modernas passaram a adquirir diversas funções, que estavam diretamente relacionadas à sua localização. Nas áreas centrais, as praças possuíam a função de vivência do lazer e de circulação de pedestres, além da possibilidade de melhoria das condições climáticas. Nas áreas habitacionais, estas exerciam a função de convivência, de lazer passivo e de lazer ativo. Para os referidos autores, o lazer passivo seria a contemplação e o relaxamento em áreas arborizadas e/ou ajardinadas, e o lazer ativo corresponderia à vivência de atividades recreativas e à existência de equipamentos (quadras esportivas e **playground**).

Em se tratando dos Jardins Botânicos, sua formulação decorre de interesses racionais e funcionalistas, “de coletar, ordenar, preservar e reproduzir espécies vegetais raras para o seu contexto fitogeográfico” (SEGAWA, 1996, p. 58). Considera-se que o primeiro jardim botânico norte-americano tenha sido um viveiro criado em 1730, na Filadélfia.

Havia um interesse significativo da coroa portuguesa em relação à natureza brasileira e suas possíveis potencialidades econômicas, o que impulsionou a criação de vários jardins botânicos, em várias cidades da colônia, como Belém, Olinda, Salvador, Vila Rica e São Paulo.

O primeiro Jardim Botânico efetivamente criado no Brasil foi o Jardim Botânico de Belém, em 1796, atualmente denominado de Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). De acordo com Segawa (1996), a sua implantação e as diversas tentativas de criação de outros jardins botânicos nas capitânicas de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e São Paulo, em 1798, ilustravam a intenção do governo português em implementar uma política de fomento ao desenvolvimento e à preservação de plantas brasileiras “úteis” à economia lusa.

Em Belém, além da criação do Jardim Botânico e do Horto Municipal, ainda no século XVIII, houve também a criação de uma espécie de passeio público, no início do século XIX, denominado de Largo do Redondo, aberto

como um largo circular, na estrada que levava ao jardim botânico. Também foi criado o Bosque Municipal, em 1883, (atualmente denominado de Bosque Rodrigues Alves Jardim Botânico da Amazônia³⁸), tendo sido inspirado no parque *Bois e Bologne*, situado nas redondezas de Paris, seguindo a forte influência do estilo europeu na sociedade belenense.

Esta situação se mantém até a segunda metade do século XIX, na gestão municipal do Intendente Antônio José Lemos, quando as praças recebem tendências de paisagismo inglês, corrente romântica que consistia na valorização da natureza e de paisagem criada, inspirada na antiguidade e no exótico oriental. É plenamente perceptível o interesse pelo paisagismo neste século, quando já existia o Jardim Botânico, registrado, inclusive, na planta da cidade de Belém do Grão-Pará, levantada por Edmundo Compton em 1881 (ANDRADE, 2004, p. 39 - 40).

Atualmente, os Jardins Botânicos assumem novas funções e características, com direcionamentos estabelecidos por alguns instrumentos legais e normativos, para orientar seu funcionamento e seus objetivos.

Em nível internacional, embora sem força de lei, as Normas Internacionais de Conservação para Jardins Botânicos “são reconhecidas como principais fontes orientadoras de critérios para definir a atuação dos jardins botânicos na conservação da diversidade florística” (PEREIRA; COSTA; JACKSON, 2004, p. 18), tendo sido estas elaboradas pelo *Botanic Conservation International* (BGCI) e adotadas pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), em abril de 2002. As referidas Normas Internacionais têm como objetivos:

- I. Promover diretrizes globais para a elaboração de políticas, programas e prioridades dos jardins botânicos na conservação da biodiversidade;
- II. Definir o papel dos jardins botânicos no desenvolvimento de parcerias e alianças internacionais para a conservação da biodiversidade;

³⁸ Este Bosque será mais bem detalhado posteriormente, por ser um dos locais desta pesquisa.

- III. Estimular a avaliação e desenvolvimento de políticas e práticas de conservação nos jardins botânicos para aprimorar sua eficácia;
- IV. Desenvolver um meio de registrar e monitorar as ações empreendidas pelos jardins botânicos em prol da conservação;
- V. Promover o papel dos jardins botânicos na conservação;
- VI. Orientar os jardins botânicos acerca de questões contemporâneas relacionadas à conservação (PEREIRA; COSTA; JACKSON, 2004, p. 1).

Em nível nacional, um desses instrumentos é a Resolução nº 339, de 25/09/2003, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que dentre outras providências,

Estabelece diretrizes para a criação de jardins botânicos, normatiza seu funcionamento, define seus objetivos e cria a Comissão Nacional de Jardins Botânicos, com a finalidade de assessorar a Secretaria Executiva do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, no acompanhamento e análise dos assuntos relativos a essas instituições. Delega ao Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro as competências do Ministério do Meio Ambiente relativas ao registro dos jardins botânicos (PEREIRA; COSTA; JACKSON, 2004, p. 19).

Na referida Resolução, é possível verificar que, em seu Art. 1º, é instituída uma definição para o que sejam os jardins botânicos, na atualidade.

Para os efeitos desta Resolução entende-se como jardim botânico a área protegida, constituía no seu todo ou em parte, por coleções de plantas vivas cientificamente reconhecidas, organizadas, documentadas e identificadas, com a finalidade de estudo, pesquisa e documentação do patrimônio florístico do País, acessível ao público, no todo ou em parte, servindo à educação, à cultura, ao lazer e à conservação do meio ambiente (CONAMA, 2008, p. 105).

Além disso, em seu Art. 2º, são estabelecidos os diversos objetivos dos jardins botânicos, que são:

- I - promover a pesquisa, a conservação, a preservação, a educação ambiental e o lazer compatível com a finalidade de difundir o valor multicultural das plantas e sua utilização sustentável;

- II - proteger, inclusive por meio de tecnologia apropriada de cultivos, espécies silvestres, ou raras, ou ameaçadas de extinção, especialmente no âmbito local e regional, bem como resguardar espécies econômica e ecologicamente importantes para a restauração ou reabilitação de ecossistemas;
- III - manter bancos de germoplasma *e sit* e reservas genéticas *in sit* ;
- IV - realizar, de forma sistemática e organizada, registros e documentação de plantas, referentes ao acervo vegetal, visando plena utilização para conservação e preservação da natureza, para pesquisa científica e educação;
- V - promover intercâmbio científico, técnico e cultural com entidades e órgãos nacionais e estrangeiros; e
- VI - estimular e promover a capacitação de recursos humanos. (CONAMA, 2008, p. 105).

Em 1991, foi fundada a Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB), uma associação civil sem fins lucrativos, a partir da mobilização e iniciativa de representantes de oito jardins botânicos brasileiros (Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre, São Paulo, Caxias do Sul, UNICAMP, Museu Paraense Emílio Goeldi e Horto Botânico da UFRJ), objetivando congregar e promover os interesses dos jardins botânicos do Brasil. Os principais objetivos da RBJB são: promover a cooperação entre jardins botânicos e instituições congêneres; estimular o estudo da botânica e a conservação da biodiversidade; e apoiar a criação e desenvolvimento de novos jardins botânicos. De acordo com a Associação, atualmente encontram-se filiados à rede 36 jardins botânicos brasileiros e esta se encontra aberta à filiação de novos membros.

O entendimento sobre a relevância dos jardins botânicos contemporâneos adquire novos contornos, considerando-se que estes, além de possuírem um papel essencial na conservação da biodiversidade, assumem importante função de educação e sensibilização ambiental do público que frequenta tais áreas, buscando conscientizar a população das cidades sobre a necessidade e a urgência de se melhorar a qualidade de vida no meio urbano. Para Pereira; Costa e Jackson (2004, p. 11), “Suas responsabilidades abrangem não apenas os moradores das cidades e suas imediações, mas também o estabelecimento

de políticas públicas que irão afetar o desenvolvimento de municípios, estados e do País como um todo”.

Atuando em consonância com a Política Nacional de Biodiversidade, estabelecida pelo Decreto nº 4.339, de 22/08/2002, os jardins botânicos cumprem o compromisso de estabelecer elos entre o poder público e as instituições de pesquisa em conservação. Seus educadores transformam a linguagem hermética da Ciência em mensagens e imagens claras e lúdicas, voltadas para a conscientização e em prol da melhoria da qualidade de vida, atendendo também à Agenda 21 (PEREIRA; COSTA; JACKSON, 2004, p. 14).

No Brasil, existem vários tipos de Jardins Botânicos, os quais possuem características diferenciadas e que podem ser verificadas no Quadro 5.

Quadro 5 - Tipos, características e exemplos de Jardins Botânicos no Brasil.

TIPOS DE JARDINS BOTÂNICOS (JB)	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS NO BRASIL
JARDINS CLÁSSICOS COM MÚLTIPLOS PROPÓSITOS	São os maiores jardins, frequentemente Herbários e Laboratórios próprios; Ampla variedade de atividades: horticultura, silvicultura e pesquisa; Amplios programas de educação para o público; Forte apelo ao lazer e à visitação pública.	Instituto de Pesquisas JB do Rio de Janeiro (RJ); JB de São Paulo (SP); JB da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (RS).
ARBORETOS	São essencialmente florestais; Exposição de espécies arbórea da flora exótica e nativa; Atividade principal: produção e fomento de mudas; Raramente desenvolvem pesquisas; Geralmente não têm programas de educação para o público.	Jardim Zoobotânico Municipal de Franca (SP).

<p>JARDINS ORNAMENTAIS</p>	<p>Instituições dedicadas ao lazer e à contemplação; Diversas coleções de plantas; Poucas ou nenhuma atividade de pesquisa, educação ou conservação; As plantas não são identificadas; Podem ser Instituições Privadas ou Jardins Municipais.</p>	<p>JB do Recife (PE); JB Municipal de Paulínia Adelermo Piva Júnior (SP); JB Municipal de Bauru (SP); JB Municipal Chico Mendes (SP); JB Municipal Francisca Maria Garfunkel Rischbieter (PR).</p>
<p>JARDINS HISTÓRICOS</p>	<p>Os JBs mais antigos; Criados com base em culturas específicas introduzidas, plantas medicinais e especiarias do Brasil Colonial; Características de Jardins Europeus; Associados ao Patrimônio Público; Podem desenvolver pesquisas; Possuem Laboratórios e Herbários próprios ou em associação com outras Instituições.</p>	<p>Bosque Rodrigues Alves (PA); Museu Paraense Emílio Goeldi e Parque Zoobotânico (PA); Instituto de Pesquisas JB do Rio de Janeiro (RJ); JB de São Paulo (SP).</p>
<p>JARDINS UNIVERSITÁRIOS</p>	<p>Mantidos por Universidades; Possuem múltiplas funções e propósitos; Atividades: ensino e pesquisa; Público-alvo: alunos e professores da universidade, com possibilidade de atender o público em geral.</p>	<p>Museu de História Natural e JB da UFMG (MG); Horto Botânico do Museu Nacional da UFRJ (RJ); JB da UFRRJ (RJ); JB do Instituto de Biociências da UNESP/Botucatu (SP); JB da Universidade Federal de Santa Maria (RS).</p>

TIPOS DE JARDINS BOTÂNICOS (JB)	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS NO BRASIL
JARDINS BOTÂNICOS COMBINADOS COM ZOOLOGICOS	<p>Prioridade às coleções zoológicas, mas as coleções botânicas também são trabalhadas como acervo; Podem constituir coleções independentes com interpretação própria.</p>	<p>Museu Paraense Emílio Goeldi/ Parque Zoobotânico (PA); JB da Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte (MG); Museu de Biologia Prof. Mello Leitão (ES); JB de Niterói (RJ); Jardim Zoobotânico Municipal de Franca (SP); JB da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (RS).</p>
JARDINS AGROBOTÂNICOS E COLEÇÕES DE GERMOPLASMA	<p>Funcionam como coleções de Germoplasma de plantas de valor econômico atual ou potencial, destinadas à conservação, pesquisa, melhoramento vegetal e agricultura; Alguns são estações experimentais associadas a organizações de agricultura ou silvicultura; Podem ou não ser abertas ao público; Quando abertas ao público, possuem programas de educação ambiental.</p>	<p>JB do Instituto Agrônomo de Campinas (SP).</p>

<p>JARDINS NATURAIS OU EM ESTADO SILVESTRE</p>	<p>Possuem áreas silvestres nativas ou vegetação em estado seminatural; A área pode ser protegida ou manejada; Dedicadas à conservação e educação do público; Podem ter áreas de exposição com espécies nativas cultivadas.</p>	<p>JB Adolfo Ducke (AM); Bosque Rodrigues Alves (PA); Parque Botânico do Ceará (CE); JB de Pipa (RN); JB Benjamim Maranhão (PB); JB do Recife (PE); JB de Salvador (BA); JB de Brasília (DF); JB Amália Hermano Teixeira (GO); JB da Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte (MG); Museu de Biologia Prof. Mello Leitão (ES); Instituto de Pesquisas JB do Rio de Janeiro (RJ); JB Municipal de Bauru (SP); JB do Instituto de Biociências da UNESP/Botucatu (SP); JB do Instituto Agrônomo de Campinas (SP); JB de São Paulo (SP); JB Municipal Francisca Maria Garfunkel Rischbieter (PR); JB de Caxias do Sul (RS); JB de Lajeado (RS); JB da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (RS).</p>
---	---	---

Fonte: Autoria própria, baseado em Pereira, Costa e Jackson (2004, p. 16-17).

4.2 ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS E ÁREAS VERDES PÚBLICAS URBANAS: UM PANORAMA DE BELÉM

Com o crescente avanço da urbanização e a diminuição das áreas verdes da cidade, houve uma mobilização do poder público no sentido de demarcar e preservar algumas destas áreas, criando-se Áreas Naturais Protegidas³⁹.

A criação de Áreas Protegidas surge em fins do século XIX, quando foi criada a primeira área natural protegida nos Estados Unidos da América, o Parque Nacional de **Yellowstone** (COSTA, 2002).

O modelo americano de áreas protegidas que foi copiado para os países de Terceiro Mundo, baseia-se na ideologia preservacionista subjacente ao estabelecimento dessas áreas, fundado na visão do ser humano como necessariamente destruidor da natureza, e que precisa ser afastado dela (DIEGUES, 2000).

No Brasil, em 1876, André Rebouças, movido por preocupações referentes à preservação de áreas naturais, lança a proposta de criação de Parques Nacionais nas áreas de Sete Quedas (PR), da Ilha do Bananal, nos rios Tocantins e Araguaia. Mas, apenas em 1937 é criada a primeira Área Protegida oficial no país, o Parque Nacional de Itatiaia.

Essas áreas foram criadas em diversos países e, no Brasil, passou-se a denominá-las de Unidades de Conservação⁴⁰ (UCs), as quais tiveram o seu reconhecimento a partir da promulgação do Projeto de Lei Federal nº 2.892, de 1992, que originou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)⁴¹, criado pela lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000, o qual tem

³⁹ “De acordo com a União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), uma área natural protegida, hoje conhecida como Unidade de conservação, é uma ‘superfície de terra ou mar consagrada à proteção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e dos recursos culturais associados, e manejada por meio de meios jurídicos e outros eficazes’” (COSTA, 2002, p. 12).

⁴⁰ Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (IBAMA, 2002).

⁴¹ O conjunto de Unidades de Conservação do Brasil constitui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

como objetivo estabelecer normas e critérios para a criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação em todo território nacional, e onde foram estabelecidas as categorias de manejo⁴² e suas respectivas características (Parques Nacionais, Estações Ecológicas, Reservas extrativistas, dentre outras). O uso público é permitido em algumas dessas áreas, em três vertentes: Pesquisa, Educação Ambiental e Recreação.⁴³

As Unidades de Conservação são áreas definidas e delimitadas pelo Poder Público (União, Estado ou Município). As UCs integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:

a) Unidades de Proteção Integral: criadas com a característica de preservação da natureza, sendo admitido apenas o *uso indireto* dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na Lei, composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação: Estação Ecológica; Reserva Biológica (REBIO); Parque Nacional (PARNA); Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre.

b) Unidades de Uso Sustentável: criadas com a característica de compatibilizar a conservação da natureza com o *uso sustentável* de parcela dos seus recursos naturais, composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação: Área de Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE); Floresta Nacional (FLONA); Reserva Extrativista (RESEX); Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) (BRASIL, 2000).

Em estudos anteriores, Bahia (2005) analisou que já é possível se verificar um avanço sobre a abertura dessas áreas ao uso público, já que as concepções iniciais sobre o assunto estavam baseadas na herança de um modelo norte americano, onde essas áreas deveriam afastar a população e se configurar como “ilhas” fechadas ao seu uso e, parafraseando Diegues

⁴² Manejo: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas (BRASIL, 2000).

⁴³ O termo recreação é utilizado na lei do SNUC, podendo ser entendido como a prática de lazer, esporte e turismo (ecoturismo).

(2000), deveriam seguir o “mito de natureza intocada”.⁴⁴ Atualmente, tem-se estabelecido a abertura controlada de algumas categorias de manejo, a partir da compreensão de que, com a elaboração de um plano de manejo⁴⁵ é possível o uso responsável das áreas naturais abertas a esse fim, propiciando o conhecimento e a possível conscientização da população da necessidade de conservação de tais áreas.

Além das áreas verdes institucionalizadas como Unidades de Conservação, existem outros espaços livres (as áreas verdes são apenas um desses espaços), os quais podem estar distribuídos no urbano. Portanto, considera-se importante analisar quais as caracterizações existentes sobre esses espaços e quais as suas principais configurações na cidade, na concepção de diversos autores, conforme pode ser visualizado no Quadro 6.

⁴⁴ “O modelo de criação de áreas naturais protegidas, nos Estados Unidos, a partir de meados do século XIX, constitui-se numa das políticas conservacionistas mais utilizadas pelos países de Terceiro Mundo. Parte da ideologia preservacionista subjacente ao estabelecimento dessas áreas protegidas está baseada na visão do homem como necessariamente destruidor da natureza” (DIEGUES, 2000, p. 11).

⁴⁵ Plano de Manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2000).

Quadro 6 - caracterização de espaços livres.

AUTORES	CARACTERIZAÇÃO
Geraldo (1997)	<ul style="list-style-type: none"> - Jardins de representação e decoração: Ligados à ornamentação, de reduzida importância com relação à interação com o meio e sem função recreacional. São jardins à volta de prédios públicos, igrejas etc; - Parques de vizinhança: Praças, <i>la ro n</i> apresentam função recreacional, podendo abrigar alguns tipos de equipamentos; - Parques de bairro: São áreas ligadas à recreação, com equipamentos recreacionais, esportivos dentre outros, que requerem maiores espaços do que os parques de vizinhança; - Parques setoriais ou distritais: Áreas ligadas à recreação com equipamentos que permitam que tal atividade se desenvolva; - Áreas para proteção da natureza: Destinadas à conservação, podendo possuir algum equipamento recreacional para uso pouco intensivo; - Áreas de função ornamental: Áreas que não possuem caráter conservacionista, nem recreacionista, são canteiros de avenidas e rotatórias; - Áreas de uso especial: Jardins zoológicos e botânicos; - Áreas para esportes; - Ruas de pedestres Calçadas.
Llardent (1982)	<ul style="list-style-type: none"> - Sistemas de espaços livres: Conjunto de espaços urbanos ao ar livre destinado ao pedestre para o descanso, o passeio, a prática esportiva e, em geral, o recreio e entretenimento em sua hora de ócio; - Espaço livre: Quaisquer das distintas áreas verdes que formam o sistema de espaços livres; - Zonas verdes, espaços verdes, áreas verdes, equipamento verde: Qualquer espaço livre no qual predominam as áreas plantadas de vegetação, correspondendo, em geral, o que se conhece como parques, jardins ou praças.

Milano (1988)	<p>- Áreas verdes</p> <p>- Arborização urbana</p>
Di Fidio (1990)	<p>- Espaços verdes urbanos privados e semi-públicos: Jardins residenciais; Hortos Urbanos; Verde semi-público;</p> <p>- Espaços verdes urbanos públicos: Praças; Parques Urbanos; Verde balneário e esportivo; Jardim botânico; Jardim zoológico; Mostra (ou feira de jardins; cemitério; Faixa de ligação entre áreas verdes; Arborização urbana);</p> <p>- Espaços verdes sub-urbanos: Cinturões verdes.</p>
Lima (1994)	<p>- Espaço livre: Trata-se do conceito mais abrangente, integrando os demais e contrapondo-se ao espaço construído em áreas urbanas;</p> <p>- Área verde: Onde há o predomínio de vegetação arbórea, englobando as praças, os jardins públicos e os parques urbanos. Os canteiros centrais de avenidas e os trevos e rotatórias de vias públicas que exercem apenas funções estéticas e ecológicas, devem, também, conceituar-se como área verde. Entretanto, as árvores que acompanham o leito das vias públicas não devem ser consideradas como tal, pois as calçadas são impermeabilizadas;</p> <p>- Parque urbano: É uma área verde, com função ecológica, estética e de lazer, no entanto com uma extensão maior que as praças e jardins públicos;</p> <p>- Praça: É um espaço livre público cuja principal função é o lazer. Pode não ser uma área verde, quando não tem vegetação e encontra-se impermeabilizada;</p> <p>- Arborização urbana: Diz respeito aos elementos vegetais de porte arbóreo dentro da cidade. Nesse enfoque, as árvores plantadas em calçadas fazem parte da arborização urbana, porém não integram o sistema de áreas verdes.</p>

<p>Queiroga (2011)</p>	<p>- Espaços livres: são todos os espaços “livres de edificação”, ou seja, todos os espaços descobertos, sejam eles urbanos ou não, vegetados ou pavimentados, públicos ou privados (MAGNOLI, 1982);</p> <p>- Espaços livres públicos: são aqueles bens de propriedade pública, com diferentes graus de acessibilidade e de apropriação que podem ser: I. bens de uso comum do povo, ou seja, espaços de apropriação pública por excelência (as ruas, as praças, os parques urbanos, as praias, os mirantes, os calçadões, os promenades, as unidades de conservação de proteção integral, as lagoas, as praias, os rios, etc); II. bens de uso especial, destinados a atividades específicas (os espaços livres de uma escola pública ou de uma penitenciária, por exemplo); III. bens dominicais, os próprios de qualquer ente público passível de desafetação;</p> <p>- Espaços livres privados: estão inseridos dentro das áreas particulares ou são os terrenos privados desocupados. Nos espaços livres privados ocorrem inúmeras atividades do cotidiano da habitação e do trabalho, como descanso, recreação infantil, jogos, atividades do trabalho doméstico, estacionamento de veículos, etc. (Jardins, quintais, estacionamentos, pátios de carga e descarga, etc);</p> <p>- Sistemas de espaços livres: vai muito além das áreas verdes, dos espaços vegetados, dos espaços públicos, ao envolver todos os espaços livres.</p>
<p>Lima; Cavaleiro; Nucci; Sousa; Fialho; Del Picchia (1994).</p>	<p>- Espaço Livre: conceito abrangente que integra os demais e se contrapõe ao espaço construído, em áreas urbanas;</p> <p>- Área verde: é um tipo de espaço livre, onde há predominância de vegetação arbórea. Engloba as praças, os jardins públicos, os parques urbanos, os canteiros e os trevos de vias públicas;</p> <p>- Parque Urbano: é um tipo de espaço livre, caracterizado como área verde, com função ecológica, estética e de lazer. No entanto, possui uma extensão maior do que as Praças e jardins públicos;</p> <p>- Praça: é um tipo de espaço livre, caracterizado como área verde, que possui a função principal de lazer. Algumas praças podem não ser áreas verdes, quando não possuem vegetação e são impermeabilizadas.</p>

Fonte: Autoria própria (2012).

Pelas características específicas das três áreas observadas, tomando-se como base as elaborações teóricas dos diferentes estudos supracitados, será adotada, neste estudo, a seguinte categoria: **ÁREAS VERDES PÚBLICAS URBANAS (AVPU)**, definidas como um tipo de espaço livre, de apropriação pública por excelência, geralmente gerenciadas pelo poder público, localizadas em áreas urbanas ao ar livre (se contrapondo às áreas edificadas), onde há predominância de vegetação arbórea e solo com pouca ou nenhuma impermeabilização. Estas possuem configurações ecológicas, estéticas e de lazer e são destinadas ao uso público da população da cidade para descanso, passeio e práticas corporais diversificadas, com diferentes graus de acessibilidade e de apropriação, sendo algumas mais livres e outras com certo controle de uso. Englobam praças arborizadas, jardins públicos, parques urbanos, unidades de conservação de proteção integral, hortos urbanos, jardins botânicos, jardins zoológicos, áreas com arborização urbana (canteiros centrais de avenidas, trevos de vias públicas e rotatórias de vias públicas que exercem apenas funções estéticas e ecológicas) e faixas de ligação entre áreas verdes.

São inúmeros os benefícios das áreas verdes nas cidades, de uma forma geral, caracterizando seu grau de importância para a melhoria da qualidade de vida urbana, por interferirem de forma positiva em diversas variáveis como, por exemplo, na composição atmosférica urbana, no equilíbrio solo-clima-vegetação, como atenuante dos níveis de ruídos, na melhoria da estética urbana.

Elas agem simultaneamente sobre o lado físico e mental do Homem, absorvendo ruídos, atenuando o calor do sol; no plano psicológico, atenua o sentimento de opressão do Homem com relação às grandes edificações; constitui-se em eficaz filtro das partículas sólidas em suspensão no ar, contribui para a formação e o aprimoramento do senso estético, entre tantos outros benefícios (LOBODA; DE ANGELIS, 2005, p. 134).

Essas áreas tendem a assumir diferentes possibilidades de configurações nas sociedades e devem estar inter-relacionadas no ambiente urbano, de acordo com o tipo de uso a que se destinam, como, por exemplo, social (lazer), estética (diversificação da paisagem e embelezamento), psicológica (diminuição de tensões diárias por meio do lazer e contemplação), educativa (educação ambiental) e ecológica (solo, flora, fauna, clima, qualidade da água e do ar).

Para se visualizar como se encontra o panorama das Áreas Verdes Públicas Urbanas em Belém, inicia-se situando o estado do Pará, no número de áreas caracterizadas como Unidades de Conservação (SEMA, 2011). Na extensão de todo o Estado, existem 46 Unidades de Conservação Federais, sendo 10 de Proteção Integral (5 Parques Nacionais; 3 Reservas Biológicas; 2 Estações Ecológicas); e 36 de Uso Sustentável (14 Florestas Nacionais; 19 Reservas Extrativistas; 1 Reserva de Desenvolvimento Sustentável e 02 Áreas de Proteção Ambiental) (Quadro 7).

Em relação às Unidades de Conservação Estaduais do estado do Pará, estas totalizam 21 UCs, sendo 7 de Proteção Integral (1 Reserva Biológica; 1 Estação Ecológica; 1 Refúgio de Vida Silvestre, também conhecido como área da Pirelli; 4 Parques Estaduais, dentre estes está o Parque Estadual do Utinga, um dos locais escolhidos para esta pesquisa, e a Ilha do Combu, que faz parte do município de Belém); e 14 de Uso Sustentável (2 Reservas de Desenvolvimento Sustentável; 4 Florestas Estaduais; 8 Áreas de Proteção Ambiental, dentre estas está a Área de Proteção Ambiental da Região Metropolitana de Belém, onde está localizado o Parque Estadual do Utinga).

Quadro 7 - Unidades de Conservação estaduais do Estado do Pará - UCs na Região Metropolitana de Belém.

Nº	CATEGORIA DE MANEJO E DENOMINAÇÃO	ENTIDADE RESPONSÁVEL	ÁREA NO ESTADO (Ha)	% DO ESTADO	ATO LEGAL DE CRIAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
GRUPO: PROTEÇÃO INTEGRAL - PI						
1	PARQUE ESTADUAL DO UTINGA	SEMA	1.206	0,001	<u>Decreto nº 1.552, de 03/05/93 - DOE 04/05/93</u> <u>Decreto nº 1.330, de 02/10/08 - DOE 03/10/08</u>	Nordeste; 01°23'13" a 01°26'02"S e 48°23'50" a 48°26'47"W; município de Belém
2	REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE METRÓPOLE DA AMAZÔNIA (Área da Pirelli)	SEMA	6.367	0,005	Decreto nº 2.211, de 30/03/10 - DOE 01/04/10	Municípios de Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Isabel do Pará
GRUPO: USO SUSTENTÁVEL - US						
1	ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM	SEMA	6.020 Total: 7.226	0,005	<u>Decreto nº 1.551, de 03/05/93 - DOE 04/05/93</u> <u>Decreto nº 1.329, de 02/10/08 - DOE 03/10/08</u>	Nordeste; 01°22'00" a 01°28'30"S e 48°20'30" a 48°27'30"W; municípios de Belém e Ananindeua
2	ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA ILHA DO COMBU	SEMA	1.500	0,001	<u>Lei nº 6.083, de 13/11/97 - DOE 17/11/97</u>	Nordeste; 01°29'20" à 01°31'11"S e 48°25'54" a 48°29'34"W.; município de Belém

Fonte: SEMA (2011).

A SEMA (2011), baseada em dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (Programa Raízes/2003), informa a existência de 64 (sessenta e quatro) Terras Indígenas no estado do Pará, das quais 45 (quarenta e cinco) se encontram com áreas já identificadas, demarcadas e homologadas ou registradas, perfazendo uma área de 30.902.743 ha (24,77%) do território paraense, e 20 (vinte) Terras Indígenas sem áreas definidas. Essas Terras Indígenas, somadas às Unidades de Conservação acima citadas (41.391.838,8 ha - 33,17%), perfazem um total de área de 72.294.581 ha, correspondendo a 57,94% da superfície do estado do Pará.

Ainda de acordo com esta Secretaria, a partir de dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia em regime especial, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), que teve seu desmembramento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 2007 – existem algumas Unidades de Conservação de Iniciativa Particular cadastradas no órgão, sendo estas, 6 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) (SEMA, 2011).

As Unidades de Conservação Municipais do Estado do Pará totalizam um número de 13 UCs, sendo 3 de Proteção Integral (1 Reserva Ecológica e 2 Parques Ecológicos, que se localizam no município de Belém); e 10 de Uso Sustentável (8 Áreas de Proteção Ambiental e 2 Áreas de Relevante Interesse Ecológico). Em Belém existem duas Unidades (Quadro 8).

Quadro 8 - Unidades de Conservação do Estado do Pará – município de Belém.

Nº	CATEGORIA DE MANEJO E DENOMINAÇÃO	ENTIDADE RESPONSÁVEL	ÁREA NO ESTADO (HA)	% DO ESTADO	ATO LEGAL DE CRIAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
GRUPO: PROTEÇÃO INTEGRAL - PI						
01	PARQUE ECOLÓGICO DO MUNICÍPIO DE BELÉM	SEMMA - PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM	35	0,00003	Lei nº 7.539, de 19/11/91 - DOM 11/12/91	Nordeste, Conjunto Médici II, município de Belém
02	PARQUE ECOLÓGICO DA ILHA DO MOSQUEIRO	SEMMA - PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM	182	0,0001	Decreto nº 26.138, de 11/11/93 - DOM 18/11/93	Nordeste, I lha do Mosqueiro, município de Belém

Fonte: SEMA (2011).

No município de Belém, existem algumas outras áreas verdes urbanas institucionalizadas (públicas ou privadas), que não são caracterizadas como Unidades de Conservação, mas que possuem elevada importância para a vivência de lazer na cidade, sendo importante citá-las, a título de ilustração.

1. **Praças Públicas** (Fotografia 10): São Áreas Verdes Públicas Urbanas, distribuídas em vários bairros de Belém, sob a responsabilidade do município. Apesar de serem classificadas como tal, nem sempre possuem arborização para serem caracterizadas como tal. Possuem acesso livre à população. Até 2011, de acordo com dados coletados em relatório da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, existem 234 praças, distribuídas nos oito distritos administrativos de Belém. Uma dessas praças, a praça Batista Campos, é **locus** dessa pesquisa e será descrita com mais detalhes a seguir.

Fotografia 10 - Praça da República.



Fonte: Autoria própria (2007).

2. **Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)** (Fotografia 11): Na classificação de tipos de Jardins Botânicos, de Pereira; Costa; Jackson (2004), esta área pode ser caracterizada como um Jardim Botânico Histórico, combinado com Zoológico. Foi criado em 1796, como Jardim Botânico de Belém e o primeiro em todo o país. Possui como missão e objetivos realizar pesquisas, promover a inovação científica, formar recursos humanos, conservar acervos e comunicar conhecimentos nas áreas de ciências naturais e humanas relacionados à Amazônia. Possui três bases físicas: 1) o Parque Zoobotânico, a base mais antiga, instalada em 1895, numa área de 5,2 hectares, que fica localizada no centro urbano de Belém e é aberta ao público para visitação, de terça-feira a domingo, mediante o pagamento de ingressos ou ofício institucional para visitas com fins de pesquisa ou educacional; 2) o Campus de Pesquisa, com 12 hectares, inaugurado em 1980, localizado nas imediações

da cidade e com acesso restrito a pesquisas; 3) a Estação Científica Ferreira Penna (ECFPn), com 33.000 hectares, localizada na Floresta Nacional de Caxiuanã, no Município de Melgaço (PA), inaugurada em 1993, com acesso restrito a pesquisas. Esta última área foi cedida pelo IBAMA, e a base foi construída com recursos da **Overseas Development Administration** (ODA, atual DFID/Reino Unido). A ECFPn destina-se à execução de programas de pesquisa e ações de desenvolvimento comunitário nas diversas áreas do conhecimento, recebendo cientistas de instituições nacionais e estrangeiras (MUSEU ..., 2011).

Fotografia 11 - Museu Paraense Emílio Goeldi.



Fonte: Autoria própria (2010).

3. **Bioparque Amazônia Crocodilo Safári** (Fotografia 12): É uma área verde privada, urbana, habilitada e licenciada pelo IBAMA, para funcionar como zoológico classe C, o único desta categoria no Pará. Foi inaugurado em 1989, por iniciativa do médico Jorge Aarão Monteiro, fruto da recuperação de uma área degradada de 80 hectares. O Parque fica localizado há cerca de 15 km do centro de Belém, no Bairro do Tenoné, com acesso pela Rodovia Augusto Montenegro, no trajeto Belém-Icoaraci. O parque tem cerca de 13 quilômetros de trilhas, em uma área composta de quatro ecossistemas interligados, dispostos em 80 hectares, aproximadamente, com espécies de fauna e flora nativas, além de possuir o Museu de Paleontologia e Melacologia, onde os visitantes podem observar uma coleção de três mil peças expostas, entre conchas e moluscos, coletados em todos os continentes, além de também encontrar fósseis de répteis, insetos e vegetais. O visitante ou o grupo é acompanhado por um guia, que explica sobre a biodiversidade do parque. O espaço fica aberto para visitação pública de segunda a domingo, das 8h às 20h, mediante pagamento de ingresso.

Fotografia 12 - Bioparque Amazônia Crocodilo Safári.



Fonte: Bioparque (2011).

4. Parque Ecológico de Gunma (Fotografia 13): É uma área verde privada, urbana, administrada pela Associação Gunma Kenjin-kai, ligada à província japonesa de Gunma, que adquiriu a mesma na década de 1990, visando a sua conservação. O Parque localiza-se no município de Santa Bárbara do Pará, nordeste do estado, na estrada municipal Belém-Mosqueiro. Foi criado a partir de uma parceria entre a colônia japonesa oriunda da Província do Gunma, no Japão; a Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Pará (SECTAM), atualmente Secretaria do Estado de Meio Ambiente (SEMA); a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); e o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). O parque é uma área de 540 hectares, com cerca de 400 ha de floresta primitiva e o restante de floresta secundária. Cerca de 30 famílias japonesas moram na região, e parte da agricultura da província é reproduzida no parque. Na área existe um Projeto Financiado pela Jica, o Projeto “Conservação Florestal e Educação Ambiental na Amazônia Oriental”, que realiza, desde 2004, pesquisas agroflorestais e de reflorestamento, além de ações de educação ambiental no Parque Ecológico de Gunma. Por meio do projeto, foi realizado um levantamento socioeconômico e ambiental das 19 comunidades que integram o município de Santa Bárbara. O estudo revelou que, além de desenvolverem atividades econômicas baseadas na pesca e na agricultura de subsistência, as comunidades apresentam uma diversificada produção artesanal, representada pela manufatura de implementos pesqueiros e peças de cerâmica. Outra característica marcante do município é a realização de vários festivais culturais e religiosos ao longo do ano. No parque são permitidas atividades de caminhada nas trilhas e visitas, além de também funcionar um projeto de conservação florestal, educação ambiental e de sistema agroflorestal. O espaço fica aberto para visitação pública de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, mediante agendamento.

Fotografia 13 - Parque Ecológico de Gunma.



Fonte: Parque (2012)

5. Complexo Ecológico Parque dos Igarapés (Fotografia 14): É uma área verde privada, urbana, criada em 1986, às margens do Rio Ariri, na beira de igarapés que lhe deram o nome. O Complexo está localizado no bairro Satélite, com acesso pela Rodovia Mário Covas. Segundo informações coletadas no site do estabelecimento, o Complexo “tem o objetivo de oferecer lazer em um ambiente de sustentabilidade e preservação da floresta remanescente na área urbana do município de Belém”. Possui uma piscina de água corrente de 1700 m², hotel com 15 chalés, restaurante, trilhas ecológicas, circuito de arvorismo com 425 metros de extensão, campos esportivos, salões de eventos e palco para shows. O espaço fica aberto para visitação pública de terça-feira a domingo, das 8h às 18h, mediante pagamento de ingresso.

Fotografia 14 - Complexo Ecológico Parque dos Igarapés.



Fonte: Autoria própria (2008).

6. Bosque Rodrigues Alves Jardim Zoobotânico da Amazônia: Como este é um dos locais desta pesquisa, suas características serão apresentadas no próximo capítulo.

Apesar de esse panorama parecer aparentemente favorável, pela existência de várias áreas verdes em Belém, atualmente a cidade apresenta uma situação bastante preocupante, no que se refere à manutenção de sua floresta urbana, de forma geral, fato que vem sendo demonstrado por pesquisadores que se dedicam a estudos sobre a cidade e/ou sobre toda a Região Metropolitana de Belém (RMB).

De acordo com estudos realizados na década de 1990, a RMB apresenta níveis crescentes de degradação ambiental e alguns bairros mais populosos de Belém concentram um índice muito baixo de vegetação urbana, como os

bairros de Jurunas, Condor, Cremação, Comércio, Reduto, Val-de-Cans, Terra Firme e Canudos, que possuem apenas cerca de 5% de cobertura vegetal.

Tem-se elementos para afirmar que, mesmo as áreas pertencentes ao “cinturão institucional”, inclusive as áreas de mananciais, não conseguiram escapar da lógica imperante de estruturação do espaço invariavelmente degradadora do ambiente natural (RODRIGUES, 2000, p. 128).

Dentre as dimensões abordadas no referido estudo, cabe destacar que, dentre os vários problemas apresentados, a estruturação da malha urbana, a ocupação de baixadas e áreas alagáveis (várzeas das bacias hidrográficas), o desflorestamento do solo urbano, a ocupação de áreas de mananciais, a urbanização de canais, o processo de verticalização do espaço, dentre outros, são aspectos que trazem consequências drásticas para o ecossistema urbano.

Em outro estudo realizado por Mercês (1997), o Relatório Ambiental da Região Metropolitana de Belém, que teve como objetivo principal identificar os principais problemas na RMB, a fim de subsidiar a formulação de projetos para intervenção do poder público. É apontada uma série de problemas, tais como:

1. Na APA – Belém está localizado o aterro controlado do Aurá, local de destinação final do lixo coletado em Belém, Ananindeua e Marituba. Além de ocorrência de diversas áreas de habitação, ocupadas por processos de invasão;

2. De modo geral, existem vazios institucionais, atribuições não desempenhadas, superposições e desestruturação dos órgãos públicos, desarticulações entre suas ações e carência de profissionais capacitados na área ambiental;

3. Há falta de planejamento para locais de grande produção de resíduos (prédios de apartamentos, *s o in s centers*, supermercados, dentre outros). No geral, também não há separação do lixo hospitalar;

4. Encontra-se em curso um processo de poluição e eutrofização⁴⁶ dos mananciais de abastecimento de água da RMB, os lagos Água Preta e Bolonha, com extensa degradação, em função de recebimento de efluentes domésticos de habitações do entorno e do aterro do Aurá, que se situa às proximidades dos lagos, às margens de um igarapé, cuja foz se localiza a uma pequena distância do ponto de captação de água para os lagos no rio Guamá;

Em estudo mais recente, o relatório socioambiental intitulado “Belém Sustentável 2007”, realizado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) e publicado em 2008, é possível se ter um diagnóstico sobre a cidade, destacando-se aqui as questões referentes à floresta urbana e as praças da cidade.

Grey e Deneke (1992) consideram floresta urbana toda vegetação presente nas ruas, residências, praças, parques e UPAs⁴⁷, cujos benefícios para a população são a estética e os serviços ambientais a elas associados (LEÃO; ALENCAR; VERÍSSIMO, 2008, p. 29).

Sobre a floresta urbana existente na Grande Belém (Região Metropolitana), os dados do referido relatório apontam que houve uma diminuição da mesma de 33%, em 2001, para 31%, em 2006, com um desmatamento médio anual de quatro quilômetros quadrados, equivalente à área de 27 Bosques Rodrigues Alves, por ano.

No Quadro 9 estão demonstrados os dados coletados em 2006, fazendo referência detalhada sobre o desmatamento em cada município da Grande Belém (região metropolitana), no período de 1986 a 2006.

⁴⁶ “Lançamento excessivo de nutrientes nos ambientes, mudando as características dos corpos d’água e afetando diversos usos que vão desde a preservação da vida aquática até o abastecimento público. Este fenômeno é chamado de eutrofização antrópica ou eutrofização cultural” (LAMPARELLI, 2004, p. 1).

⁴⁷ Unidades de Proteção Ambiental.

Quadro 9 - Área de Floresta Urbana na Grande Belém - 1986 a 2006.

MUNICÍPIO	ÁREA DE FLORESTA URBANA (KM2)			
	ANO			
	1986	1994	2001	2006
Belém	165,3	140,3	125,3	128,8
Ananindeua	106,8	79,6	77,8	75,3
Marituba	67,7	45,5	33,3	30,5
Benevides	103,0	67,9	62,4	59,2
Santa Bárbara	145,0	101,3	88,9	82,8
Grande Belém	587,8	434,6	387,7	376,6

Fonte: Leão, Alencar e Veríssimo (2008, p. 28).

Conforme o levantamento realizado, dos referidos quilômetros quadrados de florestas remanescentes na cidade, mais de dois terços destas ainda não se encontram protegidas como Unidades de Proteção Ambiental (UPAs)⁴⁸ e aquelas que já se enquadram como tal, principalmente na forma de parques, têm sua distribuição de forma desigual no espaço da cidade, sendo que uma parte destas áreas ainda não foi implantada efetivamente, pois, segundo Leão, Alencar e Veríssimo (2008, p. 27) “ainda não possuem infra-estrutura mínima (centro de visitação, trilhas, segurança etc.) e, portanto, não exercem plenamente a função de área de recreação e/ou de conservação ambiental”.

Na cidade de Belém, especificamente, as maiores áreas desmatadas ocorreram nas ilhas – como é o caso da ilha de Cotijuba, com uma perda de 46% da floresta original – e nas áreas destinadas a loteamentos urbanos. Todos os municípios da Grande Belém reduziram sua área de floresta, mas Belém se caracteriza como o município com a menor floresta *per capita*, com apenas 84,6 m² por pessoa.

Apesar do avanço, no sentido de ampliar a área de Unidades de Proteção Ambiental (UPAs) na Grande Belém, tendo sido isto garantido pela

⁴⁸ “UPAs: são áreas reservadas que têm como finalidade a conservação da natureza em locais de interesse público, podendo ter planos de manejo, utilização restrita e monitoração, por exemplo, parques, APAs (Áreas de Proteção Ambiental) etc. (PMB 2000)” (LEÃO; ALENCAR; VERÍSSIMO, 2008, p. 27).

implantação da Lei do Plano Diretor de Belém, houve um significativo aumento no desmatamento das mesmas até 2006, com dados demonstrando que houve uma perda de 50% da APA (Área de Proteção Ambiental) de Belém, 45% do Parque Ecológico de Belém (Médici), 34% do Parque Ambiental de Belém, 21% do Parque Ecológico da Ilha de Mosqueiro e 3% da APA do Combu.

Além disso, a partir de dados levantados pelo IMAZON, em 2007, apesar de estabelecidas por lei, percebe-se que o estágio de implantação de algumas UPAs ainda é bastante incipiente, conforme pode ser verificada a situação destas, entre 2006 e 2007, no Quadro 10.

A situação das praças da Grande Belém também se mostra bastante preocupante, pois não existem praças em mais de um terço dos bairros das cidades que compreendem a Região Metropolitana de Belém. Conforme o relatório, em termos comparativos, no que se refere à relação de território e tamanho da população, em 2007, enquanto a cidade de Belém possuía 207 praças, com cerca de 1 milhão de metros quadrados, Porto Alegre abrigava 539 praças, com cerca de 4 milhões de metros quadrados. Isso significa dizer que cidades como Porto Alegre, por exemplo, possuem 2,6 m² de praça por habitante, enquanto que Belém possui ínfimos 0,4 m² por habitante.

Nas praças existentes, há um visível descaso do poder público, no que se refere à manutenção de seus equipamentos, de suas áreas verdes e a presença de lixo nestas.

A situação dos equipamentos e edificações, em 43% das praças, apresentava-se danificados ou destruídos, sendo que 19 praças se encontravam em situação muito crítica, sem a presença de nenhum equipamento (bancos, iluminação, lixeiras etc.), como é possível se verificar no Quadro 11.

Quadro 10 - Situação das Unidades de Proteção Ambiental na Grande Belém - 2006 e 2007.

UPAs	PARQUE AMBIENTAL DE BELÉM	PARQUE ECOLÓGICO DE BELÉM	PARQUE DA ILHA DE MOSQUEIRO	MUSEU EMÍLIO GOELDI	BOSQUE RODRIGUES ALVES
Físico	Área (ha)	1.278	35	182	52
	Delimitação	Grade (Parcial)	Cerca (Parcial)	Não	Muro (Total)
	Bairro	Utinga	Marambaia	Mosqueiro	São Brás
	Administração	Sim	Sim	Não	Sim
Serviço	Situação	Implantado	Em implantação	Em implantação	Implantado
	Acesso	Diário (Gratuito)	Restrito	Restrito	Diário (Pago)
	Recepção	Sim	Não	Não	Sim
	Guia	Sim	Não	Não	Sim
Segurança	Sinalização	Não	Não	Não	Sim
	Recreação	Não	Não	Não	Sim
	Educação	Sim	Não	Não	Sim
	Vigilância	Sim	Sim	Não	Sim

Fonte: Leão, Alencar e Veríssimo (2008, p. 33).

Quadro 11 - Situação dos equipamentos e edificações das praças por município da Grande Belém em 2006.

MUNICÍPIO	PRAÇAS	SITUAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS/ EDIFICAÇÕES		
		CONSERVADOS	DEPRIDADOS	NÃO POSSUI
Ananindeua	35	13	22	0
Belém	207	108	80	19
Benevides	9	2	7	0
Marituba	5	3	2	0
Santa Bárbara	12	7	5	0
Grande Belém	268	133	116	19

Fonte: Leão, Alencar e Veríssimo (2008, p. 43).

A conservação das áreas verdes em quase metade das praças é bastante precária, com 31 praças apresentando áreas verdes inutilizadas e 13 praças onde nem existem áreas verdes. No que se refere ao lixo, em todas as praças da Grande Belém o lixo estava presente: “na maioria (70%), o lixo era pouco e estava disperso; em 28%, a presença de lixo era significativa; nos outros 2%, o acúmulo de lixo era extremo” (LEÃO; ALENCAR; VERÍSSIMO, 2008, p. 19).

Em pesquisa de Loureiro (2010), há um alerta de que Belém vem perdendo, de forma bastante rápida, o seu verde urbano, com características singulares em relação ao processo de especulação urbana e à ocupação desordenada do solo.

Na cidade as mangueiras, são justamente elas, as mangueiras – tombadas pelo Patrimônio como bem de uso comum e preservação permanente – as espécies que padecem maiores danos, descaracterizando a cidade como tal. Além disso, diferentemente de outras capitais, onde a iniciativa privada tem sido responsável pela maior parte dos danos ambientais, em Belém, as ações e omissões do poder público em relação à cidade, respondem mais gravemente que o setor privado, pela deterioração da paisagem urbana, seja no que concerne ao verde, seja no que diz respeito às águas internas da cidade (LOUREIRO, 2010, p. 105).

De acordo com dados coletados na Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA, até 2011 a quantidade de áreas verdes de Belém, denominadas por esta Secretaria como logradouros públicos (praças, canteiros, rotatórias, recantos, trevos e áreas verdes complementares) possui um total de 391, conforme distribuição no Quadro 12.

Quadro 12 - Áreas Verdes de Belém - distribuição por Distrito Administrativo.

DISTRITO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUIÇÃO (QUANTIDADE)							
	PRAÇAS	CANTEIROS	ROTA-TÓRIAS	RECAN-TOS	TREVOS	ÁREAS VER-DES COMPLE-MENTARES	ORLAS	TOTAL
DABEL	60	14	02	01	04	08		89
DAGUA	21	05	01	-	02	17		46
DASAC	28	05	-	-	03	01		37
DABEN	40	10	-	-	08	08		66
DAENT	56	17	03	-	07	17		100
DAMOS	16	07	-	-	06	-	06	35
DAICO	10	02	-	-	-	-	01	13
DAOUT	03	-	-	-	-	01	01	05
TOTAL	234	60	06	01	30	52	08	391

Fonte: SEMMA (2011)

Diante desse panorama, percebe-se que as Áreas Verdes Públicas Urbanas em Belém apresentam-se limitadas ou mal conservadas, dificultando bastante a vivência de lazer nesses espaços. Nesse estudo, três Áreas Verdes Públicas Urbanas foram utilizadas enquanto realidade empírica, de complexo caráter social, as quais serão descritas no capítulo a seguir.

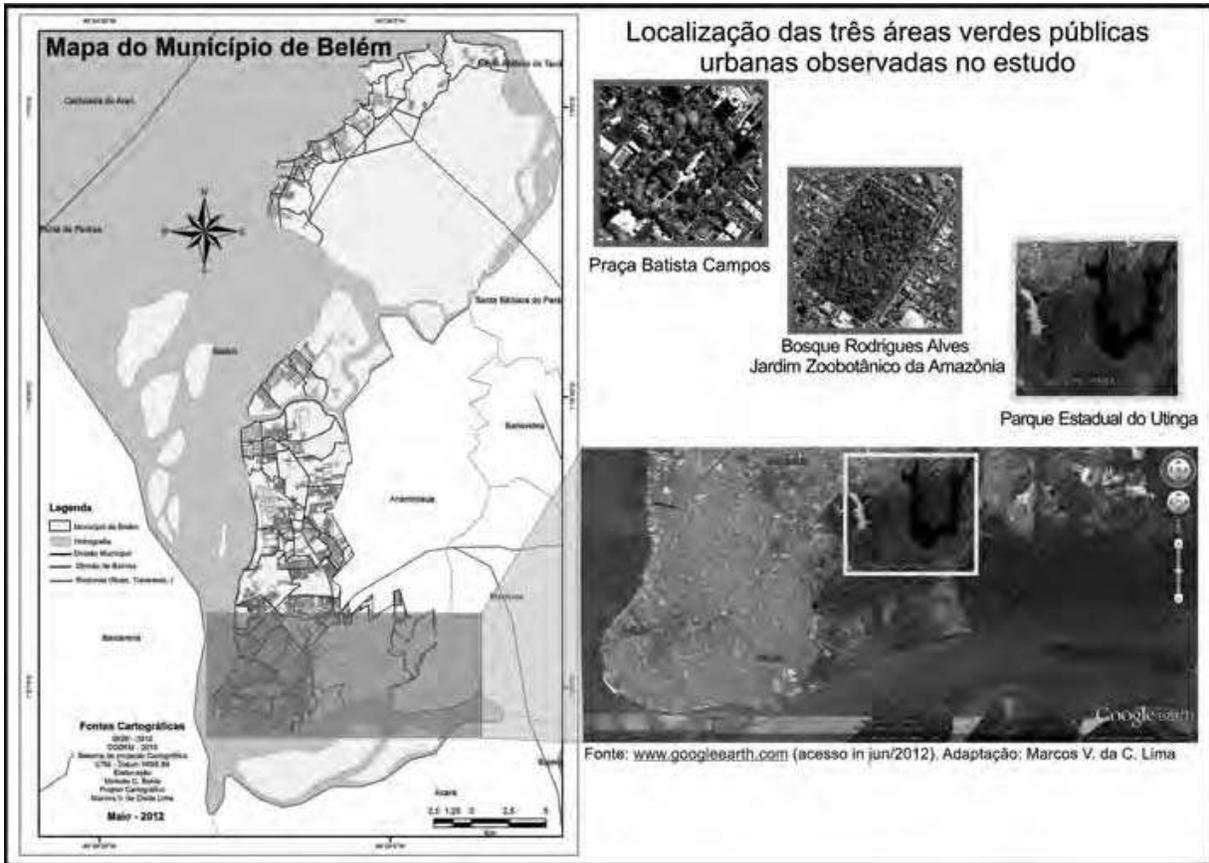
As três Áreas Verdes Públicas Urbanas escolhidas para a observação e análise das vivências de lazer desse estudo são áreas localizadas no município de Belém, e que possuem características diferentes entre si (Figura 5):

1. Uma Unidade de Conservação, o Parque Estadual do Utinga (PEUt), caracterizado como um parque estadual, sob a jurisdição do poder público estadual, localizado no centro urbano de Belém, sendo seu acesso livre e gratuito à população, para a realização de atividades que lhes são permitidas, conforme a lei do SNUC e as normas internas do referido Parque;

2. Um Jardim Zoobotânico, o Bosque Rodrigues Alves Jardim Zoobotânico da Amazônia, é um jardim botânico histórico e natural ou em estado silvestre, conforme classificação de Pereira; Costa; Jackson (2004), sob a jurisdição do poder público municipal. Área aberta ao público para visitação, de terça-feira a domingo, mediante o pagamento de ingressos ou ofício institucional para visitas com fins de pesquisa ou educacional, para a realização de atividades que lhe são permitidas, conforme o regulamento dos jardins botânicos e as normas internas do referido jardim zoobotânico;

3. Uma Praça, a Praça Batista Campos, caracterizada como uma área verde pública urbana, sob a jurisdição do poder público municipal, sendo seu acesso livre e gratuito à população, para a realização de atividades que lhes são permitidas, conforme o regulamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belém.

Figura 5 - Mapa de localização das três áreas verdes públicas urbanas observadas no estudo.



Fonte: IBGE (2012) e CODEM (2010). Elaboração: Marcos V. da Costa Lima (2012).

5 CARACTERIZANDO O *LOCUS* DA PESQUISA: PARQUE ESTADUAL DO UTINGA, BOSQUE RODRIGUES ALVES JARDIM ZOOBOTÂNICO DA AMAZÔNIA E PRAÇA BATISTA CAMPOS

5.1 PARQUE ESTADUAL DO UTINGA (PEUt)

O Parque Estadual do Utinga (PEUt) está inserido em uma área mais abrangente, caracterizada como Unidade de Conservação de Uso Sustentável, com extensão de cerca de 7500 hectares, criada pelo Decreto Estadual nº 1551, de 03/05/1993, com a denominação de “Área de Proteção Ambiental dos Mananciais de Abastecimento de Água de Belém” (APA Belém), passando a ser denominada “Área de Proteção Ambiental da Região Metropolitana de Belém” (APA Metropolitana de Belém), por meio do Decreto Estadual nº 1329, de 02/10/2008.

Apesar desta APA ter sido criada legalmente apenas em 1993, estudos de Tocantins (1987) trazem relatos de que no Império já havia preocupações com a criação de melhores condições de distribuição e tratamento da água potável a ser distribuída para a cidade de Belém, resguardando o manancial do Utinga.

Os administradores da era imperial iniciaram estudos para dotar a cidade de um abastecimento menos empírico, ou seja, através dos *a a eiros*, os homens que conduziam pipas d’água sobre rodas, empurrando-as pelas ruas e vendendo o líquido de porta em porta. Depois de algumas tentativas fracassadas, desde o ano de 1869, o governo provincial estabeleceu contrato com a Companhia das Águas do Grão Pará, e, finalmente, a 1º de setembro de 1883, inaugurou-se em Belém canalização de água potável, tendo por manancial o lago do Utinga, ainda hoje utilizado (TOCANTINS, 1987, p. 346).

No século XIX, no governo de Augusto Montenegro (1901-1909), houve a desapropriação das terras da antiga fazenda Utinga, com 820 hectares,

para a construção de uma barragem, com o objetivo de represar as nascentes dos igarapés Utinga, Buiussuquara e do rio Catu, constituindo-se o primeiro manancial do Utinga, denominado de Lago Bolonha. No governo de Magalhães Barata (1930-1950), houve a construção de uma segunda barragem, com o objetivo de represar o rio Água Preta, constituindo-se o segundo manancial do Utinga, denominado de Lago Água Preta, sendo também construído o canal do Una, que interliga os dois mananciais artificiais, sendo sua água canalizada para a estação de tratamento de São Braz, a fim de ser distribuída à cidade (BORDALO, 2006).

Para resolver o problema de insuficiência na distribuição de água para a população em constante crescimento, em 1955 foi construída a primeira Estação de Captação de Água Bruta do rio Guamá, captando a ser bombeada para o lago Água Preta, resultando num aumento significativo do volume de água para o abastecimento. E no governo de Alacid Nunes, em 21 de dezembro de 1970, foi sancionada a Lei nº 4336, substituindo o Departamento de Águas e Esgotos, pela Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), que ficou responsável pela expansão do sistema de abastecimento de água em todo o território paraense, com a construção da Estação de Tratamento de Água Bruta do Bolonha (ETA Bolonha) (Quadro 13; Fotografias 15, 16). Percebe-se, portanto, que a conservação da APA e da área do PEUt encontra-se diretamente interligada à preservação dos mananciais, fundamentando a necessidade de proteção da Unidade de Conservação no espaço urbano, por constituir-se também num instrumento capaz de suprir algumas necessidades vitais, como por exemplo, o fornecimento de água à população (IDESP, 1991; VILHENA, 2010).

Quadro 13 - Características dos Lagos Água Preta e Bolonha.

LAGOS	ÁGUA PRETA	BOLONHA
VOLUME APROXIMADO	9.905.000 metros cúbicos	2.6000.000 metros Cúbicos
ÁREA APROXIMADA	3.116.000 metros quadrados	666.000 metros quadrados
PRUFUNDIDADE	9 metros	8 metros

Fonte: Arquivos Socorro Almeida – SEMA (2011).

Fotografia 15 - Lago Água Preta.



Fonte: Cabral (2009).

Fotografia 16 - Lago Bolonha.



Fonte: Cabral (2009).

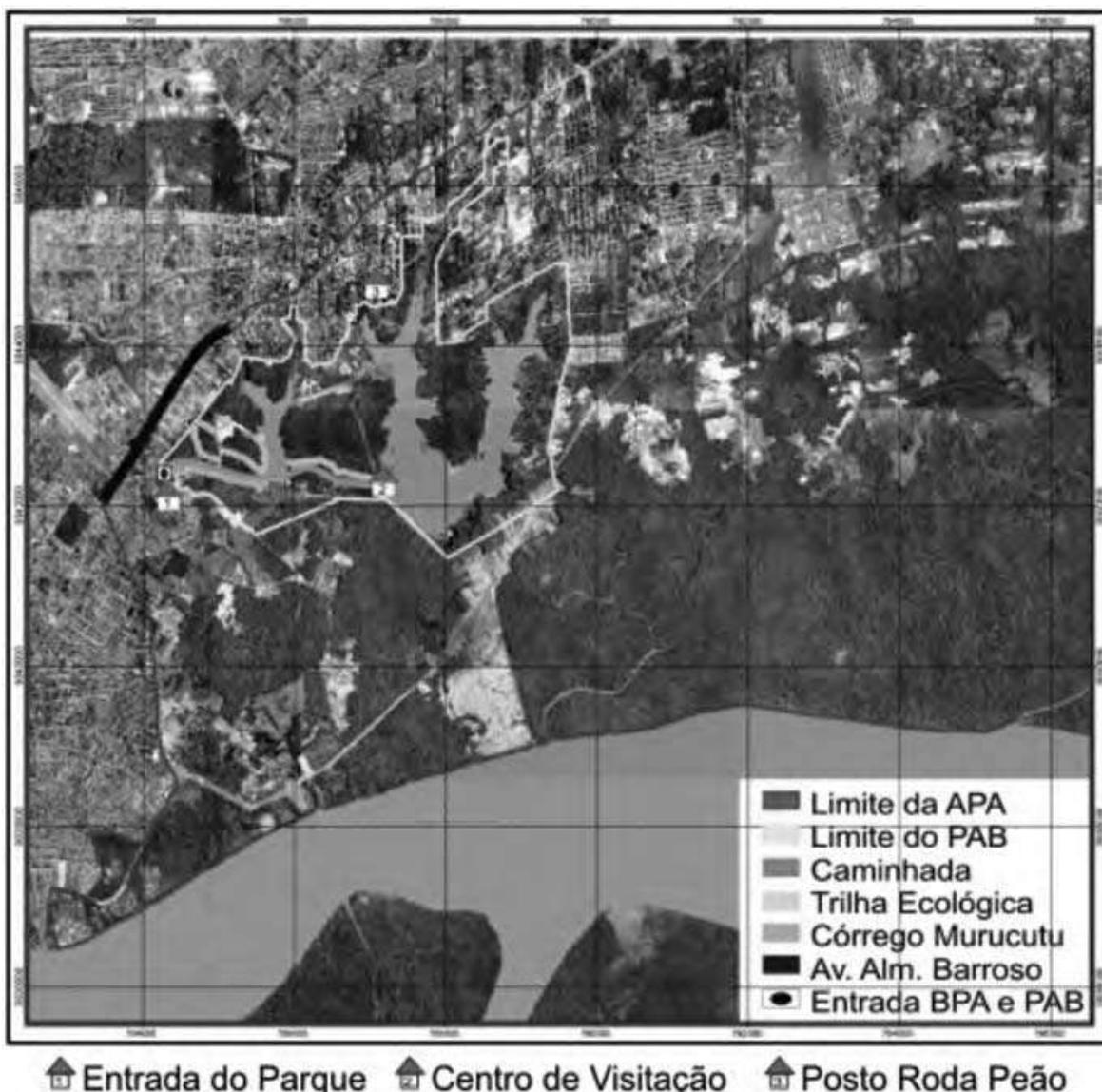
Atualmente, nos limites da APA está abrigada uma área também conhecida como “cinturão institucional”, composta pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

(EMBRAPA) e Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), abrangendo também o Sítio Histórico do Engenho Murucutu, a sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA); a 2ª Companhia de Suprimento do Exército Brasileiro, e outras áreas urbanas de Belém e Ananindeua. Seus limites estão apontados no Art. 2º do referido Decreto Estadual.

A presença dessas instituições, em grande parte das áreas das microbacias, voltadas para produção de pesquisas e experimentos agrossilvipastoris (EMBRAPA/CPATU), ao ensino universitário (UFPA e UFRA), e para o abastecimento de água (COSANPA), e do Exército, foi de fundamental importância, para que suas qualidades ambientais fossem preservadas, mesmo diante da forte degradação ambiental verificada nas bacias, inseridas dentro da malha urbana da Primeira Léguas Patrimonial. Confirma-se então, que a criação nos anos 40 e 50 de um grande “Cinturão Institucional” localizado nos limites da 1ª léguas patrimonial, formou um verdadeiro arco de isolamento à expansão urbana da cidade, onde a presença de instituições governamentais civis e militares impôs um modelo de ocupação institucional de baixo impacto em relação ao nível de proteção ambiental da área dos mananciais (BORDALO, 2006, p. 204).

A APA Belém possui um Conselho Gestor, criado por meio do Decreto Estadual nº 1985, de 28/10/1993, sofrendo algumas alterações no Decreto Estadual nº 1042, de 09/02/1996, que assegura a participação dos seguintes órgãos ou entidades federais e municipais os quais, direta ou indiretamente, atuam na administração e no controle da referida APA: Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental (CPATU/EMBRAPA); Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), atual Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); Universidade Federal do Pará (UFPA); Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Prefeitura Municipal de Belém (PMB); e Prefeitura Municipal de Ananindeua (PMA) (Figura 6).

Figura 6 - Mapa da demarcação da Área de Proteção Ambiental de Belém (APA - RMB) e do Parque Ambiental de Belém (PAB), atual PEUt⁴⁹.



Fonte: Batalhão de Polícia Ambiental (BPA), 2011.

O Parque foi criado pelo Poder Estadual com a denominação de Parque Ambiental de Belém (PAB), por meio do Decreto Estadual nº 1.552, de 03/05/1993. Sua nomenclatura foi modificada no ano de 2008, por meio do Decreto Estadual nº 1.330, de 02/10/2008, passando então a ser denominado de Parque Estadual do Utinga (PEUt).

⁴⁹ No período de fechamento desta pesquisa, estava em estudo uma nova demarcação desta área e a elaboração de um decreto para sua formalização.

A razão pela qual houve tal alteração foi a adequação à lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei Federal nº 2.892, de 1992, passando o Parque a ser caracterizado como uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, na categoria de manejo denominada de Parque. As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, são denominadas, respectivamente, de Parque Estadual e Parque Natural Municipal (BRASIL, 2000). O uso público nos Parques é permitido em três vertentes: Pesquisa científica, Educação Ambiental e Recreação.

O Parque Estadual do Utinga (PEUt) é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, de 1.340,10 hectares. Está situado na Região Norte do Brasil, no nordeste do estado do Pará, na Região Metropolitana de Belém, em áreas dos municípios de Belém e Ananindeua, abrangendo os bairros de Curió-Utinga, Souza, Castanheira, Guanabara e Águas Lindas, podendo ser considerado um dos maiores Parques Ambientais em perímetro urbano de Regiões Metropolitanas do Brasil.

Conforme o Decreto Estadual nº 1.552/1993 (PARÁ, 2012, não paginado), dentre os principais objetivos do PEUt, está o de “Propiciar um espaço de lazer para a comunidade, bem como possibilitar o desenvolvimento das atividades científicas, culturais, educativas, turísticas e recreativas” art. 3º).

Em suas dependências, o Parque abriga algumas instituições públicas como: a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA); o Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental (CPATU/EMBRAPA); a Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) e o Batalhão de Polícia Ambiental (BPA) (Fotografias 17 e 18). A 2ª Companhia de Suprimento do Exército Brasileiro, que apesar de se localizar na APA, possui suas dependências no limite com o parque, tendo inclusive o acesso de seu contingente por meio da estrada do mesmo.

Fotografia 17 - COSANPA.



Fonte: Aatoria própria (2011).

Fotografia 18 - 2ª Companhia – Exército Brasileiro.



Fonte: Aatoria própria (2011).

A SEMA é a instituição responsável pela administração do PEUt, por meio de uma Diretoria responsável por sua gerência, composta por técnicos e bolsistas, a qual passou a funcionar somente a partir de 2009 nas dependências do parque.

De acordo com Vilhena (2010), foi bastante positiva a presença física da Diretoria de Unidades de Conservação nas dependências do PEUt, pois a gestão passou a supervisionar mais de perto as questões referentes à visita diária e à resolução de problemas cotidianos, como por exemplo, a própria manutenção da área.

Considerando os dispositivos do Art. 198 da Constituição do Estado, no que se refere à colaboração da Polícia Militar na fiscalização das florestas, rios, estuários, com vistas à preservação do meio ambiente e em função da necessidade de preservação do Parque Ambiental de Belém – atual Parque Estadual do Utinga (PEUt), em 4 de abril de 1994 foi criada a 2ª Companhia Independente de Polícia de Meio Ambiente (2ª CIPOMA). Em 2 de agosto de 2001, por força do Decreto nº 4.749/2001, a 2ª CIPOMA passou a ser denominada de Batalhão de Polícia Ambiental (BPA).

Atualmente, o BPA é a instituição pública responsável pela segurança e fiscalização de Unidades de Conservação do Estado, dentre estas, o Parque Estadual do Utinga. Como sua sede está localizada dentro da própria área do Parque, há possibilidade de um envolvimento maior de alguns de seus policiais em ações de educação ambiental.

As duas instituições, SEMA e BPA, dividem a responsabilidade de orientar e acompanhar algumas atividades de educação ambiental e a prática de esportes de aventura, previamente agendadas e autorizadas pela gerência do Parque, mediante o encaminhamento de documentos oficiais.

Alguns instrumentos servem como base para o Planejamento e a Gestão do PEUt. Um deles é o Plano de Manejo, elaborado em 1994, quando o Parque ainda era denominado de Parque Ambiental de Belém, mas que apesar de não ter recebido atualizações em suas diretrizes e normas durante esses anos, ainda tem sido utilizado como referência para o manejo da área.

O zoneamento do PEUt, por exemplo, é o estabelecido pelo plano, com uma divisão de sete zonas: Zona Primitiva (ZP); Zona de Uso Extensivo (ZUE); Zona de Recuperação Aquática (ZRA); Zona de Recuperação Terrestre (ZRT); Zona de Uso Especial da Administração (ZUEA); Zona de Uso Especial da COSANPA (ZUEC); e Zona de Uso Intensivo (ZUI).

Em algumas zonas é permitido o uso público para fins de lazer e atividades educativas ambientais, como por exemplo, a Zona de Uso Extensivo, desde que em baixo nível de intensidade, com acompanhamento de guias em trilhas interpretativas limitadas a picadas na floresta; e a Zona de Uso Intensivo que, conforme conceituação e descrição de suas áreas,

[...] é aquela constituída por áreas naturais ou alteradas, sendo que o objetivo geral do manejo é o de facilitar a recreação, o turismo, a educação e a interpretação ambiental, em harmonia com o meio [...] é constituída de três Áreas de Desenvolvimento (AD), a saber: AD1 – Educação Ambiental, Interpretação e Lazer, compreendendo uma área situada entre a estrada da Moça Bonita e o lago do Água Preta [...]; AD2 – Recreação e Lazer, compreendendo o ex-Clube da COSANPA e uma área a jusante do lago Água Preta [...]; AD3 – Setor Esportivo, compreendendo uma área à jusante do Lago Bolonha, que deverá comportar instalações para a prática de esportes e estacionamento para bicicletas [...] (SECTAM, 1994, p. 49).

Em suas diretrizes gerais e normas das zonas, o Plano também indica a necessidade de implantação e manutenção de instalações físicas adequadas para o uso de cada uma das áreas do parque.

a) AD1 – Centro de Visitantes; praça central com anfiteatro ao ar livre e lanchonete; estacionamento para automóveis e para bicicletas;

b) AD2 – Restaurante (ex-clubes da COSANPA), lanchonete, churrasqueiras, áreas de estar, *Platão*, sanitários e lava pratos, estacionamento para bicicletas;

c) AD3 – Instalações para prática de esportes (quadras polivalentes, campos de futebol *societ*, etc) parcialmente cercadas com alambrado,

sanitários, preparação e adequação de um pequeno lago existente a jusante do lago bolonha para a prática de nautimodelismo, bem como preparação de uma pista de aeromodelismo (SECTAM, 1994).

Cabe ressaltar que, apesar das indicações do Plano de Manejo, ainda no ano de 1994, sobre a necessidade de infraestrutura adequada para o uso da população frequentadora do parque, atualmente a única instalação existente e em funcionamento é o Centro de Visitantes.

Alguns outros instrumentos também são utilizados para o Planejamento e Gestão do parque, como o Plano Operacional Anual (POA), o Plano de trabalho anual do PEUt e projetos elaborados pelos técnicos da SEMA. Os recursos financeiros do POA geralmente são oriundos de compensações ambientais.

Por meio do Decreto Estadual nº 1.330/2008, foi criado o Conselho Consultivo do Parque Estadual do Utinga, que está constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil que atuam na região e pela participação da população residente ao redor do parque. Uma das competências do Conselho é acompanhar a elaboração, a implementação e a revisão de manejo do parque, além de buscar a integração com as demais unidades e espaços territoriais protegidos. Também cabe ao Conselho compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados ao parque e a manifestação nos processos de licenciamento ambiental de projetos, empreendimentos ou atividades potencialmente causadores de impacto no parque.

Foram instituídas em 4 de abril de 2011, as Normas de Visitação do Parque Estadual do Utinga (PEUt) (Anexo A), as quais levam em consideração o Decreto Federal nº 84.017, de 21 de setembro de 1979, que aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros; o Artigo nº 66 do Código Civil; a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2002, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; e o Decreto Estadual nº 1.552, de 3 de maio de 1993, que dispõe sobre a criação do Parque Ambiental de Belém, alterado pelo Decreto Estadual, de 3 de outubro de 2008, e seu uso público.

Segundo o referido documento (SEMA, 2011), as normas foram criadas, tendo em vista a necessidade de ordenar e monitorar a visitação para os diferentes tipos de público, a fim de valorizar o patrimônio natural e cultural do PEUt e incentivar a preservação do Parque.

Dentre as orientações, contidas nas normas, há o estabelecimento de horário de funcionamento para visitação, “todos os dias da semana, no horário de 8h às 16h, exceto aos domingos, cuja visitação é de 8h às 12h”; o estabelecimento de horário para os praticantes de caminhadas regulares no parque, cuja condição é de que estes cumpram o horário de “6h às 16h, devendo os praticantes estarem cadastrados no Programa “Amigos do Parque”, com apresentação da carteira com foto; e ordenamento do uso da Bica, um “olho d’água” com água potável, onde as pessoas costumam fazer a coleta para seu consumo (PARÁ, 2011, não paginado).

Entre o art. 9 e o art. 16 das normas de visitação, há uma vasta lista de orientações e proibições no interior do PEUt. Também são determinados os procedimentos para a solicitação de visitas de grupos com finalidades educativas, recreativas, culturais, esportivas, de pesquisa, etc., cujo documento deve informar, obrigatoriamente, todos os dados e as atividades previstas.

De acordo com o relatório anual de gestão do Parque Estadual do Utinga (PEUt), elaborado pela Coordenadoria de Unidade de Conservação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) (dados de 2010), o Programa de Educação Ambiental desenvolveu as seguintes ações: as visitas das escolas (durante o ano todo), o Seminário de Lideranças Comunitárias (fevereiro); o encontro com as comunidades do entorno (março); o Encontro de Educação Ambiental, no bairro da Guanabara (abril); a capacitação de professores (maio); o reflorestamento urbano e escolar no parque (junho); o projeto “Férias no Parque” (julho); o projeto “Quartas Verdes” (setembro, outubro e novembro); o projeto “Parque vai a praça” (período não especificado), o projeto “Usuários da Bica” e projeto da formação da “Associação dos Amigos do Parque” (período não especificado).

a) Projeto “Férias no Parque”: aconteceu de 14 a 31 de julho de 2011, organizado pela gerência e equipe técnica do PEUt e parceiros. As atividades no Parque foram intensificadas e variadas (trilhas, caminhadas, tirolesa, **rapel**, teatro de fantoches, narrativa de histórias, oficinas, vídeos, brincadeiras, jogos e outros), com o objetivo de promover a integração das relações da natureza, de forma prazerosa e educativa, com todos os públicos usuários do Parque: crianças, jovens, adultos e idosos.

b) Projeto “Quartas Verdes”: acontece geralmente uma vez por mês, e tem como objetivo desenvolver temáticas relacionadas ao meio ambiente, por meio de oficinas e seminários, apresentando também o parque para a população do entorno, explicando sua importância, seu funcionamento e seus projetos. O público-alvo é diversificado, com a participação de universitários, estudantes de escolas, comunidade do entorno, usuários da bica e amigos do parque.

c) Projeto “Usuários da Bica”: refere-se ao cadastramento de usuários que coletam água na bica de água potável existente no parque, com fins de ordenar o uso e realizar um trabalho de conscientização com os mesmos.

d) Projeto “Amigos do Parque”: tem por objetivo cadastrar as pessoas que são usuárias do parque, para a prática de atividades físicas, com fins de realizar um trabalho de conscientização do uso da área e, também, para uma maior aproximação, a fim de que estes sejam parceiros na fiscalização, além do incentivo na constituição legal de uma Associação.

e) Projeto “Capacitação de Professores”: tem como objetivo o desenvolvimento de temáticas relacionadas ao meio ambiente, para que estes sejam multiplicadores nas escolas em que trabalham, geralmente no entorno do Parque.

O Programa de Uso Público do Parque desenvolveu as seguintes ações: a sinalização do PEUt (fevereiro); a formação de condutores de atrativos naturais (março); a capacitação de monitores ambientais (abril e maio); e a revitalização da trilha da castanheira e da trilha da mariana (período não especificado).

a) Capacitação de Condutores de Atrativos Naturais: aconteceu no período de 02 a 13/03/2010, no Centro de Visitantes do PEUt, em quatro módulos, tratando de conteúdos diversos (Legislação das UCs, O Parque Estadual do Utinga, Educação Ambiental, Turismo, Ecoturismo, Uso Público, Noções de Primeiros Socorros, Interpretação Ambiental, Condutor de Atrativos Naturais, Manejo de Trilhas, Conduta Consciente em Ambientes Naturais, Observação da Natureza, Noções de Sobrevivência na Selva, dentre outros).

Conforme informações complementares de técnicos da SEMA e de policiais do BPA, as principais atividades que vêm sendo desenvolvidas atualmente no parque são: palestras de educação ambiental; caminhadas, corridas e ciclismo na estrada principal; trilhas ecológicas; esportes de aventura; além de eventos promovidos por grupos, como circuitos organizados por academias e visitação de crianças de escolas públicas e particulares.

a) Trilha Ecológica (terrestres e aquáticas), com Palestras de Educação Ambiental e Visitação da Estação de tratamento de água da COSANPA: são atividades realizadas em um salão do Centro de Visitação do PEUt, localizado a 3 km da entrada principal do parque, e/ou no auditório da Escola da Natureza CB PM R. Nonato, localizado nas dependências do Batalhão, ao lado da entrada do Parque. O desenvolvimento das atividades é de responsabilidade de técnicos da SEMA e/ou dos policiais do Batalhão de Polícia Ambiental, dependendo de quem esteja responsável pela atividade. Possuem um caráter educacional e de conscientização sobre as questões de preservação do meio ambiente. São utilizadas algumas estratégias pedagógicas, como o uso de vídeos, teatro de fantoches e as brincadeiras lúdicas de interpretação ambiental, que acontecem no centro de visitação e durante todo o percurso da atividade de visita na trilha (Fotografias 19, 20, 21). Dependendo do planejamento, também é visitada a Estação de Tratamento de Água, como forma do visitante conhecer o processo de tratamento de água.

Fotografia 19 - Palestra no Auditório do BPA.



Fonte: Autoria própria (2011).

Fotografia 20 - Grupo na Trilha Ecológica com o BPA.



Fonte: Autoria própria (2011).

Fotografia 21 - Grupo na Trilha da Mariana com o BPA.

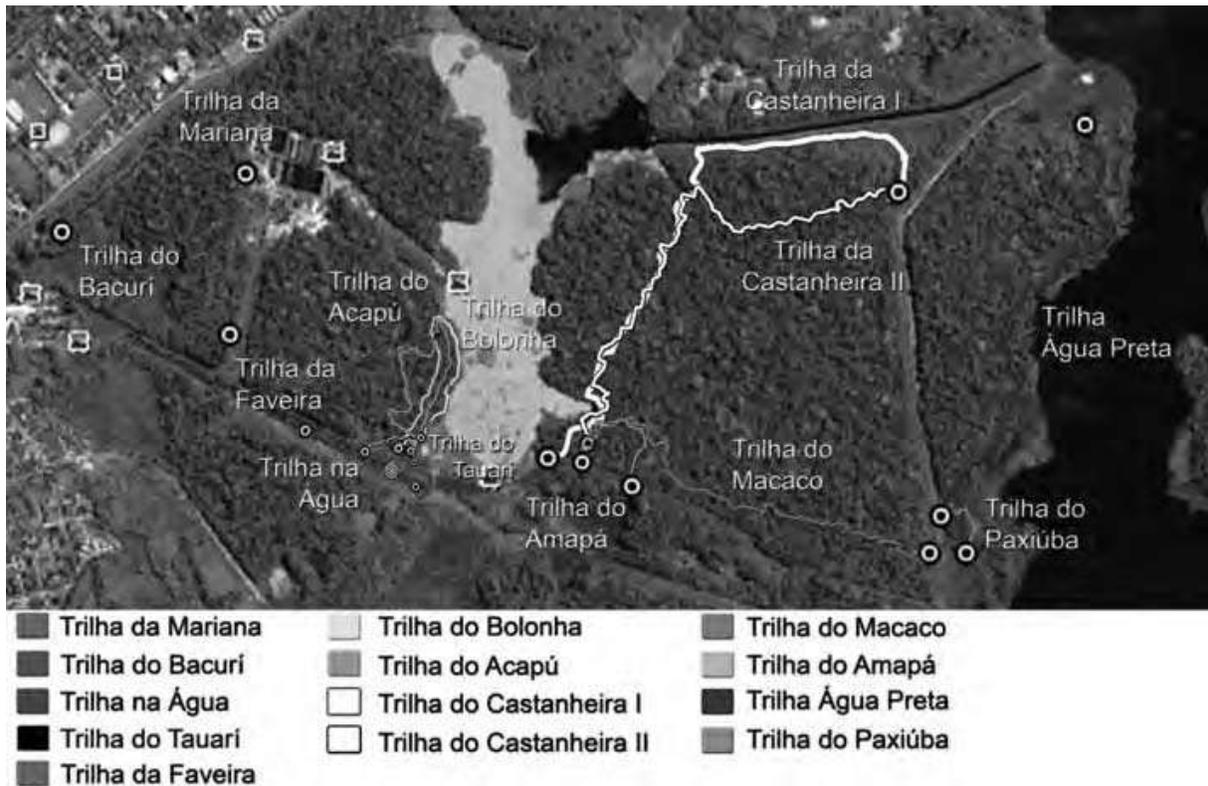


Fonte: Autoria própria (2011).

Existem algumas trilhas demarcadas e mapeadas, as quais são utilizadas como meio educativo, são elas: Trilha do Macaco; Trilha do Amapá; Trilha da Castanheira; Trilha da Mariana; Trilha do Bacuri; Trilha do Acapú; Trilha do Bolonha; Trilha Água Preta; Trilha da Paxiúba; Trilha na Água; Trilha do Tauri; Trilha da Faveira, dentre outras que estão em demarcação e mapeamento.

Na Figura 7 é possível se visualizar todas as trilhas já demarcadas e mapeadas no PEUt, ainda que algumas não estejam sendo utilizadas efetivamente.

Figura 7 - Mapa de trilhas do PEUt.



Fonte: Palheta (2011).

Uma das trilhas mais utilizadas para atividades de educação ambiental com alunos de escolas é a trilha do macaco, que foi a primeira trilha demarcada no Parque. Possui 1.800 metros de extensão, sendo considerada uma trilha de média distância, possuindo um médio grau de intensidade. Sua localização fica entre o lago Bolonha e o centro de visitantes do Parque. É a única trilha que possui certa estrutura de entrada, com placa de sinalização contendo um mapa de seu percurso e demais informações sobre as características desta (Fotografia 22).

Fotografia 22 - Entrada da Trilha do Macaco.



Fonte: Autoria própria (2011).

a) Caminhadas, corridas, ciclismo, *sate* e outras práticas corporais: são atividades desenvolvidas de forma livre por frequentadores do PEUt, geralmente na estrada principal do Parque. Quando se trata de uma atividade agendada para a visitação ou um evento de um grupo grande de pessoas, estas são realizadas com o acompanhamento do BPA e/ou SEMA (Fotografias 23, 24).

Fotografia 23 - Corrida Livre na Estrada do PEUt.



Fonte: A autoria própria (2011).

Fotografia 24 - Ciclismo e Skate livre na Estrada do PEUt.



Fonte: A autoria própria (2011).

a) Atividades de Aventura: são atividades desenvolvidas dentro e fora da mata, com o objetivo de fazer com que os participantes vivenciem experiências de aventura. São práticas de *ra el*, caminhada em trilha aquática com o uso de cordas para auxiliar, circuitos de aventura na mata, dentre outras. Essas atividades geralmente são realizadas com o acompanhamento dos policiais do BPA e necessitam de agendamento prévio (Fotografias 25,26).

Fotografia 25 - Grupo realizando o *a el* com o BPA.



Fonte: Autoria própria (2011).

Fotografia 26 - Grupo na Trilha Aquática.



Fonte: A autoria própria (2011).

5.2 BOSQUE RODRIGUES ALVES JARDIM ZOOBOTÂNICO DA AMAZÔNIA

Em 25 de agosto de 1883, por proposta do presidente da Câmara Municipal, João Diogo Clemente Malcher, era criado o Bosque Municipal, com sua definitiva instalação no ano de 1885, no antigo bairro do Marco da Légua (atual bairro do Marco) (Figura 8). Segundo Tocantins (1987, p. 359), “Dizem que a sugestão de criá-lo partiu do paraense José Coelho da Gama Abreu, Barão do Marajó, um geógrafo da Amazônia [...]”. O Bosque teve sua inspiração no *Bois e Bolo ne*, um logradouro de Paris, tendo sido sendo projetado para representar uma réplica tropical desse logradouro em Belém, refletindo a influência marcante do estilo europeu na urbanização da cidade.

O intendente Antônio Lemos (1897-1910), após avaliação sobre as condições que lhe foram entregues a cidade, constatou a urgência de realizar melhoramentos no Bosque Municipal, em decorrência de seu abandono e relatou em seu relatório (PARÁ, 1902), que sua vegetação demonstrava estar diminuindo e sua estrutura arquitetônica não havia se ampliado.

Antônio Lemos decide não ampliar a área do Bosque, ação que havia sido autorizada pelo Conselho, por meio da Lei nº 206, de 24 de setembro de 1898, preferindo iniciar um processo de melhoramentos diversos e de embelezamento no referido Bosque, que se inicia em meados do ano de 1900, mantendo sempre sua inspiração no estilo arquitetônico europeu.

[...] ordenei no anno de 1900 a reconstrucção de todas as cabanas, o arruamento assymetrico de toda a matta e o levantamento de uma grande gruta, que mais poderosamente fizesse avoltar o encanto rustico do recinto. No anno seguinte, substituíram-se ainda differentes cabanas e começou a construcção de uma segunda gruta, uma cascata, um riacho, lagos etc. Não foi esquecida a installação de mictorios e dejectorios, amplamente servidos de agua corrente [...] Em projecto figura já um grande portão rustico, de madeira entrelaçada, com seis metros de diametro, em fórmula oval, proprio pra ser coberto com trepadeiras de diversas cores, e dois outros portões menores, proporcionados áquelle, formando a triplice entrada principal do Bosque. Para os dois outros portões lateraes e o fronteiro ao da entrada principal ficou projectado serem de alvenaria de pedra, com portas de ferro batido, largos de 2 metros, compostos unicamente de portas de ferros presas a dois pilares, ora com fingimento a granito natural, ora de pedras brutas, talhadas com arte, obedecendo todas ao estylo Renascimento italiano, XVII século (PARÁ, 1902, p. 194-195).

Figura 8 - Entrada do Bosque Municipal em 1905.



Entrada do Bosque Municipal Marco da Légua, 1905
Óleo s/tela de Antônio Parreiras, acervo do Museu de Arte de Belém

Fonte: Belém (1998).

Segundo Cruz (1973), em 27 de setembro de 1903, ocorreu a inauguração do Bosque Municipal, depois de grandes melhoramentos ali introduzidos por Antonio Lemos, com o objetivo de proporcionar um espaço de lazer agradável aos visitantes, sendo provido com diversos equipamentos, como cascatas, lagos, ilhas, grutas, viveiros de aves e pontes.

O Bosque Municipal, depois denominado Bosque Rodrigues Alves, em homenagem ao presidente da república da época, passou por várias reformas, e desde o século XIX, sempre foi considerado um dos espaços da capital paraense que oferece ao público o contato com uma parte preservada da floresta de terra firme amazônica, em pleno centro urbano, além de ser uma opção de lazer. “Para o turista ver um conjunto maciço de árvores nativas e sorver um pouco

dessa atmosfera peculiar a mato, deve ir pela manhã (as primeiras horas são mais agradáveis) ao Bosque Rodrigues Alves” (TOCANTINS, 1987, p. 359).

Com 150.000 m² de área, e situado no centro urbano da cidade de Belém, recebe aproximadamente 200.000 visitantes ao ano, entre estudantes, turistas, pesquisadores e o público em geral, os quais podem conhecer espécies representativas da flora e fauna amazônicas, bem como as edificações históricas datadas do início do século XX, sendo administrado, atualmente, pela Prefeitura Municipal de Belém, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) (Fotografia 27).

Fotografia 27 - Entrada do Bosque Rodrigues Alves Jardim Zoobotânico da Amazônia (2010).



Fonte: Cabral (2010).

O Bosque adquiriu o título de Jardim Botânico em 2002, com o registro provisório de Jardim Botânico da Amazônia na categoria “C”, adequando-se às normas da resolução CONAMA nº 339, de 25.09.2003, que dispõe sobre a

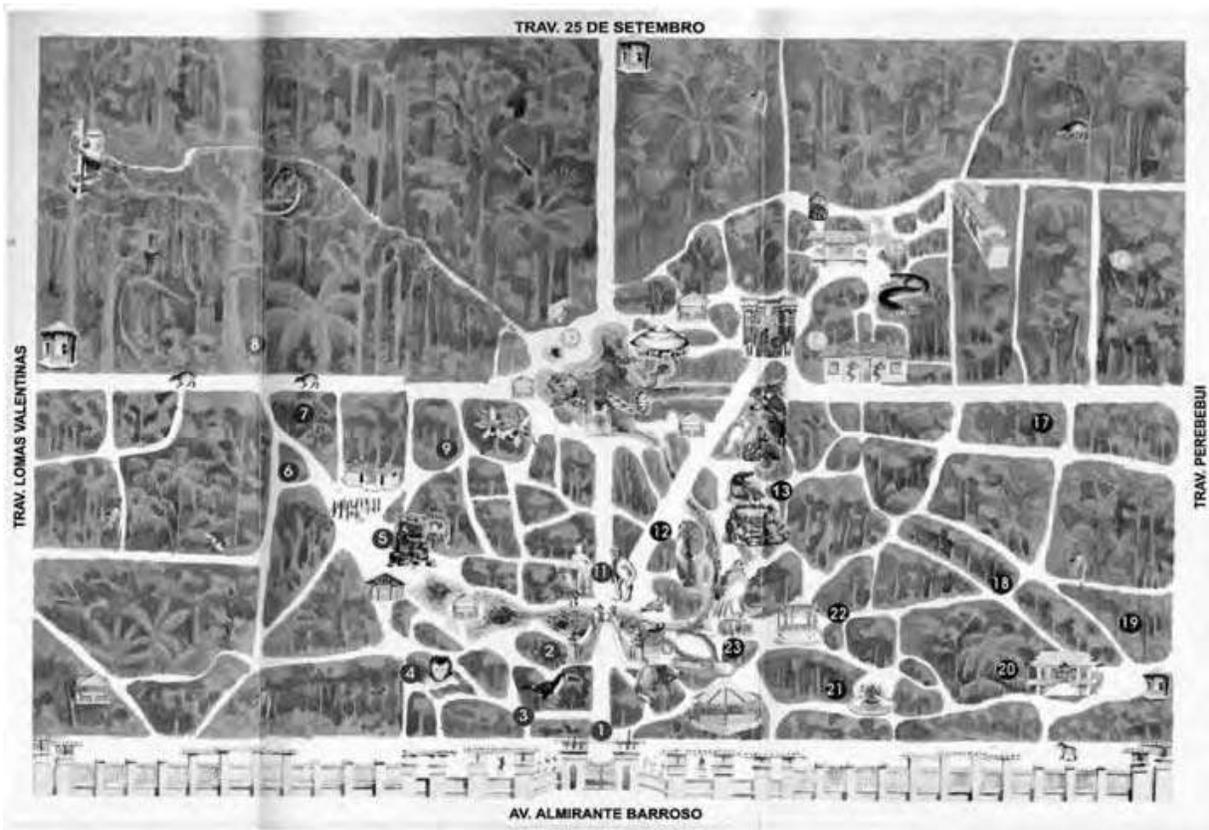
criação, normatização e o funcionamento dos Jardins Botânicos. A partir daí, entrou para a lista dos Jardins Botânicos Brasileiros, que integram a **Botanic Garden Conservation Internacional (BGCI)**, rede mundial formada por 1.846 jardins botânicos em 48 países, com mais de quatro milhões de coleções de plantas vivas, e também faz parte da Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB).

Para os efeitos desta Resolução, entende-se como jardim botânico a área protegida, constituída no seu todo ou em parte, por coleções de plantas vivas cientificamente reconhecidas, organizadas, documentadas e identificadas, com a finalidade de estudo, pesquisa e documentação do patrimônio florístico do País, acessível ao público, no todo ou em parte, servindo à educação, à cultura, ao lazer e à conservação do meio ambiente (CONAMA, 2003, p. 60).

Por meio da Instrução Normativa nº. 04, de 4 de março de 2002, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Bosque recebeu o registro de Jardim Zoológico Público, consoante ao disposto no Art. 2º da lei 7.173, de 14 de dezembro de 1983, o que facilitou seu adequado uso como Unidade de Conservação Municipal e o desenvolvimento de projetos científicos e de educação ambiental.

O Bosque possui atualmente um acervo físico composto por: recinto dos quelônios; recinto do peixe-boi; cascata; brinquedoteca; oficina multiuso; parque infantil; lago da iara; ponte sobre o lago da iara; ruínas do castelo; orquidário restaurante; monumentos aos intendentes; fonte Fernando costa; gruta encantada; auditório; jardim sensorial; setor de flora; setor de fauna; setor de quarentena dos animais; setor de educação ambiental; setor de administração; diretoria; biblioteca própria e especializada; chalé de ferro; coreto chinês; aquário; conjunto de lagos e riachos (artificiais); alojamento dos servidores do setor de campo e limpeza; guaritas de vigilância; portão de serviço; posto da guarda municipal; setor de inclusão digital – telecentro; sanitários públicos. Alguns desses elementos estão listados no mapa de entrada do Bosque para orientação do visitante (Figura 9).

Figura 9 - Folder com Mapa do Bosque.



Fonte: Belém (2005).

Apesar de ainda não ter sido homologado oficialmente, o Bosque já possui um regimento interno, o qual estabelece as normas de uso e de adequação das atividades desenvolvidas na referida área, tomando como base as prioridades de ação, os objetivos e as metas do Plano de Ação, deliberado em Assembleia da Rede Brasileira de Jardins Botânicos.

Algumas atribuições são estabelecidas para o setor de Educação Ambiental e Extensão Cultural do Bosque, responsável pelos projetos e ações diretamente ligadas ao uso desta área pelo público.

- I. Estimular e promover a capacitação de recursos humanos na área de educação ambiental;
- II. Despertar nos visitantes, por intermédio da Educação Ambiental o sentido do seu papel de co-responsável na proteção de recursos naturais, contribuindo para o resgate, a divulgação e a valorização da flora nativa e da fauna;
- III. Atender escolas e grupos

organizados (previamente agendados) através de trilhas monitoradas; IV. Disciplinar a visitação, por meio da promoção de atividades informativas, educativas e recreativas, evitando atitudes inadequadas e danos ao patrimônio; V. Criar e distribuir informativo e didático; VI. Agendar e Programar eventos culturais; VII. Elaborar estudos de capacidade de uso sustentável; VIII. Auxiliar Instituições de Ensino no desenvolvimento dos conteúdos programáticos, por meio de atividades de Educação Ambiental; IX. Qualificar o Jardim Botânico como local de referência para Educação Ambiental e como Unidade de Conservação; X. Planejar e executar cursos e treinamentos de estagiários, servidores e funcionários para atendimento ao público; XI. Planejar e desenvolver oficinas, cursos e trilhas monitoradas (BELÉM, 2012, p. 8).

De acordo com informações contidas no relatório técnico, cedido pela gestora do setor de Educação Ambiental e Extensão Cultural do Bosque, as ações desenvolvidas nessa área verde pública urbana seguem as orientações e diretrizes internacionais de conservação para jardins botânicos, aplicadas em nível nacional, pela Rede Brasileira de Jardins Botânicos, que focalizam cinco temas do Plano de Ação para Jardins Botânicos brasileiros: a) documentação da diversidade de plantas; b) conservação da diversidade de plantas; c) uso sustentável da diversidade de plantas; d) educação para a conservação da diversidade de plantas; e) fortalecimento institucional (BELÉM, 2011a).

Para atender ao item relativo à educação para a conservação, o setor de Educação Ambiental e Extensão Cultural do Bosque desenvolve alguns projetos, com o objetivo de atender públicos diferenciados.

Projeto “Brinquedoteca”: voltado ao público infante-juvenil e aos educadores. O projeto tem como objetivo o desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental, por meio de atividades lúdicas, a fim de possibilitar um contato maior com espécies animais e vegetais existentes no Bosque (Fotografia 28).

Fotografia 28 - Atividade na Brinquedoteca do Bosque.



Fonte: Belém (2011a).

b) Projeto “Circuito Permanente de Cultura e Meio Ambiente”: tem por objetivo promover o conhecimento da biodiversidade do Bosque, das lendas regionais e do patrimônio histórico, por meio da educação ambiental, utilizando instrumentos como “contação” de histórias na brinquedoteca, oficinas diversas, plantio de mudas, brincadeiras de rodas, apresentações teatrais, mini trilha ecológica, projeção de filmes com assuntos temáticos da região (lendas, meio ambiente). O público atendido é de visitantes que frequentam a referida área nos fins de semana.

c) Projeto “Agente Ambiental Mirim”: tem por objetivo desenvolver atividades educativas para capacitar crianças na faixa etária de 10 a 13 anos, para atuarem com Agentes Ambientais Mirins no Bosque. O vínculo com

estas crianças deverá estar condicionado à sua permanência na escola, sendo sua formação implementada por cursos de capacitação no próprio Bosque, abrangendo as seguintes áreas: relações interpessoais, educação ambiental, ecologia, noções básicas de fauna e flora, história do Bosque e noções de ecoturismo (Fotografia 29).

Fotografia 29 - Formação de Condutores Mirins.



Fonte: Belém (2011a).

d) Projeto “Jardim Sensorial”: é uma trilha adaptada, com sinalização em Braille, para receber portadores de necessidades especiais (motora, visual, auditiva, olfativa, entre outras), além de idosos e o público em geral (Fotografia 30).

Fotografia 30 - Jardim Sensorial.



Fonte: Belém (2011a).

e) Projeto “Trilha Ecológica Monitorada”: tem por objetivo desenvolver caminhadas em trilhas do Bosque, com alunos do ensino fundamental, médio e superior, atendendo a uma proposta de educação ambiental, que busque demonstrar a importância dos elementos naturais do ecossistema amazônico.

f) Projeto “Trilha Monitorada Inclusiva”: tem como proposta proporcionar a acessibilidade para portadores de necessidades especiais com mobilidade reduzida, estabelecendo um diálogo socioambiental, por meio

de atividades culturais e ambientais. A primeira trilha monitorada inclusiva aconteceu em agosto de 2011, onde houve a participação de oitenta cadeirantes e /ou com mobilidade reduzida, com a realização de ações que abordaram os elementos da fauna, da flora e a história do Bosque. Atividades realizadas: trilhas monitoradas mostrando elementos naturais e culturais; contação de histórias temáticas; oficinas de reciclagem específica; pintura livre; plantio e distribuição de mudas medicinais.

g) Projeto “O Bosque vai à Escola”: visa apresentar o Bosque para as escolas da rede pública e particular. Durante quatro dias, o projeto itinerante permanecerá nas escolas com exposições e espetáculos de teatro de bonecos, preparando e estimulando a comunidade escolar a visitar o Bosque. Após essa etapa, acontece uma visita orientada da escola ao Bosque, com atividades de trilhas ecológicas, do acervo da biblioteca e da videoteca, das exposições permanente e temporária, de visitas nos laboratórios da flora e da fauna, no Parque Ecológico Infantil e no Centro de Educação Ambiental. Na próxima etapa, após participarem das atividades, os alunos são estimulados a se expressarem plasticamente (por meio de pintura) e/ou através de textos. A proposta é que o resultado do trabalho fique em exposição na escola depois do encerramento das atividades. O último momento é a avaliação das atividades desenvolvidas, dos resultados alcançados, das ações ambientais propostas pelas escolas e o que precisa ser feito para que as propostas possam ser viabilizadas.

h) Projeto “Conversas de Jardim”: tem como objetivo estreitar relações com as comunidades de ensino e de pesquisa e firmar parcerias institucionais, por meio de um ciclo de palestras sobre temas relacionados ao meio ambiente. Também visa formar agentes multiplicadores, sensíveis à natureza e atentos aos problemas socioambientais; despertar o interesse da sociedade sobre a biodiversidade, sua importância e alertar para o rápido processo de extinção de espécies.

i) Projeto “Plantando uma Ideia”: ação complementar do projeto “Conversas de Jardim” que visa formar agentes multiplicadores sensíveis à natureza e conscientizar o público visitante (crianças, adultos e idosos), sobre a importância da conservação da biodiversidade do Bosque. A atividade consiste no plantio de arbóreas nativas, em local pré-definido pelo setor de flora, com a participação de visitantes sob a orientação dos técnicos do Bosque (Fotografia 31).

Fotografia 31 - Plantio de Mudas no Bosque.



Fonte: Belém (2011a).

Segundo levantamento realizado pela equipe do Bosque em seu relatório técnico, no ano de 2009, o atendimento foi de 98.067 visitantes, sendo 3.093 alunos da rede pública e privada e 260 alunos especiais, totalizando 103 escolas atendidas e 78 trilhas monitoradas realizadas. Já em 2010, esses números foram de 150.320 visitantes, sendo 4.093 alunos da rede pública e privada e 320 alunos especiais, com o atendimento de 130 escolas e 80 trilhas

monitoradas realizadas. Além disso, anualmente estão cadastradas cerca de 100 pessoas para realizar caminhadas e corridas e 50 pessoas para realizar yoga dentro da área do Bosque (BELÉM, 2011a).

De acordo com relatório da SEMMA, várias ações e projetos foram realizados no Bosque no período entre 2005-2011, conforme Quadro 14.

Quadro 14 - Ações desenvolvidas pela SEMMA no Bosque Rodrigues Alves Jardim Zoobotânico da Amazônia - Período de 2005-2011.

AÇÕES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO DAS AÇÕES
CAMPANHAS EDUCATIVAS	Ano de 2005: 04 Campanhas Educativas: Capacitação de Agentes Ambientais e Agentes Comunitários de Saúde no Auditório do Bosque;
	Ano de 2006: 08 Apresentações da Galera Jogo Limpo;
	Ano de 2007: 07 Apresentações da Galera Jogo Limpo e 01 Trilha Noturna “O Dia em que a vida morreu”;
	Ano de 2008: 01 Apresentação da Galera Jogo Limpo;
	Ano de 2009: 02 Ações dos Palhaços Natureza;
	Ano de 2010: 02 Ações dos Palhaços Natureza;
	Ano de 2011: 08 Ações dos Palhaços Natureza;
DATAS COMEMORATIVAS	Ano de 2006: 09 Programações realizadas: Dia da Água e do Verde, Dia Internacional da Mulher, Semana do Índio, Dia das Mães, Arraial Ecológico, Colônia de Férias, Aniversário do Bosque, Dia da Árvore, Semana do Dia das Crianças;
	Ano de 2007: 15 Programações realizadas: Aniversário de Belém, Programação de Carnaval no Bosque, Dia Internacional da Mulher, Dia Internacional da Água, Dia Internacional da Floresta, Dia do Índio, Dia da Botânica, Dia Internacional do Escoteiro, Dia das Mães, Dia do Artesão, Dia de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Comemoração da Páscoa, Dia dos Pais, Aniversário do Bosque, Dia da Árvore;
	Ano de 2009: 02 Programações realizadas: Comemoração ao Dia dos Pais e Aniversário do Bosque;
	Ano de 2010: Dia das Mães;
	Ano de 2011: 02 Programações realizadas: Aniversário de Belém e Dia das Mães;

MUTIRÕES DA PREFEITURA	Ano de 2007: 01 Mutirão pela criança;
	Ano de 2008: Ação em parceria com a ABRAZ;
OFICINAS	Ano de 2006: 01 Oficina de Máscara de Carnaval com material reciclado;
	Ano de 2007: Oficinas: Brinquedo de Miriti, Cerâmica, Lixo que não é lixo, Adote o verde, Objetos reciclados, Confecção de casinhas de papelão ornamentadas c/ sementes, Pintura na pele, Construção de bonecos, Confecção de fantoches, Confecção de máscara de carnaval, Oficina de jardinagem, Confecção de cartões p/ as mães, Oficina de arranjos florais e Oficina de papel reciclado;
OPERAÇÃO VERÃO	Anos de 2010 e 2011: Colônia de Férias com crianças de vários bairros de Belém;
OPERAÇÃO CÍRIO	Ano de 2005: 04 Apresentações de Corais;
	Anos de 2009, 2010 e 2011: as ações da SEMMA se intensificaram no período do Círio com campanhas educativas e com revitalização paisagística dos espaços públicos localizados nos principais pontos de circulação e visibilidade da cidade;
SEMANA DO MEIO AMBIENTE	Todos os anos: Programação Diversa de 3ª a Domingo;
PROJETO ARQUITETÔNICO	Ano de 2005-2007: Revitalização Arquitetônica.

Fonte: Autoria própria, conforme dados cedidos pela SEMMA (2011).

5.3 PRAÇA BATISTA CAMPOS

Em meados de 1874, o terreno onde atualmente se localiza a Praça Batista Campos era uma área pantanosa que pertencia à dona Maria Manoela de Felgueiras e Salvaterra e se chamava Largo de Salvaterra (VALENTE, 1992). Após sua morte, esse terreno passou a pertencer à Câmara de Belém.

Segundo Rocque (1997), em 1884, o espaço passou a ser chamado de Praça Sergipe (ou Largo de Sergipe), sendo constituído por um espaço aberto e descampado em forma de largo, algumas mangueiras, um canteiro central com alguns bancos e um chafariz (Fotografia 32).

Fotografia 32 - Praça Batista Campos (1894) (antiga Praça Sergipe).



Fonte: Belém (1998).

Em 1901, período de gestão de Antônio Lemos, foram iniciadas as obras de reurbanização e (re)construção da praça Sergipe, sendo (re)inaugurada em 14 de fevereiro de 1904, com o nome de Parque de Baptista Campos ou Praça Batista Campos, nome dado em homenagem a um dos líderes da revolta dos cabanos (Cabanagem).

Naquele dia de festa ocorreu à debutante, para ver o que realmente haviam feito que merecesse tanta propaganda. Limitada por largas e amplas avenidas, formando uma talina pitagônica, a praça tinha 142 metros pela avenida Serzedelo Corrêa, 131 pela Padre Eutíquio, 204 pela Tamoios e 154 pela Mundurucus dando, portanto, um total de 641 metros lineares. Sua entrada principal era pela São Mateus (Padre Eutíquio), sendo servida por mais três entradas de 20 metros de largura cada uma, em suas faces norte, sul e leste, ou rua dos Tamoios, Mundurucus e Serzedelo, respectivamente. O belo parque contava ainda, com 10 entradas menores distribuídas pelos seus quatro lados, sendo estes fechados por simples e baixas guardas-de-canteiros de ferro fundido. Eram, portanto, 14 entradas e não portas, porque Batista Campos, como os demais ajardinamentos de Belém, obedecia ao moderno plano civilidade de jardins, sem grades, concebido e posto em prática no Brasil pela Intendência de Belém (ROCQUE, 2001, p. 216).

A Praça Sergipe, que anteriormente à intervenção de Antônio Lemos era abandonada e considerada periférica, dá lugar a um modelo de praça europeia, com práticas sociais elitizadas, servindo para local de encontro da nova elite da borracha (fim do século XIX e início do século XX) que frequentava o local para ver e ser vista, como um verdadeiro palco, servindo aos objetivos de contemplação e ostentação de sua riqueza (Fotografia 33). O intendente proibia os vendedores ambulantes e mandava recolher mendigos e moradores de rua que ali se estabeleciam, a fim de manter a praça limpa, bela e higienizada (SARGES, 1998).

Fotografia 33 - Contemplação na Praça Batista Campos (Antes Parque).



Fonte: Belém (1998).

Considerada por muitos como a mais bela praça de Belém, torna-se um dos símbolos do período denominado de “*Belle époque*”. Como outras praças e espaços criados por Antônio Lemos, a praça Batista Campos apresentava

equipamentos requintados para a época de sua construção, com características da arquitetura parisiense, de onde vinha sua inspiração, com seis pavilhões e dois caramanchões, utilizando estruturas de ferro importadas da Alemanha, lagos, castelos e grutas. O coreto central ou pavilhão acústico foi construído posteriormente.

Segundo Rocque (1996), foram construídas 11 pontes na praça, pois, em função da grande diferença de nível no terreno, o riacho foi dividido em quatro partes, separadas por meio de fortes paredes de pedras (Fotografia 34).

Fotografia 34 - Praça Batista Campos (Antes Parque Batista Campos).



Fonte: Belém (1998).

Em períodos mais recentes, já foram realizadas várias reformas e revitalizações na praça e em uma delas, os calçadões que a rodeiam foram revestidos de pedras portuguesas, com motivos marajoaras (ANDRADE, 2004).

De acordo o Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Governo do Estado do Pará, a Praça Batista Campos foi tombada em 1983,

com base na Lei nº 4855, de 3 de setembro de 1979, conforme registro no livro de bens imóveis de valor histórico, arquitetônico, urbanístico, rural e paisagístico (Diário Oficial de 9 de agosto de 1983).

A SEMMA é a responsável pela administração de todas as praças, tendo a participação da Secretaria de Urbanismo como parceira na execução de algumas obras de manutenção. Além disso, muitas ações são executadas com parcerias público-privadas.

Como a Praça Batista Campos não possui um ordenamento de uso determinado por um Decreto Municipal (apenas a praça da República possui tal decreto - Decreto nº. 67961, de 3 de outubro de 2011), todas as atividades que deverão ser realizadas na mesma devem ser informadas oficialmente à SEMMA, a fim de que sejam avaliadas, para serem ou não autorizadas.

De acordo com relatório da SEMMA, várias ações e projetos foram realizados por essa Secretaria na praça, no período entre 2005-2011, conforme o Quadro 15.

Quadro 15 - Ações desenvolvidas pela SEMMA na Praça Batista Campos - Período de 2005-2011.

AÇÕES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO DAS AÇÕES
CAMPANHAS EDUCATIVAS	Ano 2005: 3 Campanhas Educativas e 1 Feira do Voluntariado;
	Ano 2006: 3 Campanhas Educativas;
	Ano 2008: 1 Campanha Educativa;
	Ano 2009: 1 Campanha Educativa sobre a importância da água;
DATAS COMEMORATIVAS	Ano 2006: Aniversário da Praça Batista Campos;
	Ano 2009: Ação de Comemoração ao Dia Internacional da Mulher;
MUTIRÕES DA PREFEITURA	Ano 2005: Parceria com vários órgãos municipais, desenvolvendo ações de educação ambiental na Praça;
	Ano 2008: Vacinação na Praça em parceria com a SESMA;

OPERAÇÃO CÍRIO	Ano 2005: Exposição Círio na Praça e Apresentação de Corais e Grupos de Danças; Anos 2009, 2010, 2011: as ações da SEMMA se intensificaram no período do Círio com campanhas educativas e com revitalização paisagística dos espaços públicos localizados nos principais pontos de circulação e visibilidade da cidade;
PROJETO PAISAGÍSTICO	Ano de 2005: Revitalização Paisagística da Praça; Ano de 2006: Revitalização Paisagística da Praça; Ano de 2007: Revitalização Paisagística da Praça; Ano de 2010: Revitalização Paisagística da Praça; Ano de 2011: Revitalização Paisagística da Praça;

Fonte: Autoria própria, conforme dados cedidos pela SEMMA (2011).

Desde 1997, existe a Associação dos Amigos da Praça Batista Campos (AAPBC), criada pelos próprios moradores do entorno e frequentadores da praça, com o objetivo de fiscalizar o espaço e intervir junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) no sentido de cobrar ações do poder público para a preservação da praça.

Segundo informações cedidas em entrevista por um dos ex-diretores da Associação dos Amigos da Praça Batista Campos (AAPBC) e informações coletadas no site da mesma e em jornais locais, de outubro a dezembro de 2011, a praça foi palco de um projeto denominado “Um Presente para Belém”, o qual foi executado e patrocinado pelo Sistema Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), em parceria com a Diretoria da Festa de Nazaré, a Associação, várias empresas privadas, o Sindicato da Indústria da Construção Civil (SINDUSCON), representante de 126 indústrias do setor, Prefeitura Municipal de Belém e Governo do Estado do Pará.

O projeto consistiu na iluminação de toda a praça, desde o período do Círio de Nazaré até o período do Natal, oferecendo à população uma extensa programação cultural envolvendo a participação de 30 grupos artísticos de música e de dança de instituições públicas e privadas que, de acordo com informações da AAPBC, participaram de forma voluntária, com a apresentação de shows de artistas locais, de corais, de bandas, de grupos de danças folclóricas,

recitais, dentre outros. Os coordenadores do projeto estipulam que mais de 20 mil pessoas entre famílias inteiras, casais, crianças, jovens e adultos de todos os bairros de Belém visitaram a praça Batista Campos (Fotografias 35, 36).

Fotografia 35 - Apresentação de Música de Banda Militar.



Fonte: Associação (2011).

Fotografia 36 - Participação Popular no Projeto “Um Presente para Belém”.



Fonte: Associação (2011).

A praça comporta práticas sociais diversas, que geralmente são realizadas de forma livre por seus frequentadores, como, por exemplo, contemplação, caminhadas, corridas, alongamento, prática de ciclismo, prática de skate, brincadeiras de crianças, uso dos brinquedos públicos da praça, uso de brinquedos particulares, dentre outros (Fotografias 37, 38).

Fotografia 37 - Usuários caminhando na Praça.



Fonte: Autoria própria (2011).

Fotografia 38 - Crianças utilizando os brinquedos da Praça.



Fonte: Autoria própria (2011).

De acordo com a SEMMA, algumas outras ações públicas e privadas são realizadas anualmente na praça, mediante solicitação das instituições proponentes e de autorização do referido órgão para as suas realizações.

Conforme relatório institucional do ano de 2011, o qual relaciona todas as autorizações cedidas, e a conseqüente realização dessas ações, foi possível relacionar a praça Batista Campos a um local onde funciona como um palco com uma diversidade bem grande de movimento, que atendem a fins diversos e com a organização de atores diferentes, conforme relacionado abaixo:

a) Ações de instituições públicas municipais e estaduais: datas comemorativas (dia da mulher, dia da páscoa, semana do meio ambiente); campanhas educativas diversas (saúde, vacinação, meio ambiente, exploração sexual, idoso, drogas), apresentações culturais (bandas militares, grupos artísticos, projetos de Secretarias).

b) Ações de instituições privadas: realização de atividades comerciais diversas no espaço (aluguel de brinquedos, feira de produtos, exposição e venda de animais e plantas); gravação de filmes publicitários; divulgação de faculdades; campanhas de saúde de clínicas particulares; divulgação de academias de práticas corporais diversas; shows beneficentes; apresentações culturais para divulgação de artistas e grupos (música, arte, dança); dentre outras.

c) Ações do terceiro setor: atividades para angariar fundos em favor de Associações diversas (festivais com venda de produtos, apresentações culturais); ações educativas com fins de divulgação de atividades de Associações, Federações, ONGs; campanhas diversas do Sistema 3S (SESC, SESI, SENAC); dentre outras.

6 O CAMPO RELACIONAL DO LAZER EM ÁREAS VERDES PÚBLICAS URBANAS DE BELÉM

O campo relacional do lazer em Áreas Verdes Públicas Urbanas não é um campo fechado, pois recebe influências e interferências de outros campos, como, por exemplo, o campo econômico e o campo político, e pode ser determinado como um espaço de relações socioambientais, que adota uma lógica específica, existindo formas de disputas de poder entre vários agentes, componentes desse campo relacional (poder público, animadores socioculturais, usuários, setor privado e terceiro setor), com o objetivo de obter a hegemonia em algumas práticas. Este está inserido em um universo, de práticas e consumos, estruturados e constituídos como sistema de forças que disputam este espaço.

Como forma de compreensão da realidade encontrada, a pesquisa utilizou o esquema analítico de Pierre Bourdieu (1983a, 1983b, 1990, 2007) explorando o referencial teórico desse sociólogo nas investigações do campo de relações do lazer e suas interfaces com o meio ambiente.

A escolha pela utilização do quadro teórico de análise desse autor deu-se pelo fato de que, em diversas áreas de conhecimento, sua abordagem sociológica vem sendo aproveitada para realizar novas interpretações da realidade social, e tentar compreender as condições do mundo contemporâneo, para além de um olhar apenas objetivo.

Seus estudos constituem-se numa base teórica com potencial para apoiar o desenvolvimento de estudos críticos, uma vez que o referido autor considera primordial a análise das relações e se preocupa com a emancipação, pois entende que a compreensão da realidade depende da análise das complexas relações (objetivas e subjetivas) que se estabelecem entre os indivíduos, dentro dos campos sociais de ação, com diversas disputas de forças e de poder, as quais, em sua maioria, estão representadas simbolicamente.

Para tanto, esta pesquisa se utilizou, principalmente, de aportes teóricos desse autor, no que se refere aos conceitos de campo social e de habitus. Em alguns momentos da pesquisa também se fez referência a outras duas categorias trabalhadas pelo autor, como o poder simbólico e o capital, buscando contribuições para se perceber, de forma relacional, as interações sociais na comunidade, principalmente na análise de situações concretas no campo de relações do lazer e do meio ambiente.

Para compreender o significado de um campo social, Bourdieu (1983a) o descreve como sendo um espaço estruturado de posições, onde se estabelecem as lutas entre os agentes sociais (termo utilizado pelo autor para se referir aos indivíduos) em torno de interesses específicos, que caracterizam a área em questão. “Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotados de **habitus** que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis iminentes do jogo, dos objetos de disputas, etc.” (BOURDIEU, 1983b, p. 89).

Essas relações de poder (simbólico) e de lutas permanentes que ocorrem no interior de um campo específico estruturam-se a partir de uma distribuição desigual de capitais específicos diferentes (social, econômico, ecológico, político, cultural, entre outros), que determinam a posição que o agente ocupa nesse campo e que visam à conservação ou a transformação das relações de forças ali presentes, sendo, portanto, um lugar de mudanças permanentes.

A estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores. Esta estrutura, que está na origem das estratégias destinadas a transformá-la, também está sempre em jogo: as lutas cujo espaço é o campo têm por objeto o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerado, isto é, em definitivo, a conservação ou a subversão da estrutura da distribuição do capital específico (BOURDIEU, 1983a, p. 90).

Bourdieu (1983a) chama atenção para a indissociabilidade da relação entre os campos e o **habitus**. O **habitus** é um modo de agir aprendido pelo

agente na sua inserção em determinado campo, ou seja, é um conjunto de conhecimentos práticos adquiridos ao longo de sua vida, os quais permitem que possa perceber e agir num determinado universo social. Portanto, as “estruturas” (os jogos, as nuances, as disputas) desse campo em que está inserido são importantes na formação de seu *abitus*, porém, a ação dos agentes não é completamente determinada por tais estruturas.

Nessa perspectiva, dentro de um campo, o agente social determina seus posicionamentos espaciais nessa disputa, a partir de seu *abitus*, necessitando compreender as regras do jogo dentro desse campo social. O indivíduo encontra-se situado em um universo social particular, mas o universo social também se encontra inscrito nele. Pode-se dizer, portanto, que o *abitus* passa a ser, desta forma, uma subjetividade socializada. Para compreender melhor no que se caracterizaria esse *abitus*, Bourdieu o define como:

Sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, quer dizer, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem que, por isso, sejam o produto da obediência a regras, objetivamente adaptada a seu objetivo sem supor a visada consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-las e, por serem tudo isso, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação combinada de um maestro (BOURDIEU, 2007, p. xi).

O *abitus* começa a ser formado desde o início da vida do indivíduo, independentemente do meio social em que está situado, considerando a bagagem cultural e os costumes que estão inseridos, que são transmitidos pela família e adquiridos pelos agentes, sendo por meio do *abitus* que os sujeitos se diferenciam de outros indivíduos, de acordo com as estruturas e possibilidades que possui, na estrutura social (BOURDIEU, 1972). O autor complementa, explicando que o *abitus* se configura como:

[...] um conjunto de esquemas implantados desde a primeira educação familiar, e constantemente repostos e reatualizados ao longo da trajetória social restante, que demarcam os limites à consciência, possível de ser

mobilizada pelos grupos e/ou classes, sendo assim responsáveis, em última instância, pelo campo de sentido em que operam as relações de força (BOURDIEU, 2007, p. xiii).

Deste modo, o **habitus** se configura no reflexo das influências sofridas pelo meio social ao qual o agente está inserido, mesmo quando estas não são percebidas. Tende a reproduzir as formas como foi incorporado pelo sujeito durante sua vida, por meio de experiências adquiridas em seu meio social.

No texto “Como é possível ser esportivo?”, Bourdieu (1983a) descreve o campo das práticas esportivas, e que estão inscritas como uma das formas de lazer, inserindo, por sua vez, este campo no campo de lutas pela definição do corpo legítimo e do uso legítimo do corpo, em que ocorrem embates empreendidos por formas de autoridade específicas (pedagógicas/científicas) ligadas a espécies de capitais específicos.

[...] não se pode compreender diretamente os fenômenos esportivos num dado momento, num dado ambiente social, colocando-os em relação direta com as condições econômicas e sociais das sociedades correspondentes: a história do esporte é uma história relativamente autônoma que, mesmo estando articulada com os grandes acontecimentos da história econômica e política, tem seu próprio tempo, suas próprias leis de evolução, suas próprias crises, em suma, sua cronologia específica (BOURDIEU, 1983a, p. 137).

Portanto, o **habitus** está intrinsecamente ligado às escolhas e às ações desempenhadas pelos agentes, as quais refletem suas posições sociais e refletem um padrão comportamental típico da classe social em que está inserido, que são percebidos por meio de seus gostos, suas escolhas, suas preferências e seus interesses. Com isso, pode-se dizer que as preferências pelas práticas de lazer estão relacionadas às posições sociais ocupadas pelos indivíduos em cada sociedade. Mas essa noção não remete apenas a um conhecimento adquirido, mas também a um capital.

Em cada campo há um “jogo específico”, com disputas de forças e de poder (simbólico) e os agentes (indivíduos) que passam a fazer parte deste

jogo precisam possuir um mínimo de capital específico (artístico, científico, ecológico, esportivo, de lazer, entre outros) para se manterem no jogo de um determinado campo, e possam, em virtude de suas jogadas, acumular mais capital específico. Quanto mais capital específico acumulado, maiores são as possibilidades de dominar o jogo. No entanto, vale lembrar que há um movimento dinâmico das relações entre campo, *abits* e capitais e, portanto, não há posição definitiva, em função da movimentação dos agentes que estão dentro e fora desses campos.

O aspecto principal dessa análise de classes sociais de Bourdieu diz respeito à forma que o indivíduo classifica e observa o mundo em que vive, organizando, a partir daí, suas preferências e escolhas, e não apenas a partir da renda que tem, caracterizando-se um gosto de classe e estilo de vida, diferenciando-se em relação aos bens culturais e às práticas de lazer (BOURDIEU, 1983a). Nesse aspecto, é possível verificar os valores inerentes à organização cultural dos segmentos sociais e os gostos de cada grupo, com variações dos significados e das funções sociais que classes diferentes dão ao esporte e ao lazer.

[...] práticas diferentes, em cada classe, possuem variações da percepção e da apreciação dos lucros (imediatos e futuros) proporcionados. Essas variações devem-se não apenas às variações dos fatores que tornam possível ou impossível assumir seus custos econômicos e culturais. Cria-se, nessa ótica, um conjunto de propriedades dos esportes populares ou, dito de outra forma, um conjunto de valores que não são adequados às práticas distintivas: “exaltação da competição e das virtudes exigidas, força, resistência, disposição à violência, espírito de ‘sacrifício’, de docilidade e de submissão, antítese perfeita da ‘distância em relação ao papel’ que os papéis burgueses implicam, etc.” (BOURDIEU, 1983 apud PILATTI, 2006, p. 6).

Sendo assim, a reunião dessas operações teóricas permite entender como as relações que se estabelecem no campo relacional do lazer em Áreas Verdes Públicas Urbanas vêm acontecendo; como cada agente assume seu papel na sociedade; e se estes fatores vêm influenciando ou não o *abits* dos

indivíduos, indicando determinadas relações socioambientais, em uma cidade como Belém.

No Quadro 16 são apresentados os elementos constituintes desse campo relacional, apresentando-se os agentes do campo, suas descrições/funções mais gerais e as instituições representativas nesse campo.

Também fazem parte desse campo outros agentes, que estão relacionados a este de forma indireta, e que não serão detalhados aqui, por opção de recorte da pesquisa.

É importante destacar que, mesmo estando em grupos diferenciados de atuação e de interesses, todos os agentes presentes neste campo estão interligados, por meio de suas relações e dos efeitos que suas ações acarretam sobre a estrutura do campo e sobre o próprio lazer e o meio ambiente.

Quadro 16 - Agentes do Campo Relacional do Lazer em Áreas Verdes Públicas Urbanas.

AGENTE DO CAMPO	DESCRIÇÃO/ FUNÇÃO	INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS NO CAMPO
PODER PÚBLICO	<ul style="list-style-type: none"> - Instituições Públicas que institucionalizam as Políticas Públicas, por meio de Diretrizes, Programas, Projetos e Ações. Ocorrem em nível Federal, Estadual e Municipal⁵⁰; - <u>Abordagem específica deste campo</u>: instituições que atuam, especificamente, com políticas públicas de lazer e de meio ambiente (prioritariamente as que são referências de Áreas Verdes Públicas Urbanas). 	<ul style="list-style-type: none"> - Ministério do Esporte (ME); - Ministério do Meio Ambiente (MA); - Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (SEEL); - Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer (SEJEL); - Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA); - Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA).

⁵⁰ No Apêndice B podem ser vistas informações mais detalhadas sobre essas instituições e os elementos de suas competências legais, a partir de informações coletadas em leis e documentos dos diferentes órgãos públicos.

<p>ANIMADORES SOCIOCULTURAIS</p>	<p>- Profissionais com formação geral em diversas áreas de conhecimento, podendo ter formação específica para a atuação na área do lazer e do meio ambiente.</p> <p>- <u>Abordagem específica deste campo</u>: profissionais que atuam prioritariamente com vivências de lazer em Áreas Verdes Públicas Urbanas, as quais geralmente envolvem atividades como: educação ambiental, turismo (ecoturismo, turismo de aventura) e práticas corporais físico-esportivas em áreas verdes (caminhadas, corridas, ciclismo, patinação, esportes de aventura na natureza, dentre outras).</p>	<p>- Profissionais vinculados às Instituições que desenvolvem programas, projetos e ações de lazer e/ou meio ambiente nas áreas de estudo dessa pesquisa (Parque Estadual do Utinga, Bosque Rodrigues Alves Jardim Zoobotânico da Amazônia e Praça Batista Campos);</p> <p>- Profissionais liberais, vinculados ao setor privado ou ao terceiro setor que desenvolvem atividades nas áreas de interesse dessa pesquisa.</p>
<p>USUÁRIOS</p>	<p>- Pessoas que utilizam espaços públicos para a prática de atividades de lazer.</p> <p>- <u>Abordagem específica deste campo</u>: Pessoas que utilizam, prioritariamente, Áreas Verdes Públicas Urbanas para a prática de atividades de lazer.</p>	<p>- Pessoas que frequentam, praticam atividades e/ou visitam as áreas de interesse dessa pesquisa.</p>
<p>SETOR PRIVADO</p>	<p>- Empresas que possuem como foco de atuação a venda de produtos.</p> <p>- <u>Abordagem específica deste campo</u>: venda de produtos de lazer em Áreas Verdes Públicas Urbanas, que incluem também pacotes oferecidos para turistas, eventos gerais, eventos de clubes privados, escolas e academias de múltiplas práticas corporais.</p>	<p>- Empresas de turismo (ecoturismo, turismo de aventura); Academias de múltiplas práticas corporais e Clubes que desenvolvem programas, projetos e ações de lazer nas áreas de interesse dessa pesquisa.</p>

<p>TERCEIRO SETOR</p>	<p>- Associações, Organizações Não Governamentais (ONGs) e/ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) que atuam sem fins lucrativos e sem a dependência direta do poder público.</p> <p>- <u>Abordagem específica deste campo:</u> Associações, ONGs e/ou OSCIPs que tenham atuação diretamente relacionada às áreas e às práticas de lazer em Áreas Verdes Públicas Urbanas.</p>	<p>- Associações, ONGs e/ou OSCIPs que desenvolvam atividades relacionadas a esporte e lazer nas áreas de interesse dessa pesquisa;</p> <p>- Associações de moradores e/ou de frequentadores das áreas de interesse dessa pesquisa.</p>
------------------------------	---	---

Fonte: Autoria própria (2011).

O poder público está representado pelas políticas públicas e o planejamento de lazer, traduzidas em planos, programas, projetos e relatórios, bem como pela fala de gestores das instituições que atuam com as políticas públicas de lazer e/ou de meio ambiente em Belém.

Para essa pesquisa, foram entrevistados 12 gestores (Apêndice C), sendo três com atuação no Parque Estadual do Utinga (PEUt); destes, dois vinculados ao Batalhão de Polícia Ambiental (BPA) e um à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA); dois com atuação no Bosque Rodrigues Alves Jardim Zoobotânico da Amazônia, vinculados à Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), um com atuação na Praça Batista Campos (vinculado à SEMMA), três com atuação na Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (SEEL) e três com atuação na Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer (SEJEL).

A coleta de dados apontou que os gestores entrevistados que atuam no PEUt possuem graduação em áreas distintas (gestão de segurança pública, turismo, engenharia) e todos possuem pós-graduação (direito ambiental e políticas públicas, educação ambiental, ecoturismo, estratégias para a conservação da natureza). A atuação destes está diretamente relacionada à

gestão de projetos, com objetivos prioritariamente interligados às ações de educação ambiental desenvolvidas com o público usuário da área. Todos possuem vínculos institucionais por meio de concurso público estadual (dois com a Polícia Militar do Pará e um com a SEMA).

No Bosque, os dois gestores que ali atuam possuem graduação (agronomia, biblioteconomia) e pós-graduação (ecologia aplicada, gestão ambiental) e suas atuações estão diretamente relacionadas à gestão de projetos com objetivos gerais com ênfase em ações de educação ambiental, desenvolvidas com o público usuário da área. Seus vínculos institucionais com a SEMMA são por meio de cargo comissionado.

Apenas uma gestora que desenvolve ações na praça foi entrevistada, por motivo de falta de disponibilidade de tempo de outros gestores em conceder entrevistas. Esta é vinculada a SEMMA e não disponibilizou dados de sua formação, apenas informando que suas ações se referem à manutenção de áreas verdes do município e que seu vínculo é de cargo comissionado.

Na SEEL, os três gestores entrevistados possuem graduação em educação física, e apenas um possui pós-graduação em ciências do esporte. Estes atuam em nível estadual, na gestão de programas, projetos e ações relacionados a esporte e lazer e mantêm vínculo institucional com a secretaria, por meio de concurso público estadual.

A realidade da SEJEL é que os três gestores entrevistados são graduados (dois em educação física e um em geografia) e apenas um possui pós-graduação (treinamento desportivo). Sua atuação é na gestão de programas, projetos e ações de esporte e lazer, em nível municipal e estes mantêm vínculo institucional com a secretaria por meio de concurso público municipal.

Em relação à atuação das Instituições Públicas relacionadas, a partir de análise documental e de entrevistas com os gestores supracitados, foi possível verificar o panorama a seguir.

O Ministério do Esporte (ME) exerce significativa influência, em nível nacional, nas políticas públicas de lazer, subsidiando e orientando a estruturação das mesmas nos estados e municípios por meio da Secretaria

Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer (SNDEL). Entretanto, Belém possui atualmente apenas um convênio firmado com a Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer (SEJEL) para o desenvolvimento do Programa Esporte e Lazer da Cidade/Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PELC/PRONASCI)⁵¹ e nenhuma ação deste programa acontece nas áreas desse estudo. Atualmente, inclusive, o ME passa por um processo de desarticulação, com a extinção da SNDEL, o que representa um enorme retrocesso para a área do lazer e para os avanços até então conquistados.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) exerce significativa influência, em nível nacional, nas políticas públicas de meio ambiente e, por meio da Secretaria de Biodiversidade e Florestas deste ministério, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), institui algumas legislações que servem de base às legislações estaduais e municipais, no que se refere ao funcionamento e gestão de Unidades de Conservação (UCs), de Jardins Botânicos e também subsidia algumas ações em UCs por meio do Programa “Áreas Protegidas da Amazônia” (ARPA). Entretanto, atualmente, em Belém, o MMA não subsidia nenhum programa nas áreas desse estudo.

A Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (SEEL) é responsável pela formulação e execução das Políticas Públicas de Esporte e Lazer para todo o Estado do Pará, e atualmente possui um programa e um projeto relacionados a lazer em Belém, sob a coordenação de seu Departamento de Esporte e Lazer, denominados como programa “Vida Ativa na Terceira Idade” (atendimento de idosos, por meio do desenvolvimento de atividades físicas, sociais e turísticas) e projeto “Este rio é minha rua” (desenvolvimento da modalidade esportiva “canoagem”, e atualmente está funcionando em dois núcleos: na Baía do Sol, localizada na ilha do Mosqueiro e em São Sebastião da Boa Vista, localizado na ilha de Marajó). Nenhum desses acontece nas áreas observadas nessa pesquisa.

⁵¹ O programa pretende promover a acessibilidade de atividades físico-esportivas e culturais para jovens e adultos na faixa etária de 14 a 24 anos, e acontece em dois núcleos e dois sub-núcleos localizados nos bairros do Guamá e Terra Firme.

A Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer (SEJEL) é responsável pela formulação e execução das políticas públicas de esporte e lazer para Belém e, atualmente, desenvolve o programa “Despertar na Terceira Idade” (participação do idoso em programas de atividades físico-esportivas, sociais e vivências de lazer de forma regular); o projeto “Brinca Belém” (projeto itinerante que acontece em vários bairros de Belém durante o ano todo, prioritariamente em centros comunitários e associações de bairros e desenvolve atividades físico-esportivas e artísticas); o projeto “Recreando” (projeto semelhante ao “Brinca Belém”, tendo o diferencial de que acontece em escolas municipais aos finais de semana, com o desenvolvimento de atividades variadas); o projeto “Metrópole em Cores” (ação cultural e artística, que envolve e integra os grafiteiros de Belém e região metropolitana); o projeto “Verão” (desenvolvido uma vez por ano, durante o verão do mês de julho, e acontece em algumas ilhas do município de Belém: Outeiro, Mosqueiro e Cotijuba), com atividades diversas e o projeto “Saúde e Lazer”.

O Projeto “Saúde e Lazer” é o único projeto que apresenta em seus objetivos a indicação de que acontece em logradouros públicos de Belém (incluindo áreas verdes da cidade), com o desenvolvimento de atividades diversas, como, por exemplo, orientações nas academias ao ar livre, instaladas em alguns lugares da cidade; aulas práticas de ginástica; aulas de alongamento; atividades sociais; palestras para a comunidade e formação para os professores de educação física que atuam nessas ações. Conforme o projeto, seus objetivos são:

Implementar e orientar programas de atividades físicas desenvolvendo o lúdico e o lazer, a fim de contribuir com a promoção da saúde e bem estar da população que pratica atividades físicas nas praças, bosques, áreas de lazer, avenidas, etc, fomentando a organização para a gestão coletiva e popular do espaço público (BELÉM, 2010, não paginado).

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) é responsável pela formulação e execução das Políticas Públicas de Meio Ambiente para todo o Estado do Pará, e em Belém, atualmente possui ações específicas relacionadas

às Unidades de Conservação, que são gerenciadas por uma de suas diretorias, a Diretoria de Áreas Protegidas (DIAP), que comporta a coordenadoria das Unidades de Conservação da Natureza, onde está a gerência do Parque Estadual do Utinga (PEUt) e da Área de Proteção Ambiental da Região Metropolitana de Belém (APA Belém). Existem alguns projetos desenvolvidos por essa secretaria, e aqueles relacionados ao PEUt, uma das áreas de interesse dessa pesquisa, tiveram o seu detalhamento no capítulo anterior.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) é responsável pela formulação e execução das Políticas Públicas de Meio Ambiente para Belém, e atualmente desenvolve alguns programas em Áreas Verdes Públicas Urbanas de Belém, os quais se referem tanto às questões sobre a criação (Programa Áreas Especiais)⁵², a conservação, a manutenção da infraestrutura (Programa Plantio e Manutenção)⁵³ e a segurança (Programa Monitoramento e Fiscalização)⁵⁴ dessas áreas, quanto às questões relacionadas aos projetos e ações de educação ambiental, por meio do Programa de Educação Ambiental para Belém (PEAMB)⁵⁵.

⁵² Tem como objetivo a criação, conservação e a preservação de áreas verdes no âmbito municipal, em especial as Unidades de Conservação denominadas de Parques Municipais. O Programa é desenvolvido por três divisões que fazem parte do Departamento de Gestão de Áreas Especiais (DGAE): a Divisão de Parques (DPA), que tem sob sua responsabilidade o Parque Municipal da Ilha do Mosqueiro (PMIM) e o Parque Ecológico do Município de Belém (PEMB); a Divisão de Áreas Especiais (DAE), que tem sob sua responsabilidade o Porto Pelé, na ilha do Mosqueiro e a ilha do Combu, no Distrito Administrativo do Outeiro (DAO); e a Diretoria do Bosque Rodrigues Alves - Jardim Botânico da Amazônia (DBRAJBA).

⁵³ Sob responsabilidade do Departamento de Áreas Verdes Públicas (DAVP) e possui os projetos de Produção de Mudas; de retirada de ervas-de-passarinho e de rebaixamento de mangueiras; de Manutenção de Praças e Logradouros Públicos (tratamento arbóreo e ornamental) e do Plano Diretor de Arborização e Áreas Verdes (PDAVE).

⁵⁴ Desenvolvido pelo Departamento de Controle Ambiental (DCA), tem como objetivo fiscalizar os recursos naturais e as atividades que possam causar degradação ao meio ambiente, exercendo atividades de licenciamento e fiscalização sistematicamente aos empreendimentos e atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental ou gerar incômodos à comunidade. Há também a averiguação de denúncias encaminhadas pela população, pelo Ministério Público, pelos Distritos Administrativos, referentes aos incômodos e/ou à degradação ambiental.

⁵⁵ Sob responsabilidade da Coordenadoria de Educação Ambiental e Desenvolvimento Comunitário (CEADC), tendo como principais objetivos estimular ações que resultem na qualidade de vida da população; criar mecanismos de cooperação institucional e interdisciplinar para o desenvolvimento da prática de educação ambiental; integrar ações na área de educação ambiental, contribuir com a

Duas das áreas observadas nessa pesquisa, o Bosque Rodrigues Alves Jardim Zoobotânico da Amazônia e a Praça Batista Campos, estão sob responsabilidade desta secretaria; e os programas, projetos e ações ali realizados foram descritos no capítulo anterior.

Os Animadores Socioculturais, estão aqui representados por profissionais (técnicos, estagiários, monitores voluntários, graduados, pós-graduados) com formação em diversas áreas de conhecimento (educação física, pedagogia, turismo, biologia, gestão ambiental, dentre outras), podendo ter formação específica para a atuação na área do lazer e do meio ambiente, e que estão vinculados às instituições públicas, privadas, terceiro setor ou profissionais liberais que desenvolvem programas, projetos e ações no Parque Estadual do Utinga (PEUt), no Bosque Rodrigues Alves Jardim Zoobotânico da Amazônia e/ou na Praça Batista Campos.

Para essa pesquisa, especificamente, foram entrevistados 14 animadores socioculturais (Apêndice D), sendo quatro com atuação no Bosque; dentre estes, três vinculados à Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e um autônomo; e dez com atuação no PEUt, sendo quatro vinculados ao Batalhão de Polícia Ambiental (BPA), quatro à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), um autônomo e um do setor privado. No período da pesquisa não foram encontrados animadores socioculturais atuando na Praça.

A partir das entrevistas, a coleta de dados apontou que no Bosque, os animadores entrevistados são graduados em áreas distintas (artes cênicas, ciências contábeis, pedagogia e gestão ambiental), apenas um possui pós-graduação (ciências contábeis) e três mantêm vínculo institucional com a SEMMA por meio de contrato de serviços prestados. Estes estão diretamente ligados à atuação nos projetos institucionalizados que estão sob responsabilidade da SEMMA/Bosque que, em sua maioria, tem como objetivo algumas ações de educação ambiental. O animador autônomo entrevistado não possui vínculo com esta instituição e realiza atividades nas dependências

formulação das Agendas 21 locais, no âmbito do poder público municipal e suas esferas, com ampla participação popular.

do Bosque mediante autorização da direção para o uso da área, onde coordena aulas gratuitas de *o a* para um grupo de alunos, aos sábados.

No PEUt, a realidade encontrada é de que, dos quatro animadores vinculados ao BPA, um não possui graduação, três são graduados em áreas distintas (letras, pedagogia, educação física), sendo que dois desses são pós-graduados (literatura, educação ambiental). Todos possuem vínculo institucional com a Polícia Militar do Pará por meio de concurso público estadual. A atuação destes está diretamente interligada ao setor de educação ambiental do Batalhão, e também atuam em parceria com a SEMA, por meio de ações de fiscalização nas áreas verdes e de acompanhamento de grupos para a realização de atividades de aventura no PEUt.

Todos os quatro animadores vinculados a SEMA possuem graduação em áreas diversas (pedagogia, enfermagem, turismo); e, desses, apenas um é pós-graduado (psicologia educacional). Em relação ao vínculo institucional com esta secretaria um é estagiário e três estão vinculados por meio de contrato de serviços prestados. A atuação destes se dá pela participação nos projetos institucionalizados desta secretaria, os quais, em sua maioria, desenvolvem ações de educação ambiental.

O animador caracterizado como autônomo é graduado em educação física, e realiza atividades de treinamento no parque com um grupo de alunos praticantes de corrida. Aquele que está vinculado ao setor privado também é graduado em educação física, e orienta atividades de aventura na área, para grupos que contratam os serviços da empresa a qual está vinculado.

Os agentes denominados como Usuários estão representados por pessoas que utilizam as três áreas observadas nesse estudo e que possuem características distintas, conforme as vivências que realizam e as razões por buscar esses lugares para a sua realização.

Para essa pesquisa, especificamente, foram entrevistados 41 usuários (Apêndice E), sendo 12 frequentadores do Bosque Rodrigues Alves Jardim Zoobotânico da Amazônia; 16 do Parque Estadual do Utinga (PEUt) e 13 da Praça Batista Campos. A partir dos dados coletados, foi realizado um mapeamento dos bairros de onde os usuários dessas áreas são oriundos.

No Bosque, dos 12 usuários entrevistados, os bairros listados são: Guamá (2), Ananindeua (1), Castanhal (1), Cidade Nova (1), Marco (2), Batista Campos (1), Pedreira (1), Castanheira (1), além dos estados de Rondônia (1) e Maranhão (1).

No PEUt, dos 16 usuários entrevistados, os bairros listados são: Castanheira (3), Batista Campos (1), Curió-utinga (4), Cabanagem (2), Águas Lindas (2), Guamá (1), Marambaia (1), Marco (1) e Pedreira (1).

Na praça, dos 13 usuários entrevistados, os bairros listados são: Condor (2), Jurunas (4), Batista Campos (3), Cidade Nova (1), Cremação (1), Marambaia (1) e Guamá (1).

O setor privado está representado por empresas de turismo (ecoturismo, turismo de aventura); academias de múltiplas práticas corporais e clubes, as quais possuem como foco de atuação a venda de produtos de lazer (pacotes oferecidos para turistas, eventos gerais, eventos de clubes privados, escolas e academias de múltiplas práticas corporais) nas áreas específicas desse estudo.

Para esta pesquisa, foram entrevistados dois representantes do setor privado que atuam no PEUt (um que desenvolve atividades de turismo de aventura, e outro representante de uma academia de múltiplas práticas corporais) (Apêndice C). Os dois são graduados em educação física e não possuem pós-graduação.

No período da pesquisa, não foram encontrados representantes do setor privado desenvolvendo programas, projetos ou ações de lazer no Bosque e na Praça.

O terceiro setor está representado por Associações, ONGs e OSCIPs que tenham atuação diretamente relacionada às três áreas do estudo e às práticas de lazer que acontecem nestas áreas.

Para esta pesquisa foi entrevistado um representante de uma associação que atua na Praça, denominada de “Associação dos Amigos da Praça Batista Campos” (AAPBC) (Apêndice C). Em relação ao PEUt e ao Bosque, não foi possível localizar representantes que tenham atuação direta nas áreas. No PEUt, houve a intenção de se criar legalmente uma “Associação de Amigos

do Parque”, mas até o fim desta pesquisa esta ação não havia se concretizado.

Além das entrevistas realizadas, outro recurso utilizado para a coleta de dados sobre os agentes foi a observação simples nas três Áreas Verdes Públicas Urbanas (Apêndice F).

A partir da descrição dos agentes e da análise sobre o campo de relações nas Áreas Verdes Públicas Urbanas, são demonstradas essas relações em forma de representação gráfica (Figura 10), considerando-se que alguns desses agentes mantêm relações indiretas, ou seja, pouca ou nenhuma relação entre estes. Outros agentes demonstram relações diretas e significativas entre si.

Essas interligações poderão ser entendidas de forma mais detalhada no decorrer da sequência de informações coletadas sobre as vivências dos usuários e suas relações com as ações facilitadoras das políticas públicas.

Figura 10 - Campo de relações das Áreas Verdes Públicas Urbanas observadas no estudo.



Fonte: Autoria própria (2012).

6.1 AS VIVÊNCIAS DE LAZER NO BOSQUE, NA PRAÇA E NO PARQUE

A escolha pela utilização da categoria de análise “vivências”, em detrimento das categorias “atividade” se dá pelo fato de que esta última carrega uma carga de interpretações limitadas e, muitas vezes, com caráter pejorativo, principalmente em algumas discussões acadêmicas desenvolvidas na área de conhecimento da educação física e, mais especificamente, da linha de pensamento da motricidade humana, onde geralmente se relaciona essa última categoria a ações realizadas de forma prática, porém, muitas vezes interligada a uma concepção dicotômica entre ação física-ação cognitiva, corpo-mente e/ou ação-reflexão.

Desta forma, para se tentar garantir um entendimento mais ampliado das concepções traçadas nessa pesquisa, e para não se correr o risco de interpretações equivocadas, opta-se pela utilização da categoria “vivências”, que se refere às práticas sociais, caracterizadas como experiências vividas pelos indivíduos, de forma prática, relacionadas a uma ação-reflexão alicerçada nas construções culturais acumuladas ao longo de suas vidas.

As vivências de lazer de usuários das áreas verdes são componentes importantes para se verificar como estas estão intermediando as relações socioambientais, e se isso sinaliza elementos para o direito à cidade e à natureza em Belém. Essas vivências foram observadas e analisadas nas três áreas desse estudo, tentando demonstrar de que forma os usuários utilizam essas áreas e o que fazem e buscam nelas.

Na concepção de alguns usuários, suas vivências possuem significados diretamente interligados à possibilidade do acesso e do uso de um local onde ainda se possa ter contato direto com a natureza, um convívio coletivo e uma perspectiva de melhoria da qualidade de vida, pois compreendem o valor do uso público de tais lugares.

Há uma nítida referência de que os usuários dessas áreas percebem as transformações que ocorreram na cidade e em suas vidas, em função de diversos fatores, como, por exemplo, o processo de urbanização e a própria

dinâmica que os afastou de um maior convívio social e de uma aproximação com a natureza. Estes fazem algumas referências sobre suas infâncias vividas no interior ou mesmo aos quintais existentes em suas casas.

Você ter a oportunidade de trazer sua família aqui, desfrutar desse ambiente, de um convívio social que hoje você quase não tem. Ultimamente ninguém tem tempo pra se juntar com a família e com os outros, né? Trazer as crianças. Isso é muito importante pra cidade, principalmente, que tá sempre turbulenta, né? Atordoada com tanta coisa. Então, uma praça como essa aqui onde você vê o verde, vê os animais, todo tipo de coisa bonita. Até parece um outro ritmo quando a gente tá aqui (informação verbal)⁵⁶.

Áreas como esse parque realmente ajudam pra que você tenha um pólo verde no meio de tanta poluição, a poluição da capital, a questão dos carros, fora a questão do verde, pra diminuir a emissão de gases, pra captar o dióxido de carbono da atmosfera, enfim, eu acho que deveriam ter uns dez desses, no mínimo, aqui em Belém. Até porque ajudam a captar pessoas pra fazer exercícios, ajudam a recarregar nossas baterias e ajudam a sentir esse verde que a gente já não encontra quase na cidade (informação verbal)⁵⁷.

Muitas pessoas são interioranas, então elas têm essa alma, que elas trazem do **habitat** delas, uma coisa do natural, né? Que foi que cresceram no meio do mato, que cresceram fazendo sua hortinha, criando bicho. Então eu acho que elas vêm pra cá em busca, né? Eu já escutei muita gente dizendo: “Olha, isso parecia o quintal da minha casa, era parecido com a árvore que eu tinha!”. “Ah, eu me sinto tão bem aqui no bosque, eu me lembro da minha infância”! Então as pessoas, às vezes, elas vêm resgatar essa alma, que é gostosa, que só a natureza traz, que só o meio ambiente dá pra elas, né? (informação verbal)⁵⁸.

Os usuários dessas áreas são de vários tipos, e realizam uma diversidade de vivências. No quadro a seguir, buscou-se descrever alguns tipos, com vivências predominantes, mas que não são estáticas e podem se entrecruzar (Quadro 17).

⁵⁶ Usuário 3, Praça. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, setembro 2011.

⁵⁷ Usuário 11, PEUt. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, setembro 2011.

⁵⁸ Usuário 1, Bosque. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, julho 2011.

Quadro 17 - Tipos de Usuários das Áreas Verdes Públicas Urbanas.

TIPO	VIVÊNCIAS	PRAÇA	BOSQUE	PARQUE
TRANSEUNTE	Usa a área como circulação e passagem (moradores e trabalhadores que circulam na área).	Presente	Ausente	Presente
PRATICANTE DE TREINAMENTO FÍSICO-ESPORTIVO	Usa a área para práticas corporais diversificadas, com fins de <i>er ormance</i> (atletas profissionais e amadores, militares e outros praticantes de atividades baseadas em planejamento e metas de treinamento a atingir).	Presente	Presente	Presente
TURISTA	Usa a área para práticas diversas, mas principalmente para visitação (visitantes oriundos de outros municípios, estados ou países).	Presente	Presente	Ausente
PESQUISADOR	Usa a área para pesquisas e observações científicas de fauna e flora do local.	Ausente	Presente	Presente
USUÁRIO DE LAZER	Usa a área para descanso, meditação, passeios, atividades lúdicas e brincadeiras, atividades culturais, contemplação da natureza, atividades corporais de lazer sem objetivos de treinamento e <i>er ormance</i>	Presente	Presente	Presente
ESTUDANTES	Usa a área em atividades educativas (público de instituições de ensino que utilizam a área para práticas educativas ambientais).	Ausente	Presente	Presente

Fonte: Autoria própria, com base em observações de pesquisa de campo (2012).

O objeto dessa pesquisa é o “usuário de lazer”, o qual realiza vivências livres, tanto com organização própria, quanto com organização vinculada a programas institucionalizados e com a existência de animadores socioculturais. Estes se caracterizam por serem usuários das áreas verdes, representados por moradores da cidade, que frequentam as mesmas com certa regularidade e com objetivos próprios de lazer.

Cada uma das três áreas observadas apresenta dinâmicas diferentes e fluxos diferentes, sendo necessário demonstrar como se dão essas dinâmicas e como as vivências de lazer acontecem nas mesmas.

Na Praça Batista Campos, apesar dos dados demonstrarem a presença de usuários de bairros mais distantes, há uma predominância de pessoas que residem em bairros mais próximos à praça. Além da presença dos moradores do bairro de Batista Campos, considerado um bairro “de elite” da cidade, há também a presença de moradores de bairros que fazem limites com a área, os quais são considerados bairros de classes mais baixas, como, por exemplo, os bairros do Jurunas, Condor, Cremação e Guamá.

Nesses bairros há uma carência de infraestrutura de serviços e equipamentos de lazer, fazendo com que seus moradores utilizem a praça para seus momentos de lazer, principalmente pela maior facilidade de acesso.

Eu moro na Condor e trabalho aqui nessa escola. Todo dia eu passo na praça. E o ônibus pára bem ali. Então, nos fins de semana eu trago as crianças lá de casa pra brincar aqui, porque lá perto de casa não tem muito espaço e nem segurança. E aqui a gente pega o ônibus e tá na praça. Há anos a gente vem aqui. Eu até prefiro aqui do que a praça da República. Lá fica muito cheio, é muita barraca vendendo coisas, aí as crianças nem brincam direito, ficam pedindo pra comprar. Aqui, o que a gente gosta é que tem muitos shows (informação verbal)⁵⁹.

A gente não tem muito pra onde ir, porque ali no Guamá, os lugares que a gente poderia frequentar eram a UFPA e a UFRA, mas eles fecham no fim de semana e a gente fica sem muita opção. No domingo, a gente arruma as crianças, arruma um lanche e vem pra praça. A gente passa

⁵⁹ Usuário 12, Praça. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, novembro 2011.

a manhã aqui. E de vez em quando tem umas apresentações, shows, aí é muito bom, porque a gente nem gasta dinheiro pra pagar, né? Aí vem a família inteira ver os shows à noite, quando dá, né? (informação verbal)⁶⁰.

A ausência de locais com infraestrutura essencial para a vivência de lazer das pessoas em bairros periféricos da cidade acaba por obrigar o deslocamento das mesmas de seus locais de moradia. Além da necessidade de ter recursos financeiros para o deslocamento com suas famílias, estas dependem de uma infraestrutura de transporte público, além de precisarem dispor de mais tempo para tal deslocamento.

Todos esses fatores interferem na qualidade do lazer, pois, ainda que consigam ter acesso a esses lugares, o tempo de vivência se torna limitado ao tempo de deslocamento dessas pessoas. Talvez esse fato seja um reflexo do que Jacobs (2000) aponta como uma necessidade de se ter parques de bairros (as praças estão incluídas nessa categoria), os quais devem estar situados bem próximo onde se concentram diferentes modos de vida, de atividades, de “pulsção” dos bairros.

Descrever a dinâmica da praça é relacionar uma multiplicidade de vivências, as quais vão se modificando ao longo do dia e da noite, e que também podem acontecer simultaneamente.

Durante a semana, logo nas primeiras horas da manhã, é possível se visualizar pessoas iniciando vivências corporais diversas (caminhada, corrida, alongamento, ginástica nos aparelhos); na sequência, percebe-se a chegada de algumas mães com seus bebês nos carrinhos para um passeio aos primeiros raios de sol; também chegam outras crianças maiores para brincar nos brinquedos existentes na própria praça; um pouco mais tarde, alunos de escolas próximas se reúnem nos bancos e coretos para conversar e casais costumam utilizar esse espaço para namorar.

⁶⁰ Usuário 9, Praça. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, novembro 2011.

Eu sempre venho pra cá, porque é um privilégio ver as belezas que se encontra aqui, nas proximidades aqui do centro. É uma opção de lazer, também próximo de onde eu moro e estudo. Também tem o detalhe da praça ser grandiosa, bem atrativa. A gente se sente bem aqui, realizado, de poder se sentir confortável pra gente namorar. Geralmente a gente vem passear, namorar, descontrair um pouco, no tempo que eu posso (informação verbal)⁶¹.

Frequento a praça há muitos anos e venho todos os dias para caminhar. Venho por diversos motivos. Motivos físicos, porque realmente caminhar é muito importante. Existe também o motivo psicológico que consiste em você observar os transeuntes, a natureza, enfim, a beleza! Isto é um outro fator, uma fonte muito rica, que nem sempre as pessoas estão atentas para o valor dela. Então, muita gente passa aqui na praça, mas não percebe nada! Então, nós temos o problema da percepção! Além da percepção, tem o problema das relações humanas. Você pode observar no modo de andar, na fisionomia, mais ou menos, o estado psicológico das pessoas (informação verbal)⁶².

Moro aqui no Jurunas e todos os dias eu venho pra caminhar e depois eu volto em casa e trago o meu filho pra brincar mais tarde. Ele adora ficar subindo nesses brinquedos, ver os peixes no lago, as garças. Essa natureza que a gente vê aqui eu não vejo em outra praça (Informação verbal)⁶³.

Nos fins de semana, há uma movimentação mais intensa, pois além das vivências já citadas, há também a realização de atividades lúdicas, tanto de forma livre no espaço e nos brinquedos da praça, quanto em brinquedos alugados (carrinhos, bicicletas, charretes etc.) ou com brinquedos (bicicletas, velocípedes etc.) trazidos pelas crianças acompanhadas de suas famílias. Além disso, há a presença de grupos de várias faixas etárias para assistir apresentações artísticas, principalmente quando há alguma programação cultural específica em datas comemorativas, realizadas tanto de dia quanto de noite, com a presença de famílias inteiras oriundas de diversos bairros da cidade.

⁶¹ Usuário 1, Praça. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, agosto 2011.

⁶² Usuário 5, Praça. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, setembro 2011

⁶³ Usuário 10, Praça. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, novembro 2011.

Nossa, minha filha fica louca pra vim brincar com os brinquedos e andar nessas charretes aí. Depois que eles melhoraram a iluminação e trouxeram esses shows pra cá no natal, vem todo mundo lá de casa. A gente mora ali na Roberto Camelier e fica bem perto da praça do presídio, que agora é polo joalheiro, mas não tem nada lá. Aqui a gente tem um monte de programações gratuitas nesse período de natal (informação verbal)⁶⁴.

Eu caminho aqui e venho ver as atrações que tem aqui. Aqui as crianças vêm brincar, os idosos vêm passear, vêm sentar nos bancos, vêm ver os shows que se apresentam dia de domingo. É muito bom, é muito importante ter uma área dessas. Eu adoro essa praça! (informação verbal)⁶⁵.

Nós estamos acompanhando os eventos que estão ocorrendo aqui durante a noite, as apresentações, as bandas de orquestras, tá bastante agitado, e tem essa iluminações aqui, tá dando muita gente mesmo (informação verbal)⁶⁶.

Também foram mencionados outros tipos de vivência como, por exemplo, o descanso antes e depois do trabalho e a leitura, mas percebe-se que a referência à contemplação da natureza aparece como um elemento importante na percepção de alguns usuários.

Gosto de vir aqui porque eu tô próxima de meu trabalho, antes de dar o meu horário de entrar no trabalho eu fico aqui e depois quando eu saio do meu trabalho e fico por aqui, sentada e sente uma tranquilidade, segurança. Só de olhar pra essa natureza, a gente já se sente em paz. Eu gosto porque eu fico “pegando um ar”, embaixo dessas árvores aqui. É gostoso! Eu acho muito bacana aqui. Eu gosto daqui! (informação verbal)⁶⁷.

Venho sempre na praça para passear, caminhar, correr, ler. Geralmente, quando não chove muito e quando eu tenho grana, eu pego o ônibus e venho. Pelo menos uma vez por semana. Hoje eu vim ler, buscar a harmonia com a natureza e com Deus, buscar a paz interior, o silêncio. Acho essa praça linda! Pra mim é a mais bonita de Belém! (informação verbal)⁶⁸.

⁶⁴ Usuário 11, Praça. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, novembro 2011.

⁶⁵ Usuário 2, Praça. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, agosto 2011.

⁶⁶ Usuário 8, Praça. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, novembro 2011.

⁶⁷ Usuário 7, Praça. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, outubro 2011.

⁶⁸ Usuário 3, Praça. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, setembro 2011.

A referência à busca pelo silêncio, pela paz interior e por Deus, mencionada por esses usuários da praça reflete um olhar interligado a um relativo romantismo, provocado especialmente pela aproximação com a natureza, o que se transforma quase em um ato religioso. De acordo com Neiman, Mendonça e Schlindwein (2008), este fato revela a existência de um campo mitificado que funciona, muitas vezes, como válvula de escape e de compensação à vida complicada da cidade. Uma lógica que, algumas vezes, acaba por sacralizar a natureza.

Estudos de Bruhns e Marinho (2012) revelam que nas vivências em lugares que aproximam ser humano e natureza, existem alguns rituais que funcionam como uma espécie de exercício dos sentidos ou uma conexão com o ambiente, a fim de aguçar a percepção de sons, que, em geral, não se percebe claramente no meio urbano.

Paradoxalmente ao fato da praça ser localizada entre ruas movimentadas, com trânsito tumultuado e barulhento, alguns conseguem realizar essa espécie de ritual do silêncio.

Para Neiman, Mendonça e Schlindwein (2008, p. 116), cada experiência individual carrega uma percepção, sob o ponto de vista psicológico, a partir de processos cognitivos apreendidos, muitas vezes carregados de “reflexos e impressões fugazes, tanto no ambiente físico e social, como no imaginário”, fazendo com que as pessoas vivenciem alguns ambientes e criem certas fantasias sobre os mesmos.

Nos relatos anteriores, percebe-se que as expectativas dessas pessoas são atendidas de forma positiva, principalmente por imprimirem um sentido e um significado às suas vivências, diretamente relacionado a um sentimento de admiração e relação positiva com esse lugar, ainda que em alguns casos esse sentimento indique as vivências de um lazer compensatório ou uma mitificação da natureza.

Para Takahashi (1998), a vivência de lazer em áreas verdes é uma experiência psicológica, cuja qualidade pode estar diretamente interligada à dependência das expectativas dos usuários em relação a essas áreas. Essa

pesquisadora realiza estudos que analisam, prioritariamente, o uso público em unidades de conservação. No entanto, entende-se que suas análises também podem ser aplicadas às Áreas Verdes Públicas Urbanas.

Os sentidos psicológicos positivos não são unânimes aos usuários de lazer da praça. Há relatos onde se verifica que alguns destes utilizam a praça por falta de opções de acesso a outras áreas verdes na cidade, e suas expectativas não são totalmente atendidas, principalmente pelo desejo de existirem outros lugares com menos “interferências”, tanto no que se refere à proximidade da poluição, quanto sobre o incômodo de se ter grande circulação de pessoas na praça.

Aqui, o que é ruim é caminhar perto dos automóveis. Tem bastante poluição, né? Eu acho que a cidade tá pequena pra demanda de veículos que tem e tá sem infraestrutura, no caso, de planejamento, de outras áreas próprias pra fazer atividades. Eu venho mais pra cá por causa da proximidade mesmo, mas se tivessem outras áreas eu iria, porque é muita gente passando no meio da praça, muito carro ao redor, enfim... (informação verbal)⁶⁹.

Eu gosto muito daqui, mas às vezes até eu saio um pouco desse raio aqui da praça, porque já se torna um pouco repetitivo, né? O espaço, por não ser um espaço grande, como de um parque, a gente acaba fazendo o aquecimento aqui, algumas caminhadas pra aquecer e depois sai um pouco pra andar na cidade, correndo, porque você vê que a praça não é um local apropriado. E, com isso, vem muita gente, tá vindo muita gente de fora, até de outros bairros fazer caminhada aqui, por falta, justamente, de parques na cidade. E aí, você chega aqui e a praça tá cada vez mais cheia, tá mais inchada de tanta gente procurando fazer atividade física, não é? (informação verbal)⁷⁰.

Aqui nós não temos muitas opções de parques, como eu vejo em outras cidades e, por isso, as pessoas vêm para as praças públicas. E praça não é parque, né? Não é lugar de caminhada. Praça é lugar de atividade de passeio, de lazer pras famílias, pras crianças. Então, a gente esbarra muito aqui, às vezes até com alguns problemas de atrito com as pessoas que estão passando, tão de passagem pela praça com crianças e a gente

⁶⁹ Usuário 4, Praça. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, setembro 2011.

⁷⁰ Usuário 6, Praça. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, outubro 2011.

caminhando, correndo, fazendo Cooper, muitas das vezes atrapalha, a gente bate neles sem querer. Então nós estamos invadindo um espaço, que não é um espaço apropriado pra esse tipo de atividade. A nossa cidade, Belém, que é considerada cidade verde, cidade das mangueiras, tá faltando ter mais parques, pra que as pessoas possam ir diretamente aos parques fazer as suas atividades físicas (informação verbal)⁷¹.

Em alguns desses relatos, percebe-se que há uma certa divergência de interesses e um desconforto dos que caminham e correm na praça em relação àqueles que circulam na praça a passeio ou de passagem para o trabalho e vice-versa.

Alguns estudos realizados por Manning (2010) apontam o incômodo ou impacto negativo psicológico recíproco de usuários de áreas verdes que realizam atividades diferentes entre si, como, por exemplo, o incômodo daqueles que caminham, com a presença de usuários que praticam outras atividades nessas áreas.

Na verdade, algumas práticas urbanas e comportamentos de alguns usuários demonstram uma forte tendência ao que Serpa (2009, p. 36) nomeia de um processo de territorialização do espaço, onde os próprios usuários tentam privatizar aquele espaço público “[...] através da ereção de barreiras simbólicas, por vezes invisíveis. O espaço público transforma-se, portanto, em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é partilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos”.

De certa forma, esses comportamentos resultam na diminuição da acessibilidade, com uma limitação e um controle exercido simbolicamente. Serpa (2009, p. 36) alerta que esses usuários acabam contribuindo assim para “a amplificação da esfera privada no espaço público, fazendo emergir uma sorte de estranhamento mútuo de territórios privados, expostos, no entanto, a uma visibilidade completa”.

Entretanto, a dinâmica da praça revela movimentos e estratégias que se contrapõem a essas lógicas. Em pesquisa de Dias (2008), que trata sobre

⁷¹ Usuário 13, Praça. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, novembro 2011.

as manifestações múltiplas do cotidiano da praça, este revela que a mesma comporta uma dialética de conteúdos, com múltiplos usos e uma diversidade de apropriações de grupos e de classes sociais que, muitas vezes, transgride aos ordenamentos públicos e/ou privados do lugar, como deve ser um espaço público, concretamente.

[...] a praça de Batista Campos é produzida em um duplo movimento dentro da realidade presente. A sua produção e constituição se fazem, de um lado, por meio de uma lógica (formal) que acaba por reduzir, fazendo tábua rasa da história, no entanto, há sua contrapartida, composta por dimensões irreduzíveis de “estratégias” *iterenciais* que falam de um futuro ainda em marcha, uma *ráis* urbana ainda possível. É por esse motivo que ainda pode ser presenciar o circo ou a literatura na praça de Batista Campos (DIAS, 2008, p. 52, grifo do autor).

Em se tratando do Bosque Rodrigues Alves Jardim Zoobotânico da Amazônia, os dados demonstraram que, além da frequência de usuários de lazer de bairros diversos da cidade, o local também concentra a presença de vários turistas.

Esses dados podem indicar que a localização do Bosque, que fica numa via de entrada da cidade, de fácil visualização e acesso, pode influenciar nessa diversidade de público. Além disso, ainda que o local tenha cobrança de uma taxa para a visitação, alguns usuários consideram cabível esta cobrança, por se sentirem em segurança no local e por considerarem que a área possui uma boa manutenção e oferece vários atrativos.

A gente vem pra cá tanto pela segurança, quanto pelo acesso, que é muito mais fácil pra nós, que é caminho, aí nós ficamos aqui. Mesmo tendo que pagar! Na verdade é bem baratinho! Vale a pena, principalmente pela segurança, porque realmente aqui nunca ouvi dizer que tenha tido alguma coisa, acidente que tenha acontecido ou então problemas com polícia, nada! Pelo menos, quando a gente vem frequentando aqui, não! (informação verbal)⁷².

⁷² Usuário 6, Bosque. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, agosto 2011.

Olha, eu nem me importo de pagar, porque trago meus filhos e tem muitas atrações, brincadeiras, além de ver que eles cuidam bem daqui. Considero que essa é uma das poucas áreas em Belém que a gente vê a presença de um bom serviço do poder público. Tem que ter essa taxa pra continuar assim e como é barato, dá pra gente pagar (informação verbal)⁷³.

Em relação à presença de turistas, o Bosque possui sua divulgação por meio de **folders**, **sites**, jornais locais, além da inclusão de visitas ao local por agências de turismo locais, sendo considerada como uma das áreas verdes importantes da cidade, a qual deve ser visitada pelos mesmos.

A presença de turistas de outros municípios, estados e/ou países, geralmente está relacionada a vivências que possibilitem o conhecimento da área e a observação de fauna e flora do lugar.

Sempre quando eu posso eu venho no Bosque. Como eu resido em Castanhal, aí sempre quando dá, duas ou três vezes por ano eu venho. Venho por causa do meio ambiente, do verde, da natureza, dos animais, eu gosto muito, do clima. O meu filho também gosta muito (informação verbal)⁷⁴.

Eu sou de São Luis e estou visitando a família, e vim conhecer o famoso Bosque Rodrigues Alves. Achei importantíssimo manter esse espaço no meio da cidade pra se ter um contato novamente com a natureza, vendo as espécies animais e vegetais. Isso é muito importante, porque te deixa de uma forma muito tranquila, longe daquele estresse do centro da cidade (informação verbal)⁷⁵.

A visibilidade de certos parques públicos, muitas vezes representa “alegorias do tempo e dos poderes que os conceberam” (SERPA, 2009, p. 69). Talvez, por essa razão, o Bosque represente uma área que merece ampla visibilidade, por resguardar “um pedaço” de floresta Amazônica e um modelo de parque criado no auge dos áureos tempos de riqueza da borracha e da **Belle Époque**. Isso foi citado por um turista que visitava a área.

⁷³ Usuário 12, Bosque. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, agosto 2011.

⁷⁴ Usuário 11, Bosque. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, agosto 2011.

⁷⁵ Usuário 5, Bosque. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, julho 2011.

Eu sempre frequento áreas naturais por todo o Brasil, até por causa da minha profissão, porque eu sou engenheiro florestal, né? Então eu vim de Rondônia, a passeio, de férias e li em algum lugar que o Bosque Rodrigues Alves é uma área que tem uma história de nossa Amazônia da época da borracha. E achei muito lindo aqui! Essa área proporciona bem estar, porque o homem está em contato com a sua origem, né? Em contato novamente com a natureza, vendo as espécies tanto animais, como as espécies vegetais. Essa área representa um pedaço da Amazônia preservado. O governo está de parabéns por manter uma área dessas! (informação verbal)⁷⁶.

Passando-se a observar as vivências dos usuários do Bosque, percebe-se que durante a semana, a frequência maior é de alunos de escolas e/ou de grupos específicos (igrejas, associações de bairros etc.) que realizam um agendamento prévio para participar de projetos de educação ambiental oferecidos pela instituição; mas também é possível se verificar a presença de alunos de escolas e de faculdades localizadas no entorno do bosque, que em momentos de “fuga” ou de “folga” de suas aulas, frequentam a área para passear, conversar em grupos ou namorar.

Além destes, há a presença de alguns praticantes de caminhada e corrida que utilizam a área mediante seu cadastramento no setor responsável do bosque e o pagamento de uma taxa mensal; também são visualizadas algumas famílias com crianças pequenas, as quais circulam pelas dependências do parque, principalmente para brincar e observar a fauna e flora do lugar; assim como há a presença de alguns usuários que buscam a área para realizar leituras, aproveitando o fluxo menor de pessoas e o silêncio do lugar.

Nós viemos com um grupo de crianças da nossa igreja, a gente marcou com a coordenadora do Bosque e trouxe o grupo de ônibus. Com certa frequência a gente faz essas atividades. Nessas atividades, as crianças têm oportunidade de interagir, de reforçar a amizade, mas também de aprender princípios do evangelho e de aprender sobre a natureza que Deus nos deu (informação verbal)⁷⁷.

⁷⁶ Usuário 7, Bosque. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, agosto 2011.

⁷⁷ Usuário 1, Bosque. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, julho 2011.

Eu gosto de andar pelo bosque, é uma coisa que eu gosto de fazer. Eu gosto de ler, de observar algumas coisas aqui dentro. Gosto de ver as crianças aprendendo o que é a natureza e como preservar. Eu sempre procuro vir durante a semana que é mais tranquilo, mais silencioso. É o único lugar que nós temos aqui, que a gente pode ver aqui nesse **habitat**, nesse lugar. Eu dou graças a Deus que em Belém tem um espaço desses, né? (informação verbal)⁷⁸.

Uma observação relevante é sobre as referências feitas acerca de algumas ações institucionais de educação ambiental realizadas nessa área, reconhecendo-as como elementos importantes para contribuir na educação e formação de uma certa consciência socioambiental mais positiva.

Para Barros e Dines (2000, p. 71-72), uma das estratégias para melhorar a atitude daqueles que visitam áreas naturais e vivenciam o lazer nestas áreas, é a adoção de um programa de educação ambiental e educação para as práticas de mínimo impacto, partindo do pressuposto de que a grande maioria dos usuários de lazer na natureza, não tem uma compreensão muito clara dos impactos que podem causar nestas áreas e sobre suas ações no cotidiano das cidades. Para os referidos autores “é uma estratégia que parte do princípio de que, recebendo informações pertinentes, de modo adequado, o usuário estará disposto a mudar suas práticas e hábitos em suas visitas à natureza”.

Reigota (1994), ao se referir às estratégias de articulação de processos educativos formais com ações práticas informais em espaços fora da escola, como é o caso das vivências no Bosque, também compreende a educação ambiental como componente essencial no processo de formação e educação permanente, com uma abordagem direcionada para a resolução de problemas, que contribui para o envolvimento ativo do público, torna o sistema educativo mais relevante e mais realista e estabelece uma maior interdependência entre estes sistemas e o ambiente natural e social, com o objetivo de um crescente bem-estar das comunidades humanas.

Nos fins de semana, o fluxo de usuários de lazer no Bosque é bastante intenso, com a presença de muitas famílias, geralmente acompanhando

⁷⁸ Usuário 3, Bosque. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, julho 2011.

crianças pequenas, oriundas de bairros e municípios diversos, com o objetivo de observar os animais, contemplar a flora do lugar, visitar os monumentos e as ruínas, passear nas trilhas e passear de canoa no lago.

Como há uma programação institucional de educação ambiental, voltada às crianças e aos adolescentes, a qual geralmente é divulgada na entrada do bosque, muitos usuários se dirigem às áreas onde estas acontecem (brinquedoteca, sala de projeções de filmes e locais específicos de apresentações).

Também há a presença de um grupo específico de pessoas que vem para o bosque para participar das aulas de *o a*, ministradas por um professor que utiliza a área em dias de sábado, mediante autorização da direção.

Eu frequento o Bosque quase todo sábado. Eu participo do grupo de *o a*. A gente faz a aula no chão mesmo, numa área larga, cada um traz seu colchonete. O professor que dá aula é o professor Marçal, é uma pessoa voluntária que vem pra cá todo sábado, tem 2 horários de *o a*, das 8h às 9h, das 9h às 10h. Ele é voluntário, ele fez o curso de *o a* e passa essa prática pra outras pessoas, totalmente gratuito. Agora pra entrar no Bosque é que a gente paga o ingresso normal, né? Eu venho sempre com crianças, a gente traz sobrinhos, traz neto e aproveita, pra depois da *o a*, a gente faz outras coisas, né? Passeia, olha os bichos, animais e não deixa de ser importante pra eles, pra essas gerações futuras, a importância de um espaço como esse (informação verbal)⁷⁹.

Em datas comemorativas há uma visitação acima da média no bosque, o que merece utilizar algumas estratégias para minimizar não apenas os impactos físicos no lugar, mas também para não causar impacto negativo psicológico nos usuários, lembrando do alerta de Manning (2010).

Alguns estudos específicos demonstram a importância da implantação de alguns métodos de planejamento e de manejo, que foram elaborados com o objetivo de minimizar as questões de impactos ecológicos e sociais em áreas utilizadas para o lazer em ambientes naturais.

⁷⁹ Usuário 8, Bosque. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, agosto 2011.

Segundo Barros e Dines (2000, p. 70), esses métodos foram criados e são utilizados pelos sistemas de parques de diversos países, no sentido de dar maior ênfase às condições desejadas para as áreas naturais, e não quanto uso a área pode tolerar. “Isto corrobora de forma interessante o fato de que uma simples solução numérica é insuficiente para atender às necessidades de manejo das áreas naturais”.

Entre os que apresentaram os melhores resultados podemos citar **Limits of Acceptable Change (LAC)**⁸⁰ (Stankey et al., 1985), utilizado em várias unidades de conservação e áreas protegidas nos EUA; **Visitor Activity Management Process (VAMP)** (GRAHAM, 1989), utilizado pelo sistema de parques do Canadá; **Visitor Impact Management (VIM)** (Graefe et al., 1990) e **Visitor Experience and Resource Protection (VERP)** (USDI, 1993), desenvolvidos pelo Sistema Nacional de Parques dos EUA (BARROS; DINES, 2000, p. 70).

Alguns entrevistados demonstraram ter vivências mais relacionadas com a contemplação da natureza do lugar, numa certa perspectiva de busca nostálgica pela “natureza perdida” da cidade ou do interior do Estado (onde alguns residiam), como pode ser verificado em algumas falas.

Eu frequento aqui porque aqui é o lugar onde ainda nós podemos respirar o ar, do natural, da natureza, ver os bichos, pra que nós possamos mentalizar como era antes, vários anos, décadas atrás e hoje, lamentavelmente, o homem tem destruído essa beleza natural. Então pra mim vir aqui é um momento de calma, momento de refletir muitas coisas que o mundo lá de fora, o trânsito, a fadiga do dia, do trabalho. E aqui não, você esquece tudo lá de fora e apenas vê essas árvores, animais, esse espaço bonito, esse ar. Sempre que eu posso, eu venho aqui. Hoje eu vim aqui pra ler, eu tô de folga hoje, amanhã eu trabalho. Então, pra ler um pouco, e também pra dar uma raciocinada melhor sobre a minha vida, né? (informação verbal)⁸¹.

Diante dessa selva de pedra que tem aí, aqui é um lugar onde você pode respirar um ar menos contaminado, ver a natureza que não tem mais.

⁸⁰ Para mais detalhes, ver Takahashi (1998) e Borrie et al. (1998).

⁸¹ Usuário 4, Bosque. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, julho 2011.

Eu, como sou do interior e de beira de rio, então eu sinto uma falta muito grande desse clima, desse ambiente. Venho aqui só pra lembrar disso, da minha infância, da natureza que eu tinha! A gente ainda aposta aqui no Bosque, que a gente não deixe contaminar mesmo! (informação verbal)⁸².

Jacobs (2000) alerta para a necessidade de se superar algumas concepções fantasiosas de que esses tipos de áreas verdes servirão como “pulmões da cidade”. A compreensão da necessidade dessas áreas na cidade deve superar essa ficção, e buscar compreendê-las sob uma ótica mais abrangente.

Em pesquisa sobre os parques públicos de Curitiba, Rechia (2003, p. 136) esclarece que essas áreas podem servir como uma das possibilidades de se superar essa contradição natureza-cidade, no sentido de se pensar a cidade de forma mais humanizada, “em que a dialética homem/natureza pode se efetivar num movimento conciliador entre participação, encontro, liberdade e ludicidade”.

Em relação ao Parque Estadual do Utinga, a realidade encontrada dá indicativos de que o parque, ainda que institucionalizado como uma unidade de conservação estadual e com extensas dimensões no meio urbano, ainda é bem pouco conhecido e frequentado pela população de Belém, e concentra uma frequência usuários que, em sua maioria, residem no entorno do mesmo.

Estes dados podem indicar a apropriação do lugar por moradores que ainda o consideram como a “mata do Utinga” e o “quintal” de suas casas e possuem um sentimento de pertencimento pela área, de ligação histórica e de amplo conhecimento do lugar, como demonstra a fala de dois usuários que moram no entorno do parque.

Eu venho aqui pra caminhar há, aproximadamente, uns doze anos, porque eu moro quase dentro dessa mata do Utinga. Sinto como se fosse o nosso quintal! Venho aqui desde mocinha! Eu gosto daqui porque é uma área bem arborizada, onde você pode respirar melhor, fazer atividade física de uma forma mais tranquila, sem esse tumulto da

⁸² Usuário 10, Bosque. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, agosto 2011.

cidade, né? Muita gasolina, poluição (informação verbal)⁸³.

Eu corro aqui há mais de 15 anos. Na verdade eu conheço tudo por aqui, porque moro aqui atrás e a gente sempre usava essa nossa área pra tomar banho no lago, mas agora nem pode. A gente chega umas cinco e meia da manhã e corre até o final, onde tem o gado lá atrás. Antes eles deixavam, mas agora estão deixando a gente entrar só depois das seis. A gente sabe que aqui a gente tá mais seguro, não tem carro. E eu vou ser muito sincero, uma área como essa aqui, eu só conheço ali na Universidade Federal do Pará, mas a gente não pode entrar. É proibida a entrada. E é mais longe pra mim, entendeu? Além do que eu acho aqui mais gostoso, mais bonito, com passarinhos, com bichos (informação verbal)⁸⁴.

Com a institucionalização de algumas áreas verdes e, em especial, do PEUt, como Unidade de Conservação, muitas relações e usos tradicionais de pessoas que residem em seus limites precisam ser modificados. Isso se dá pelo fato de que há uma institucionalização dos usos permitidos em algumas categorias de manejo estabelecidas pela lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Há indicativos de que o conhecimento sobre a existência do PEUt ainda é muito restrito para um conjunto bastante extenso de moradores da cidade. Isso faz parecer não haver um interesse governamental na visibilidade do parque, talvez porque sua história não possua um caráter alegórico (SERPA, 2009), semelhante ao impresso na história do Bosque.

Os usuários residentes em outros bairros que não se localizam no entorno do parque, passam a frequentá-lo, em sua maioria, apenas em função da indicação de outros usuários que já utilizavam a área para a vivência de práticas corporais diversificadas e o fazem há pouco tempo, tendo pouco conhecimento do lugar.

Eu conheci aqui há pouco tempo, eu creio que deva ter uns quatro a cinco meses, mais ou menos. Mas, intensamente, eu tô vindo há uns

⁸³ Usuário 8, PEUt. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, agosto 2011.

⁸⁴ Usuário 16, PEUt. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, novembro 2011.

dois meses, com mais frequência. Eu conheci através dos amigos, que eles já são atletas e já “puxam” mais do que eu. Eu venho andar de bicicleta, fazer trilha, entrar no meio da lama. A gente quer aventura! (informação verbal)⁸⁵.

Frequento aqui há uns três meses, mais ou menos, quando eu comecei a andar de *bi e*, né? Eu vim conhecer a primeira vez e adorei. Um lugar maravilhoso e vale a pena, realmente! A gente entra, vive essa natureza aqui e vai embora se sentindo outro. Eu só conheci aqui porque uns amigos me convidaram e disseram que tinha trilha, tinha um lugar legal pra se exercitar e eu vim. Acho que tá faltando divulgação disso aqui, porque muita gente nem conhece, nem sabe que existe um lugar maravilhoso como esse bem no centro da cidade (informação verbal)⁸⁶.

Em algumas falas, há indícios de que as relações estabelecidas por esses usuários e o parque se aproximam muito mais de um relativo “uso” da natureza, como consumo dessa área para seus objetivos próprios, do que uma relação aproximada ao sentimento de pertencimento, expressa na fala de usuários moradores do entorno. Mas, seriam necessários novos estudos para se confirmar tais indícios.

As vivências de lazer no PEUt possuem uma dinâmica específica. Durante a semana, o parque é frequentado por escolas e grupos diversificados, que participam de atividades de educação ambiental, por meio de projetos institucionais da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), em parceria com o Batalhão de Polícia Ambiental (BPA), os quais oferecem palestras, caminhadas em trilhas, dinâmicas educativas e atividades de aventura (*ra el* e trilha aquática).

Muitos grupos de componentes das forças armadas, de policiais militares e de atletas de elite de atletismo, na modalidade de corridas de longas distâncias, realizam seus treinamentos no parque.

Também há uma significativa frequência de usuários de lazer que realizam caminhadas, corridas e ciclismo na pista de asfalto, executando essas atividades de forma autônoma, sem acompanhamento de profissionais.

⁸⁵ Usuário 7, PEUt. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, agosto 2011.

⁸⁶ Usuário 6, PEUt. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, agosto 2011.

Geralmente, a frequência maior durante a semana é de usuários moradores de bairros vizinhos ao PEUt, mas também há um relativo fluxo de pessoas moradoras de bairros mais distantes, que se deslocam para ali com seus automóveis.

Todas essas vivências têm uma concentração maior na parte da manhã, em geral, até por volta de 11 horas. Na parte da tarde, o parque fica bastante deserto e a presença de usuários é quase nenhuma, em função da falta de segurança no local. Ressaltando-se que, tanto os funcionários da SEMA, quanto os policiais do BPA possuem seus expedientes de trabalho até as 14 horas, o que resulta na concentração de ações institucionais apenas no período da manhã.

Nos fins de semana há um significativo aumento da frequência de usuários de lazer no PEUt, mudando também o perfil destes. Além da presença de alguns dos usuários supracitados, há um intenso fluxo de famílias que trazem crianças para caminhar, correr e/ou andar de bicicleta; de grupos de usuários que participam de ciclismo na pista e/ou em trilhas (**bike**, como estes classificam a atividade) e de grupos de academias de práticas corporais diversas, as quais programam caminhadas ecológicas e/ou circuitos de treinamento no parque.

Geralmente, esses usuários são moradores de bairros mais distantes, os quais se deslocam para o parque com seus automóveis, e alguns destes trazem diversos equipamentos que utilizarão na área (bicicletas, capacetes e outros acessórios).

Essas vivências têm uma concentração maior na parte da manhã, em geral, até por volta de 13 horas, e na parte da tarde a presença de usuários é quase nenhuma, pelo mesmo motivo citado anteriormente.

Algumas vivências citadas se relacionam à possibilidade de sensações de aproximação e contemplação da natureza e pela paz proporcionada ao ouvir os sons da natureza (vento, pássaros e outros animais). Estes consideram esse elemento essencial para a qualidade de suas vivências e para a sua vida cotidiana.

Eu caminho aqui todos os dias. Esse barulhinho da natureza, esse silêncio, essa paz, nossa... me revigora! Eu saio daqui outra pessoa para viver o meu dia aí fora. Aqui tem menos carros, menos gente, né? Aquele “burburinho” que você fica nas praças normalmente, então aqui eu gosto mais, por esse motivo, você tem mais tranquilidade. E eu gosto desse sossego, dessa paz, da tranquilidade e de tá em contato com a natureza (informação verbal)⁸⁷.

Ah, eu acho que eu ganho o dia quando eu venho pra cá. Só de caminhar na beira desse “riacho”, em contato com a natureza, a gente ganha o dia. A gente olha pra esses lagos, ouve os passarinhos, o vento, faz reflexões, pensa na vida. Parece que você sai daqui outra pessoa pra viver o seu dia-a-dia melhor (informação verbal)⁸⁸.

Esse tipo de percepção pode propiciar transformações inscritas na subjetividade humana e, como afirma Guattari (1990), é de grande importância a compreensão e a defesa do meio ambiente, pautada não apenas numa consciência parcial dos perigos mais evidentes que ameaçam o meio ambiente natural e em perspectivas tecnocráticas, mas sim numa perspectiva que possa levar em consideração outros aspectos, como a subjetividade humana, alicerçada na percepção dos valores impressos em pequenas ações e sensações cotidianas.

Alguns grupos se reúnem principalmente nos fins de semana, e buscam vivências relacionadas a novos componentes citados pelos usuários, que são os elementos da aventura e de sensações interligadas aos desafios a serem superados perante a natureza.

A gente gosta de se sujar, nós somos o tipo de equipe que gosta de se sujar, então essa é a atividade que a gente vem fazer, todos os sábados. Sete e meia da manhã a gente tá aqui e volta mais ou menos dez, onze horas da manhã. E a gente fica “desbravando”, vamos dizer assim, as trilhas. A gente deixa o carro na frente do batalhão e vem de lá. Alguns vêm de casa de bicicleta. Como eu não quero enfrentar o trânsito, eu prefiro vim de carro, trazer a bicicleta e usar ela só aqui dentro. E

⁸⁷ Usuário 9, PEUt. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, setembro 2011.

⁸⁸ Usuário 11, PEUt. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, setembro 2011.

aí a gente vêm todo sábado pra cá, somos 4 pessoas, e todo mundo vem pra cá tirar o **stress**. A gente escolhe aqui, primeiro porque aqui é afastado do nosso ambiente, do nosso **habitat**, vamos dizer assim, que é o meio urbano, de **stress** todo dia, do corre-corre do trabalho. Então aqui é silêncio, é calmo, a gente tem assim, ainda vê um pouco da área preservada da cidade, que é muito raro ainda a gente ter. Então a gente consegue aqui dar uma relaxada, realmente. A gente ainda vê animais silvestres, escuta os pássaros, sente o vento. Então isso é interessante! (informação verbal)⁸⁹.

Venho pelo menos uma vez por semana, no final de semana, pra caminhar e, às vezes, a gente entra nas trilhas, pra ser mais aventureiro mesmo, ou vai tomar banho lá naquele tubo no final. Eu adoro aqui exatamente por conta da questão do verde e dessa possibilidade de novos desafios nas trilhas, né? Eu acho aqui lindo! E você vive algumas aventuras, se supera e se sente mais relaxado (informação verbal)⁹⁰.

Esses componentes de aventura, quando percebidos e vividos de forma segura e consciente por meio desses tipos de vivências, podem exercer grande influência nas relações socioambientais dos usuários, o que é defendido por correntes educativas que desenvolvem a educação ambiental utilizando a prática de esportes na natureza, a qual, segundo Barros (2000), propõe a utilização de uma metodologia usada há várias décadas nos países do hemisfério norte, em particular nos EUA, denominada *O t o o r c a t i o n* ou Educação ao Ar Livre⁹¹, como recurso educativo para a conscientização ambiental.

Costa (2000) esclarece que o aparecimento e a difusão de vivências esportivas, que têm como característica a aventura, o risco calculado e as sensações de superação de desafios individuais perante a natureza, têm

⁸⁹ Usuário 5, PEUt. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, agosto 2011.

⁹⁰ Usuário 4, PEUt. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, agosto 2011.

⁹¹ “*O t o o r c a t i o n* ou Educação ao Ar Livre é uma prática educacional que utiliza como recursos educativos desafios encontrados em ambientes naturais. Ela objetiva o desenvolvimento educacional do ser humano impelindo-o a situações de aventura de modo que ele possa confrontar aspectos de si mesmo, os quais ele possivelmente não conhecia. Isso potencialmente pode levar a um crescimento intra e interpessoal [...] Atividades educativas baseadas em aventura podem criar metáforas que se aplicam ao dia a dia de cada um, muito além das atividades em si mesmas” (BARROS, 2000, p. 90).

reorganizado o sistema de esportes, produzindo uma ruptura com as práticas esportivas convencionais, veiculadas no esporte-espetáculo, produzindo uma renovação simbólica e de signos que se fizeram presentes no imaginário esportivo de séculos passados, bem como remanejando elementos existentes anteriormente nos esportes, dando-lhes novas configurações⁹².

A construção social da validade desses esportes está configurada no sistema de vida que os envolve, nessa cultura de excelência. Arriscar exige decisões conscientes que indicam as probabilidades de êxito e a ponderação dos benefícios. Exercitar esses elementos sob a forma de jogos e esportes desperta no homem seus símbolos, fantasias e desejos de aventura. Alguns desses esportes são realizados junto à natureza, associados ao movimento ecológico (COSTA, 2000, p. 9-10).

Muitos grupos se formam, de acordo com a convergência de seus interesses e desejos, em torno dessas vivências, revelando emoções, sentidos, simbolismos, dimensões culturais de vivenciar tais experiências e buscam em atividades de risco e aventura, o sentimento de glória, de vitória. Parece ser a busca de uma identidade própria, de “ser diferente”, de tentar ir de encontro aos preceitos de um mundo globalizado, que canaliza motivações para vivenciar atividades na natureza.

Uvinha (2003) relata em seus estudos que usuários de lazer que buscam essas vivências relacionadas ao elemento “aventura”, demonstram algumas outras características.

[...] há quem ressalte a busca da solidão ou de pequenos grupos um dos fatores mais importantes na configuração da atividade ligada à aventura [...] tal fato se deve, entre outros, à segurança ao praticante em evitar a concentração de pessoas [...] ou ainda numa espécie de fuga dos

⁹² “A existência dos elementos da competição, da incerteza das informações do ambiente e do parceiro ou do adversário, por exemplo, deslocam-se nesses esportes no sentido de um sujeito humano, concreto, de um outro, para um confronto com adversários da natureza antropomorfizados: ventos, avalanches, enxurradas, ondas, temperatura ambiente. E passa a ser ele mesmo, o praticante, o seu principal adversário. O ambiente selvagem assume papel decisivo, produzindo informações que podem lhe escapar ao total controle, exigindo-lhe maior rapidez de decisões em ação ante as adversidades. O fato de estar só diante da natureza faz com que a competição desloque o sentido do outro para si mesmo” (COSTA, 2000, p. 7).

valores urbanos [...] implicando uma vivência particular com a natureza (UVINHA, 2003, p. 24).

Em outra obra de Uvinha (2001), que trata dos esportes radicais ou de aventura, o mesmo explica que, geralmente, estas são vivências que também experimentam o imprevisto, já que ocorrem em ambientes naturais e proporcionam sensações de excitação, ou daquilo que costuma ser citado por seus usuários, como adrenalina⁹³.

Poder-se-á brincar de sentir medo no ar e no mar, sobre a onda ou sobre o rochedo, nas subidas ou nas descidas, no vazio que beira a catástrofe, de forma a experimentar realmente as sensações excitantes dos sonhos de vôo, ou saborear essa dinâmica mais modesta do salto (UVINHA, 2001, p. 24).

Um aspecto interessante a ser destacado, faz referência a um comportamento específico apontado apenas por usuários do PEUt, no que se refere às relações de convivência impressas nesse espaço público. Alguns relatam que as relações de sociabilidade entre os frequentadores do parque são diferentes de outros espaços da cidade.

Aqui é tão gostoso! A própria relação com as pessoas aqui é diferente. As pessoas se dão “bom dia”, se cumprimentam. Isso também facilita uma relação muito mais de comunidade mesmo, né? Isso eu não vejo em outros lugares que já caminhei por aí (informação verbal)⁹⁴.
Pra cá vêm pessoas até de Ananindeua caminhar. Esse pessoal que passou vem lá de Ananindeua, lá do 40 Horas pra cá. Então, você imagina, a pessoa vem do 40 Horas pra cá. Por que? De todos os locais que ela foi pra caminhar, o que ela se sentiu melhor e bem foi aqui. A gente tava conversando um dia desses. Ela vem de carro até aqui e caminha. Então ela vem todos os dias. Aqui é a vida que a gente pediu a

⁹³ Para o referido autor (2001, p. 24), o elemento “*ilinx*” proposto por Caillois (1990) caracteriza-se por “um estado orgânico de confusão e estupor”, sinalizando ainda que os jogos inseridos na classificação do autor, que fazem parte do “*ilinx*”, consistem “em uma tentativa de destruir por um instante a estabilidade da percepção e infligir à consciência lúdica uma espécie de pânico voluptuoso”, o que pode estar ligado ao “risco” encontrado nos esportes radicais.

⁹⁴ Usuário 15, PEUt. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, novembro 2011.

Deus! Aí você passa e diz “bom dia!”. E as pessoas respondem. É aonde você ainda encontra isso. Se você for pro Bosque ou pra uma praça caminhar, as pessoas só querem caminhar, ninguém fala com você. Parece assim que tá todo mundo correndo, com pressa ou com o “rei na barriga”. Aqui não, é outro astral! (informação verbal)⁹⁵.

Esses comportamentos observados pela pesquisadora e citados pelos usuários do PEUt, convergem com o que Rechia (2003, p. 11) ressalta sobre a importância dos espaços públicos que, por terem se originado nas cidades em função de uma necessidade por um contato, por uma comunicação, por uma certa organização e por trocas entre as pessoas, acabam funcionando como um “lugar onde as pessoas podem encontrar-se sem se estranhar pelo fato de serem estranhos, tornando-se espaço privilegiado para manutenção de formas de convívio, de civilidade e de cidadania”.

De forma geral, nas três áreas observadas, existem muitas referências dos usuários sobre suas experiências anteriores na natureza, o que remete a uma aproximação com algumas concepções que Serpa (2009, p. 120) denomina como uma divisão entre o “mal urbano” e o “rural belo e natural”, existindo uma nítida dicotomia de “campo *ers* s cidade”, em função de algumas pessoas ainda considerarem as áreas rurais como “natureza” e em contradição com os espaços urbanos.

Eu amo a natureza! Eu sou de Fordlândia, do alto Tapajós, uma cidade americana, que os americanos vieram pra cá, fizeram contrato com o Brasil, né? De passar, parece que 40 anos e não ficaram nem dez anos. De maneira que eu sou acostumada a passear de canoa, andar na floresta, eu gosto muito! Eu não gosto de asfalto! Eu gosto de interior! Então, olhe, você sabe o que é vida? Você sabe o que é você ver uma criança saudável? Não ter aquela criança ansiosa, medrosa? Não! Ali você andava como aqui no Bosque, nesse mato. Ali, a gente andava pelas seringueiras e as crianças viviam naturalmente. Eu tenho uma saudade muito grande da minha infância! Mesmo estando meio abandonada, nossa cidade tem menos poluição, mas olha, eu adoraria

⁹⁵ Usuário 8, PEUt. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, agosto 2011.

morar lá! Se eu não tivesse netinhos pequenos, eu acho que eu largaria tudo e ia pro meio do mato! Eu adoro! Meu marido, então, amava! A gente vivia muito bem! (informação verbal)⁹⁶.

Eu sou de Ponta de Pedras, então vivi minha infância na beira da praia, de baixo de árvore, né? E é interessante isso, como as lembranças são as melhores possíveis. Vivi minha infância, aprendi a ler e escrever na areia da praia, você tá entendendo? Antes de eu ir pra escola, de noções no papel, eu aprendi vivendo, subindo e descendo nas árvores, coisas super importantes pra uma criança e nem hoje elas têm, nem na escola. É uma relação só com o concreto. Porque é prático, é funcional. Mas não é só isso que o ser humano precisa. Eu acho que até que o que vivi na infância tem muito a ver com o valor que eu dou a esses espaços. Eu adoro praia, contemplar o rio, as árvores. Eu adoro a contemplação mesmo! (informação verbal)⁹⁷.

Eu sou do tempo que os quintais, no meu bairro, na Pedreira, não tinham muitas cercas. E a gente tinha muitas árvores. A gente conseguia desfrutar das frutas, dos quintais com árvores, com frutas que você não encontra hoje mais e tipos de vegetações, mesmo. Então, era muito intenso. As chuvas, as enxurradas, de tomar banho naquele canal ali, que na verdade não era tão poluído como hoje, ainda era como um igarapé. Já tinha essa coisa da grande invasão, de casas ali, mas a gente, quando é criança, se mete, se desafia a tudo, né? Era uma relação muito boa! Hoje, com essa questão dessa intensa urbanização tudo isso ficou limitado, não é? As casas são todas cercadas, muradas e a própria questão da violência urbana faz as pessoas saírem das casas, morarem pra apartamento. Essa questão de morar em apartamento tira um pouco essa possibilidade de estar em ambientes em contato com a natureza, nos quintais, que já são bem poucos. Eu sinto uma grande perda hoje, dessa qualidade de vida (informação verbal)⁹⁸.

Em contrapartida, essa construção de vivências individuais referentes à natureza, esses significados simbólicos impressos em tais experiências podem indicar uma tendência dessas pessoas de buscar e apreciar lugares semelhantes àqueles visitados e vivenciados em períodos anteriores de suas

⁹⁶ Usuário 10, Bosque. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, agosto 2011.

⁹⁷ Usuário 13, Praça. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, novembro 2011.

⁹⁸ Usuário 15, PEUt. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, novembro 2011.

vidas, atualmente situados como Áreas Verdes Públicas Urbanas, que sob a ótica de Bourdieu (1983b), poderia se traduzir em uma capacidade de apreciar e diferenciar algumas práticas e objetos específicos, um determinado gosto, originando um conjunto de conhecimentos e estilos de vida.

Esse conjunto de conhecimentos práticos, adquiridos por meio das vivências, é demonstrado nas falas de muitos usuários. Em alguns depoimentos a noção de natureza é baseada em valores produtivos, tendo o uso consumista ou compensatório das áreas.

Também houve depoimentos de alguns usuários, que demonstraram uma certa nostalgia e romantismo pela natureza perdida da cidade, com uma concepção um pouco voltada à sacralização desta, mas também com a demonstração da fragilidade que se impôs na relação sociedade-natureza.

No entanto, em grande parte dos depoimentos de usuários dessas três Áreas Verdes Públicas Urbanas, houve a demonstração e a verbalização de que estes percebem-na como um elemento de fundamental importância, não apenas em função das questões mais amplas de preservação, fundadas em teorias que defendam a sobrevivência do planeta, mas como uma necessidade bio-psico-social em suas vidas cotidianas, na relação com a cidade urbanizada.

As vivências de lazer desses indivíduos acabam por convergir num determinado capital social acumulado sobre suas relações com essas áreas verdes, alicerçando a formação de sua relação socioambiental específica (suas escolhas e gostos na relação ser humano-natureza), ou seja, de seu *abitis*, entendido como um conjunto de conhecimentos práticos adquiridos ao longo de sua vida, os quais permitem que possam perceber e agir num determinado universo social (BOURDIEU, 1983b).

Evidencia-se, portanto, que as vivências tratadas neste estudo são o *abitis* construído a partir de toda essa gama de conhecimentos adquiridos nas suas relações socioambientais durante a vida desses usuários.

A partir deste entendimento, o termo “vivências”, que continua a ser utilizado no decorrer do texto, passa a incorporar esse sentido de práticas sociais estruturais e individuais defendidas por Bourdieu (1983b) como *habitus*.

6.2 RELAÇÕES ENTRE VIVÊNCIAS E AÇÕES FACILITADORAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Muitas vezes, existem conflitos em algumas vivências, porque nem sempre estas são consensuais com as tentativas de organização das ações facilitadoras para essas áreas. Existem usos diferentes e uma nítida percepção de que algumas demandas dos usuários não são atendidas. Além disso, nas três áreas observadas são apontados alguns problemas que interferem direta ou indiretamente na qualidade das vivências de lazer.

Em relação ao lazer, ainda que tenham sido apontados alguns programas, projetos e ações em Belém, coordenados pelas secretarias responsáveis por políticas públicas de esporte e lazer, a maioria destes são pensados para serem realizados em quadras, ginásios, escolas, ou seja, em espaços construídos.

O aproveitamento de Áreas Verdes Públicas Urbanas ainda é muito tímido, apesar de se visualizar nas praças, nos bosques e nos parques da cidade, um número cada vez maior de usuários de lazer buscando esses lugares, e realizando suas atividades de forma autônoma nos mesmos.

Por essa razão, torna-se necessário tentar entender como algumas das políticas públicas de lazer são elaboradas, e porque, algumas vezes, o usuário de lazer não possui acesso aos programas e projetos elaborados por algumas secretarias.

O que se nota é que muitos usuários não têm conhecimento sobre a existência destes; não os percebem acontecendo em lugares próximos de sua moradia e/ou de sua frequência; ou até os percebem, mas demonstram desinteresse, em função destes não atenderem às suas demandas.

Ou seja, parece haver um descompasso entre o que os usuários visualizam e participam e o que o poder público anuncia, demonstrando que esse tipo de política pública organizada muitas vezes não é percebida, por haver um problema de planejamento, execução e/ou avaliação em sua implantação e funcionamento.

Conforme informações cedidas por uma das gestoras da Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer (SEJEL) sobre as razões para as escolhas por alguns tipos de programas, projetos e ações de lazer em Belém, estas são descritas a seguir.

Quem elabora os projetos são os técnicos da coordenadoria de lazer ou às vezes eles acontecem por indicação do próprio secretário. Ele vê, visita alguma cidade, vê algum projeto interessante, aí traz e os técnicos aqui elaboram outro, meio que parecido, algo assim. Ou então, os técnicos mesmo, pesquisando, vendo algo interessante, aí a gente tenta viabilizar em projeto (informação verbal)⁹⁹.

Percebe-se que não existe um diálogo e uma participação popular no momento de se pensar e elaborar os projetos, inviabilizando o conhecimento real dos anseios da população e de suas necessidades concretas.

Como alerta Serpa (2009, p. 143), uma nova linguagem deve ser construída, baseada na intersubjetividade das experiências, que pode revelar pontos comuns entre profissionais e leigos. “A chave para a participação é o diálogo. E o diálogo pressupõe a desconstrução da hierarquia das diferenças”. Portanto, é necessário que os responsáveis pela elaboração dos projetos “desçam do alto de seus conhecimentos técnicos” e busquem o diálogo com a população, que mesmo “leiga” no assunto, muitas vezes é capaz de apontar a realidade e suas necessidades concretas.

A multiplicidade de vivências citadas pelos usuários das três áreas verdes observadas nesse estudo demonstra uma riqueza de significados simbólicos e uma necessidade premente de frequentar essas áreas e de aproveitá-las para vivenciar o lazer, fazendo com que a necessidade de se estar nelas se reproduza.

Essas áreas possuem significativa importância nas cidades, no entanto, não basta criá-las e preservá-las. Sua inserção na vida das pessoas precisa contribuir para recuperar a relação homem-natureza, mesmo que inicialmente configuradas em seu aspecto utilitário, redimensionando o urbano, com a presença do natural e de novos parâmetros de vida cidadina.

⁹⁹ Gestora 1, SEJEL. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, maio 2011.

Após serem inseridas por essas e outras razões, não se sabe muito bem o que fazer com elas, se a política pública não tiver realmente a cultura, o esporte e o lazer como prioridade, ou ainda a relação homem-natureza, essas áreas tendem a se transformar em gargalos, muitas vezes até serem abandonadas e então colocadas no circuito do mercado imobiliário (CABRAL; BAHIA; FIGUEIREDO, 2011, p. 66).

Entretanto, o poder público nem sempre tem acompanhado os anseios da população e, independentemente da existência de programas institucionalizados de lazer nessas áreas, as pessoas sentem necessidade de vivenciá-lo e o fazem de forma autônoma.

Analisando a gama de programas, projetos e ações das secretarias de esporte e lazer, tanto estadual, quanto municipal, percebe-se que estas ainda não conseguem articular as políticas de lazer às necessidades da população, à importância real e simbólica dessas áreas verdes e à riqueza de possibilidades de vivências nas mesmas.

A gestora da SEJEL relata como são idealizadas as escolhas dos locais dos projetos de seu setor, e aponta que alguns desses são realizados em Áreas Verdes Públicas Urbanas.

É feito um apanhado primeiro né? Todo um mapeamento de espaço, e ver onde é melhor pra população ser atendida, onde possa chegar melhor. É feito mais ou menos desse jeito. A gente trabalha nas praças, em espaços que tem área verde. No Bosque já fizemos atividades, colônia de férias. O projeto é o Projeto Verão, aí a gente tem umas atividades dentro do Projeto Verão, tem passeios, tem atividades no Bosque, no Mosqueiro, em Icoaraci, no Outeiro, em Cotijuba. O Brinca Belém, que eu te falei antes, a gente trabalha nas praças, em ruas, no Parque do Utinga nós já fizemos atividades; então tem várias áreas verdes que a gente trabalha, mas não é específico do projeto. Tem o “Saúde e Lazer” que ele acontece em praças, nesses lugares que tem áreas verdes. E até mesmo porque a gente procura que tenha pra ter um espaço mais com sombra, com ventilação, pra pessoa poder utilizar melhor os equipamentos (informação verbal)¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Gestora 1, SEJEL. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, maio 2011.

Apesar de a referida gestora indicar a realização de projetos em algumas áreas verdes, percebe-se que não há uma regularidade e continuidade nesse uso. São realizadas ações pontuais que acontecem em momentos específicos.

Esse fato é percebido tanto por usuários de lazer, quanto por animadores socioculturais que desenvolvem suas atividades em alguma dessas áreas, como é relatado a seguir.

A gente sente falta de algum projeto aqui. Se tivesse uma equipe de profissionais tipo psicólogo, fisioterapeuta, médico, educador físico. Uma equipe, seria fantástico! Alguém que verifique a pressão da gente. E aqui, quando você quer fazer as trilhas, você tem que ir no quartel, aí você tem que pedir. E eles vêm, eles fazem o acompanhamento nas trilhas, por dentro do mato. Fora isso não! É a gente e Deus e nada mais! Se a gente se sentir mal aí dentro, já era! Acho que também tinha que melhorar a segurança aqui dentro. Aqui o que a gente tem é o pessoal que anda de bicicleta pra socorrer e trazer, mas fora isso, se você tiver só, morre lá sozinho. Ninguém te ajuda, porque não tem, entendeu? (informação verbal)¹⁰¹.

A maioria das Secretarias que frequentam o Parque pra desenvolver atividade física, é só isso que eles querem. Desenvolver a atividade física, ser atendido pelo BPA, fazer a parte de diversão aqui dentro, descontrair etc... Mas interesse em desenvolver atividade, em trabalhar em conjunto, eles não demonstram. Projetos, ações, não existem. Eles vêm um dia fazer trilha e acabou! Não aparecem mais ou então só aparecem quando precisam novamente de outra atividade (informação verbal)¹⁰².

Alguns usuários relataram desconhecer ou não ter acesso às orientações sobre suas práticas corporais em algumas áreas da cidade, apesar do Projeto “Saúde e Lazer” (SEJEL) ter como objetivo a realização de suas atividades em logradouros públicos (praças e áreas verdes da cidade), com orientações também nas academias ao ar livre.

¹⁰¹ Usuário 8, PEUt. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, agosto 2011.

¹⁰² Animador 5, PEUt. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, junho 2011.

Um desses usuários, que caminha no entorno e dentro do Bosque Rodrigues Alves, elogia a existência de aparelhos de ginástica para o uso público e gratuito, no entanto, demonstra certa insatisfação, por não receber orientação específica para o uso correto dos equipamentos da academia ao ar livre (SEJEL), localizada na Avenida 25 de Setembro (atual Romulo Maiorana).

Eu e minha mulher, a gente gosta muito de caminhar aqui no Bosque, porque parece que é outro clima, a gente até respira melhor, mesmo com o trânsito aí fora. Depois a gente vai pra aqueles aparelhos aí atrás, na 25. Eu achei legal a colocação desses aparelhos pra ginástica, mas sinto falta de alguém pra orientar a gente. Toda vez que eu vou, e já fui em horários diferentes, eu não vejo um professor pra dizer se a gente tá fazendo as coisas certas. Tá lá escrito no aparelho, mas a gente nunca sabe, né? Eu não sei se é azar, mas todos os horários que vou, nunca vejo ninguém dizendo pra fazer isso ou aquilo. Colocar o aparelho é importante, mas se não ficar alguém orientando pode até fazer mal pra nossa saúde, nossa coluna, né? (informação verbal)¹⁰³.

E eu ouvi falar que criaram uma tal de Secretaria de Esporte e Lazer, mas eu não vejo eles aqui. Botaram uns aparelhos aí fora do Bosque, mas e aqui? O que adianta esses aparelhos, que a gente nem sabe direito o que fazer e se tá fazendo certo? Eles deviam era orientar o pessoal que caminha aqui, fora e dentro do Bosque (informação verbal)¹⁰⁴.

Também para um usuário da Praça Batista Campos, faltam orientações nas práticas corporais nas praças e demais áreas, resultando na falta de incentivo para a realização de atividades e ausência de orientações básicas sobre os procedimentos corretos a serem adotados citando, inclusive, outros Estados onde há essa preocupação, tanto pelo poder público, quanto pela iniciativa privada.

Há uma nítida cobrança por políticas públicas de esporte e lazer nessas áreas, inclusive com a participação mais efetiva das instituições superiores de ensino que formam professores que atuarão na área, no sentido de utilizarem

¹⁰³ Usuário 9, Bosque. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, agosto 2011.

¹⁰⁴ Usuário 10, Bosque. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, agosto 2011.

esse espaço como uma espécie de laboratório para suas práticas de ensino, viabilizando não apenas um aprendizado dos alunos, como a aplicação de conhecimentos à população.

Com relação às atividades físicas, deveria ter todos os sábados, domingos e feriados professores de educação física, de academias. Isso incentiva! Além do incentivo do poder público, o incentivo de academias, de professores de academia, da iniciativa privada, como eu vejo no parque de Goiânia, no parque de Brasília, no parque de São Paulo. A gente vai pra lá, tem atividades físicas, instruídas por pessoas capacitadas, por pessoas com conhecimentos aeróbicos e mais com som, com essas atividades de alegria, de exercícios corretos. Então a gente não vê nada disso aqui. Você está aqui há um tempo comigo e você não vê nada, você não vê nenhuma atividade dessa aqui. Eu já vim ontem, eu já vim hoje, vou vim esse mês todo e você não vê ninguém pra orientar nada. Aí, aparecem aqui num aniversário da praça, num aniversário do município. Aí que tem alguma atividade. Mas depois disso, acaba novamente, fogem novamente, não tem mais nada, a não ser essa caminhada nossa aqui, quase que anônima, quase que calada, quieta, solitária, sem esse tipo de atividade, de acompanhamento, de música, né? (informação verbal)¹⁰⁵.

Falta trazer projetos pra praça. Projetos que orientassem a gente nas caminhadas, no alongamento. Poderia ser dessa Secretaria de Lazer do município, de academias, de alunos da UEPA. Eles poderiam estar aqui fazendo os seus aprendizados, que eles vão sair formados, pra esse tipo de estudo e prática. Essas pessoas da área deveriam vir passar essas orientações, fazer esse acompanhamento, até como formação da área de estudo da pessoa, do aluno que está se formando em educação física, ou em nutrição, fisioterapia. Pra que eles viessem pra essa aula prática, junto com a população e a população tivesse um aproveitamento muito bom, saudável e correto. Para os alunos isso seria muito bom também, sair da sala de aula e vim pra prática na rua, né? (informação verbal)¹⁰⁶.

Nem sempre está visível a ação do poder público, no que se refere aos projetos realizados em áreas verdes, como, por exemplo, o Bosque. Na

¹⁰⁵ Usuário 12, Praça. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, novembro 2011.

¹⁰⁶ Usuário 6, Praça. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, outubro 2011.

percepção de um usuário do Bosque, ficam mais evidentes as ações privadas que vêm acontecendo na área, do que os projetos institucionais citados anteriormente.

Também há referência à falta de projetos que atendam aos adultos e aos idosos nas práticas de lazer relacionadas às atividades físicas, caracterizando a ausência de intervenção de instituições responsáveis por políticas públicas de lazer nessa área verde.

Aqui tem **yoga**, mas não tem mais nada aqui. É uma pena, né? Até pra incentivar as pessoas pra vir pra cá. E com a sua presença, entra dinheiro aqui, pra poder manter, pra cuidar mais do bosque, né? Realmente o poder público, ele não liga, sabe? Aqui eu vejo que a coisa é meio devagar, é meio marca-passos aqui! Só vejo uns projetos com crianças. Existem uns projetos que você vê por aí na cidade pro idoso, mas eles só fazem isso, inclusive alguns deputados, quando chaga próximo às eleições, aí eles começam a fazer, porque querem voto, né? Mas realmente cuidar de um idoso, levar isso a sério, é muito difícil! E isso é cultural, porque em São Paulo você vê que existe muito isso. E aqui poderia ser muito mais aproveitado, aqui existe uma energia vital incrível! Uma energia da natureza, das árvores, mas eles não aproveitam. Eu não vejo projetos de atividades aqui pra aproveitar isso! E eu ouvi falar que criaram uma tal de Secretaria de Esporte e Lazer, mas eu não vejo eles aqui. Botaram uns aparelhos aí fora do Bosque, mas e aqui? O que adianta esses aparelhos, que a gente nem sabe direito o que fazer e se tá fazendo certo? Eles deviam era orientar o pessoal que caminha aqui, fora e dentro do Bosque (informação verbal)¹⁰⁷.

Para um dos animadores socioculturais que atuam no Bosque, faltam ações específicas de esporte e de lazer nessas áreas, tanto no Bosque, quanto em outras áreas verdes da cidade, as quais poderiam estar abertas ao uso público como forma de viabilizar experiências de lazer e de educação ambiental ou possuírem uma melhor manutenção e ação dos agentes públicos em relação à viabilização de políticas públicas específicas para as áreas.

¹⁰⁷ Usuário 10, Bosque. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, agosto 2011.

Tem um grupo de *o a* que vem participar aqui nos sábados. Ele vem porque ele gosta, e muita gente participa. Por que a Prefeitura não pode fazer isso também? Disponibilizar um técnico pra fazer esse trabalho, pelo menos uma vez no mês. Cadê a Secretaria de Esporte e Lazer? E por que uma Secretaria de Turismo não promove uma trilha ecológica aqui dentro? Basta informar “olha, vai ocorrer uma trilha ecológica no período tal, em tal hora”. Vai encher de gente! Tem o Parque Ecológico do Médici, que está abandonado, que deveria estar desenvolvendo algumas atividades, é municipal! Tem uma estrutura muito bonita, um prédio belíssimo! Mas tá lá largado. Só têm alguns técnicos lá dentro pra manter, pra conservar, mas atividade não tem, é fechado! O Parque do Utinga também! Então são espaços verdes que nós temos dentro da cidade que não são aproveitados, não são disponibilizados pro público externo, pra comunidade. Falta mesmo, ressaltando novamente, vontade! Só vontade política. Não precisa de dinheiro, basta querer. É uma ação simples que tem um impacto enorme. As pessoas passam a frequentar as áreas, conservar, ver o que está errado: “olha, você não pode fazer isso!”, ela começa a se policiar não só aqui, mas em casa, na rua (informação verbal)¹⁰⁸.

Outro aspecto importante de ser tratado é que, ainda que se tenha avançado nas discussões e na legislação sobre a política urbana e a necessidade do direito ao lazer e ao meio ambiente, como, por exemplo, na legislação sobre o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor, a efetiva aplicação de seus princípios no planejamento das cidades ainda demonstra um abismo muito grande no que se refere ao planejamento de cidades como Belém.

Algumas Áreas Verdes Públicas Urbanas são criadas na cidade, entretanto, encontram-se fechadas ao uso público, inviabilizando a ampliação das possibilidades de acesso dos usuários, constituindo-se como um entrave ao direito à cidade, ao lazer e ao meio ambiente.

A importância da existência de áreas verdes, tanto para a manutenção da qualidade urbana, quanto para a possibilidade de vivência do lazer, surge como um discurso unânime entre os diversos agentes sociais inseridos no campo de

¹⁰⁸ Animador 2, Bosque. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, julho 2011.

relações aqui estudado, demonstrando que há um consenso na compreensão de que a caracterização do urbano vem continuamente excluindo as paisagens naturais, e que, muitas vezes, as situa como contradição à paisagem urbana.

Nesse sentido, é preciso inserir o verde, a “natureza” de alguma forma, e a criação de parques em determinados locais da cidade, aparentemente resolve o problema de desnaturalização da feição urbana. Essa contradição é resolvida na perspectiva em que os planejadores urbanos inserem nos preceitos de planejamento da cidade a necessidade da presença de áreas verdes. Apesar de sua aparente importância, elas geralmente são instaladas em áreas não visadas pela especulação imobiliária (só após sua instalação o entorno vira objeto de especulação) (CABRAL, BAHIA, FIGUEIREDO, 2011, p. 66).

As instituições que trabalham diretamente em Áreas Verdes Públicas Urbanas demonstram possuir uma visão um pouco mais ampliada, para além do senso comum, sobre aspectos socioambientais e o uso público dessas áreas. Este fato pode demonstrar que o capital acumulado está diretamente interligado à área de formação dos gestores que, em sua maioria, tiveram a possibilidade de acessar conhecimentos específicos em suas graduações ou pós-graduações.

Suas falas buscam explicar uma diversidade de aspectos, dentre estes, a importância da proteção e da preservação de áreas naturais na cidade, o uso público destas, a necessidade da educação ambiental nas áreas verdes e as preocupações acerca de áreas perdidas ou a caminho de se perder no urbano.

O município de Belém tem o percentual maior de seu território que é formado pelas 39 ilhas, região insular. Sendo que as duas ilhas maiores são Caratateua (Outeiro) e Mosqueiro. Então o grande potencial do município é trabalhar a proteção das áreas verdes remanescentes na região insular. Isso aí é importantíssimo! Na região continental, já prevendo um avanço do processo de urbanização, que tá muito rápido, trabalhar também, já os remanescentes da região continental. Sendo que em 2008, na revisão do Plano Diretor já foi previsto algumas áreas na região insular pra serem criadas unidades de conservação, porém insuficiente. Existem mais demandas urgentes de proteção na

região insular e também na continental, que a gente já perdeu, algumas propostas de criação de unidades na região continental já foram perdidas, por conta do avanço, principalmente no eixo da Augusto Montenegro (informação verbal)¹⁰⁹.

A preservação da área verde, além de proteger as nossas matas, elas são a fonte produtora de oxigênio, também ela é uma área onde a troca gasosa e também de calor, ela acontece no centro do Parque. Você sente a diferença do clima, dentro dessa área há possibilidade de fazer essa troca de calor e, conseqüentemente, a absorção dos gases nocivos à saúde, que são muitos, como o gás carbônico, e o processo da fotossíntese. Então é importantíssima também a manutenção da área verde! Foi construído um obstáculo, em função desse crescimento demográfico, que são esses muros. Mas os muros, por si só se tornam obsoletos se não houver esse trabalho de educação ambiental, se as pessoas não entenderem que a cada lixo que é jogado nos córregos, a cada vez que são construídos condomínios em que os detritos desses condomínios também deságuam nos córregos, prejudica a purificação da água, também prejudica a dos mananciais e aí é uma reação em cadeia, que as próprias matas ciliares ficam prejudicadas em seu crescimento (informação verbal)¹¹⁰.

Tem muita gente que é contra as unidades de conservação, porque dizem que ela restringe, ela não deixa a pessoa entrar pra dentro da unidade, não deixa o uso, mas pensa você, que se não fossem as unidades de conservação, por exemplo, aí eu vou te dar o exemplo do Parque do Utinga, se esse parque não fosse parque, não existiria mais essa área verde aqui. Porque a pressão urbana é muito grande, a pressão sobre esses dois lagos é muito grande! Nós temos ilícitos aqui demais ainda, com toda a proteção que a gente tem com o BPA dentro do parque e a gente tem ilícito de invasão, de tentativa de invasão, de pesca, de caça, a gente tem isso aqui dentro. Imagina você se não fosse uma unidade, não resistiria! Esse parque foi criado pra abrigar os mananciais que abastecem a cidade de Belém. Ele tem que ser preservado! Então assim, se resguardando o direito das pessoas, de ir, de vir, de entrar, de ter a convivência, mas se não fosse a unidade de conservação, eu vejo isso, essa é a importância que eu vejo. Antes eu não entendia muito bem “porque que tranca?”, “porque que mura uma área dessa?”, “porque não

¹⁰⁹ Gestor 1, Bosque. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, maio 2011.

¹¹⁰ Gestor 3, PEUt. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, junho 2011.

deixa aberta à comunidade?” Mas é que a pressão antrópica é tão grande, que você acaba não tendo como controlar, você não tem controle. Então imagina que se não existissem as unidades de conservação, o que vai ser do planeta daqui a 50 anos? Não digo nem tantos anos, digo daqui a 50 anos. Se não existirem unidades de conservação, onde áreas verdes sejam protegidas, o homem não vai resistir também, né? (informação verbal)¹¹¹.

Os animadores socioculturais também destacam a importância dessas áreas para a prática de atividades de lazer, com base em conhecimentos teórico-práticos que tiveram acesso, a partir de suas formações específicas e ao longo de suas atuações nessas áreas.

Para além do reconhecimento da importância dessas áreas na cidade, os animadores demonstram a necessidade dos agentes do poder público direcionarem esforços em sua manutenção, em sua divulgação, na criação e manutenção de programas que viabilizem a conservação dessas áreas, por meio da educação da população em geral.

Eu acho que o significado dessas áreas, principalmente para as crianças, para os pesquisadores, para os turistas, pra comunidade de uma forma geral é um significado que tem peso muito grande. Apesar de nós morarmos numa região ampla, abundante em fauna e em flora, mas as ilhas de calor, a cidade tá aí fora, a poluição sonora nós escutamos daqui, os engarrafamentos, a loucura urbana está lá fora, isso implica em menor qualidade de vida na questão do olhar da preservação ambiental. Então eu acho que é um privilégio da população, e uma obrigação do poder público manter essas áreas de preservação ambiental e abrir para as pessoas usarem, com responsabilidade, é claro! (informação verbal)¹¹².

Muitos moradores de Belém não conhecem essa área. A gente consegue ver no relato das pessoas quando estão dentro do parque. Quando você não conhece é muito difícil você preservar e proteger. Mas a partir do momento que você conhece muda. Dentro de uma região metropolitana, a importância de se ter ainda o verde, de se preservar esses lagos,

¹¹¹ Gestor 2, PEUt. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, junho 2011.

¹¹² Animador 2, Bosque. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, julho 2011.

preservar as espécies, tanto florísticas, quanto faunísticas do parque, pra própria educação ambiental do público, então a gente explica a importância disso. Foi pensado na APA como zona de amortecimento, só que, na verdade, não tá acontecendo, né? Eles tão sufocando a APA e esse sufoco chega no parque. Essa zona de amortecimento não existe mais. Então a gente tenta orientar a população, pra mudança de comportamento, a importância da educação ambiental, pra preservar esse espaço (informação verbal)¹¹³.

Para os agentes do terceiro setor fica evidente a importância de Áreas Verdes Públicas Urbanas, principalmente pela escassez de possibilidades de acesso a lazer gratuito para a população de menor poder aquisitivo.

Há uma nítida cobrança de representantes do terceiro setor para que o poder público assuma a responsabilidade de planejar e implementar projetos e ações que viabilizem a utilização dessas áreas como forma de educação, melhoria da qualidade de vida e diversidade de opções de lazer à população.

É de suma importância, porque Belém é uma cidade que não tem praia. Belém tem só piscinas particulares de clubes, que a maioria, a grande maioria da sua população não tem poder aquisitivo pra ser sócio de um clube, pra levar os filhos, a família, para a piscina. Então, qual é a distração que o pobre tem? O assalariado tem? São só as praças! O povo vem trazer os filhos pra praça pra gozar desse lazer, da praça. Pelo menos pra mostrar alguma coisa para o filho, mostrar isso aqui. Então, isso é que é importante e talvez os nossos órgãos públicos não tenham atentado. Quer dizer, a amplitude e o alcance desses projetos, é o que tá faltando! Eu acho que falta sensibilidade dos nossos gestores públicos, com relação às praças. Não estamos sabendo aproveitar o manancial que oferecem esses logradouros pra levar saúde, levar educação e levar o lazer pras famílias de Belém (informação verbal)¹¹⁴.

Também se percebe a preocupação dos usuários relacionada à responsabilidade dos agentes públicos em dar maior atenção a essas áreas na cidade. Em suas falas, são apontadas necessidades em relação à sua preservação para o acesso da população.

¹¹³ Animador 3, PEUT. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, maio 2011.

¹¹⁴ Representante do Terceiro Setor 1, Praça. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, novembro 2011.

Mesmo com o cronograma de ações realizadas pela SEMMA na Praça Batista Campos, demonstrado anteriormente, os usuários manifestam o desejo de uma ação mais constante e efetiva desta secretaria, principalmente no que se refere à manutenção da mesma.

Um dos usuários da praça cita a necessidade de maior presença e continuidade em alguns serviços públicos, como por exemplo, a preservação do patrimônio público desses espaços.

Eu acho que o poder público fica ausente uma boa parte do ano. E num certo tempo, quando já tá em total depredação, eles começam a melhorar, recuperar, a tornar um pouco mais agradável aquele ambiente ali pra que as pessoas possam frequentar. Mas eu ainda acho que o poder público ainda é muito ausente, com relação a esse tipo de preservação de parque, de praças públicas, de áreas de lazer, de locais que são sinônimos da nossa região, da região amazônica, e que a gente não dá muito valor. Que poderia ser muito mais olhado pelo poder público pra que nós pudéssemos ter sempre uma área boa, uma área conservada. Então você vê, aqui em Belém são poucos, poucos os lugares que agente vê que tão sendo preservados e procuram ter um pouco mais de conservação pelo poder público. Que é aqui a praça Batista Campos, que há muito tempo atrás ficou abandonada, aí foi revitalizada, tá muito bonita. E a praça da República que também tá bonita, porque foi revitalizada. Mas não é só revitalizar e ficar aquele periodozinho ali, e depois desaparece. E assim fica anos e pós anos e abandonada e as coisas se depredando. Eu mesmo já presenciei, aqui na Praça Batista Campos, que nós temos uma guarda municipal aqui, mas ela chega 8 horas, é a hora que eles começam a ficar por aqui em alguns pontos e a gente vê o descaso total. Não tem uma segurança pelo Patrimônio Público. Deveria ser mais instruído esse pessoal que vem trabalhar na guarda municipal, porque eu mesmo já presenciei algumas depredações de balanços ali das crianças. Aquelas pessoas de mais de 18 anos, que são do colégio aqui perto, o Tiradentes, as pessoas estarem de manhã cedo esperando o colégio pra começar a aula e eles estarem lá, pendurados, em pé nos balanços, se balançando e pulando, cada “galalau”, enquanto que o posto da guarda municipal estava fechado, só tinham poucos guardas lá sentados. Então você olha ali pra esquina, tem dois ou três conversando ali e pra cá não tem mais nenhum. Então

a praça é grande e eu acho que falta o poder público ter mais atenção, instruir melhor esses rapazes, esse pessoal da guarda municipal, que vêm trabalhar e proteger o patrimônio público (informação verbal)¹¹⁵.

Também percebem a urgência de uma maior divulgação e visibilidade de ações e investimentos na cidade como um todo, e nas Áreas Verdes Públicas Urbanas, tanto no que se refere ao âmbito geral das políticas públicas, quanto às políticas específicas de lazer para a população.

Para estes, ações de divulgação que viabilizem o conhecimento e a participação democrática da população em atividades nessas áreas, pode viabilizar uma possibilidade de educação e conscientização sobre a importância da existência desses lugares na cidade.

Essas áreas são importantes, porque elas conservam toda a biodiversidade que existe, uma parte dela, né? Já que já foi fragmentada. Aqui no Utinga, por exemplo, onde tem todo o policiamento, tudinho, dá pra ter, mais ou menos, uma noção de quanto que eles pegam pessoas, caçadores, que pegam animais silvestres. Dá pra ter uma noção bacana. Por isso que não se pode deixar de ter esse policiamento nessas áreas. O próprio Bosque, que é um fragmento dentro da cidade de Belém, mas é um fragmento de floresta nativa mesmo, já existe há muito tempo. É importante, até pra que as pessoas conheçam, né? É uma pena que não há muita divulgação dessas áreas, pra que as pessoas possam ir visitar, enfim, que pode ir, né? Vão por conta própria e vêem que é uma beleza! (informação verbal)¹¹⁶.

Eu não tenho dados precisos, mas o que eu vejo é que, de vez em quando, você encontra algum comercial na TV dizendo “Ah, vão pra Praça Batista Campos, vai ter tal coisa lá” ou então “No Bosque vai ter uma programação tal”. Atividades programadas pela Prefeitura, pelo Estado e tal. Mas são iniciativas bem escassas, na verdade, não têm uma regularidade nessas iniciativas, né? Você não encontra, por exemplo, atividades acontecendo todo domingo nesses lugares. Até têm coisas acontecendo na praça da República, no Bosque, no museu Emílio Goeldi tem uma programação até pra educação especial, tem uns alunos

¹¹⁵ Usuário 12, Praça. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, novembro 2011.

¹¹⁶ Usuário 2, PEUT. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, julho 2011.

surdos, que fazem uma programação lá. Mas não é divulgado! Eu sei por experiência própria, que eu já frequento. Acho que falta fazer muita coisa. A gente não vê melhorias nessas áreas que já existem ou criação de outras áreas. Até tem, mas ou não são abertas ao público, como o Médici, a Pirelli, ou nem são divulgadas. Aí acaba sendo invadido, porque as pessoas nem sabe pra que preservar aquilo, né? Se elas frequentassem, saberiam dar valor! (informação verbal)¹¹⁷.

Suas preocupações giram em torno de questões relativas à atuação do poder público, principalmente no que se refere às pressões do campo econômico, em fatores como o planejamento da cidade, o uso do solo, a especulação imobiliária avançando em toda a extensão da cidade e, conseqüentemente, sobre essas áreas e a influência da mídia num lazer consumista.

São preocupações conjugadas por alguns teóricos, como Maricato (2009, p. 124-125), que ao se referirem a um tipo excludente de organização das cidades, denunciam que este fato acaba por promover “planejamento urbano para alguns, mercado para alguns, lei para alguns, modernidade para alguns, cidadania para alguns [...]”

Belém tá perdendo essas áreas. Eu vejo pelos jornais. Aqui e acolá sai uma reportagem etc. E a população aumenta, os edifícios aumentam. Um problema sério aqui: o crescimento vertical da cidade. Belém é uma cidade quente e aí, levantando muitos edifícios, um perto do outro e, além disso, aumenta o asfalto, destroem as mangueiras. Vai ficar um inferno! O nosso povo carece de uma consciência crítica. Sem essa consciência ele não se dá conta dos valores que dispõe sobre as suas próprias necessidades. Mas o próprio poder público não faz questão de aguçar essa consciência na população. Voltando um pouco no tempo, antigamente, as pessoas não tinham o estímulo que têm hoje, a mídia, as propagandas etc. Eles deslocam essa percepção que as pessoas poderiam ter das coisas naturais. Elas ficam muito envolvidas ou pelo lazer de consumo, ou pelo prazer imediato, ou então passa a ser uma moda. Mas aquela consciência de atender necessidades do corpo e da

¹¹⁷ Usuário 5, Bosque. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, julho 2011.

alma, do espírito, realmente isso não existe! (informação verbal)¹¹⁸. A gente poderia ter mais espaços desses em Belém. Nós estamos no meio da Amazônia e a gente tem um parque aqui em Belém que a gente pode frequentar, que é esse! Quando eu era criança, eu morava numa cidade, que é Campinas, e lá tem o Parque Taquaral, e lá nesse parque, eu tenho as melhores lembranças. Tinha uma área de churrasqueiras, e as pessoas iam com suas famílias, faziam piquenique. Tinha uma área de caminhada, uma área pra bicicleta. E ele nem é tão grande quanto esse. Ele me parecia tão enorme, por tantas coisas acolhedoras que ele tinha. E eu sempre sonhei, imaginei um parque assim. Porque eu acho que é uma coisa que a gente fica imaginando, que todo mundo tem direito de vim, porque seria uma forma de você se divertir, saindo de casa, sem ter tantas despesas, porque a sociedade tá tão consumista, que onde você vai, você gasta dinheiro. E eu acho que isso é uma forma de você sair, levar suas coisas, passear, entendeu? E eu sempre imaginei que o Utinga poderia ser assim. Mas eu não sei o que falta. Eu acho que não deve faltar muita coisa. Eu acho que talvez uma manifestação, uma reivindicação, ou talvez até se a gente começasse a questionar e a pedir, a gente conseguia. Tem tanta gente em Belém que não conhece o Utinga (informação verbal)¹¹⁹.

Algumas Áreas Verdes Públicas Urbanas foram criadas legalmente há quase vinte anos na região metropolitana de Belém, entretanto, estão, até hoje, sem a sua abertura para a utilização da população, o que dificulta o processo de educação e a possibilidade de usufruto do lazer como forma de valorização e mediação das relações socioambientais.

Essas áreas passam a se tornar alvo da especulação imobiliária, exatamente por não demonstrarem o real sentido e significado de sua importância na cidade, já que são reduzidas e visualizadas como “matas” que atrapalham o desenvolvimento e o crescimento urbano.

Há um reconhecimento de alguns agentes públicos sobre a deficiência na gestão dessas áreas, principalmente no que se refere a estas ainda não possuírem uma estrutura mínima para se viabilizar o uso público e a implementação de projetos de esporte, lazer, turismo e educação ambiental.

¹¹⁸ Usuário 5, Praça. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, setembro 2011.

¹¹⁹ Usuário 14, PEUt. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, novembro 2011.

As áreas verdes existentes são o parque do Mosqueiro, que foi criado em 1993, de quase 200 hectares, mas que ainda não é aberto ao público, porque houve um problema de questão fundiária que ainda existe uma pendência judicial, a questão do domínio do território da área, impede o investimento do uso público, então já vamos fazer 20 anos já e não se colocou nenhuma infraestrutura adequada para receber o público, por conta dessa questão fundiária. O Parque Ecológico do Município de Belém, que fica lá no conjunto Médici foi criado em novembro de 1991 e a partir de 2010 recebeu uma infraestrutura, por conta da compensação ambiental que veio do Governo do Estado, por conta da criação da Avenida Independência e, com isso foi feita uma infraestrutura de administração, capaz de receber público, porém, ainda não está aberta ao público. O poder público municipal teria condições de já atender, a infraestrutura já está montada, construída, pronta pra receber o público. Eu vejo que há dificuldade de composição de equipe, de formação de uma equipe técnica especializada, de concurso público, contratação. Era já pra ter... já tem mais de seis meses inaugurada a estrutura, mas ainda não está aberta ao público (informação verbal)¹²⁰.

Existe uma área de 6 mil hectares, ou seja, 6 mil campos de futebol, que é o refúgio da vida silvestre, que fica em Marituba, na antiga área conhecida como fazenda Pirelli. Essa área também é de competência nossa, de guarda compartilhada com a SEMA. Quanto a sua devida estrutura, pra épocas futuras, seria uma boa área pra visitação. Hoje não há possibilidade de uso público, visitação. Existe o Parque Municipal de Belém, que é competência do município de Belém e está em fase de implementação. A importância dessas áreas é, de, além dos serviços ambientais, de contribuição com o microclima, a questão da preservação da fauna silvestre da Amazônia e pela beleza cênica que elas apresentam, e não há como negar a questão científica, também, de se conhecer a Amazônia (informação verbal)¹²¹.

Na verdade, esse entendimento de que essas áreas atrapalham o desenvolvimento e a expansão das cidades, aliado ao descaso do poder público em aproximar os moradores da cidade para conhecerem, usufruírem e valorizarem estes locais faz com que muitas pessoas acabem utilizando uma

¹²⁰ Gestor 1, Bosque. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, maio 2011.

¹²¹ Gestor 1, PEUt. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, junho 2011.

lógica de que, já que estas “matas” estão ali sem muito “uso”, devem servir como locais de armazenamento de lixo ou de despejo de esgotos das áreas urbanizadas da cidade.

Analisando o próprio planejamento de Belém é alarmante documentar a falta de intervenção de setores públicos de saneamento, para resolver os inúmeros problemas de armazenamento de lixo dentro e no entorno do Parque do Utinga e de despejos de diversos esgotos, que são direcionados para dentro de uma área que abriga os mananciais de água que abastecem a cidade, e é uma área de proteção ambiental (Fotografias 39, 40).

Fotografia 39 - Depósito de lixo dentro da área do PEUt.



Fonte: Autoria própria (2011).

Fotografia 40 - Tubulação despejando esgoto dentro da área do PEUt.



Fonte: Autoria própria (2011).

Agentes do setor privado e do terceiro setor apontam os problemas existentes em áreas verdes, de forma geral, porém, consideram que esses problemas podem ser resolvidos privatizando ou terceirizando serviços nessas áreas.

Fica evidente, que quando há ausência de políticas públicas eficientes ou deficiência na gestão pública, outros setores da sociedade se posicionam à frente do processo, buscando preencher as lacunas existentes.

Os serviços que os parques oferecem, segundo os gestores desses parques no Brasil, que eu escutei no congresso e que tem sido uma saída muito boa é terceirizar os serviços. O serviço de segurança, como já é feito no Utinga, não muito bem, mas é feito. Não está efetivamente funcionando muito bem, mas é feito. Serviço de portaria, serviço de condução de trilha, serviço de algum souvenir ou de lanchonete, tudo deveria ser terceirizado (informação verbal)¹²².

Eu trabalhei lá no Utinga e tínhamos uma dificuldade muito grande, porque é muito “manda chuva”, é muita gente mandando. Não é só a SEMA que tá dentro do Parque do Utinga, tem Embrapa, tem Cosanpa, tem o BPA. Então é muito comandante pra pouco índio. E isso gera conflito, demais. Da experiência que eu tive lá era conflito o tempo todo. Então era o tempo todo a gente contornando pra cá, contornando pra lá. Então os problemas eles são muitos e não é fácil. Eu acho que o que a gente precisa é de um gestor “de pulso”, pra que possa coordenar, como a gestão de 2010/2011 estava coordenando muito bem, né? Precisamos sim dessa terceirização, pra que haja, realmente, pessoas credenciadas pra poder conduzir numa trilha, pra fazer um rapel. Logicamente, pra ser credenciada ela vai ser capacitada, vai ser conhecedora do que ela vai fazer. Com certeza não vai fazer besteira! E se fizer besteira, tira a credencial dela, é muito simples! Então isso são coisas que eu acho que poderiam funcionar, como funcionam nos outros parques, no Brasil todo (informação verbal)¹²³.

A associação foi criada pra manter a praça, com todo o seu verde, com toda a sua plástica, as suas plantas, as suas árvores, tudo, porque os órgãos públicos não davam a atenção que a praça merecia. Então, a associação foi fundada e criada com essa finalidade, de ajudar a Prefeitura a administrar a praça, a manter a praça, com seus encantos naturais e não deixar que acabassem com a praça. Durante todo esse tempo, nós exercemos junto lá à Prefeitura, principalmente a SEURB e a SEMMA, junções no sentido que fizéssemos esse trabalho na praça. Foi com essa finalidade que a associação foi criada e está até hoje. Hoje, nós temos na presidência o doutor José Olímpio. Então a associação está mantendo isso aí. A praça nunca esteve tão bonita, tão bem iluminada, tão bem tratada, como teve agora nesses últimos quatro ou cinco meses (informação verbal)¹²⁴.

¹²² Representante Setor Privado 1, PEUt. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, maio 2011.

¹²³ Animador 1, Setor Privado. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, junho 2011.

¹²⁴ Representante Terceiro Setor 1, Praça. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, novembro 2011.

Um dos fatores de maior preocupação para a qualidade das vivências nessas áreas é o fator da segurança em suas dependências. O PEUt, por exemplo, apresenta esse tipo de problema, que já foi detectado pela SEMA e pelo BPA, em levantamento realizado na área, onde foram encontradas 62 entradas clandestinas, as quais geram insegurança aos usuários, por facilitarem o acesso à área e a ocorrência de muitos assaltos na própria área e no entorno da mesma, como é possível se verificar na fotografia a seguir, que mostra duas dessas entradas clandestinas (Fotografia 41, 42).

Fotografia 41 - Entradas clandestinas do PEUt com grades retiradas.



Fonte: Autoria própria (2011).

Fotografia 42 - Entradas clandestinas do PEUt e restos de objetos furtados



Fonte: Autoria própria (2011).

Essas preocupações também são relatadas por animadores socioculturais que trabalham no parque – e que percebem a urgência de se ter um planejamento, não apenas envolvendo a infraestrutura necessária à melhoria da segurança, mas relacionado também à escala de trabalho daqueles que atuam na área, e uma maior articulação com a população do entorno, viabilizando parcerias, por meio de ações de educação ambiental.

As pessoas gostariam mais de fazer trilhas e tal. Porque só pode andar nas trilhas com os condutores, né? Então eles ficam mais na estrada mesmo, fazendo as atividades e eles gostariam de participar. O que eles reclamam mais realmente é questão da segurança, porque não tem muito, principalmente à tarde. Porque o Batalhão trabalha mais de manhã, até mais ou menos uma hora. E os técnicos da SEMA também. Então essa é uma área muito grande e às vezes acaba acontecendo assalto, essas

coisas. Dependendo do local onde eles estão praticando as atividades. Então eles reclamam mesmo da segurança. Eu acho que em primeiro, deveria melhorar a segurança, né? Porque aqui no Parque, por ser cercado por comunidades, a gente sabe que tem a questão da violência, drogas, essas coisas todas, né? Então eles acabam entrando no parque e vindo assaltar as pessoas que estão aqui dentro, ameaçando mesmo a segurança das pessoas que aqui frequentam. Em questão de melhoria, a gente poderia utilizar essa comunidade, capacitando elas, pra que elas sejam parceiras nossas, parceiras do parque, né? Então eu acho que a gente deveria trabalhar mais forte a questão da educação ambiental e que essas pessoas possam participar diretamente aqui dentro, não só vir visitar, mas sim dar a sua contribuição, serem reprodutores de educação ambiental, né? E aqueles usuários que vêm correr e caminhar aqui poderiam ser os nossos grandes parceiros colo “olheiros”, que veem tudo, até mais do que a gente, e seriam verdadeiros “amigos do parque” (informação verbal)¹²⁵.

Para os usuários, esses são problemas que resultam em fatores limitantes do uso das áreas verdes para a vivência de lazer, principalmente porque não se sentem totalmente seguros nessas, que mesmo com a presença de segurança no local, possuem uma vasta extensão, inviabilizando um policiamento totalmente abrangente.

Os problemas são visíveis em todas as áreas verdes, e, por mais que em algumas gestões específicas haja certo interesse na resolução dos problemas, as ações ainda são muito lentas, e parecem imperceptíveis aos olhos dos usuários.

Às vezes, a questão da segurança aqui me preocupa. Antigamente, eu andava com muito mais tranquilidade aqui. E, às vezes, eu até preferia quando não tinha ninguém. Hoje eu ando só até onde eu vejo que tem alguém vindo. Quer dizer, não é aquela coisa como era antigamente. Eu insisto em vir. Às vezes, a minha família diz: “porque que você vai pra ali, é perigoso!”. Mas é porque eu gosto muito! Mas, realmente, eu não me sinto mais tranquila, como eu me sentia antigamente. Tem carro que anda aqui em velocidade alta. Às vezes, caminhão até do exército.

¹²⁵ Animador 4, PEUt. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, maio 2011.

Tinha que ter um trabalho educativo. Antes das pessoas virem visitar o parque, ter essa consciência de preservação, de que ali tem muitos animais, de que não só as pessoas, mas, animais que passam por ali que você pode matar, pode atropelar, enfim, eu acho que deveriam visar a questão da pessoa que frequenta aqui; ter uma sinalização pra gente, de distância, orientações. Você tendo um lugar melhor pra você caminhar, áreas de descanso e até orientação de caminhadas. Eu achava que seria uma coisa interessante (informação verbal)¹²⁶.

Eu fiquei até com medo ali, que eu vi dois cidadãos me olhando muito, e tá meio deserto aqui, né? Os guardas da Guarda Municipal estavam lá no lago, no maior “papo” com um pessoal, até umas meninas. Era pra eles estarem andando por aqui, né? Eu fiquei com medo, eu tava com o celular na mão e disse, “Ih, vamos, vamos, que hoje não dá aqui”. Já no Museu Emílio Goedi, você vê a polícia o tempo todo, os guardas, tipo dando uma proteção, né? Mas aqui, realmente, deixa a desejar! Eu olhei pra você e achei que você era uma pesquisadora de fora, do estrangeiro, porque você tem cara de alemã, sei lá, aí eu ia lhe avisar “cuidado! Não vá muito pra lá, sozinha!” Agora cadê o policiamento, né? Devia ter! O que a gente paga de imposto é pra ter isso aqui, essas áreas, olha aqui, era pra estar tudo limpinho, naturalmente. Mas eles se contentam com a aparência, a superfície. E o importante mesmo eles deixam a desejar, né? (Informação verbal)¹²⁷.

Teve um tempo que eu nem passava pela praça depois das oito horas da noite. Vivia tendo assalto e era muito escuro. Até que melhorou, mas eu sempre fico “de olho”, porque esses guardas aí, ficam só até uma certa hora (informação verbal)¹²⁸.

Com o crescimento da cidade, essas áreas sofrem pressões continuamente. As condições espaciais da cidade e a especulação imobiliária, a qual sofre influência direta do campo político e do campo econômico, geram conflitos que são citados pelos agentes públicos.

¹²⁶ Usuário 12, PEUT. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, novembro 2011.

¹²⁷ Usuário 3, Bosque. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, julho 2011.

¹²⁸ Usuário 7, Praça. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, outubro 2011.

Enquanto os usuários cobram ações efetivas do poder público na preservação das áreas verdes, a concepção de alguns gestores públicos é de que a população tem uma grande parcela de responsabilidade pelos impactos nessas áreas, o que carece de uma visão muito mais ampla da complexidade desse conflito, merecendo estudos posteriores mais aprofundados.

Certamente esses muros precisam ser mantidos, porque a pressão social é muito grande. Nós temos essa concepção, eu não sou ambientalista, mas a partir do momento que eu comecei a trabalhar aqui, eu comecei a adquirir um certo conhecimento nesse sentido, mas a gente percebe que, como a sociedade é formada por pessoas, vamos falar assim, a grosso modo, cada pessoa tem uma necessidade, tem um pensamento. No meu caso, eu penso em preservar, mas no outro caso, tem pessoas que têm problemas com habitação, ela não tem onde morar. Então, ela vê a oportunidade de uma área tão vasta do Parque ser ocupada. E até de uma forma inocente, ela imagina assim “Pôxa, eu só vou pegar um pedacinho desse Parque, não fazer nem diferença!” Então, se esse desejo passar de um pra outro, no final a gente vai ter uma multidão querendo invadir o parque. A gente vai ter uma multidão. Então a coisa vai ficar bastante séria, porque vai se gerar uma cultura de que pode se invadir um local como esse. Então, eu imagino assim, que tem que haver sim essa contenção, mas que o Parque não fique fechado ao público. Por isso, nós temos esses projetos aqui, pra que essas pessoas adentrem o Parque, pra que elas entendam que esse é um local importante de ser preservado. Não que sejam fechados com os muros e ninguém entre, nem participe. Não, pelo contrário, eu quero que as pessoas participem e vejam o quanto é importante (informação verbal)¹²⁹.

Na região da ilha de Caratateua, já está muita especulação imobiliária, o avanço de habitações, de construções de residências e tudo o mais. As pessoas invadem as áreas e constroem. Então, na região continental eu creio que já perdemos muitas áreas, porém, ainda existem muitas áreas potenciais em avaliação, sendo que, no meu ver, a região insular é a área que mais existe, ainda, áreas remanescentes, que precisam ser trabalhadas urgentemente (informação verbal)¹³⁰.

¹²⁹ Gestor 3, PEUt. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, junho 2011.

¹³⁰ Gestor 1, Bosque. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, maio 2011.

Apesar dos animadores socioculturais, em sua maioria, perceberem que os frequentadores dessas áreas podem ser grandes aliados para as ações conjuntas de preservação do local, estes também fazem referências a conflitos com a população usuária, no que se refere a problemas vivenciados cotidianamente no uso público das mesmas. São problemas relacionados à falta de conscientização e de educação ambiental no uso dessas áreas.

Domingo quando, às vezes, a gente anda aqui pelo Bosque, a gente recebe um fluxo maior de gente aqui. Então, final de semana você vê muito lixo ainda aqui. A gente fica muito triste, porque a gente trabalha com uma conscientização ecológica aqui dentro do Bosque. As pessoas vêm, as pessoas sabem que não podem fazer isso. As pessoas não jogam lixo no meio da sala delas, não jogam chiclete no quarto, não jogam doce na cozinha, né? As pessoas, nas suas casas, querem se sentir bem. E porque não se sentir bem nesse ambiente, num ambiente limpo, né? Então, às vezes, a gente se desanima, mas eu penso nisso. Não só pra essa vivência ambiental, mas de uma maneira geral, uma vivência humana, terrestre. É sempre pensar que se a gente disseminar, colocar na cabecinha de um, a gente já consegue fazer muita coisa. Porque mudar a cabeça de uma pessoa, de um ser humano que pensa diferente, e fazer ele agir de outra forma, você argumentando, mostrando, é uma coisa muito difícil. Nós somos muito passionais nas coisas que a gente faz. A gente não quer mudar, a gente acha que tá certo, é difícil! A gente não tem humildade, nós não somos humildes, nós somos vaidosos. Eu acho que a gente conseguir colocar isso na cabeça de alguém é muito importante (informação verbal)¹³¹.

A relação da comunidade com o Parque é assim: eles só usam, só utilizam quando eles têm necessidades, pra suprir suas necessidades. Como aqui, nós temos a “bica”, que fornece água pra comunidade e até ajuda a sustentar algumas famílias, têm pessoas que sustentam família pegando a água daqui e vendendo, né? Então eles têm esse relacionamento com o Parque, pra suprir as necessidades deles. Mas, de cuidar, de zelar, quando a gente passa pela bica a gente sempre deixa uma recomendação “olha gente, tem plástico no chão. Vocês usam esse ambiente, então têm que zelar por esse ambiente. Não sou eu que tenho

¹³¹ Animador 1, Bosque. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, julho 2011.

que zelar por isso aqui. Vocês têm que zelar, porque vocês usufruem disso aqui, vocês vivem disso daqui. Então tem que cuidar! Não é pra deixar sujo”. Mas, mesmo assim, se passar por lá a gente vê lixo jogado perto da nascente. O pessoal que caminha joga lixo dentro do parque. Não são todos que têm essa consciência, que aqui é uma área de proteção, que não se deve jogar lixo. Às vezes, as próprias palestras que nós temos aqui no BPA, a gente instrui o visitante de como ele deve se comportar e quando a gente olha, tem alguém jogando lixo no chão, mesmo depois de ter sido orientado que não era pra jogar lixo, que todo o lixo fabricado pelo visitante tem que sair com o visitante, não é pra deixar dentro do Parque. Então, eles não têm esse zelo. Essa é nossa grande preocupação, fazer com que a comunidade do entorno do Parque, cuide do Parque, porque tem consciência de que isso aqui é um local importante pra nossa subsistência dentro de Belém. Porque se esses lagos secarem ou ficarem contaminados a tal ponto que não dê mais pra tirar água daqui, como é que vai ser nossa vida? (informação verbal)¹³².

tirar água daqui, como é que vai ser nossa vida? (informação verbal)¹³³.

Apesar dos limites apontados, há também alguns avanços e algumas relações consensuais, já que nas três áreas observadas, algumas ações facilitadoras referentes à educação ambiental são percebidas e há um reconhecimento de que estas se caracterizam por determinar um relativo avanço, no sentido de intermediar a melhoria das relações socioambientais.

Alguns usuários do Bosque apontam aspectos positivos, vivenciados, principalmente os relacionados às práticas de educação ambiental realizadas com crianças e adolescentes, tanto as visitas programadas de escolas durante a semana, quanto as programações em finais de semana e feriados. Estes se referem aos vários programas, projetos e ações desenvolvidos pela gerência do Bosque, que foram citados em capítulo anterior.

Sabe o que eu acho legal aqui no Bosque? É que a gente traz as crianças e sempre tem uma programação. Eles fazem trilha, assistem filmes, brincam e aprendem muitas coisas de educação ambiental. Acho esse

¹³² Animador 5, PEUt. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, junho 2011.

¹³³ Animador 5, PEUt. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, junho 2011.

trabalho fantástico, porque as crianças são o futuro do mundo e nas escolas nem sempre eles falam dessa coisa de meio ambiente. Aqui esse pessoal se preocupa com isso. Eu já vim durante a semana com minha filha e vi várias escolas fazendo atividades. Eu não vejo isso em outro lugar aqui em Belém. Parece que no Museu também tem isso, mas venho mais aqui mesmo, porque já é uma coisa certa! (informação verbal)¹³⁴.

Eu sou presidente de uma associação de bairro, lá da Marambaia. E sempre a gente agenda com a direção do Bosque e vem com os alunos das escolas de lá. É muito bom, porque o trabalho deles é sério. Eles têm uma ótima equipe, que vai mostrando as plantas, contam a história do Bosque, fazem as crianças aprenderem a dar valor ao meio ambiente mesmo. E isso é vital, porque essa vida que a gente ta levando hoje... se não educar as crianças, vai acabar todo esse verde aí do planeta (informação verbal)¹³⁵.

As referências positivas referentes ao Parque do Utinga, relacionam-se às atividades de educação ambiental, por meio de condução de estudantes de escolas pela equipe da SEMA e as atividades de aventura realizadas pelos policiais do Batalhão de Polícia Ambiental.

Os usuários percebem a existência dessas ações, e reconhecem a importância das mesmas para a qualificação das vivências e uma melhor conscientização acerca das relações com a natureza.

Eu caminho aqui todo dia e sempre vejo que todos os dias eles trazem escolas, fazem trilha, dão palestra. Uma vez eu até pedi pra ir junto e achei muito interessante, porque é um trabalho educativo legal. Os estudantes vivem algo novo, saem da escola e vêm ver de perto a natureza. Dá pra ver que eles saem daqui diferentes. Eu até vi um dizendo que vinha trazer toda a família pra conhecer, porque eles nem sabiam que tinha essa floresta aqui (informação verbal)¹³⁶.

A gente veio com o pessoal lá da empresa fazer uma trilha e fazer **rapel**, e eu trouxe o meu filho. Ele ficou louco! E eu falei pro sargento que tava conosco: “olha nem o videogame, sargento, que eu dei pro meu filho,

¹³⁴ Usuário 6, Bosque. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, agosto 2011.

¹³⁵ Usuário 2, Bosque. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, julho 2011.

¹³⁶ Usuário 11, PEUt. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, setembro 2011.

ele não ficou tão radiante quanto ele ficou com essa trilha e esse rapel“ (informação verbal)¹³⁷.

Alguns usuários se referem a um período específico de gestão no PEUt, entre os anos de 2010 e início de 2011, onde foram realizadas ações de aproximação e participação dos usuários, realizadas algumas reuniões, cadastramento e emissão de carteirinhas de identificação para as pessoas que fazem atividades físicas no Parque, palestras educativas e outras atividades. Muitos usuários consideraram positivas estas ações, e elogiaram bastante esta aproximação do poder público e da sociedade, para viabilizar projetos conjuntos no parque, inclusive com a criação da associação de “amigos do parque”.

Entretanto, estes também perceberam que houve uma certa interrupção nessas ações, enfraquecendo as relações já iniciadas. Na verdade, estes se referem a uma mudança de gestão, com uma perda qualitativa nas ações já desenvolvidas no parque e a necessidade de se dar continuidade.

Já houve umas pessoas que vieram fazer umas perguntas daí da SEMA, e disseram que iam fazer coisas, iam colocar não sei o quê, colocar carteirinha, mas as coisas são assim: começa e não termina! Mudou o pessoal daí e não vejo nada. Aí uma época perguntaram o que se achava de pagar um real pra entrar, “beleza”, se for pra segurança da gente não tem problema. Mas que tenha segurança, não é? (informação verbal)¹³⁸. Olha, ano passado e início desse ano eles, fizeram um negócio bem legal. Cadastraram o pessoal que caminha, deram carteirinha, parece que vão até fazer uma associação de amigos do Parque. Eu e minha mulher participamos de umas reuniões, com palestra, dizendo da importância dessa área, desses lagos. Tinha também uns monitores que faziam atividades de aventura, além dos guardas que já fazem. Só que agora, no segundo semestre desse ano, eu não tô mais vendo isso. Nunca mais chamaram a gente, ficaram de fazer outra carteirinha e ficou por isso mesmo. Me disseram que mudou a gestão. Aí é uma droga, né? Quando entra outro, não dá continuidade aos projetos. Bora aguardar

¹³⁷ Usuário 8, PEUt. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, agosto 2011.

¹³⁸ Usuário 14, PEUt. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, novembro 2011.

pra ver se eles retomam isso (informação verbal)¹³⁹.

Quem anda e corre aqui são os mesmos; todo mundo se cumprimenta aqui. A gente poderia até fazer uma associação “os amigos do Parque Ambiental do Utinga”. Ano passado nós preenchemos um questionário, já faz um tempo, mas não foi pra frente. A gente até se propôs a pagar alguma taxazinha pra ingressar, uma coisa simbólica, mas que ajudasse. A gente participou da entrevista, mas não foi pra frente (informação verbal)¹⁴⁰.

Este fato pode indicar que, em função da gestão anterior ter sido assumida por uma gerente de parque com formação específica para o gerenciamento de áreas naturais e conhecimentos acumulados sobre aspectos de participação da população, pela via da educação ambiental. As ações foram mais qualificadas, e tiveram uma reverberação positiva para a população que participou desse processo.

Outro aspecto bastante positivo faz referência a um significativo empenho de animadores, tanto do Bosque, quanto do PEUt, no sentido de qualificar suas ações em busca de melhorar as vivências daqueles que participam dessas ações institucionalizadas, almejando a participação efetiva do público e uma melhoria das relações socioambientais.

Eu estou mais envolvido na área de educação ambiental para crianças, através do teatro, né? Esse trabalho é feito todos os domingos pela manhã, acontece lá na brinquedoteca, né? Eu encarno, eu represento, eu interpreto o Antônio Lemos, que foi uma pessoa muito importante, um urbanizador importantíssimo aqui da cidade de Belém, né? Eu tive que fazer um estudo, sobre a vida de Antônio Lemos, como ele chegou aqui, porque ele veio pra cá, porque ele tinha esse pensamento de criar essa visão, essa ótica visionária que ele tinha há dois séculos atrás. Aí, tive que fazer um trabalho de busca, de pesquisa, do vestuário, pra saber o que eu vou usar, pra se adaptar ao clima, as condições climáticas eram outras, né? O meu trabalho é fazer uma conscientização ecológica-ambiental pras crianças, né? De uma forma lúdica, com jogos teatrais, com jogos voltados para o público infantil, voltados para as crianças. E falando pra eles dos monumentos aqui do Bosque, dos fatos históricos

¹³⁹ Usuário 8, PEUt. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, agosto 2011.

¹⁴⁰ Usuário 14, PEUt. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, novembro 2011.

que ocorreram aqui no Bosque. Então eu levo as crianças de lá da brinquedoteca para o cinema. Que é o momento que eu começo a fazer uma trilha com elas também. Aí, nessa trilha, tem mais jogos lúdicos, tem mais jogos pra prender a atenção deles, porque é muito difícil trabalhar com crianças. Tem que prender a atenção dela de alguma forma, senão ela faz outra coisa, ela vê um lugar, uma folha caindo, ela vai atrás daquilo. Você tem que estudar metodologias e criar estratégias pra lidar com criança (informação verbal)¹⁴¹.

Isso aqui é a minha vida. Já era pra eu ter ido pra reserva, mas meu trabalho aqui me dá tanta satisfação, que não penso em parar ainda. Eu vim pra cá quando nem existia esse trabalho de educação ambiental. Nós que começamos. Essa trilha do macaco que vai aqui do Bolonha até lá o centro de visitação, fui eu que fiz. E eu fiz assim, mais próximo da estrada, que eu queria que o visitante sentisse o clima por dentro do mato e fosse identificando o tipo de árvore grande que tinha por dentro do mato, e que se acontecesse qualquer coisa com alguém era só direcionar. E tem outras trilhas que o visitante pode ir. O que mais me deixa feliz é ver a satisfação do visitante. Ver que ele está gostando, que está observando a natureza. (informação verbal)¹⁴².

Na Praça, os usuários não se referem às vivências de lazer propriamente ditas, mas suas referências positivas se referem a alguns aspectos estruturais, que para estes relacionam-se com suas práticas, como, por exemplo, a revitalização de algumas áreas da praça, a iluminação e a segurança do local.

Eu acho que a praça tá bacana agora, eu acho que eles cuidam. A gente vê guardas, ajeitaram os brinquedos. Aqui é mais bonito que a praça perto de casa, a São Domingos. Lá é mais pra ambulante, eles vendem mais roupa, não é como aqui. Essa aqui é bem bacana, ela melhorou muito, inclusive agora antes do Natal eles enfeitaram aqui e tá ótimo mesmo! (informação verbal)¹⁴³.

A partir dessas observações e análises, pode-se dizer que o campo relacional do lazer nas três Áreas Verdes Públicas Urbanas observadas está permeado por um jogo de forças que, ora possui relações conflituosas, ora apresenta relações consensuais.

¹⁴¹ Animador 1, Bosque. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, julho 2011.

¹⁴² Animador 8, PEUt. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, agosto 2011.

¹⁴³ Usuário 7, Praça. Entrevista concedida a Mirleide Bahia, Belém, outubro 2011.

Os usuários conseguem vivenciar o lazer, muitas vezes, de forma independente das ações do poder público, no entanto, estes também sentem falta e cobram um empenho maior. E há um reconhecimento da intervenção deste em algumas áreas, e por algumas instituições específicas.

Apesar de alguns usuários de lazer dessas áreas ainda pautarem as suas vivências em lógicas consumistas, traduzidas no “uso” da natureza, ao observar as vivências de muitos outros usuários, percebe-se que estas concretizam outro tipo de relação mais integrada com a natureza e, com isso, são estas que possibilitam uma relação socioambiental mais positiva desse homem cidadão. Esse usuário estabelece uma relação de cidadão com esse espaço, para utilizar a concepção de Santos (2009), ou seja, mantém uma relação mais profunda, pois vive, produz e reproduz esse espaço.

Outro aspecto importante e essencial, para uma maior qualidade nas vivências de lazer nessas áreas, refere-se também ao grau de intervenção participativa dos vários atores nos processos decisórios, pois os gestores e os animadores que atuam nas áreas verdes devem planejar seus programas, projetos e ações, a partir de conhecimentos técnicos, mas também devem abrir canais de participação da população para entender às demandas dos usuários.

Desta forma, como defende Melo (2003, p. 49), ao estudar o PEUt, mas podendo-se estender suas reflexões às diversas Áreas Verdes Públicas Urbanas de Belém, deve-se considerar que a participação comunitária pode alicerçar a gestão ambiental, “incorporando mecanismos de sensibilização e envolvimento da população, para que interfiram na solução coletiva de problemas locais de proteção ambiental”.

É por meio da participação comunitária que, muitas vezes, a população que frequenta essas áreas cria um sentimento de pertencimento, com significativo envolvimento nas ações e uma participação efetiva na contribuição ao cuidado pelo lugar, por se sentir partícipe dos processos decisórios e ter a sensação de ser ouvida e/ou atendida em suas demandas, principalmente as referentes às suas possibilidades de vivências de lazer naquela área.

De forma resumida, o panorama que se apresenta sobre as relações conflituosas e as relações consensuais pode ser verificado no Quadro 18.

Quadro 18 - Relações conflituosas e consensuais que interferem na qualidade das vivências

<p>RELAÇÕES CONFLITUOSAS E PROBLEMAS QUE INTERFEREM DIRETA OU INDIRETAMENTE NA QUALIDADE DAS VIVÊNCIAS</p>	<p>RELAÇÕES CONSENSUAIS E AVANÇOS PARA A QUALIDADE DAS VIVÊNCIAS</p>
<p><u>Vivências de usuários X organização das ações facilitadoras das PP</u> - usos diferentes, restrições normativas e algumas demandas não atendidas;</p> <p><u>Grande frequência de usuários nas AVPU X Políticas de Esporte e Lazer</u> - falta de articulação com as necessidades da população, com a importância real e simbólica das AVPU e com a riqueza de possibilidades de vivências;</p> <p><u>AVPU fechadas ao uso público</u> - entrave ao direito à cidade, ao lazer e ao meio ambiente, dificultando o processo de educação e a possibilidade de usufruto do lazer como forma de intermediação das relações socioambientais;</p> <p><u>AVPU X especulação imobiliária</u> - sem demonstrarem o real significado de sua importância na cidade, são visualizadas como “matas” que atrapalham o desenvolvimento e o crescimento urbano;</p> <p><u>AVPU X saneamento</u> - uso dessas áreas como “matas” para armazenamento de lixo e despejos de diversos esgotos;</p> <p><u>AVPU X segurança</u> - preocupação no uso das áreas por falta de segurança em suas dependências (Ex: 62 entradas clandestinas no PEUt);</p> <p><u>Terceiro setor</u> - cobrança de PP para a educação, para a melhoria da qualidade de vida e para a diversidade de opções de lazer à população;</p> <p><u>Setor Privado</u> - problemas podem ser resolvidos privatizando ou terceirizando serviços nessas áreas.</p>	<p><u>Bosque</u> - ações de educação ambiental realizadas com crianças e adolescentes em visitas programadas de escolas durante a semana e programações em finais de semana e feriados;</p> <p><u>PEUt</u> - ações de educação ambiental com estudantes de escolas, atividades de aventura (SEMA e BPA), ações de aproximação e participação dos usuários que realizam práticas corporais diárias com reuniões, cadastramento e emissão de carteirinhas de identificação, palestras educativas e outras atividades;</p> <p><u>Praça</u> - programações culturais em datas comemorativas e alguns aspectos estruturais (revitalização de algumas áreas da praça, a iluminação e a segurança do local).</p>

Fonte: Autoria própria (2012).

7 CONCLUSÕES

A partir de uma determinada trajetória, percebe-se que quando o lazer surge, na configuração conhecida atualmente, a partir da dicotomia trabalho x lazer, começa também o interesse em estudá-lo. E as ciências sociais se debruçam sobre estudos que compreendam o campo do lazer e as relações de espaço, de tempo e de práticas adotadas na vida social.

Esse caminho não foi um caminho único e homogêneo – contou com perspectivas teóricas voltadas a críticas e outras a valorização do lazer. Essa trajetória não apenas se alicerçou em torno de estudos científicos, mas também foram mobilizadas ações para que o lazer fosse garantido legalmente, à população, a fim de que as pessoas pudessem ter direito ao acesso a este. Atualmente, há uma valorização do lazer como uma instância importante e necessária na vida do homem moderno, surgindo assim toda uma organização social, também alicerçada em termos legais, para a criação de políticas que possam garantir esse direito, até se chegar a uma institucionalização do lazer, com a criação de instituições federais, estaduais e municipais responsáveis por suas políticas, passando este a fazer parte da vida societal moderna dos indivíduos. E essa configuração atual do lazer é extremamente relacionada com o urbano.

As vivências de lazer representam o homem moderno na cidade, e de uma forma diferente de como acontecia em séculos passados, antes do processo de industrialização e urbanização, onde estas eram vividas cotidianamente sem rupturas tempo de trabalho-tempo de lazer. Esta ruptura se dá quando se rompe também os locais dessas vivências de lazer, e esses locais específicos são representados por espaços que possam proporcioná-las e, também, possam proporcionar uma relação mais próxima com a natureza, porque nesse processo também se rompe uma vida quase unificada entre homem e natureza. Com isso, institucionalizam-se espaços específicos, os quais possam propiciar

um movimento de reaproximação com a natureza, como, por exemplo, as Áreas Verdes Públicas Urbanas (praças, parques, bosques etc.).

Dessa forma, a presente pesquisa buscou realizar uma análise acerca das vivências de lazer em três Áreas Verdes Públicas Urbanas e de que forma estas estão intermediando as relações socioambientais em Belém, por meio de um olhar sobre a dinâmica do campo de relações de poder nas três áreas observadas nesse estudo, abrangendo um conjunto de ações dos agentes presentes no referido campo.

Foi possível observar que há o reconhecimento da existência do lazer institucionalizado, já que na sociedade moderna o espaço e o tempo nas grandes metrópoles passam a adquirir esse caráter, ou seja, agora há um espaço (como, por exemplo, as Áreas Verdes Públicas Urbanas) e um tempo específico para se desfrutar das experiências de lazer.

Mas, também fica evidente que o cidadão vivencia o lazer como prática livre e como necessidade humana, muitas vezes utilizando-se deste como intermediador de suas relações com a natureza.

Os visitantes de lazer das três áreas verdes observadas, em sua maioria, demonstraram uma gama de vivências e de conhecimentos acumulados no decorrer de suas vidas sobre esse tipo de lugar, estabelecendo um tipo específico de relação com a natureza.

Esse capital acumulado alicerça as formas de relações estabelecidas com a natureza, ou seja, de seu **habitus**, e há uma nítida demonstração de que alguns desses cidadãos relacionam isso às suas vivências de lazer em áreas verdes. Nesse sentido, percebeu-se que existem diversas formas de relações nessas áreas e um lazer de qualidade poderia melhorar tais relações.

Nas três áreas há uma frequência diversificada, com a presença de pessoas das diversas classes sociais e com usos múltiplos das áreas. Isso dá indícios de que, apesar de o bosque e a praça terem sido criados numa determinada época, onde seus usos haviam sido idealizados para a classe burguesa, houve uma transformação e uma transgressão dessa forma de uso, demonstrando um novo valor relacionado à democratização desses espaços

públicos. A maior presença registrada em fins de semana no bosque e em programações artísticas na praça foi de pessoas das classes média e baixa, e de bairros mais periféricos da cidade.

Muitos visitantes atribuem um significado importante às Áreas Verdes Públicas Urbanas, entretanto, este significado não é o mesmo por parte do poder público, já que estas áreas não são idealizadas para a execução de projetos com objetivos referentes às vivências de lazer. Apesar da diversidade de vivências de lazer demonstradas por estes, as secretarias responsáveis por políticas de lazer se mostram ausentes desses espaços.

O Ministério do Esporte, a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer e a Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer, apesar de serem as instituições que legalmente possuem a responsabilidade de institucionalizar as políticas públicas de lazer, por meio de diretrizes, programas, projetos e ações, estas até o fazem em âmbito geral, porém, estes são realizados em espaços tradicionais construídos (quadras, ginásios, escolas, salas etc.).

O projeto “Saúde e Lazer”, coordenado pela SEJEL, foi o único projeto citado pelas instituições responsáveis por tais políticas (em níveis federal, estadual e municipal), a ter em seus objetivos a referência de que ocorre em logradouros públicos (praças, parques etc.) de Belém. Apesar disso, não houve nenhuma referência por parte dos visitantes, dos animadores e até mesmo dos gestores sobre vivências nas três áreas observadas nesse estudo.

Isso significa dizer que, no campo relacional do lazer em Áreas Verdes Públicas Urbanas, essas três instituições representantes do poder público deveriam estar presentes nessas áreas, e atuar de forma direta no referido campo. No entanto, mostram-se totalmente ausentes. Quando realizam algumas ações nessas áreas, são em momentos pontuais ou em eventos específicos.

As instituições que possuem uma influência mais direta no campo são as Secretarias de Meio Ambiente, tanto estadual, quanto municipal. Os visitantes do PEUt e do Bosque reconhecem e visualizam a atuação dessas secretarias, no que se refere à realização de programas, projetos e ações com objetivos relacionados à educação ambiental nessas áreas.

Na praça, o reconhecimento é referente às melhorias infraestruturais e à realização de programações artísticas em datas comemorativas. De forma geral, percebe-se uma relação consensual nessa prática, porque essas ações estão relacionadas à preservação do meio ambiente para resguardar a área para o lazer. Nesse espaço específico, o terceiro setor exerce certa influência no campo de forças, por meio da Associação dos Amigos da Praça Batista Campos, a qual fiscaliza e articula parcerias para a realização de ações de lazer, bem como pressiona o poder público no sentido de atuar efetivamente e agregar melhorias a esse espaço.

No PEUt e no Bosque, apesar da ausência do poder público no oferecimento de possibilidades diversificadas de vivências de lazer, por meio das secretarias de esporte e lazer, há uma tímida participação do setor privado nesse campo.

Uma reflexão importante é de que a vivência do lazer, muitas vezes, independe da existência de uma intervenção direta do poder público, entretanto, na cidade repartida, o lazer acaba por funcionar por meio da institucionalização, e as políticas públicas se transformam em elementos importantes para se viabilizar formas de educação para uma vivência de lazer mais qualificada. Para garantir a acessibilidade da população a uma maior gama de vivências de lazer, há a necessidade de se potencializar as ações individuais, com certas garantias na cidade.

Desta forma, as políticas públicas assumem o papel de produzir maiores oportunidades, quando criam, facilitam o acesso e democratizam espaços e equipamentos públicos de lazer na cidade. Possivelmente, serão esses espaços e equipamentos que poderão vir a qualificar a diversidade de tais experiências. Ao mesmo tempo, algumas dessas vivências precisam ser orientadas por animadores socioculturais para qualificar a experiência e melhorar a resolução da contradição cidade-natureza que se estabeleceu atualmente no urbano.

Mas também é preciso não esquecer que em algumas situações as políticas públicas estabelecem formas tão organizadas e estruturadas de lazer, as quais, muitas vezes, não atendem às demandas e às necessidades dos

usuários. Isso vai de encontro com a intenção de vivência de um lazer mais emancipatório, livre e transformador.

Um exemplo significativo é o fato de que nas áreas verdes institucionalizadas, há uma série de restrições e proibições inviabilizando certas vivências, como foi possível verificar nas diversas normas de uso dos espaços. Mesmo assim, há pequenas transgressões, como no PEUt, que, apesar de ter em suas normas de visitação a proibição de adentrar nas matas do Parque sem a companhia de, pelo menos, um policial do BPA ou de um representante da gerência, nos fins de semana vários grupos de visitantes entram nas trilhas com suas bicicletas, mesmo sem acompanhamento.

Isso demonstra que nem sempre os visitantes querem a interferência de agentes de organização dessas vivências, como, por exemplo, os animadores socioculturais. Em outros momentos, no entanto, muitas vivências podem ser mais qualificadas quando acompanhadas por estes.

Outro fator que pode ser reconhecido, também como dificuldade a ser superada para a garantia de acessibilidade ao lazer, é a negligência da luta pela conquista plena do direito ao lazer por parte da população, muitas vezes por falta de consciência do lazer como necessidade humana e, por conseguinte, como direito social.

Não   difícil se perceber que num país capitalista como o Brasil, o mecanismo de exploração do trabalhador, que direciona as formas de vivência do tempo livre, associado à dificuldade de acesso, pode levar ao processo de naturalização destas relações, enfraquecendo a luta política por melhores condições de vida.

Tal realidade implica maiores responsabilidades do poder público, no que se refere ao processo de educação para o reconhecimento deste direito, oferecendo o acesso a um tipo de saber que fundamente um olhar crítico sobre a realidade vivida, e garantindo mecanismos diretos de mobilização comunitária e participação popular nas ações de planejamento, execução e avaliação das ações de esporte e lazer.

A democratização do lazer exige políticas públicas, porém, elas não se restringem somente a políticas de atividades, que na maioria das vezes acabam por se constituir em eventos isolados, e não em políticas de animação, entendida como processo. Há necessidade, também, de redução de jornada de trabalho e, portanto, a política de reordenação do tempo; significa, também, falar numa política de reordenação do solo urbano, incluindo aí os espaços e equipamentos de lazer e as áreas naturais ainda existentes no meio urbano (parques ecológicos, bosques, praças arborizadas, dentre outros).

É preciso reconhecer também que a cidade não é apenas um espaço organizado e instituído, conforme as racionalidades técnico-instrumentais pretendem estabelecer (análises técnicas e matemáticas, de cálculos bem definidos). Esta adquire características de uma obra de arte, com seu espaço modelado, conforme interesses, exigências, éticas, estéticas e ideologias dos diversos grupos.

Desta forma, o direito à cidade significa a rejeição à exclusão de classes sociais e ao afastamento da realidade urbana. Seria um caminho em direção à reconstituição da unidade espaço-temporal, à reunião dos grupos, ao encontro das pessoas, à felicidade de viver a cidade, a necessidade de se ter uma cidade, socioambientalmente equilibrada e a possibilidade de viver o lazer e a festa.

Numa lógica condicionada ao crescimento, sem maiores preocupações com a preservação e o estabelecimento de espaços verdes, as políticas urbanas vêm deixando à margem de suas ações alguns espaços das cidades, dentre estas Áreas Verdes Públicas Urbanas, tanto as consideradas legalmente como Unidades de Conservação (UCs) (áreas de proteção ambiental, parques estaduais e municipais), quanto aquelas que não se configuram como categorias de manejo das UCs (praças, parques urbanos, bosques, parques zoobotânicos, dentre outros).

Esses espaços possuem fundamental importância para a dinâmica de uma cidade, pois se transformam num **locus** de representação de um espaço verde “conservado e preservado” dentro da dinâmica urbana, podendo caracterizar-se como elementos mediadores de uma vivência humana mais aproximada à

melhor qualidade de vida, transformando-se em espaços destinados à vivência do lazer, ao contato com a natureza, a momentos de sociabilidade, a momentos de introspecção e sensibilização sobre a importância de tais espaços, para a dinâmica das **urbes** e da vida dos cidadãos.

A articulação entre as Secretarias de Esporte e Lazer e as Secretarias de Meio Ambiente, tanto no âmbito estadual, quanto no municipal, com a participação da população e do terceiro setor poderia viabilizar intervenções qualificadas de vivências de lazer nas Áreas Verdes Públicas Urbanas de Belém, tanto no sentido de educação ambiental, quanto de educação para o lazer e para a melhoria das relações socioambientais.

É preciso reconhecer que, para se transformar concretamente as realidades das cidades, é necessário deixar de pensar setorialmente, haja vista que não se trata de criar uma solução para o trânsito, uma solução para o transporte público, uma para a habitação, uma para o saneamento e assim por diante. Trata-se de ter a percepção de que se torna cada vez mais urgente e primordial compreender a necessidade de interação entre os diversos setores da sociedade, para a resolução de problemas complexos.

Com vistas a possibilitar melhores resultados na resolução dos problemas das cidades – como, por exemplo, a garantia do direito à vivência do lazer – e viabilizar políticas de ordenamento do espaço, políticas de criação e manutenção de espaços, políticas de uso, políticas de animação sociocultural, aponta-se um caminho concreto de articulação, por meio da intersectorialidade, entendendo-a como uma articulação de saberes e experiências no planejamento, na realização e na avaliação de ações, buscando alcançar resultados integrados em situações complexas, visando um efeito sinérgico no desenvolvimento social.

Assim, o papel das políticas públicas exerce grande importância como uma possibilidade e capacidade de inter-relação entre diversos setores, áreas de conhecimentos, campos de ação, no sentido de se estabelecer objetivos comuns de enfrentamento de uma problemática.

Para tanto, torna-se necessária uma construção de eixos norteadores para as ações, de forma que todos os sujeitos estejam envolvidos em todas as etapas do processo, significando que para que isso aconteça de forma positiva, há urgência na definição de estratégias de democratização e participação, com fins à descentralização e compartilhamento das decisões.

Cabe ressaltar que as ações intersetoriais não são espontâneas (dependem de uma ação deliberada); pressupõem o respeito à diversidade e às particularidades de cada agente; possibilitam a criação de espaços comunicativos, com capacidade de negociação; possibilitam o trabalho em grupo, com vistas à resolução de um conflito, a fim de se chegar com eficiência às ações concretas.

As ações intersetoriais, de forma geral, precisam considerar diversos componentes significativos que devem fazer parte da consolidação do direito à cidade, ao meio ambiente e ao lazer: Componente ambiental (políticas de preservação do ar e da água, projetos de saneamento, criação e manutenção de áreas verdes e espaços públicos arborizados, manutenção de áreas naturais, entre outros); Componente social (promoção de equidade local, criação de infraestrutura de educação, saúde, educação, entre outros); Componente econômico (dinamização de economia produtiva e serviços locais, criação de polos produtivos locais, entre outros); Componente cultural (conservação do patrimônio cultural, fomento a atividades de lazer, criação e manutenção de espaços de lazer, criação de políticas de formação para a animação sociocultural, entre outros).

De forma específica, é necessário considerar que o lazer – com seu caráter multidisciplinar – pode assumir um importante papel no processo de valorização e preservação do patrimônio histórico, social, ambiental, cultural, formal, técnico ou afetivo de uma cidade. Portanto, as ações intersetoriais, pela via do lazer, podem contribuir, efetivamente, para garantir um lazer mais qualificado e mais emancipatório, possibilitando uma vivência mais rica e prazerosa da cidade, de forma geral, e das Áreas Verdes Públicas Urbanas, de forma específica, estabelecendo pontos de referência e vínculos afetivos com estas, além de contribuir para preservar a identidade dos lugares.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Educação após **Auschwitz**. In: _____. **Educação e emancipação**. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 119-138.

_____. Tempo Livre. In: _____. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 103-117.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. A Indústria cultural: o iluminismo como mistificação das massas. In: ADORNO, Theodor W. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 7-74.

_____. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

AMARAL, Cleomara N. do; GUARIM NETO, Germano. Os quintais como espaços de conservação e cultivo de alimentos: um estudo na cidade de Rosário Oeste (Mato Grosso, Brasil). **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 3, n. 3, p. 329-341, set./dez. 2008.

ANDRADE, Paulo de Tarso. **Belém e suas histórias de Veneza Paraense a Belle Époque**. 2. ed., rev. Belém: [s. n.], 2004. 184 p.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez, 1997.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2002.

ASSOCIAÇÃO dos Amigos da Praça. Disponível em: < <http://www.apbc.com.br/>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

BACAL, Sarah. **Lazer e o universo dos possíveis**. São Paulo: Aleph, 2003. 144 p.

BAHIA, Mirleide C. et al. Os espaços e equipamentos de lazer das Cidades: o caso de Belém. In: FIGUEIREDO, Silvio L. **Turismo, lazer e planejamento urbano e regional**. Belém: NAEA/ANPUR, 2008.

BAHIA, Mirleide C. **Lazer – Meio Ambiente**: em busca das atitudes vivenciadas nos Esportes de Aventura. 2005. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, Piracicaba, SP, 2005.

BAHIA, Mirleide C.; FIGUEIREDO, Silvio L. Os espaços verdes e os equipamentos de lazer: um panorama de Belém. **Licere**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, ago. 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 28. ed. Lisboa: Edições 70, 2006. 223p.

BARROS, Maria Isabel A de. Outdoor Education: uma alternativa para a educação ambiental através do turismo de aventura. In: SERRANO, Célia (Org.). **A Educação pelas pedras**: ecoturismo e educação ambiental. São Paulo: Chronos, 2000. p. 85-110.

BARROS, Maria Isabel A. de.; DINES, Milton. Mínimo impacto em áreas naturais: uma mudança de atitude. In: SERRANO, Célia (Org.). **A Educação pelas pedras**: ecoturismo e educação ambiental. São Paulo: Chronos, 2000. p. 47-84.

BASSUL, José Roberto. Reforma urbana e estatuto da cidade. **Revista EURE**, Universidade Católica, Santiago (Chile), v. 28, n. 84, p. 133-144, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612002008400008&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 6 set. 2011.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: ELFOS, 1995.

BELÉM da Saudade: a memória da Belém do início do século em cartões-postais. 2. ed., rev. aum. Belém: SECULT, 1998. 278 p.

BELÉM. *Intendência Municipal*: relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de nov. de 1902 pelo Exmo Sr. Intendente Antônio José de Lemos, 1987-1902. Belém: A. A. Silva, 1902.

_____. **Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008**. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém, e dá outras providências. Belém: Câmara Municipal de Belém, 2008.

_____. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão. **Anuário estatístico do município de Belém**. Belém, 2010. 440 p.

_____. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Bosque Rodrigues Alves – Jardim Zoobotânico da Amazônia. **Regimento interno do BRAJBA**. Belém, 2012.

_____. _____. _____. **Folder do BRAJBA**. Belém, 2005.

_____. _____. _____. **Solicitação de registro e enquadramento de Jardins Botânicos Brasileiros**: relatório técnico. Belém, 2011a.

_____. _____. _____. **Solicitação de registro e enquadramento de Jardins Botânicos Brasileiros**: informações completares. Belém, 2011b.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Tradução de Irene Aron. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007. Edição alemã de **Rolf Tiedemann**; organização da edição brasileira Willi Bolle.

BIOPARQUE Amazônia Crocodilo Safári. Disponível em: <<http://danbrandao.blogspot.com/2011/07/bioparque-amazonia.html>>. Acesso em: 13 set. 2011.

BONALUME, Cláudia. R. O lazer numa proposta de desenvolvimento voltada à qualidade de vida. In: MULLER, A; DACOSTA, L. P. (Org.). **Lazer e desenvolvimento regional**. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 189-214.

BORDALO, Carlos A. L. *O Desafio das águas numa metrópole amazônica*: uma reflexão das políticas de proteção dos mananciais da Região Metropolitana de

Belém – PA (1984-2004). 2006. 309 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

_____. Uma reflexão das Políticas de Proteção dos Mananciais da Região Metropolitana de Belém – PA (1984 – 2004). In: VASCONCELLOS, M.; ROCHA, G.; LADISLAU, E. (Org.). *O desafio político da sustentabilidade urbana: gestão sócio-ambiental de Belém*. Belém: UFPA; NUMA; EDUFPA, 2009. p. 185-200.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1972.

_____. “Como é possível ser esportivo?” In: _____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.

_____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983b.

_____. A Opinião Pública não existe. In: THIOLENT, Michel J. M. **Crítica metodológica, investigação social & enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987.

_____. **Coisas ditas**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1990.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. Introdução, Organização e Seleção de Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2008.

BRAMANTE, Antonio Carlos. Lazer: concepções e significados. **Licere**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 9-17, set. 1998.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Cidades sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 Brasileira**. Brasília, DF, 2000.

_____. _____. **Sistema nacional de unidades de conservação**. Brasília, DF, 2000.

_____. Ministério do Esporte. Portaria nº 13, de 3 de fevereiro de 2004. Aprova o anexo Regulamento Geral da Conferência Nacional do Esporte e as normas básicas de sua primeira reunião. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/conferencianacional/portariaN1303022004.jsp>>. Acesso em: 13 dez. 2008.

_____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estatuto da Cidade, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em: 13 mar. 2011.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 2 mar. 2012.

BRUHNS, Heloisa T. Relações entre a educação física e o lazer. In: BRUHNS, Heloisa T. (Org.). **Introdução aos estudos do lazer**. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 33-59.

BRUHNS, Heloísa T.; MARINHO, Alcyane. Ritos e rituais nas viagens à natureza. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 5, n.1, p.87-102, jan/abr. 2012.

CABRAL, Patrícia T. M.; BAHIA, Mirleide C.; FIGUEIREDO, Silvio L. Realidades e desafios de parques naturais em áreas urbanas: o Parque Estadual do Utinga, em Belém do Pará. In: **Lazer & sociedade: lazer e ambientes - propostas, tendências e desafios**. São Paulo: Escola de Arte, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, 2011. p. 55-68.

CAILLOIS, Roger. **Os jogos e os homens: a máscara e a vertigem**. Lisboa: Cotovia, 1990.

CAMARGO, Luiz Octávio de L. **Educação para o lazer**. São Paulo: Moderna, 1998.

_____. **O que é lazer?** São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARNEIRO, Ana R.; SILVA, Aline. de F.; GIRÃO, Priscylla A. **O jardim moderno de Burle Marx: um patrimônio na paisagem do Recife.** In: SEMINÁRIO DOCOMOMO Brasil, 5., 2003, São Carlos. São Paulo: USP, 2003.

CARNEIRO, Lara Padilha; PADILHA, Valquíria. **Vendem-se Ilhas de Prazer: o lazer nos anúncios publicitários de apartamentos de alto padrão.** **Impulso**, Piracicaba, SP, v. 16, n. 39, 2005, p. 69 – 82.

CARVALHO, Nazaré Cristina. *Entre o rio e a floresta: um estudo do imaginário e da ludicidade de crianças ribeirinhas.* 2006. 293 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2006.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil: a história que não se conta.** 4. ed. Campinas: Papirus, 1994.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, Edna. Introdução: uma incursão temática à Belém. In: CASTRO, Edna (org). **Belém de águas e ilhas.** Belém: CEJUP, 2006. p. 13 - 21.

CASTRO, Edna; SANTOS, Maria Antonieta. Belém de água e de portos: ação do Estado e modernização na superfície. In: CASTRO, Edna (org). **Belém de águas e ilhas.** Belém: CEJUP, 2006. p. 25 - 43.

CHAUÍ, Marilena. Introdução. In: LAFARGUE, P. **O Direito à preguiça.** São Paulo: Hucitec; UNESP, 1999. p. 9-56.

CINEMA Olympia. Disponível em: <<http://www.cinemaolympia.com.br/>>. Acesso em: 16 jan. 2010.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução nº 339, de 25 de setembro de 2003. In: CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resoluções do Conama: resoluções vigentes publicadas entre julho de 1984 e novembro de 2008.** 2. ed. Brasília: CONAMA, 2008. p 105-108.

- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1993.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- COSTA, Patrícia C. **Unidades de conservação: matéria-prima do Ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002. 163 p.
- COSTA, Vera Lúcia de M. **Esportes de aventura e risco na montanha: um mergulho no imaginário**. São Paulo: Manole, 2000.
- CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. Belém: UFPA, 1973. 2 v.
- CRUZ, Sandra Helena R; CASTRO, Edna M. R. de; SÁ, Maria Elvira R. de. Intervenção urbanística, condição da moradia e segregação social em metrópoles amazônicas: Belém (PA) e Manaus (AM). Congresso Brasileiro de Sociologia, 15., 2011, Curitiba. In: **Anais...** Curitiba, 2011. Disponível em: <http://www.sistemasmart.com.br/sbs2011/arquivos/1_7_2011_1_41_11.pdf>. Acesso em: 6 set. 2011.
- CUNHA, Newton. **A felicidade imaginada: a negação do trabalho e do lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DIAS, João Afonso M. **Espaços da singularidade: manifestações múltiplas da cotidianidade da praça de Batista Campos, Belém-PA**. 2008. 83f. Monografia (Especialização) - Curso Internacional em Cidades na Amazônia: história, ambiente e culturas, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
- DICIONÁRIO online de Português. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/>> Acesso em: 5 set. 2010a.
- DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 2010. Disponível em: < <http://www.priberam.pt/dlpo/>>. Acesso em: 5 set. 2010b.
- _____. Lisboa: Priberam Informática, 2012. Disponível em: < <http://www.priberam.pt/dlpo/>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

DIEGUES, Antonio Carlos S. **O Mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB, 2000.

DI FIDIO, Mario. **Architettura del paesaggio**. 3. ed. Milano: Pirola Editores, 1990.

DRAIBE, Sônia. **Novas formas de política social**. [São Paulo]: UNICAMP, 1996. Mimeografado.

DUMAZEDIER, Joffre. **A revolução cultural do tempo livre**. 6. ed. São Paulo: Studio Nobel; SESC, 1994.

_____. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. **Questionamento teórico do lazer**. São Paulo: SESC, 1975.

_____. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. Tradução Regina Maria Vieira. São Paulo: SESC, 1988.

FIGUEIREDO, Silvio L. **Espaços Públicos nas Cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação**. In: FIGUEIREDO, Silvio (Org.). **Turismo, lazer, planejamento urbano e regional**. Belém: UFPA; NAEA, 2008. p. 79-92.

FRANÇA, Tereza et. al. **Projeto de consolidação do Núcleo de Estudos do Lazer**. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 9., 1997, Belo Horizonte. **Coletânea...** Belo Horizonte: UFMG; EEF; CELAR, 1997. p. 635-643.

FREITAG, Bárbara. **Política educacional e indústria cultural**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1987.

_____. **Teorias da Cidade**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 2010.

GAELZER, Lênea. **Lazer: bênção ou maldição?** Porto Alegre: Sulina; UFRGS, 1979.

GASTAL, Susana. **Alegorias urbanas: o passado como subterfúgio**. Campinas: Papirus, 2006. 224p.

GERALDO, João Carlos. **A evolução dos espaços livres públicos de Barueri Brotas e Dois Córregos-SP**. 1997. 207f. Dissertação (Mestrado em Geografia Física). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

GIL, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GOMES, Christianne L. Reflexões sobre os significados de recreação e de lazer no Brasil e emergência de estudos sobre o assunto (1926-1964). **Conexões**, São Paulo, v. 1, p. 1 -14, 2003.

GUATTARI, Felix. *As três ecologias*. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1990.

IANNI, Octávio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php>. Acesso em: 12 out. 2010.

IBAMA. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)**. Brasília, DF:, 2002. 35p.

ISAYAMA, Hélder F, STOPPA, Edmur A. Lazer e empresa: a questão do lazer dos profissionais do lazer. In: MARCELLINO, Nelson C. **Lazer & empresa: múltiplos olhares**. Campinas: Papirus, 1999. p. 163-175.

ISAYAMA, Hélder Ferreira. **Recreação e lazer como integrantes de currículos dos cursos de graduação em Educação Física**. 2002. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, 2002.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JIMENEZ, Marc. **O Que é estética?** São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

JUNQUEIRA, L. A. P; INOJOSA, R. M. e KOMATSU, S. Descentralização e Intersetorialidade na Gestão Pública Municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza. In: JUNQUEIRA, L. A. P; INOJOSA, R. M.; KOMATSU, S. **El Tránsito de la Cultura Burocrática al modelo de la Gerencia Pública**. Caracas: Unesco; Clad. 1997.

LAFARGUE, Paul. **O Direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999.

LAMPARELLI, Marta C. *Grau de trofia em corpos d'água do Estado de São Paulo*: avaliação dos métodos de monitoramento. 2004. 235 f. Tese (Doutorado em Ciências na área de Ecossistemas Terrestres e Aquáticos) - Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, Departamento de Ecologia, São Paulo, 2004.

LEÃO, Netuno; ALENCAR, Carla; VERÍSSIMO, Adalberto. **Belém Sustentável 2007**. Belém: IMAZON, 2008.

LEFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Espaço e política**. Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.

LEICK, Gwendolyn. **Mesopotâmia: a invenção da cidade**. Rio de Janeiro: Imago, 2003. 365 p.

LIMA, Ana Maria L. P.; CAVALHEIRO, Felisberto; NUCCI, João C.; SOUSA, Maria Alice de L. Bueno; FIALHO, Nilva de O.; DEL PICCHIA, Paulo Celso D. Problemas de Utilização na conceituação de termos como Espaços Livres, Áreas Verdes e Correlatos. **Anais do II Congresso Brasileiro de Arborização Urbana**. São Luis, 1994. p. 539-553.

LIMA, Paulo C. de et al. Diagnóstico do acesso ao esporte e lazer da população do Estado do Pará por meio das políticas públicas. In: SOARES, Ártemis et al. (Org.). **Diagnóstico do esporte e lazer na região norte brasileira: o existente e o necessário**. Manaus: EDUA, 2011. p. 130-165. 210p.

LIMA, A. M. L. P.; COUTO, H. T. Z.; ROXO, J. L. C. Análise de espécies mais frequentes da arborização viária, na zona urbana central do município de Piracicaba/SP. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 2, 1994, São Luis. **Anais...** São Luís, 1994. p. 555-573.

LLARDENT, L. R. A. **Zonas verdes y espacios libres en la ciudad**. Inst. de Estudios de Administración Local. Madrid: Closas Orcoyen, 1982. 538 p.

LOBODA, Carlos Roberto; DE ANGELIS, Bruno Luiz D. Áreas Verdes Públicas Urbanas: conceitos, usos e funções. *Ambiência*, Guarapuava, v.1, n.1, p. 125-139, jan./jun. 2005.

LOUREIRO, Violeta R. Cidade de Belém e natureza: uma relação problemática? **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 13, n. 1, p. 105-134, jul. 2010.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAGNANI, José Guilherme C. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: HUCITEC, 2003.

MAGNOLI, Miranda M. E. M. **Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana**. 1982. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MANGAL das Garças. Disponível em: < <http://coisasdebelem.blogspot.com.br/2010/10/mangal-das-garcas.html>>. Acesso em: 9 out. 2010.

_____. Disponível em: <<http://www.mangalpa.com.br/>>. Acesso: em 18 jan. 2011.

MANNING, Robert E. **Studies in outdoor recreation: search and research for satisfaction**. Corvallis: Oregon State University Press, 2010. Project MUSE. Disponível em: <<http://muse.jhu.edu/>>. Acesso em: 16 abr. 2012.

MAQUINÉ, Dillings B. **Cidades sustentáveis e o princípio da função ambiental da cidade**. 2006. 120 f. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) - Universidade do Estado do Amazonas, Escola Superior de Ciências Sociais, Manaus, 2006.

MARCELLINO, Nelson C. **Lazer e humanização**. Campinas: Papirus, 1983.

_____. **Lazer e educação**. Campinas: Papirus, 1987.

_____. **Pedagogia da animação**. Campinas: Papirus, 1990.

_____. **Estudos do lazer: uma introdução**. Campinas: Autores Associados, 1996a.

_____. (Org.). **Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996b.

_____. Lazer e qualidade de vida. In: MOREIRA, Wagner Wey (Org.). **Qualidade de vida: complexidade e educação**. Campinas: Papirus, 2001, p. 45-59.

_____. Lazer, espaço urbano e transversalidade. In: CARVALHO, João Eloir (Org.). **Lazer no espaço urbano: transversalidade e novas tecnologias**. Curitiba: Champagnat, 2006.

_____. Algumas aproximações entre lazer e sociedade: animador sociocultural. **Revista Iberoamericana**, v. 1, n. 2, maio/ set. 2007.

MARCONDES, M. J. A. **Cidade e natureza: proteção dos mananciais e exclusão social**. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 1999. 238 p.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

_____. Para a crítica do hedonismo. In: _____. **Cultura e sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. v. 1. p. 161-199.

MARICATO, Ermínia. Reforma Urbana: limites e possibilidades. Uma Trajetória Incompleta. In: RIBEIRO, Luiz César de Q.; SANTOS JUNIOR., Orlando Alves dos (Org.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 309 - 325.

_____. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias – Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARINHO, Alexandre; FAÇANHA, Luis Otávio. **Programas sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001 (Texto para Discussão; 787).

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Livro 1. v. 1.

_____. O Trabalho alienado. In: OLIVEIRA, Paulo Salles de. (Org.). *Metodologia das ciências humanas*. São Paulo: Hucitec; UNESP, 1998.

MASCARENHAS, Fernando. **Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do Lazer**. 2005. 308 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

_____. **Lazer e grupos sociais: concepções e método**. 2000. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MATHIS, Armin. Reflexões sobre a Reforma do Estado na Amazônia. In: Coelho, M. C. N. et al. (Org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: Gestão do Desenvolvimento Regional*. Belém: CEJUP, 2001. p. 121-136.

MEDEIROS, Ethel B. **O lazer no planejamento urbano**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.

MEIRA FILHO, Augusto. **Evolução histórica de Belém do Grão-Pará: fundação e história**. 1. ed. Belém: Grafisa, 1976. v. 1.

MELO, Maria José C. M. (Coord.). **Ecoturismo e gestão ambiental participativa no parque ambiental de Belém-PA**. Belém: UNAMA, 2003. 162p.

MELO, Maria José C. M. et al. **Relatório de pesquisa: qualidade de vida urbana e percepção ambiental no bairro Castanheira**. Belém: UNAMA, 2001.

MELO, Victor A. de. Lazer: intervenção e conhecimento. In: Congresso Regional Sudeste do CBCE, 1, 1999, Campinas, SP. **Anais...** Campinas: Faculdade de Educação Física da Unicamp, 1999. p. 17-21.

_____. Educação estética e animação cultural. **Licere**, Belo Horizonte, v. 5, n.1, p. 101-112. 2002.

MELO, Victor A. de; PERES, Fabio de F. **Espaço, lazer e política: desigualdades na distribuição de Equipamentos Culturais na Cidade do Rio de Janeiro–2004**. Disponível em: <http://www.lazer.eefd.ufrj.br/producoes/idad_livro_colombia_2004.pdf>. Acesso em: 30 fev. 2008.

MERCÊS, Simaia do S. S. das (Coord.). **Relatório ambiental da RMB**. Belém: COHAB; PNUD; IPEA; FADESP, 1997. 261p.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Campinas, SP: Unicamp; São Paulo: Boitempo, 2002.

MEZZAROBA, Cristiano. Esporte e lazer na perspectiva da indústria cultural: aproximações preliminares. **Esporte e Sociedade**, v. 4, n.11, mar./jul. 2009.

MILANO, Miguel S. **Avaliação quali-quantitativa e manejo da arborização urbana: o caso de Maringá**. PR. 1988. 120f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal). Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1988.

MILLS, Wright. **A Nova classe média (white collar)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MONTE-MÓR, Roberto L. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.111, p. 9-18, jul./dez. 2006.

MORENO, Júlio. **O futuro das cidades**. São Paulo: SENAC, 2002.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, suas transformações, suas perspectivas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965. v. 1 e 2.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. **História**. Disponível em: <<http://www.museu-goeldi.br/institucional/index.htm>>. Acesso em: 5 jan. 2011.

_____. Disponível em: <<http://mondobelem.wordpress.com/2008/12/03/museu-paraense-emilio-goeldi/>>. Acesso em: 11 mar. 2012

NEIMAN, Zysman; MENDONÇA, Viviane M. de; SCHLINDWEIN, Marcelo N. Eu e a Brisa: reflexões sobre a experiência da viagem no turismo. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.1, n.1, p.114-135, 2008.

PADILHA, Valquíria. **Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito**. Campinas: Alínea, 2000.

_____. **Shopping Center: a catedral das mercadorias**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. Desafios da crítica imanente: do lazer e do consumo a partir do shopping center. **Revista ArtCultura**, Uberlândia, v. 10, n. 17, p. 103-119, jul./dez. 2008.

PALHETA, Laísse L. **O guia de trilhas ecológicas do Parque Estadual do Utinga: uma contribuição para valorizar a experiência da visita**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) - Faculdade de Belém, Belém, 2011.

PARÁ (Estado). Interventor Federal (1938 – 1942: J. C. Gama Malcher). **Álbum do Pará**. Belém: H. Rodrigues, 1939. 268 p.

_____. Decreto Lei nº 1.152, de 03 de maio de 1993. Dispõe sobre a criação da Unidade de Conservação denominada Parque Ambiental de Belém. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém, 1993.

_____. Decreto Lei nº 1.551, de 03 de maio de 1993. Dispões sobre a implantação da Área de Proteção Ambiental dos Mananciais de Abastecimento de água de Belém – APA Belém. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém 1993.

_____. Decreto nº 1.552, de 03 de maio de 1993. Dispõe sobre a Criação do Parque Ambiental de Belém e dá outras providências. Disponível em: < http://www.sema.pa.gov.br/interna.php?idconteudocoluna=1932&idcoluna=7&titulo_conteudocoluna=1552>. Acesso em: 17 maio 2012.

_____. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. **Parque Ambiental de Belém: Plano de Manejo**. Belém: SOFRELEC Engenharia, 1994.

_____. _____. Parque Estadual do Utinga. **Relatório anual de gestão: 2010**. Belém, 2010.

_____. _____. _____. **Normas de visitação do Parque Estadual do Utinga**. Belém, 2011a.

_____. _____. Unidades de Conservação Federais, Estaduais e Municipais do Estado do Pará. Disponível em: <<http://www.sema.pa.gov.br/interna.php?idconteudocoluna=4625>>. Acesso em: 29 nov. 2011b.

PARANAGUÁ, Patrícia et al. **Belém sustentável**. Belém: IMAZON, 2003.

PARKER, Stanley. **A sociologia do lazer**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PARQUE ecológico de Gunma. Disponível em: < <http://biolibras.blogspot.com.br/2011/06/visita-ao-parque-ecologico-de-gunma.html>>. Acesso em: 1 fev. 2012.

PEIXOTO, Elza. Levantamento do estado da arte nos estudos do lazer: (Brasil) séculos XX e XXI : alguns apontamentos. **Educ. Soc.**, Campinas, SP v. 28, n. 99, p. 561-586, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 28 ago. 2011.

PENTEADO, Antonio R. **Belém do Pará: estudo de geografia urbana**. Belém: UFPA, 1968. v. 1. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo).

PEREIRA, Tânia S.; COSTA, Maria Lúcia M. N. da; JACKSON, Peter W. **Plano de ação para os Jardins Botânicos Brasileiros**. Rio de Janeiro: RBJB; JBRJ; BGCI; 2004. 44 p.

PILATTI, Luiz Alberto. Pierre Bourdieu: apontamentos para uma reflexão metodológica da história do esporte moderno. **Revista Digital, Buenos Aires**, v. 11, n. 97, jun. 2006.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. A construção da interdisciplinaridade no lazer: experiência política da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte-MG. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996. p. 61-70.

_____. Lazer: concepções e significados. **Licere**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 18-27, set. 1998.

_____. Inovação e avaliação; desafios para as políticas públicas de esporte e lazer. In: WERNECK, Christianne Luce Gomes e YSAYAMA, Helder (Org.). **Educação Física e Lazer**. Belo Horizonte: CELAR-UFMG; Autêntica, 2002.

_____. *Experiência educativa lúdica*. In: SALGADO, Maria Umbelina C.; MIRANDA, Glauro Vasques de. (Org.). **Veredas: formação superior de professores**. Belo Horizonte: SEE-MG, 2004. v. 1, p. 21-52. (Módulo 6).

_____. **Políticas participativas de lazer**. Belo Horizonte, 2009. Mimeografado.

POCHMANN, Márcio. **O Emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2002.

QUEIROGA, Eugênio F. Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras. **Resgate**, v. 19, n. 21, jan./jun. 2011, p. 25-35.

RAMOS, Nilva Souza. Qualidade de Vida e Lazer: direitos sociais. **Revista Katálysis**, Florianópolis, 1997.

RECHIA, Simone. **Parques públicos de Curitiba: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer**. 2003. 189 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REQUIXA, Renato. **O lazer no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

_____. **Sugestão de diretrizes para uma política nacional de lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

RIESMAN, David. **A multidão solitária: um estudo da mudança do caráter americano**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio S. **Praças brasileiras: public squares in Brazil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. (Coleção Guapá).

ROCQUE, Carlos. *Antônio Lemos e sua época: história política do Pará*. Belém: Cejup, 1996.

_____. Praça Batista Campos: a diletta filha de Antônio Lemos. **A Província do Pará**, Belém, 6 jul. 1997. Memória, p. 6.

_____. **História geral de Belém e do Grão-Pará**. Belém: DistribeL, 2001. 304 p. Atualização de texto: Antonio José Soares.

RODRIGUES, Adyr B. Lazer e espaço na cidade pós-industrial. **Licere**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 149-164, 2002.

RODRIGUES, Edmilson B. *Os desafios da metrópole: reflexões sobre desenvolvimento para Belém*. Belém: UFPA; NAEA, 2000. 154p.

ROLNIK, Raquel. O lazer humaniza o espaço urbano . In: **Lazer numa sociedade globalizada: leisure in a globalized society**. São Paulo: SESC; WLRA, 2000. p. 179 -184.

ROMÉRO, Marcelo de A.; BRUNA, Gilda C. *Metrópoles e o desafio urbano frente ao meio ambiente*. São Paulo: Blucher, 2010. 119 p. (Série Sustentabilidade; v. 6).

RUSSEL, Bertrand. **Elogio do lazer**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

RYBCZYNSKI, Witold. *Esperando o fim de semana*. Tradução de Beatriz Horta. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANT'ANNA, Denise B. *O prazer justificado: história e lazer* – (São Paulo, 1969/1979). São Paulo: Marco Zero; MCT - CNPq, 1994.

SANTINI, Rita de Cássia G. **Dimensões do lazer e da recreação: questões espaciais, sociais e psicológicas**. São Paulo: Angelotti, 1993. 101 p.

SANTOS, Dalva de Cássia Sampaio dos. **O lazer no plano diretor das metrópoles amazônicas: um estudo comparativo entre Belém e Manaus**. 2010. 198 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) - Universidade da Amazônia, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Qualidade de Vida e Meio Ambiente, Belém, 2010.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

SARGES, Maria de Nazaré. Memórias do “velho” intendente: Antonio Lemos – 1869-1973. 1998. 304 f. **Tese (Doutorado em História) - Universidade de Campinas, Campinas, 1998**

_____. **Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**. 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010. 212 p.

SASSEN, Saskia. A cidade e a indústria global do entretenimento. In: **Lazer numa sociedade globalizada: Leisure in a globalized society**. São Paulo: SESC; WLRA, 2000, p. 113-120.

SAULE JÚNIOR, Nelson. **Direito à cidade: trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis**. São Paulo: Max Limonad; Pólis, 1999.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins do Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 1996. 255 p.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2009.

SEVERINO, Antonio. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA Débora A. M. da et al. **Sistema nacional de esporte e lazer**. Brasília, DF Gráfica e Ideal, 2011.

SILVA, José B. da. Estatuto da Cidade **versus** Estatuto de Cidade: eis a questão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e LEMOS, Amália Inês Geraiges (Org.). **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUSA, R. da P.; COSTA, R.G.C.P. da. **Sonhos e ilusões: um estudo sobre a formação de quintais em uma ocupação urbana no Município de Belém-PA**. Belém, 2006. Disponível em: < http://www.agriculturasamazonicas.ufpa.br/PDF%27S/textos_do_neaf/TextoN016_Formacao_de_quintais_em_uma_ocupacao_urbana.pdf#2>. Acesso em: 7 abr. 2012.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2009.

SOUZA, Marcelo L. de. *O Desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **A Prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

TAKAHASHI, Leide Y. *Caracterização dos visitantes, suas preferências e percepções e avaliação dos impactos da visitação pública em duas Unidades de Conservação do Estado do Paraná*. 1998. 129 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Globalização, ideologia e luta de classes**. Disponível em: <<http://globalization.sites.uol.com.br/teixeiramundo.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2010.

THIOLLENT, Michel J. M. O Processo de Entrevista. In: _____. **Crítica metodológica, investigação social & enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987.

THOMAS, Keith. **O Homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800**. Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TOCANTINS, Leandro. **Santa Maria de Belém do Grão Pará: instantes e evocações da cidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

TRINDADE JUNIOR., Saint-Clair Cordeiro da. **A Cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana**. 1998. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. Entre o público e o privado: agentes e estratégias de apropriação do espaço na orla fluvial de Belém-Pará (Brasil). **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Barcelona, v. 9, n. 194, ago.

2005. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-9.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2010.

_____. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista IEB**, n. 50, p. 113-137, mar./set. 2010.

TRINDADE JUNIOR; Saint-Clair Cordeiro da; AMARAL, Márcio Douglas Brito; SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa. Estado, Políticas Urbanas e Gestão do Espaço na Orla Fluvial de Belém. In: CASTRO, Edna (Org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006, p. 59 - 84.

UVINHA, Ricardo R. **Juventude, lazer e esportes radicais**. São Paulo: Manole, 2001.

_____. **Turismo de aventura: uma análise do desenvolvimento desse segmento na Vila de Paranapiacaba**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/ Universidade de São Paulo, 2003.

VALENTE, José. Toda rua tem sua historia: Praça Batista Campos foi antes Salvaterra e Sergipe. **O Liberal**, Belém, 09 out. 1992. Cartaz, p. 5.

VAZ, Alexandre Fernandez. Reflexões de Passagem sobre o Lazer: notas sobre a Pedagogia da Indústria Cultural. **Pensar a Prática**, v. 9, n. 1, p. 13-26, jan./jun. 2006.

VEBLÉN, Thorstein Bunde. **A teoria da classe ociosa**. São Paulo: Pioneira, 1965.

VIEIRA, Larissa Haddad Souza. **Estudos sobre a gestão do programa esporte e lazer da cidade**. Brasília, DF: Gráfica e Ideal, 2011. 188 p.

VILHENA, Adriana P. de. **Unidades de conservação em espaços urbanos na Amazônia: um estudo do Parque Estadual do Utinga (PEUT), em Belém/PA**. 2010. 135 f. Monografia (Especialização em Áreas Protegidas e Unidades de Conservação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

WERNECK, Christianne Luce G. A Constituição do lazer como um campo de estudos científicos no Brasil: implicações do discurso sobre a cientificidade e autonomia deste campo. In: Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 12, 2000, Balneário Camboriú, SC. **Coletânea...** Balneário Camboriú, SC: Roca; UVA, 2000a. p. 77 - 88.

_____. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas.** Belo Horizonte: Editora UFMG; CELAR, 2000b.

_____. Lazer e Mercado: panorama atual e implicações na sociedade brasileira. In: WERNECK, Christianne Luce G.; STOPPA, Edmur; ISAYAMA, Helder Ferreira. **Lazer e mercado.** Campinas: Papirus, 2001.

_____. *Significados de recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964).* 2003. 322 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

ZHOURI, Andréa et al. Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens ; PEREIRA, Doralice (Org.). **A insustentável leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.



A recente obra de Mirleide Chaar Bahia aborda, cuidadosamente, as diversas fontes e campos do conhecimento que formam os estudos sobre o lazer na contemporaneidade.

Com o objetivo de investigar a relação entre a dimensão urbana e a natureza, mediadas pelo lazer, Mirleide indica a trajetória e os repertórios do lazer com uma ideia central: é possível que a ruptura homem natureza, que se instalou com a industrialização e urbanização, seja superada por uma reaproximação no campo das práticas sociais, por meio da presença e dos usos das áreas verdes públicas urbanas, pelas vivências nesses espaços e pela mediação do lazer e de sua estrutura disciplinar?

Nesse sentido, o estudo aponta a necessidade de novas interpretações acerca dessa relação, inclusive na compreensão do papel que as políticas públicas podem ter nesse cenário.

Silvio Lima Figueiredo
NAEA/UFPA

